

**CONFLITOS NO
CAMPO
BRASIL
2014**

ISSN 1676-661X



Expediente

Conflitos no Campo Brasil 2014
É uma responsabilidade do Centro de Documentação
Dom Tomás Balduino

Rua 19, no 35, 1º andar – Centro - 74030-090
Caixa Postal 749 - 74001-970
Goiânia-GO
Fone: (62) 4008-6466 Fax: (62) 4008-6405
Endereço eletrônico: cpt@cptnacional.org.br
Site: www.cptnacional.org.br

Comissão Pastoral da Terra é um organismo ligado à
Comissão para o Serviço da Caridade, da Justiça e da
Paz, da CNBB.

A CPT é membro da Pax Christi Internacional

Goiânia, abril de 2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

Conflitos no Campo – Brasil 2014 [Coordenação: Antônio
Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Edmundo
Rodrigues Costa[Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2014.
XXX páginas: fotos, tabelas
Vários autores.
Indexado na Geodados – www.geodados.uem.br
ISSN 1676-661X

1. Violência no Campo. 2. Conflitos no Campo. 3.
Reforma Agrária. 4. Direitos Humanos e Legislação
Ambiental. I. Canuto, Antônio; coord. II. Luz, Cássia
Regina da Silva, coord. III. Edmundo
Rodrigues Costa, coord. IV. Comissão Pastoral da
Terra V. Título

Diretoria da CPT

D. Enemésio Ângelo Lazzaris – Presidente
D. José Moreira Bastos Neto – Vice-presidente +

Coordenação Executiva Nacional

Edmundo Rodrigues Costa
Flávio Lazzarin
Isolete Wichinieski
Luciano Bernardi

Conselheiro Permanente da CPT

D. Tomás Balduino +

Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Equipe Secretaria Nacional

Antônio Canuto
Cássia Regina da Silva Luz
Elvis Fagner Ferreira Marques
Leonardo Vinícius Pires da Silva
Múria Carrijo Viana
Paula Pereira
Pedro Henrique Martins Rodrigues
Thays Pereira Oliveira

Equipes nos Regionais

Fábio José da Silva/Lucimone Maria de Oliveira – Goiás
Anna Maria Rizzante Gallazzi – Amapá
Célio Lima Silva/ Sara Braga Martins/Joana Marice Araújo da Cunha – Acre
Edmundo Rodrigues Costa – Araguaia/Tocantins
Diogo Diniz Ribeiro Cabral/Inaldo da Conceição V. Serejo – Maranhão
José Batista Gonçalves Afonso – Pará
José Iborra Plans/Maria Petronila Neto – Rondônia
Joseumar Miranda da Silva - Espírito Santo/Rio de Janeiro
José Valmei de Souza – Santa Catarina
Juvenal José da Rocha/Dirceu Fumagalli – Paraná
Ilza Franca/Thiago Valentin – Ceará
Maria Clara Ferreira Motta - Amazonas
Letícia Aparecida Rocha – Minas Gerais
Paulo César Moreira Santos – Mato Grosso
Marluce Melo/Renata Costa César de Albuquerque/Renata Érica de
Figueiredo Ataíde – Nordeste (AL, PB, PE e RN)
Gregório F. Borges – Piauí
Roseilda Cruz da Conceição – Bahia
Roberto Carlos de Oliveira – Mato Grosso do Sul
Evanir José Albarello – Rio Grande do Sul

Assessoria

Prof. Dr. Carlos Walter Porto Gonçalves
Geógrafo – UFF
Prof. Dr. Bernardo Mançano Fernandes
Geógrafo – Unesp
Prof. Dr. José Paulo Pietrafesa
Sociólogo – UFG

Assessoria Administrativa

Tânia Maria Rocha de Oliveira
Elídia Morais Aguirre

Revisão

Secretaria Nacional

Diagramação:

Vivaldo da Silva Souza

Seleção de fotos

Cristiane Passos

Foto Capa

João Ripper

Organização e seleção de documentos

Jean Ann Bellini
Soledade Sousa de Almeida

Apoio:

PPM Pão Para o Mundo
CCFD Comité Catholique contre la Faim et pour le Développement
D&P Development and Peace
Ministério Público do Trabalho da 23ª Região
TRT Tribunal Regional do Trabalho 23ª Região
Misereor

Dedicatória

Aos nossos queridos irmãos,

Dom José Moreira e Dom Tomás Balduino (*in memoriam*)

Em comunhão com as grandes causas que eles assumiram junto aos povos da terra e das águas.



SUMÁRIO

Apresentação	7
Metodologia	9
Tabela 1 – Comparação dos Conflitos no Campo – 2005 – 2014.....	19
Vida, Memória Histórica e Registros.....	22
<i>Mario Aldighieri</i>	

CONFLITOS NO CAMPO

Conflitos Fundiários e Violência no Campo	26
<i>Leonilde Servolo de Medeiros</i>	
Tabela 2 – Conflitos no Campo Brasil	31
Panorama dos Conflitos e da Violência no Espaço Agrário Brasileiro de 1985-2014.....	68
<i>Helaine Saraiva Matos, Gabriela Bento Cunha, Francisco Amaro Gomes de Alencar</i>	

TERRA

Mineração na América Latina - Impactos e Resistências	76
<i>César Padilha, Dário Bossi</i>	
Tabela 3 – Violência contra Ocupação e a Posse (síntese)	87
Dos Cerrados e de suas Riquezas	88
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves</i>	
Tabela 4 – Conflitos por Terra.....	96

ÁGUA

Conflitos por Água nos últimos 10 anos	98
<i>Roberto Malvezzi</i>	
Tabela 5 - Água (síntese)	106

TRABALHO

Combate ao Trabalho Escravo: muitas sombras, poucas luzes	108
<i>Xavier Plassat</i>	
Tabela 6 – Conflitos Trabalhistas (síntese).....	115

VIOLÊNCIA CONTRA A PESSOA

Tabela 7 - Violência contra a Pessoa (Síntese)	1118
Um ato em favor da Reforma Agrária	119
<i>Valdir Misnerovicz, Antônio Canuto</i>	
Tabela 8 – Assassinatos	126
Conflitos no Campo e Violências contra os Povos Indígenas no Brasil	128
<i>Roberto Antonio Liebgott, Iara Tatiana Bonin</i>	
Tabela 9- Tentativas de Assassinato.....	137
O Descumprimento de Leis Trabalhistas é “normal, natural e não se configura um crime passível de condenação no Brasil”	139
<i>Marluce Melo</i>	
Tabela 10 - Ameaçados de Morte	143

MANIFESTAÇÕES

Tabela 11 – Manifestações	163
O Campo se Manifesta	150
<i>Carlos Walter Porto-Gonçalves</i>	

NOTAS EMITIDAS PELA CPT E OUTROS DOCUMENTOS

Notas	165
Siglas dos movimentos sociais, organizações e entidades	295
Fontes de Pesquisa	204
CPT no Brasil	212

Apresentação

Dom Enemésio Lazzaris¹

O Conflitos no Campo Brasil 2014 é a 30ª edição deste relatório que tem se tornado referência nacional e internacional para os que procuram conhecer os conflitos e a violência que acontecem no campo brasileiro. Esta é, por isso, uma edição histórica, que marca os 30 anos ininterruptos deste serviço que a CPT presta aos homens e mulheres da terra e à sociedade brasileira.

O Conflitos no Campo Brasil é um documento precioso, cientificamente elaborado, que além de registrar dados precisos sobre os conflitos agrários em todo país, os denuncia com textos relevantes que analisam o conjunto de dados apresentados. Os autores são homens e mulheres especializados que além de um profundo conhecimento da conjuntura atual, têm grande familiaridade com as questões agrárias de nosso país.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) gestada em plena ditadura militar, veio à luz em 1975. Ao concluirmos o registro dos Conflitos no Campo Brasil 2014, estaremos celebrando também 40 anos da CPT, de história, de caminhada rumo à Pátria Grande, à Terra sem Males, que desde o alvorecer tem sido fiel ao Deus dos pobres e aos pobres da terra.

Por ser uma Pastoral de Fronteira, ela caminha e atua longe do poder, distante do planalto.

Suas ações se concretizam na planície, junto aos que lutam por um pedaço de chão, como os acampados e assentados, pela valorização do território e pela permanência na terra, como o fazem tantas comunidades tradicionais. Em sua trajetória há um claro empenho em favor da reforma agrária, pelo estabelecimento de um limite para a propriedade e pela regularização fundiária. Sua missão acontece no apoio intransigente aos povos da terra, das águas e das florestas e está atenta e vigilante para denunciar as vítimas do trabalho escravo.

Para celebrar estes 40 anos, centenas de agentes, camponeses, e convidados reunir-se-ão em Porto Velho, capital de Rondônia, de 12 a 17 de julho, para a realização do seu IV Congresso Nacional, que terá como tema “Memória, Rebeldia e Esperança dos Pobres da Terra” e como lema “Faz escuro, mas eu canto”.

Fazendo a MEMÓRIA, recordamos não só a estrada que a CPT percorreu ao longo do deserto nestes 40 anos, mas também teremos a possibilidade de prestar uma homenagem às centenas de homens e mulheres, autênticos mártires, que na luta renhida contra o latifúndio foram assassinados, derramaram seu sangue regando a terra pela qual deram a vida. Lembramos de modo especial as mortes do Pe. Ezequiel Ramin, em Rondônia, há 30 anos, e da Irmã Dorothy Stang, no Pará, há 10 anos.

Essa memória se estende aos nossos ícones:

¹ Bispo da diocese de Balsas, Maranhão, e presidente da CPT.

Dom Tomás Balduino, que já se foi, e Dom Pedro Casaldáliga, que ainda está entre nós e continua a incomodar muita gente.

Dom Tomás Balduino, conhecido como o bispo dos indígenas e da reforma agrária, no decorrer de 2014 nos deixou a todos e todas um pouco órfãos. Mas nos legou um impressionante exemplo de luta, esperança e crença no Deus dos pobres. Temos certeza de que ele está e estará presente sempre, nos pés que marcham por esse país e nas bandeiras que tremulam por esse mundo, em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Como nossos antepassados, nossos pioneiros, pautamos nossa luta e nossa marcha numa lúcida REBELDIA, pois não é possível continuar a fazer de conta, a ficar de braços cruzados diante de tanta opressão e de tanta injustiça. Como ver isso tudo sem indignar-se, sem tomar uma posição? O indignado é um rebelde, um contestador, que é capaz de ultrapassar as barreiras, tem a coragem de ir além das estruturas e paradigmas pré-estabelecidos. Como tantos profetas e homens de Deus, o rebelde tem os pés no chão, mas enxerga longe.

Como expressão desta rebeldia é que a CPT, há trinta anos, se propôs a tarefa de registrar os conflitos em que os camponeses e camponesas,

das mais diversas categorias, e trabalhadores e trabalhadoras da terra, envolvidos em diferentes formas de violência.

A memória e a rebeldia alimentam nossa ESPERANÇA, que nos permite viver em parte o que um dia viveremos em plenitude. As tantas ações concretas da CPT, ao longo destes anos, são a certeza de que a esperança não é simplesmente expectativa de algo que poderá acontecer no futuro, mas é, sobretudo, uma força interior que nos move a viver aqui e agora as realidades que sonhamos. A bandeira da esperança tem que estar permanentemente plantada no coração daqueles que acreditam que um outro mundo é possível, na alma de quem crê numa Terra sem Males. Por enquanto vamos cantando com Geraldo Vandré: “Vem, vamos embora que esperar não é saber, quem sabe faz a hora, não espera acontecer”.

Com o lema do IV Congresso “FAZ ESCURO, MAS EU CANTO” do poeta Thiago de Mello, a CPT, mesmo consciente da dureza das batalhas, da aspereza do caminho e dos constantes conflitos, acredita que através de ações em favor da dignidade das pessoas, o outro mundo desejado vai se tornando realidade. Mesmo na escuridão é preciso sempre cantar e ainda esperar contra toda esperança.

Metodologia

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba as mais diferentes e diversas categorias de camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana¹. Desde o início também se faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia a violência por eles sofrida, por diversos meios, sobretudo através do seu Boletim.

Já no final dos anos 1970, a CPT promoveu uma pesquisa em âmbito nacional sobre os conflitos e a violência que afetavam os trabalhadores e suas comunidades. Essa pesquisa incluía os dados até dezembro de 1982, sendo sistematizados e publicados, em 1983, no livro **CPT: Pastoral e Compromisso**, uma co-edição Editora Vozes/CPT. A partir de então a CPT continuou a registrar sistematicamente os dados que eram publicados em seu Boletim. Em 1985 começou a publicar um relatório anual intitulado *Conflitos no Campo Brasil*, com os registros das ocorrências de conflito e de violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra.

Até 1988, os registros eram feitos à mão em fichas. Em 1988, já com acesso à informática, criou-se o primeiro banco de dados dBase,

onde foram registrados os conflitos até 1999. Em 2000, houve uma reestruturação e criou-se o DataCPT, para onde foram migrados os dados para SQL server.

A CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional. Com este trabalho formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas pela terra e formas de resistência dos camponeses, bem como sobre a defesa e conquista de direitos, que serve como fonte de seu banco de dados.

Os documentos se referem a conflitos ocorridos desde os anos de 1960. Ao iniciar a digitalização em 2008, a CPT priorizou aqueles referentes a conflitos já sistematizados em seu banco de dados, ocorridos de 1985 a 2007. Estes foram identificados, organizados por temas e digitalizados. Enquanto aqueles referentes a conflitos ocorridos entre 1960 e 1985 foram digitalizados e organizados por datas. Os documentos referentes a conflitos a partir de 2008 já chegaram ao Centro de Documentação em formato digital e foram identificados, sistematizados e salvos no banco de dados Datacpt.

Com este processo de digitalização, a CPT disponibiliza o acervo pelo site www.cptnacional.org.br, ou via Google Drive goo.gl/TJ10G.

Por que documentar?

A CPT é uma ação pastoral da Igreja, tem sua raiz e fonte no Evangelho e como destinatários de sua ação os trabalhadores e trabalhadoras

¹ O Centro de Documentação Dom Tomás Balduino faz registros de Conflitos utilizando-se, além dos termos citados neste parágrafo, dos seguintes termos: Assentados, Sem terra, Posseiros (principalmente na década de 1980), Pequenos proprietários, Parceleiros, Pequenos arrendatários, Trabalhadores Rurais, Ocupantes, e as comunidades tradicionais (Caiçaras, Camponeses de fecho de pasto, Camponeses de fundo de pasto, Faxinalenses, Garimpeiros, Geraizeiros, Indígenas, Marisqueiras, Pescadores, Quilombolas, Retireiros, Ribeirinhos, Seringueiros, Vazanteiros). Extrativistas (Castanheiros, Palmiteiros, Quebradeiras de coco babaçu, Seringueiros). A categoria Atingidos por barragens incluem: comunidades tradicionais em geral, assentados, sem-terra, camponeses, e outros. E as Lideranças, Sindicalistas, Missionários(as), Pastores(as), Religiosos(as), Agente Pastoral, Aliados, e Ambientalista.

da terra e das águas. Por fidelidade “[...] ao Deus dos pobres, à terra de Deus e aos pobres da terra”, como está explícito na definição de sua Missão, a CPT assumiu a tarefa de registrar e denunciar os conflitos de terra, água e a violência contra os trabalhadores e seus direitos, criando o setor de documentação. Em 2013 foi renomeado “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino”.

A tarefa de documentar tem uma dimensão **teológica**, porque, de acordo com a tradição bíblica, Deus ouve o clamor do seu povo e está presente na luta dos trabalhadores e trabalhadoras (Ex 3, 7-10). Esta luta é em si mesma um ritual celebrativo desta presença e da esperança que anima o povo.

Além deste aspecto, a CPT fundamenta seus registros em outras dimensões, que são: ética, política, pedagógica, histórica e científica.

Ética – porque a luta pela terra é uma questão de justiça e deve ser pensada no âmbito de uma ordem social justa.

Política – porque o registro da luta é feito para que o trabalhador, conhecendo melhor sua realidade, possa com segurança assumir sua própria caminhada, tornando-se sujeito e protagonista de sua história.

Pedagógica – porque o conhecimento da realidade ajuda a reforçar a resistência dos trabalhadores e a forjar a transformação necessária da sociedade.

Histórica – porque todo esforço e toda luta dos trabalhadores de hoje não podem cair no esquecimento e devem impulsionar e alimentar a luta das gerações futuras.

Científica – porque o rigor, os procedimentos metodológicos e o referencial teórico permi-

tem sistematizar os dados de forma coerente e explícita. A preocupação de dar um caráter científico à publicação existe não em si mesma, mas para que o acesso a estes dados possa alimentar e reforçar a luta dos próprios trabalhadores, em seu enfrentamento com o latifúndio. Não se trata simplesmente de produzir meros dados estatísticos, mas de registrar a história da luta de uma classe que secularmente é explorada, excluída e violentada.

O que a CPT documenta?

Os procedimentos, metodologias, conceitos e variáveis temáticas apresentadas nas publicações Conflitos no Campo Brasil foram construídos coletivamente, envolvendo as várias equipes de documentação e contando com a participação dos agentes de base da CPT e movimentos sociais que atuam no espaço rural. Alguns conceitos foram assumidos pelo setor a partir da existência deles em Leis, Declarações, Estudos, Censos.

A CPT entende que Questões Ambientais e Direitos Humanos podem estar presentes em todos os conflitos registrados pelo Centro de Documentação.

1 Questões ambientais representam o conjunto dos elementos naturais em sua forma original e que, a partir da relação com o ser humano, sofre transformações, porém estas devem levar em consideração a possibilidade de sobrevivência da maioria das espécies de vida ali presente. A CPT, também considera que o conceito de natureza é socialmente construído (MONTIBELLER Filho, 2004; PORTO-GONÇALVES, 2004; e, BELLEN, 2006), e o conceito de ambiente também. Neste sentido se faz necessário perceber qualquer ação que envolva humanos e natureza como uma relação entre as espécies viventes nos espaços (sejam eles

físicos, culturais, econômicos, políticos e sociais). Neste sentido, quando identifica e apresenta a existência de um conflito no espaço rural, especificamente neste espaço, entende que há, também, um conflito ambiental.

2 Direitos humanos. A CPT, sendo signatária do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA) assume compromisso com a lógica de que a conquista ou a agressão aos Direitos Humanos é situação integrante das várias condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e de suas organizações nos espaços em que atuam. A Plataforma DHESCA tem como objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos, tendo por fundamento a Constituição Federal do Brasil promulgada em 1988, o Programa Nacional de Direitos Humanos, os tratados e convenções internacionais de proteção aos direitos humanos ratificados pelo Brasil e as recomendações dos/as Relatores/as da ONU e do Comitê Plataforma de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (DHESCA)².

O Banco de Dados

As informações e os dados são organizados por meio de formulários temáticos do Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – Comissão Pastoral da Terra - e são digitados e sistematizados em tabelas, gráficos e mapas dos conflitos. De cada conflito é elaborado um histórico que reúne todas as informações que lhe são características, dando-lhes condições de analisá-los.

É importante destacar que o processo de inserção e correção dos conflitos no campo é contínuo. Entre outras dimensões, isso quer dizer que após cada publicação anual é comum ocorrer registros de anos anteriores, dos quais o Centro de Documentação da CPT não tinha conhecimento na época do fato.

A pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” [...] (GIL, 2007, p. 66). Existem documentos de primeira mão, que não receberam qualquer tratamento analítico, tais como: documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias e gravações.

Após a obtenção destes materiais o ato de “Documentar não é sinônimo de acumular textos e recortes [...]. Não é o caso também de armazenar, sem critério [...]”. Documentar é organizar o material que tem importância significativa para a pesquisa que se realiza. E essa importância está relacionada com o objetivo primeiro de seu estudo (ALMEIDA JÚNIOR, 2000, p. 111).

Para o Centro de Documentação da CPT, portanto, se tem três objetivos ao fazer a coleta de dados. 1. Buscar as fontes primárias de informações para construir o banco de dados (a partir de relatos e de informações obtidas com os agentes de base da CPT); 2. Buscar fontes secundárias em jornais, documentos oficiais, denúncias de movimentos sociais relatadas em seus veículos de comunicação; e, 3. Processá-las, sistematizando e analisando estes dados, transformando-os em denúncias de violações

² Maiores informações sobre a Plataforma ver no site os conceitos fundamentais dos Direitos humanos: http://www.dhescbrasil.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=330:quem-somos&catid=46:organizacao&Itemid=134.

de direitos cometidos contra camponeses e suas organizações.

Critérios de inclusão e de exclusão

Como primeiros critérios de inclusão no banco de dados, tem-se que as informações são obtidas por meio de pesquisas primária e secundária. As primárias são feitas pelos agentes dos Regionais da CPT e enviados à Secretaria Nacional, em Goiânia. Além dos agentes da CPT, declarações, cartas assinadas, boletins de ocorrência, relatos repassados pelos movimentos sociais, igrejas, sindicatos e outras organizações e entidades diretamente ligadas à luta dos trabalhadores e trabalhadoras da terra. As pesquisas secundárias são realizadas por meio de levantamentos feitos em revistas, jornais de circulação local, estadual e nacional, boletins e publicações de diversas instituições, partidos e órgãos governamentais, entre outros. Uma vez identificando-se a existência de conflito nesses documentos a ocorrência é registrada.

Quando se percebe que os números fornecidos pelas fontes secundárias não coincidem com os apurados pelos Regionais da CPT, considera-se a fonte primária como dado de registro. Ainda é importante destacar que com a ocorrência de vários conflitos em um mesmo imóvel, para evitar duplicações de dados, registra-se as ocorrências em cada data, e como o número de famílias pode variar, registra-se o maior número na última ocorrência. Para registro de datas, quando não tem informação do dia do fato, registra-se no último dia daquele mês e ano, caso não tenha informação do mês, registra-se no último dia daquele ano.

Situações de violência e conflitos que envolvam comunidades tradicionais, como quilom-

bolas e indígenas, pescadores, caiçaras, dentre outros, mesmo em espaços urbanos, mas que vivenciam modo de vida rural são registrados e contabilizados.

No registro das manifestações que são prolongadas (marchas, jornadas etc.), para a contagem dos participantes, considera-se o maior número de pessoas informadas, na última data e, registram-se os atos realizados em cada lugar, durante o trajeto ou o período da manifestação.

Registram-se os conflitos que ocorreram durante o ano em destaque. Conflitos antigos e não resolvidos só figuram no relatório se tiverem algum desdobramento durante aquele período de pesquisa.

Somente se registram os conflitos que envolvem trabalhadores e trabalhadoras da terra. O principal objeto de registro e denúncia é a violência sofrida.

São excluídos dos registros:

1. Casos de violência, inclusive assassinatos, que acontecem no âmbito rural e não tenham relação com conflitos pela disputa, posse, uso ou ocupação da terra, ou pelo acesso ou uso da água, ou na defesa de direitos por trabalho realizados no campo;
2. Casos de conflitos pela posse, uso ou ocupação da terra em áreas urbanas. Excetuam-se os casos em que a disputa pela terra se dá por comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, etc...) mesmo que se dê em área urbana, pois defendem um modo de vida rural.
3. Conflitos entre latifundiários ou grandes empresários do agronegócio; e,
4. Casos de Trabalho Escravo em atividades

urbanas. (São apenas citados na publicação como nota de rodapé)

Conceitos utilizados na publicação do Centro de Documentação

O objeto de pesquisa do Centro de Documentação são os documentos enumerados anteriormente. Uma vez processados busca-se analisar os conflitos e a violência sofrida em espaços rurais e urbanos, que envolvam ações dos trabalhadores e trabalhadoras da terra e suas organizações.

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Os registros são catalogados por situações de disputas em conflitos por terra, conflitos pela água, conflitos trabalhistas, conflitos em tempos de seca, conflitos em áreas de garimpo, e em anos anteriores foram registrados conflitos sindicais.

Conflitos por Terra são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.

As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.

Ocupações e/ou retomadas são ações coletivas das famílias sem terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.

Acampamentos são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.

Conflitos Trabalhistas compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indicam a existência de trabalho Escravo, superexploração.

Na compreensão do que é **Trabalho Escravo**, a CPT segue o definido pelo artigo 149, do Código Penal Brasileiro, atualizado pela Lei nº 10.803, de 11.12.2003, que o caracteriza por submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

As situações de **Superexploração** acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas, excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.

Conflitos pela Água são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados.

Conflitos em Tempos de Seca são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semi-árido.

Conflitos em Áreas de Garimpo são ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado.

Conflitos Sindicais são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.

Estes três últimos só são publicados quando é expressiva sua ocorrência, ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito.

Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.

Por **Violência** entende-se o constrangimento e/ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.

As **Manifestações** são ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e/ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.

Estrutura do banco de dados – DATA CPT

Do Banco de Dados retiram-se tabelas específicas para a página eletrônica da CPT, bem como para a publicação anual impressa.

Tabelas disponibilizadas na página eletrônica:

1. **Áreas em conflito**, entendidas como situações ou lugares dos litígios. Nesta tabela constam o nome do imóvel, o número de famílias envolvidas e área em hectares.
2. **Ocorrências de conflitos**, constam detalhes do número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias. Numa mesma área podem ter acontecido diversos fatos, em datas diferentes. Cada acontecimento é registrado como um conflito. Aqui, registra-se o tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica, o número de famílias vítimas de despejo e expulsão – despejo acontece quando há retirada das famílias, via mandado judicial; expulsão quando a retirada das famílias se dá por ação privada; as vezes que as famílias tiveram bens destruídos durante as violências sofridas ou foram vítimas de ausência e/ou falhas de políticas públicas. Por ausência e/ou falhas de políticas públicas entende-se a falta de infraestrutura, de serviços básicos de educação, saúde, assistência técnica e crédito, a má gestão da política de assentamentos, como desvios de recursos, assentamentos em áreas inadequadas, redução de áreas de

posseiros para implantação de assentamentos, não implementação dos procedimentos exigidos para se ter acesso a determinados benefícios.

3. Uma terceira tabela com as **Ocupações/Retomadas** de terra.
4. Uma quarta tabela com os **Acampamentos**. É importante dizer que se registra apenas o ato de acampar do respectivo ano. Não se faz o acompanhamento do número de famílias acampadas no País.

Os dados das três últimas tabelas são somados na tabela síntese fechando o eixo Terra, denominado **“Violência contra Ocupação e a Posse”**.

Os **Conflitos pela Água** são reunidos numa tabela em que constam os seguintes registros: diminuição ou impedimento de acesso à água, (quando um manancial ou parte dele é apropriado para usos diversos, em benefício particular, impedindo o acesso das comunidades); desconstrução do histórico-cultural dos atingidos; ameaça de expropriação; falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado ou não reassentamento; não cumprimento de procedimentos legais (ex: EIA-Rima, audiências, licenças), divergências na comunidade por problemas como a forma de evitar a pesca predatória ou quanto aos métodos de preservar rios e lagos etc; destruição e/ou poluição (quando a destruição das matas ciliares, ou o uso de agrotóxicos e outros poluentes que diminuem o acesso à água ou a tornam imprópria para o consumo), cobrança pelo uso da água.

Os **Conflitos Trabalhistas** compreendem os casos de trabalho escravo e superexploração.

Na tabela referente ao trabalho escravo uma coluna mostra o número de ocorrências e quantas denúncias foram recebidas; outra

coluna indica o número de trabalhadores na denúncia; uma terceira informa o número de trabalhadores libertados pela ação do Estado, e uma última coluna apresenta o número de crianças e adolescentes envolvidos.

As situações de **Superexploração**, dizem respeito aos casos em que o desrespeito aos direitos dos trabalhadores são muito graves, mas não se encaixam nas características do trabalho escravo.

Além das tabelas que registram os conflitos, uma outra série de tabelas e de informações descrevem a violência sofrida pelos trabalhadores.

Os *tipos de violência* estão assim registrados: tabelas **de assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte** e uma tabela síntese denominada Violência contra a Pessoa, em que além dos dados das tabelas anteriores constam as mortes em consequência do conflito (aborto, omissão de socorro, acidente, inanição), torturas, agressões físicas, ferimentos, prisões e ou detenções. Outra tabela apresenta o **detalhamento da violência contra a pessoa**, na qual além das informações acima constam ainda seqüestros, ameaças de prisão, cárcere privado, humilhações, intimidações.

E por último, uma tabela em que estão registradas as **Manifestações de Luta** feitas pelos diferentes movimentos sociais ou outras organizações durante o ano.

Estrutura do Relatório Impresso

Os dados coletados e organizados pela CPT são publicados anualmente, desde 1985, em um relatório impresso que tem por título **Conflitos no Campo Brasil**. A partir de 2008, ele sofreu algumas alterações e ficou com a seguinte estruturação:

Quatro tabelas detalhadas e organizadas por Estado em ordem alfabética e seis tabelas sínteses agrupadas nas cinco regiões geográficas definidas pelo IBGE.

TABELA 1 - Comparação dos Conflitos no Campo

É uma síntese do último decênio. Dispõe os dados de cada tema: terra, água, trabalho e outros (quando tem casos de conflitos em tempos de seca, garimpo, etc) e o total dos conflitos no campo brasileiro.

TABELA 2 - Conflitos no Campo Brasil

Esta tabela registra detalhadamente, os conflitos por terra, trabalhistas, água e outros se houver, com as seguintes informações: município, nome do conflito, data, número de famílias ou de pessoas envolvidas, e um campo com informações específicas conforme o tema.

TABELA 3 - Violência contra a Ocupação e a Posse

É a síntese da soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado, o número de famílias envolvidas, a área, o número de famílias expulsas, despejadas, ameaçadas de despejo, ou que sofreram tentativa ou ameaça de expulsão, o número de casas, roças e bens destruídos, e o número de famílias que estão sob ameaças por pistoleiros. Além destes registros, a Tabela 3 também apresenta número de famílias que sofrem algum tipo de violência com invasões de suas terras ou posses por parte de mineradoras e madeireiras.

TABELA 4 - Terra

Sistematiza o eixo terra organizado em três blocos: **Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos**. Contém as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos por terra, ocupações, acampamentos, seguidas do número de famílias.

TABELA 5 - Água

Retrata a síntese dos conflitos pela água por Estado, com as seguintes informações: número de ocorrências de conflitos e quantidade de famílias envolvidas.

TABELA 6 - Trabalho

Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com dois blocos de informações: **1. Trabalho Escravo**: consta o número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e/ou libertados, número de crianças e adolescentes. **2. Superexploração**: número de ocorrências, quantidade de trabalhadores envolvidos na denúncia e/ou resgatados, número de crianças e adolescentes.

TABELA 7 - Violência contra a Pessoa

Sintetiza o número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, o número de pessoas envolvidas e as violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: os assassinatos, as tentativas de assassinato, os mortos em consequência de conflitos, os ameaçados de morte, bem como os torturados, presos e agredidos.

TABELAS 8, 9 e 10 - Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaçados de Morte

Contém as seguintes informações: município, nome do conflito, data, nome, quantidade, idade e categoria da vítima.

TABELA 11 - Manifestações

Relatório síntese por Estado. Possui as seguintes informações: número de ocorrências e quantidade de manifestantes.

As tabelas vêm acompanhadas de textos de análise produzidos por professores de diferentes universidades e pelos agentes de pastoral da própria CPT, religiosos ou algum outro especialista na temática.

A última parte do Conflitos no Campo reproduz Notas Públicas emitidas pela CPT, só ou em parceria, ou outros documentos, sobre as diferentes situações de conflito e de violação dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA JUNIOR, João Baptista de. O estudo como forma de pesquisa. In.: Construindo o saber. CARVALHO, Maria Cecília de (org). 10. ed. Campinas – SP, Papyrus Editora. 2000.

BELLEN, Hans Michael van. Desenvolvimento sustentável: diferentes abordagens conceituais e práticas. In: _____. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2006.

BRASIL. **Código Penal Brasileiro**, Lei nº 10.803, de 11.12.2003. Altera o art. 149 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para estabelecer penas ao crime nele tipificado e indicar as hipóteses em que se configura condição análoga à de escravo. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.803.htm.

Organograma dos temas publicados

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 5 ed. São Paulo. Editora Atlas. 2007.

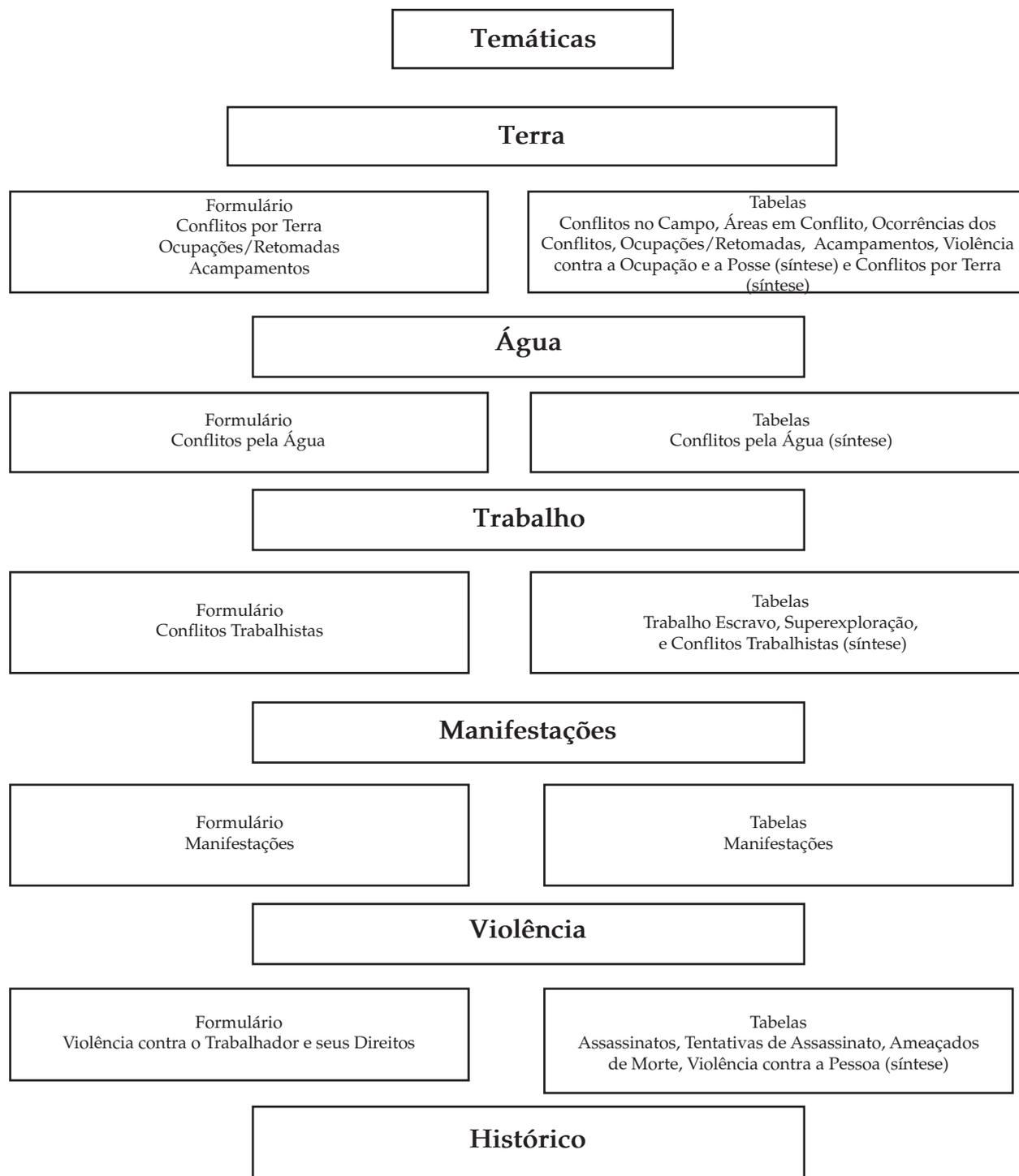
INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (PNAD). **Senso Demográfico de 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>.

MONTIBELLER FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Santa Catarina: Editora da UFSC. 2004.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Coleção Os porquês da desordem mundial. Organização, SADER, Emir. Rio de Janeiro-São Paulo. Editora Record, 2004.

Organograma

O organograma a seguir apresenta os temas documentados, os nomes dos formulários utilizados na sistematização e as respectivas tabelas derivadas dos registros.



Comparação dos Conflitos no Campo (2005- 2014)

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Conflitos de Terra										
Ocorrências de Conflito	777	761	615	459	528	638	805	816	763	793
Ocupações/Retomadas	437	384	364	252	290	180	200	238	230	205
Acampamentos	90	67	48	40	36	35	30	13	14	20
Total Conf. Terra	1.304	1.212	1.027	751	854	853	1.035	1.067	1.007	1.018
Assassinatos	38	35	25	27	25	30	29	34	29	36
Pessoas Envolvidas	803.850	703.250	612.000	354.225	415.290	351.935	458.675	460.565	435.075	600.240
Hectares	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241
Conflitos Trabalhistas										
Trabalho Escravo	276	262	265	280	240	204	230	168	141	131
Assassinatos		3	1	1		1			1	
Pessoas Envolvidas	7.707	6.930	8.653	6.997	6.231	4.163	3.929	2.952	1.716	2.493
Superexploração	178	136	151	93	45	38	30	14	13	10
Assassinatos		1				1			2	
Pessoas Envolvidas	3.958	8.010	7.293	5.388	4.813	1.643	466	73	142	294
Total Conf. Trabalhista	454	398	416	373	285	242	260	182	154	141
Conflitos pela Água										
Nº de Conflitos	71	45	87	46	45	87	68	79	93	127
Assassinatos			2		1	2		2	2	
Pessoas Envolvidas	162.315	13.072	163.735	135.780	201.675	197.210	137.855	158.920	134.835	214.075
Outros *										
Nº de Conflitos	52	2	8			4		36	12	
Assassinatos										
Pessoas Envolvidas	43.525	250	3.660			4.450		26.005	1.350	
Total										
Nº de Conflitos	1.881	1.657	1.538	1.170	1.184	1.186	1.363	1.364	1.266	1.286
Assassinatos	38	39	28	28	26	34	29	36	34	36
Pessoas Envolvidas	1.021.355	783.801	795.341	502.390	628.009	559.401	600.925	648.515	573.118	817.102
Hectares	11.487.072	5.051.348	8.420.083	6.568.755	15.116.590	13.312.343	14.410.626	13.181.570	6.228.667	8.134.241

* Outros: Conflitos em Tempos de Seca, Política Agrícola e Garimpo.





Foto: Arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

30 anos dos Conflitos no Campo Brasil

Vida, memória histórica e registros

Mario Aldighieri¹

Quando recebi a carta de dom Moacyr Grechi que me convidava para assumir o encargo de secretário da CPT, fiquei confuso. Por que eu?

Cheguei ao Brasil em 1973, para a diocese de Viana, no Maranhão como *fidei donum*² enviado pela diocese de Cremona. Uni-me aos colegas, os padres Silvano Rossi, da mesma diocese da Itália e Alfonso De Caro, da diocese de Salerno, e às irmãs da Sagrada Família de Verona, em Santa Luzia do Pindaré. Era bispo em Viana, dom Francisco Helio Campos, grande homem, da linha pastoral da Igreja pobre e dos pobres, iniciada no Concílio Vaticano II e na Conferência dos Bispos da América Latina de Medellín. Toda a pastoral diocesana era a serviço dos pobres, dos últimos; pastoral criticada pelas autoridades locais e nacionais. Uma experiência entusiasta junto ao povo nos bairros, nas vilas e povoados. Durou pouco. Dom Hélio voltou à casa do Pai em 1975 e nós ficamos órfãos. Foi nomeado bispo dom Adalberto Paulo Abílio da Silva, capuchinho maranhense, que introduziu uma pastoral oposta. Era muito bem relacionado com os militares e os fazendeiros. Após algumas tensões, padre Alfonso, que havia participado do nascimento da CPT, o leigo Murício Gamba e eu, fomos expulsos da diocese. Outros colegas retiraram-se por solidariedade e pela impossibilidade de trabalhar com o novo bispo. Saíram uma dezena de padres e umas 20 irmãs. Muitos catequistas foram proibidos de continuar a trabalhar nas

comunidades. Alguns padres passaram à diocese de Coroatá, outros à de Bacabal. Quatro paróquias dirigidas pelos padres franciscanos conventuais foram desmembradas e unidas à diocese de Zé Doca. Maurício Gamba, padre Carlo Ubbiali, a voluntária Celeste Lima e eu, assumimos a paróquia de Boa Vista do Gurupi, acolhidos pela bondade do querido bispo de Zé Doca, dom Guido Maria Casullo. Lá, na medida do possível, continuamos a pastoral evangélica pelos pobres, pelos quilombolas na beira do Gurupi, nos povoados, na mata e na beira da BR. Também assumimos a defesa dos peões que chegavam do Nordeste para trabalhar no Pará, sobretudo na empresa do americano Ludwig, no Jari.

Atuamos na CPT Regional que era bem organizada pelo querido amigo padre Victor Asselin, do qual eu lembro, entre as tantas testemunhas que deram suas vidas para a liberdade e os direitos dos camponeses. Estou certo que partiu dele a sugestão do meu nome para substituir, no Secretariado Nacional, o querido Ivo Poletto, que ia para São Paulo fazer especialização em Sociologia. Victor sabia que eu tinha ficado sozinho em Boa Vista e procurava um lugar para continuar o trabalho pastoral começado. Padre Alfonso De Caro,

¹ Pe. Mario Aldighieri foi secretário executivo da CPT de 1980 a 1985. Precursor na sistematização dos registros das Violências e dos Conflitos Agrários, que resultaram no relatório anual "Conflitos no Campo Brasil". Hoje vive na Itália.

² Assim são chamados os padres diocesanos enviados por suas dioceses a dioceses mais necessitadas. Ficam à disposição do bispo da Igreja local para a qual foram enviados.

roubado pelas águas do Rio Purus, no Acre, quando ia visitar uma comunidade indígena, já estava na casa do Pai. Maurício Gamba, que também nos acompanha do céu, ia casar com Josiane e preparava a mudança para São Luís. Celeste Lima ia casar com Júlio e iria se mudar para Santa Luzia do Pará.

Chegou a carta de Dom Moacyr. Achei que não podia assumir um encargo nacional tão importante e comprometido. Respondi que ele havia errado de pessoa: eu era estrangeiro, seria melhor um brasileiro; não me achava preparado para uma função tão complexa, com poucos anos de presença no Brasil e com uma experiência só de pastoral direta em paróquias do interior. E mais! Tinha sido expulso da diocese pelo bispo de Viana e isso não podia ser uma boa apresentação numa estrutura da Igreja nacional.

Dom Moacyr respondeu-me: 1-Todos nós somos estrangeiros, somente os índios são brasileiros; 2 - ter sido expulso de Viana não é um pecado, mas uma honra; 3 - precisamos de você, venha logo!

Cheguei a Goiânia em 1980 e encontrei os amigos do Secretariado. Primeiro, entre todos, Ivo Poletto que me ensinou como navegar naquele mar de lutas e sofrimentos, de presença onde tinha havido violências, de articulação com a grande rede das CPT's regionais, na relação com os bispos, as autoridades, os movimentos populares, com a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), os Sindicatos, as pastorais que seguiam a mesma linha: o CIMI (Conselho Indigenista Missionário), a Pastoral Operária, as CEB's (Comunidades Eclesiais de Base), a ACR (Ação Católica Rural) e tantas outras.

Apareceu logo, proposta do Ivo, a necessidade de registrarmos os fatos que aconteciam.

Quanta história ficaria perdida se não classificássemos os muitos conflitos pela terra! Também a história viva do presente precisava disso. O país devia e deve conhecer a realidade das injustiças no campo, a tragédia de tantas famílias que ficam sem casa e sem trabalho, os feridos e os mortos, vítimas da violência, numa sociedade sem direitos e sem respeito pela pessoa. Iniciamos manualmente essa tarefa, ainda sem o precioso auxílio do computador e da internet. Um trabalho que eu assumi com entusiasmo e fidelidade e que depois continuou, muito mais perfeito, nas mãos de quem veio depois. As notícias chegavam dos Regionais, mas também de grupos locais. Recebíamos denúncias, cartas, páginas de jornais nacionais e regionais, semanários, revistas, boletins diocesanos e paroquiais. Tudo era anotado: o local dos acontecimentos, as datas, os nomes dos trabalhadores que sofreram as agressões e outras pessoas envolvidas, como os fazendeiros, os executores da violência - jagunços, polícia - os mandantes, os encaminhamentos judiciais... Cada folha trazia o nome do conflito que crescia como um mosaico de dados que se juntavam, corrigiam, enriqueciam até chegar a um quadro, o mais certo e mais real possível.

Pouco a pouco foi preciso distinguir e organizar os conflitos em diferentes situações: por terra, trabalho escravo, na construção de barragens, na exploração de garimpos. Conflitos que afetavam diferentes categorias de trabalhadores: posseiros, indígenas, assalariados, pescadores, atingidos pelas barragens, garimpeiros.

Cada ano precisava terminar em tempo o quadro das injustiças e das violências para que todos pudessem conhecer e verificar se os problemas aumentavam ou diminuía, para assumir os desafios que a realidade apresentava e partir para uma melhor organização do trabalho e da luta pelos direitos.

Hoje os meios são bem mais avançados e a publicação já alcançando os 30 anos assim os demonstram, pois se trata de um relatório anual de valor científico, editorial e pastoral.

Eu não posso deixar de agradecer a quem me deu a graça, não obstante os meus limites, de poder participar dessa aventura humana para o bem dos camponeses, dos índios, dos quilombolas, dos escravizados e dos lutadores para reconquistar o que é deles.

Agradeço a todos que me ensinaram a viver e carregar as lutas e as esperanças dos irmãos do campo e das matas, dos rios e dos bairros. Permitam-me lembrar aqueles que foram mestres e com eles servi a CPT como serviço de uma Igreja não para si, mas para o povo sofrido: dom Moacyr Grechi, dom José Gomes, dom Tomás Balduino e dom Pedro Casaldáliga, unidos a tantos outros vivos ou já na vida sem conflitos, que neste artigo não aparecem, mas que estão todos escritos no meu coração.



Foto: Arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Conflitos no Campo

Conflitos fundiários e violência no campo

Leonilde Servolo de Medeiros¹

Os dados sobre conflitos fundiários e violência no campo no Brasil no ano de 2014 indicam a permanência de um padrão de conflitualidade que é constitutivo da nossa história e cujo cerne é, como diversos pesquisadores têm apontado, o acesso à terra. As disputas em torno desse bem revestiram-se de diversas formas ao longo do tempo, mas sua raiz está no processo de transformação da terra em equivalente de mercadoria e, portanto, na criação de condições para sua livre compra e venda no mercado e apropriação da renda fundiária. A mercantilização subjugou e tende a diluir outros significados dados à terra pelos que nela vivem.

Neste texto, vamos tratar os conflitos em três escalas temporais: uma mais imediata, referente ao ano de 2014. Outra, de médio prazo, comparando alguns dados dos últimos dez anos. Finalmente, na última parte, aproveitando o ensejo dos trinta anos da publicação sistemática do Conflitos no Campo Brasil, fazemos algumas considerações gerais sobre estas últimas décadas, que coincidem também com a redemocratização do país.

Os conflitos em 2014

Os dados de 2014 mostram a continuidade de conflitos por terra, em patamares semelhantes aos dos anos anteriores com 1.018 ocorrências. Houve um pequeno aumento dos acampamentos, mas nada que afete a tendência de baixa. Foram muitas as famílias despejadas (12.188), superando de longe as expulsas

(963), permitindo a hipótese de uma progressiva judicialização dos conflitos fundiários, uma vez que o despejo sempre se dá por meio de uma ordem judicial. Esse fato é um indicador da importância de se realizar estudos mais detalhados sobre a natureza da ação do Poder Judiciário, de forma a captar os argumentos e ação dos juízes nos casos de ordem de despejo. Um outro número significativo de famílias esteve sob ameaça de despejo (29.280) e de expulsão (23.061), o que indica que, para além das situações efetivas de saída da terra, permanece entre os afetados um clima de tensão e expectativa ante o futuro. Há uma forte concentração de casos dessa natureza no Nordeste (35,6%) e no Norte (34%). Os números das duas regiões, somados, representam cerca de dois terços dos conflitos por terra no Brasil. Os dados registram ainda 2.158 famílias em situações de destruição de casas, 2.786 de roças e 3.733 de destruição de pertences. Os números são gritantes no Nordeste, em especial na Bahia, Maranhão e Paraíba.

O número de assassinatos (36) e tentativas de assassinatos (56) mantem-se alto e também concentrado em alguns estados: Pará, Maranhão, Mato Grosso e Rondônia. Esses quatro estados respondem por 66,66 % das mortes ocorridas em 2014. O Pará é também o estado onde mais ocorreram tentativas de assassinato (cerca 50% das ocorrências), seguido de Minas Gerais (12,5%). As ocorrências de pistolagem (17.695) aparecem em todo o Brasil, mas também estão concentradas: 49% na região Norte, com destaque para o Pará e 27,50%, no Nordeste, com

¹ Professora do CPDA/UFRRJ e pesquisadora do CNPq e da Faperj.

primazia do Maranhão. Essas duas regiões, somadas, são responsáveis por 76% dos casos.

Esses números indicam um fenômeno bastante característico dos conflitos fundiários ao longo dos anos: ao mesmo tempo em que há indicadores de que eles encontram sua expressão em canais institucionais, passando por alguma mediação jurídica (como nos revela o grande número de despejos), há também a presença da pistolagem, baseada no uso de jagunços, milícias, contratação de matadores profissionais, uma prática imemorial de busca de resolução de conflitos com base na violência privada. Possivelmente, o recurso aos canais legais e a ação violenta combinam-se, numa confluência perversa, em especial nos casos de despejo. Ou seja, estamos diante de situações em que há uma anulação e negação de direitos do outro, mesmo em situações de mediação legal.

Não por acaso, as ocorrências quantitativamente mais significativas se verificam em estados onde está em jogo a permanência na terra de famílias que lá vivem de há muito. Nesse contexto, ganham protagonismo e visibilidade as chamadas “populações tradicionais”, tais como seringueiros, quilombolas, comunidades de fundo de pasto, ribeirinhos e indígenas, ao mesmo tempo que permanecem conflitos envolvendo grupos de posseiros. É de se destacar ainda o fato de que assentados também não estão livres de situações conflituosas, objeto que são de pressão de fazendeiros. O mesmo ocorre com indígenas, em áreas já homologadas. Mais um paradoxo a ser melhor compreendido: o reconhecimento do direito à terra não elimina a pressão e a violência, reabrindo condições para conflitos.

Merece ainda destaque a diversificação dos atores que estão por trás das ações de violência: empresários (individuais ou grupos empresariais), mineradoras, madeireiros, além de grileiros e fazendeiros². Esse dado é um importante indicador não só da natureza do processo de valorização da terra, mas também de que, se há novos atores, nem por isso as práticas mudam. Ou seja, as empresas incorporam um padrão de relação com as populações locais que está longe de qualquer traço de modernidade. Esta também não é uma novidade e acompanha a história do avanço dos empreendimentos empresariais no campo.

A última década

Considerando a variação dos dados na última década, podemos perceber que houve uma certa estabilização do número de conflitos por terra e da violência: os casos variaram entre um máximo de 777 em 2005 e um mínimo de 459 em 2008, voltando a subir de 2010 em diante, alcançando o patamar inicial da década considerada. Nota-se uma redução do número de pessoas envolvidas em conflitos fundiários, se considerarmos a diferença entre 2005 e 2014. No entanto, há que se registrar um substancial aumento em 2014 em relação aos anos imediatamente anteriores. O número de assassinatos manteve-se relativamente estável: de 38 em 2005, atinge seu ponto mais baixo em 2009, ponto de inflexão para um novo aumento progressivo que redundará em 36 casos em 2014.

Chama particularmente a atenção a progressiva redução de ocupações e acampamentos. As ações de acampar, por exemplo, passam de 90 em 2005, para apenas 20 em 2014. Como

² A CPT considera fazendeiro sempre que na notícia não há dados suficientes para qualificar como empresa.

apontam estudos de Ligia Sigaud, ao longo dos anos 1980 e 1990, esse tipo de ação tornou-se uma linguagem, utilizada na relação com o Estado: acampar, ocupar é uma forma de sinalizar uma demanda, que pode ser atendida (quando o é) pela criação de assentamentos rurais pelo Incra, por meio da desapropriação de terras, compra ou ainda regularização fundiária de áreas em litígio. Em alguns casos, os governos estaduais, por meio dos mecanismos legais de que dispunham, também intervieram, garantindo o acesso à terra. A progressiva queda apresentada pelos números contabilizados pela CPT indica que essa linguagem parece estar perdendo a eficácia. Caberia investigar melhor as razões disso, mas sem dúvida a opção do Estado, sob diferentes argumentos, por reduzir as desapropriações combina-se com a institucionalização de outras políticas de garantia de renda, como a consolidação do Programa Bolsa Família e a progressiva valorização do salário mínimo, que apresentou ganhos reais ao longo do tempo. Afinal, os acampamentos são alimentados pela possibilidade de acesso à terra. Quando este horizonte se distancia, outras alternativas são acionadas. Tudo indica também que, ao longo da década analisada, as organizações porta-vozes dos trabalhadores foram perdendo sua capacidade de mobilizar para as formas de luta que se consagraram como eficazes ao longo das duas décadas anteriores e outras demandas ganharam espaço.

A continuidade dos conflitos ao longo dos últimos 30 anos

Nos anos 1980, a CPT iniciou um trabalho de fundamental importância para o acompanhamento e entendimento dos conflitos do campo no Brasil: a produção sistemática de dados quantitativos, com uma metodologia claramente delineada, sobre a violência que se abatia, sob as mais diferentes formas, so-

bre os trabalhadores. Esse trabalho resultou na produção do relatório Conflitos no Campo Brasil. Aos poucos, o banco de dados se sofisticou, passou por aperfeiçoamentos nas formas de coleta e apresentação de dados, de forma a incorporar a emergência de novos atores e formas de conflito, de forma consistente com a emergência de novas questões e sujeitos no campo. É o caso, por exemplo, da inclusão em separado dos conflitos em torno da água ou de conflitos envolvendo categorias como “quilombola”, “camponeses de fundo de pasto” e outras que renomearam e deram sentido mais preciso às lutas de segmentos que durante um longo período de tempo foram catalogados como “posseiros”.

Sem dúvida, a crescente divulgação dos dados e a progressiva legitimação que eles passam a receber também consolidam o estímulo para novas denúncias, o que tem o efeito de dar maior precisão à coleta, tanto em termos qualitativos como quantitativos. Por outro lado, é necessário considerar que se o ano de 1985 é aquele em que a CPT começa a divulgar dados sistematizados, isso não significa que ele seja o marco zero dos conflitos, uma vez que as fontes assistemáticas de que se dispõe indicam uma situação de conflitividade permanente, com níveis diversos de latência nos períodos anteriores. Com efeito, nunca se fez um esforço sistemático de quantificação dos conflitos no campo nos anos da ditadura, embora a análise dos arquivos da CPT e da Contag, mostre os altos níveis de tensão existentes. Da mesma forma, qualquer levantamento cuidadoso da imprensa de esquerda no período que antecede o golpe militar, mostrará claramente que a conflitualidade é constitutiva do processo de avanço das empresas no campo, da capitalização da renda fundiária, como nos ensina José de Souza Martins. Eram então já recorrentes fatos como destruição de casas e cercas, mortes de animais, presença de jagunços intimidando

trabalhadores, assassinatos e ameaças. O golpe de 1964, que agregou militares e interesses empresariais, criou uma situação particular: ao mesmo tempo em que se intensificavam as ações de violência, pairava sobre elas um profundo silêncio. Com efeito, com a prisão de lideranças, censura aos meios de comunicação, dificuldades de livre manifestação de opinião, os muitos conflitos preexistentes e as novas frentes de conflitualidade se tornaram invisíveis para a sociedade. Nas áreas de maior tensão, iniciou-se um processo que, sob a justificativa de localizar “agentes da subversão”, não poupou mulheres, crianças, adolescentes que viram suas casas invadidas e reviradas em busca de pessoas, armas e documentos. Os registros sobre esses fatos são precários, mas os relatos da violência que os marcaram e que comecem a ser obtidos em pesquisas que tentam decifrar o período são eloquentes. Afinal, os conflitos, em especial os que ocorrem no campo, precisam de mediações para vir a público. Assim, não se pode separar as possibilidades de denúncias de conflito das condições de emergência de mediações e espaços públicos, que permitem que os fatos venham à tona e sejam efetivamente reconhecidos como casos de supressão de direitos.

Como tem sido apontado nos relatórios anteriores da CPT, os conflitos se expandiram à medida em que novas áreas foram sendo incorporadas pelos diferentes empreendimentos capitalistas, resultando em processos de expropriação de populações locais ou de demanda por acesso à terra por populações que dela já haviam sido privadas há tempos. Ao longo dos anos 1970, a política de ocupação da Amazônia intensificou as tensões em regiões como Mato Grosso e Pará, em especial por grandes empresas do setor financeiro e serviços. Mas, não menos contundente, embora menos tratada pela literatura, foi a progressiva ocupação dos cerrados que levou para o Centro-Oeste, em

busca de novas terras, agricultores de diversas regiões do país, inclusive de origem camponesa, especialmente sulinos, que se tornaram agentes da progressiva expansão da soja e transformaram profundamente esse bioma, valorizando-o do ponto de vista produtivo, mas expulsando populações que ali já viviam, quer camponeses dos mais diferentes tipos, quer povos indígenas. Nesses processos, o Estado foi um ator fundamental, favorecendo de diversas formas o acesso à terra, oferecendo crédito em condições especiais, custeando pesquisas, etc. Quando os registros sistemáticos começaram a ser divulgados, em 1985, refletiram as consequências da profunda transformação pela qual o campo passou.

Olhando os conflitos de terra ao longo das três últimas décadas, notamos uma preocupante permanência, embora entremeada por variações ao longo dos anos: há redução nos anos que se seguem à Constituição de 1988 e um progressivo aumento a partir dos anos 1990, seguido de nova redução ao final da década, para depois termos outro período de intensificação. Essas oscilações precisam ser analisadas com cuidado mas deixamos aqui uma hipótese a ser explorada: os períodos de “baixa” coincidem, grosso modo, com momentos ou de ausência de legislação específica (no período que se segue à Constituição de 1988, as desapropriações de terra tornaram-se extremamente difíceis, dada a falta de regulamentação sobre a matéria) ou de medidas intimidadoras voltadas para desarticular as ações dos movimentos sociais, como é o caso da legislação do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso, voltada para inibir acampamentos e ocupações.

No que se refere aos assassinatos, são uma constante, embora tenham se reduzido sensivelmente ao longo das três décadas: o registro se abre, em 1985, com a identificação de 125 casos, número que vai progressivamente caindo,

sendo que o ano com menor número de ocorrências (2000) acusa 21 mortes.

Ao longo desses anos, uma marca importante, como já apontado, foi o aparecimento de novos personagens, antes tratados genericamente como “posseiros”. O reconhecimento dessas categorias (quilombolas, ribeirinhos, camponeses de fundo de pasto, faxinalenses etc) e das particularidades de seus modos de vida tem sido uma marca importante dos conflitos nos últimos anos. Não se trata apenas de uma questão de nomes, mas de disputa com concepções vigentes na sociedade, na legislação e nas práticas estatais. Assim, por exemplo, a redução dos sujeitos dos conflitos fundiários a “posseiros”, resultou num tratamento da questão fundiária pelo Estado que tendeu a ignorar as particularidades do uso da terra, em especial formas de uso consagradas no tempo, mas que não encontram abrigo legal, como é o caso das terras comuns, analisadas por Alfredo Wagner Berno de Almeida.

A dinâmica da expansão da agropecuária brasileira, cerne do agronegócio, se faz num movimento complexo que tem, de um lado, as terras em produção com altos índices de produtividade. De outro, terras que estão sendo adquiri-

das visando a valorização futura, quer de produtores em crise que vendem sua propriedade para comprar terras mais baratas adiante, quer terras de pecuária, já deflorestadas, “limpas” e prontas para a reconversão produtiva ou mesmo terras ainda cobertas por matas. Esse movimento tem como um elemento de sua dinâmica a busca de novas áreas para serem incorporadas, mas que não necessariamente são colocadas de imediato em produção. Daí deriva a pressão sobre áreas de florestas, a luta por um afrouxamento nas regras de desmatamento, como mostraram os debates em torno do Código Florestal e a disputa que se trava hoje no Congresso em torno do poder de delimitação de terras indígenas.

Ao longo dos últimos trinta anos, em que pesem os inegáveis avanços da democratização, o surgimento de movimentos reivindicando direitos de populações pouco visíveis aos grandes projetos de desenvolvimento, os sensíveis avanços nas políticas públicas, não há como ignorar que as opções políticas feitas criaram condições para a reprodução da violência no campo, a outra face da expansão do agronegócio e da especulação fundiária que é constitutiva desse processo.

Referências

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras tradicionalmente ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In Nelson Delgado (org). Brasil rural em debate. Brasília: Condraf/MDA, 2010.

MARTINS, José de Souza. Fronteira. A degra-

dação do outro nos confins do humano. São Paulo: Contexto, 2009.

SIGAUD, Ligia. A forma acampamento: notas a partir da versão pernambucana. Novos Estudos, no. 58, 2000.

Tabela 2 - Conflitos no Campo

Acre				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Acrelândia	Fazenda Canaã	31/01/2014	72	Sem Terra
Acrelândia	Fazenda Forte Veneza	03/08/2014	20	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Arrombamento da Sede da CPT	04/02/2014		Agente pastoral
Boca do Acre/Rio Branco	Comunidade Floresta do Acre	27/01/2014	67	Posseiros
Boca do Acre/Rio Branco	Comunidade Lago Novo	12/08/2014	46	Ribeirinhos
Boca do Acre/Rio Branco	Faz. União/Cruzeirinho	30/01/2014	114	Sem Terra
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Andaraí	26/05/2014	120	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bananeira	27/01/2014	26	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Bom Lugar/Com. Nova Vida	26/05/2014	50	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Cajueiro	27/01/2014	25	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Entre Rios	27/01/2014	18	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Igarapé Grande	26/05/2014	26	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Macapá	01/04/2014	114	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Nova Axioma	27/01/2014	73	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pau d'Alho	26/05/2014	22	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Perseverança	26/05/2014	21	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Pirapora	01/04/2014	350	Seringueiros
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Redenção	29/05/2014	33	Seringueiros
Capixaba	Fazenda Campo Alegre	29/04/2014	100	Assentados
Cruzeiro do Sul	Aldeia Samaúma e Outras 5 Aldeias/Povo Katukina	15/08/2014	780	Indígenas
Cruzeiro do Sul	Seringal Russas	15/07/2014	80	Seringueiros
Cruzeiro do Sul	Seringal Valparaíso	15/08/2014	130	Seringueiros
Manoel Urbano	Assentamento Aleluia	04/03/2014	155	Assentados
Manoel Urbano	Seringal Afluente	04/03/2014	40	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Barcelona	26/02/2014	80	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Entaúba	20/03/2014	22	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Itatinga	14/10/2014	21	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Liberdade	04/03/2014	12	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Novo Destino	15/02/2014	70	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Novo Mundo	28/02/2014	35	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Porto Central	14/10/2014	18	Seringueiros
Manoel Urbano	Seringal Santarém	15/02/2014	150	Seringueiros
Porto Acre	Fazenda Vista Alegre	26/08/2014	102	Sem Terra
Rio Branco	Arrombamento da Sede do Cimi Regional Amazônia Ocidental	22/09/2014		Indígenas
Rio Branco	Arrombamento da Sede do Cimi Regional Amazônia Ocidental	13/10/2014		Indígenas
Rio Branco	Faz. Brahma/Brama	06/01/2014	1020	Sem Terra
Rio Branco	Seringal Belo Horizonte/Laminados Triunfo	24/04/2014	100	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Cachoeira/Laminados Triunfo	11/06/2014	100	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Macapá/Laminados Triunfo	08/07/2014	300	Seringueiros
Rio Branco	Seringal Remanso/Laminados Triunfo	24/04/2014	30	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Bernardo/Laminados Triunfo	24/04/2014	19	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Espalha/Laminados Triunfo	11/06/2014	350	Seringueiros
Rio Branco	Seringal São Francisco do Iracema/Laminados Triunfo	11/06/2014	300	Seringueiros
Sena Madureira	Fazenda Berrante	11/12/2014	14	Posseiros
Sena Madureira	Seringal Novo Amparo/Nena Brasil/Ramal do 15	30/11/2014	15	Posseiros
Sena Madureira	Seringal São Francisco/Colocação São Paulo	28/04/2014	120	Posseiros
Subtotal:		46	5360	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Redenção	02/05/2014		SI
Boca do Acre/Rio Branco	Seringal Redenção	10/06/2014	33	SI

Porto Acre	Fazenda Vista Alegre	19/09/2014	102	STR	
Subtotal:		3	135		
Total Conflitos por Terra - AC		49	5495		
TRABALHO					
Trabalho Escravo					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos Menores Tipo de Trabalho	
Rio Branco	Fazenda em Rio Branco	15/11/2014	15	15	Pecuária
Rio Branco	Fazenda Perseverança	22/04/2014	3	3	Pecuária
Tarauacá	Fazenda Porto Alegre	29/07/2014	55	55	4 Desmatamento
Subtotal:		3	73	73	4
Total Conflitos Trabalhistas - AC		3	73		
Total dos Conflitos no Campo AC		52	Pessoas: 27548		

Alagoas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Belo Monte	Fazenda Santa Mônica	13/01/2014	50	Sem Terra
Maragogi	Faz. Várzea Grande/Vargem Grande	20/05/2014	300	Sem Terra
Messias	Faz. Flor do Bosque/Us. Sta. Clotilde	30/07/2014	35	Assentados
Messias	Faz. Gitirana/Us. Utinga Leão	01/06/2014	25	Sem Terra
Messias/Rio Largo	Faz. Riachão/Acamp. Lajeiro/Us. Utinga Leão	05/06/2014	22	Sem Terra
Palmeira dos Índios	Aldeia Cafurna de Baixo/T. I. Xucuru-Kariri	11/07/2014	60	Indígenas
Rio Largo	Faz. Urucum/Us. Utinga Leão	01/06/2014	31	Sem Terra
Santana do Mundaú	Faz. Santa Ana/Us. Guaxuma	21/07/2014	62	Sem Terra
São Miguel dos Milagres	Fazenda Castelo	17/05/2014		Sem Terra
São Miguel dos Milagres	Fazenda Castelo	18/11/2014	60	Sem Terra
Teotônio Vilela	Faz. Nova/Us. Gauxuma	21/07/2014	60	Sem Terra
Teotônio Vilela	Faz. Padre Cícero/Us. Guaxuma	02/06/2014	60	Sem Terra
Teotônio Vilela	Faz. Peri-peri/Us. Guaxuma	02/06/2014	60	Sem Terra
Teotônio Vilela	Faz. Sapé/Us. Guaxuma	21/07/2014	40	Sem Terra
União dos Palmares	Faz. São José/Us. Guaxuma	20/07/2014		Sem Terra
União dos Palmares	Faz. São José/Us. Guaxuma	21/07/2014	60	Sem Terra
Subtotal:		16	925	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Atalaia	Área em Atalaia	25/07/2014	133	MST
Branquinha	Faz. Batateira/Us. Laginha	23/04/2014	70	MLST
Japaratinga	Parte da Faz. Arrepiado	21/04/2014	50	MLST
Junqueiro	Área em Junqueiro	25/07/2014	133	MST
Santana do Mundaú	Faz. Santa Ana/Us. Guaxuma	01/06/2014	62	VT*
São Miguel dos Milagres	Fazenda Castelo	17/05/2014	60	VT*
Teotônio Vilela	Área em Teotônio Vilela	25/07/2014	133	MST
Teotônio Vilela	Faz. Nova/Us. Gauxuma	02/06/2014	60	VT*
Teotônio Vilela	Faz. Padre Cícero/Us. Guaxuma	02/06/2014	60	VT*
Teotônio Vilela	Faz. Peri-peri/Us. Guaxuma	02/06/2014	60	VT*
Teotônio Vilela	Faz. Sapé/Us. Guaxuma	01/06/2014	40	VT*
União dos Palmares	Faz. Amolar/Us. Laginha	22/05/2014	60	MLST
União dos Palmares	Faz. São José/Us. Guaxuma	01/06/2014	46	VT*
Subtotal:		13	967	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
São Miguel dos Milagres	Fazenda Castelo	05/11/2014	60	VT*
Subtotal:		1	60	

Total Conflitos por Terra - AL		30	1952	
---------------------------------------	--	-----------	-------------	--

TRABALHO						
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Piaçabuçu	Crianças exploradas na Carcinicultura/Baixo São Francisco	20/05/2014				Carcinicultura
Subtotal:		1				
Total Conflitos Trabalhistas - AL		1				
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Maceió	Comunidade Pescadores do Jaraguá	11/08/2014	120	Uso e preservação	Ameaça de expropriação	
Porto de Pedras	Colônia de Pescadores Z-25/Praia do Patacho	08/04/2014		Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Subtotal:		2	120			

Total dos Conflitos no Campo AL	33	Pessoas: 10360
--	-----------	-----------------------

Amapá

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Amapá	Base Aérea	12/07/2014	20	Posseiros		
Amapá	Comunidades ao Longo do Rio Laranjeiras	04/04/2014	20	Posseiros		
Amapá	Cruzeiro/Amcel	31/12/2014	2	Posseiros		
Amapá	Faz. Itapoã/Amcel/Piquiá	31/12/2014	20	Posseiros		
Amapá	Faz. Itapoã/Santa Bárbara/Amcel	31/12/2014	15	Posseiros		
Amapá	Fazenda Espírito Santo	19/11/2014	16	Posseiros		
Calçoene	Bela Vista	31/12/2014	8	Posseiros		
Calçoene	Cunani e 7 Ilhas	31/12/2014	30	Posseiros		
Calçoene	Juncal	31/12/2014	30	Posseiros		
Calçoene	Ramal Ilha Grande	31/12/2014	5	Posseiros		
Calçoene/Oiapoque	Parque Nac. do Cabo Orange/Vila Velha/Taperebá/Cunani	31/12/2014	80	Posseiros		
Cutias do Araguari	Amcel/Alta Floresta/Gurupora	31/12/2014	54	Posseiros		
Cutias do Araguari	Fazenda Parabrilho/Gurupora	31/12/2014	20	Posseiros		
Cutias do Araguari	Rebio Lago Novo	31/12/2014	15	Posseiros		
Cutias do Araguari	Retiro Santa Rosa	31/12/2014	2	Posseiros		
Ferreira Gomes	CFA/Grilagem	31/12/2014				
Ferreira Gomes	Faz. Teimoso/Grilagem	31/12/2014				
Ferreira Gomes	Igarapé do Palha/Amcel	31/12/2014	16	Posseiros		
Itaubal do Pírim	Amcel/Inajá/Corre Água	31/12/2014	30	Posseiros		
Itaubal do Pírim	Áreas em Itaubal /Agronegócio Sinal Verde/Boa Vista	02/12/2014	20	Posseiros		
Itaubal do Pírim	Com. Quil. São Miguel do Macacoari	08/12/2014	20	Quilombolas		
Itaubal do Pírim	Retiro São Francisco/Areia Branca	01/01/2014	1	Posseiros		
Itaubal do Pírim	Retiro São João/Areia Branca	01/01/2014	1	Posseiros		
Laranjal do Jari	Resex/Cajari	31/12/2014	190	Posseiros		
Macapá	Amcel/Corre Água	31/12/2014	14	Posseiros		
Macapá	APA da Fazendinha	31/12/2014	600	Posseiros		
Macapá	Ariri	31/12/2014	20	Quilombolas		
Macapá	Bonito da Pedreira	31/12/2014				
Macapá	Jupati	31/12/2014	15	Ribeirinhos		
Macapá	Pírim/Pacuí	31/12/2014	30	Posseiros		
Macapá	Quilombo Conceição do Macacoari	11/01/2014	20	Quilombolas		
Macapá	Quilombo Maruanum/Sta. Luzia/Bacaba	31/12/2014	6	Quilombolas		
Macapá	Ramal do Abacate/Km 34/EFA	31/12/2014	2	Posseiros		
Macapá	Santa Luzia/Rio Pacuí	31/12/2014	75	Posseiros		
Macapá	Santo Antônio da Pedreira	30/06/2014		Assentados		
Macapá	Sítio Petry	31/12/2014				
Macapá	Torrão do Matapi/Ramal dos Maranhenses	31/12/2014	35	Quilombolas		

Mazagão	Assentamento Extrativista do Maracá	31/12/2014	12	Assentados
Mazagão	Assentamento Pancada do Camaipi	31/12/2014	9	Assentados
Mazagão	Estrada Maracá	12/05/2014		Assentados
Mazagão	Retiro Barrau e Outros	31/12/2014	3	Posseiros
Mazagão/Porto Grande	Mineração Amapari/Santa Maria	31/12/2014	23	Posseiros
Oiapoque	Igarapé Grande	13/08/2014		Assentados
Porto Grande	Amcel/Copalma/Km 92	31/12/2014	29	Posseiros
Porto Grande	Colônia do Matapi/Linha A	31/12/2014	5	Posseiros
Porto Grande	Colônia do Matapi/Linha C	31/12/2014	2	Pequenos proprietários
Porto Grande	Comunidade Vila Nova/Fundiário	01/12/2014		
Porto Grande	Km 117 da EFA	30/09/2014	30	Posseiros
Porto Grande	Retiro dos Pinhais	31/12/2014	10	Posseiros
Pracuúba	Cujubim	31/12/2014	1	Posseiros
Pracuúba	Olho d'Água	31/12/2014		
Pracuúba	Retiro Santo André	31/12/2014		
Pracuúba	Retiro São Jorge	31/12/2014		
Santana	P. A. Matão do Piaçacá	31/12/2014	14	Assentados
Santana	Pau Furado/Matapi/MMX	31/12/2014	14	Ribeirinhos
Serra do Navio	Assentamento Silvestre	31/12/2014	12	Assentados
Serra do Navio	Cachaço	31/08/2014	2	Posseiros
Tartarugalzinho	Aporema/Livramento	31/12/2014	12	Posseiros
Tartarugalzinho	Aporema/Ramal São Benedito/Amcel	31/12/2014	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Asa Branca/Amcel	31/12/2014		
Tartarugalzinho	Assentamento Janary Nunes	31/12/2014	30	Assentados
Tartarugalzinho	Campo Belo	31/12/2014	1	Posseiros
Tartarugalzinho	Champion/Chamflora	31/12/2014		
Tartarugalzinho	Comunidade do Meraúba	20/02/2014	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Duas Bocas/Cassimiro/S. Bento e Manoel/Agrop. Nova Canaã	31/12/2014	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Faz. Santo Antônio/Grilagem	31/12/2014		
Tartarugalzinho	Ponta do Socorro e Vareiro	31/12/2014	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal do Ariramba/Grilagem	31/12/2014	28	Posseiros
Tartarugalzinho	Ramal Nova Canaã/Colônia de Itauba/Faz. Santa Isabel/Amcel/Pedreiro/Boca do Braço	31/12/2014	50	Posseiros
Tartarugalzinho	Reflorex/Novo Horizonte/Amcel	31/12/2014	2	Posseiros
Tartarugalzinho	Rocinha do Espírito Santo	31/12/2014	5	Posseiros
Tartarugalzinho	Três Marias	31/12/2014	30	Posseiros
Tartarugalzinho	Uapezal	31/08/2014	10	Posseiros
Vitória do Jari	Glebas Jari/Morro do Felipe/Jarcel	31/12/2014	57	Posseiros
Subtotal:		74	1888	

Total Conflitos por Terra - AP 74 1888

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Ferreira Gomes	UHE Ferreira Gomes	17/07/2014	49	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Laranjal do Jari	UHE Santo Antônio	29/03/2014	34	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Mazagão	Rio Preto/PAE Maracá	31/12/2014	150	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Mazagão/Porto Grande	Rio Vilanova/Curumuru/Amapari	31/12/2014	58	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pedra Branca do Amapari	Igarapé William/São Domingos	31/12/2014	48	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Porto Grande	UHE Caldeirão	30/06/2014	20	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		6	359		

Total dos Conflitos no Campo AP 80 Pessoas: 11235

Amazonas

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Humaitá/Manicoré	T. I. Tenharim	13/01/2014		Indígenas
Irlanduba	Gleba Igarapé do Bode	28/09/2014	120	Posseiros
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	31/07/2014	500	Ribeirinhos
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	16/07/2014	250	Assentados
Manaus	Comunidade Pau Rosa	31/12/2014	130	Posseiros
Manaus	Comunidades Ribeirinhas do Puraquequara	14/07/2014	800	Ribeirinhos
Manaus	Tarumã-Açu/Com. Novo Paraíso/Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	28/02/2014	2	Posseiros
Manaus	Uberê	27/01/2014		Posseiros
Manaus	Uberê	09/10/2014	80	Posseiros
Manicoré	Comunidade Mata Azul	30/10/2014	5	Posseiros
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	30/10/2014	200	Posseiros
Subtotal:		11	2087	

Total Conflitos por Terra - AM

11 **2087**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Barcelos	Irajá Fibras Naturais da Amazônia-L.C Morais Rocha Comercia	30/04/2014	9			Extração de palmas piaçaba
Barcelos	Piaçabais no Rio Preto e Igarapé Lago Preto/Irajá Fibras Naturais da Amazônia	30/04/2014	13	13		Extrativismo
Lábrea	Castanhal Lusitânia	16/03/2014	21	21	6	Extração de Castanha
Santa Isabel do Rio Negro	Piaçabal do Igarapé Anhuri	09/09/2014	7	7		Extração de Palmas
Subtotal:		4	50	41	6	

Total Conflitos Trabalhistas - AM

4 **50**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Nova Olinda do Norte	Aldeias no Rio Abacaxis/Pilão e Terra Preta/Povo Maraguá	25/08/2014		Uso e preservação	Pesca predatória
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco- Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	31/12/2014	118	Uso e preservação	Pesca predatória
Subtotal:		2	118		

Total dos Conflitos no Campo AM

17

Pessoas: 11075

Bahia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Buerarema	Faz. Rio Cipó/A Firma/Serra do Padeiro	04/02/2014	50	Indígenas
Buerarema	Faz. Sempre Viva/Serra do Padeiro	28/01/2014	9	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Bela Vista/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Boa Vista I, II e III/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Boa Vontade/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Bom Viver/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Catulé/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Copacabana/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Lembrança/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas

Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Modelo/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Santa Catarina/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Faz. Santa Rosa/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	20/02/2014		Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	22/03/2014		Indígenas
Buerarema/Ilhéus/Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	24/04/2014	130	Indígenas
Buerarema/Una	Conjunto Trindade/Povo Tupinambá	19/03/2014	1	Indígenas
Buritirama	Com. de Baixão do Cecílio	01/11/2014	50	Camponeses de fundo de pasto
Caetitê	Com. de Malhada/EPP Energia Eólica	04/09/2014	67	Quilombolas
Campo Alegre de Lourdes	8 Comunidades de Angico dos Dias	28/08/2014	1800	Posseiros
Campo Formoso	Com. Limoeiro/Mineradora Ferbasa	30/06/2014	1	Posseiros
Cocos	T. I. Xakriabá	31/05/2014		Indígenas
Cocos	T. I. Xakriabá	03/06/2014		Indígenas
Cocos	T. I. Xakriabá	19/06/2014	50	Indígenas
Conceição do Coité	Faz. Marruás/Itareru	21/01/2014		Sem Terra
Conceição do Coité	Faz. Marruás/Itareru	18/02/2014		Sem Terra
Conceição do Coité	Faz. Marruás/Itareru	11/09/2014	400	Sem Terra
Correntina	Assoc. de Com. Tradicionais do Fecho do Quincão	29/01/2014	310	Camponeses de fundo de pasto
Correntina	Com. Tradicionais de Fecho de Pasto da Vereda da Felicidade	31/08/2014	26	Camponeses de fecho de pasto
Correntina	Com. Tradicionais de Fecho de Pasto do Brejo Verde	10/10/2014		Camponeses de fundo de pasto
Correntina	Com. Tradicionais de Fecho de Pasto do Brejo Verde	18/12/2014	500	Camponeses de fundo de pasto
Correntina	Faz. Barra Velha/Grupo Mizote/Com. Ponte Velha/Salobro/Remanso/Pedra Branca/Pedrinhas/Venço	06/02/2014	240	Camponeses de fecho de pasto
Encruzilhada	Fazenda São Luís	12/11/2014	10	Posseiros
Gentio do Ouro	Comunidade Carranca	01/11/2014	1	Camponeses de fundo de pasto
Ilhéus	Faz. Belo Horizonte/T. I. Tupinambá/Serra do Padeiro	19/03/2014	1	Indígenas
Ilhéus	Faz. São José/Serra do Padeiro	28/01/2014	9	Indígenas
Ilhéus	Vila Santana/T. I. Tupinambá Olivença	26/04/2014		Indígenas
Itaguaçu da Bahia/Jussara/Sento Sé/Xique-Xique	Projeto de Irrigação Baixio do Irecê/24 Comunidades Atingidas/PAC	20/05/2014	600	Camponeses de fundo de pasto
Itamaraju/Porto Seguro/Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	03/05/2014		Indígenas
Itamaraju/Porto Seguro/Prado	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	26/11/2014	186	Indígenas
Itapebi	Aldeia Encanto da Patioba	07/03/2014	28	Indígenas
Jacobina	Com. de Canavieira/Itapicuru/Jaboticaba/Mineração Yamana Gold	24/04/2014	150	Pequenos proprietários
Juazeiro	Comunidade de Tamanduá	17/08/2014	70	Camponeses de fundo de pasto
Maragogipe	Baixão do Guai	20/07/2014	50	Quilombolas
Mirangaba/Pindobaçu	Comunidade Jatobá	11/10/2014	1	Camponeses de fundo de pasto
Monte Santo	P. A. Nossa Senhora do Rosário	06/02/2014		Assentados
Morro do Chapéu	P. A. Lagoinha/Com. Alecrim/Boa Vista	08/10/2014	150	Assentados
Nova Viçosa	Com. Quilombola Rio do Sul/Acamp. Nelson Mandela	06/07/2014	70	Quilombolas
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba	03/02/2014	80	Indígenas
Prado/Teixeira de Freitas	Faz. Santa Rita/Grupo Ju Ungro	04/04/2014	240	Sem Terra
Salinas da Margarida	Conceição de Salinas	05/08/2014	900	Pescadores
Santa Maria da Vitória	Com. Aldeia/Fiol/PAC	02/09/2014	70	Ribeirinhos
São Francisco do Conde	Com. Quilombola Dom João	30/04/2014	35	Quilombolas
São Francisco do Conde	Com. Quilombola Monte Recôncavo	25/05/2014	700	Quilombolas
São Gabriel	Com. Gameleira/Boqueirão dos Carlos/Lagoa de Fora/Boqueirão do Ezequiel	08/10/2014	1225	Pequenos proprietários
Seabra	Com. Baixão das Palmeiras/Goiabeira/Veredinha/Vale do Paraíso	14/11/2014	300	Posseiros
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	06/01/2014		Quilombolas
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	30/01/2014	43	Quilombolas
Souto Soares	21 Com. Ameaçadas pelos Projetos de Energia Eólica e Mineração	23/09/2014	1381	Pequenos proprietários
Vereda	Fazenda Revolta	18/06/2014	15	Sem Terra

Subtotal:		59	9959			
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Alcobaça	Área da Empresa Fibria Celulose	19/04/2014	50	Índios		
Baixa Grande	Fazenda Camapuã	25/07/2014	250	MST		
Boa Vista do Tupim	Fazenda Arcadia	14/06/2014	15	Ceta		
Conceição do Coité	Faz. Marruás/Itareru	16/01/2014		MST		
Conceição do Coité	Faz. Marruás/Itareru	10/07/2014	400	MST		
Encruzilhada	Faz. Próxima à Nascente do Rio Água Preta	17/05/2014		Ceta/MPA/MST/MTD		
Itaberaba	Fazenda Bom Jardim	30/03/2014	200	MST		
Itamaraju/Porto Seguro/Prado	Faz. Barra Mansa/T. I. Barra Velha	24/04/2014	250	Índios		
Itamaraju/Porto Seguro/Prado	Faz. Brasília/T. I. Barra Velha	24/04/2014	250	Índios		
Itamaraju/Porto Seguro/Prado	Faz. Caveira/T. I. Barra Velha	19/04/2014		Índios		
Mundo Novo	Fazenda Jequitibá	02/01/2014	20	Ceta		
Nova Viçosa	Com. Quilombola Rio do Sul/Acamp. Nelson Mandela	10/03/2014	70	Quilombola		
Prado	Faz. Mucugê/T. I. Cahy Pequi	17/04/2014	100	Índios		
Prado	T. I. Cahy-Pequi/Comexatiba	03/02/2014	80	Índios		
Prado/Teixeira de Freitas	Faz. Santa Rita/Grupo Ju Ungro	28/03/2014		MST		
Prado/Teixeira de Freitas	Faz. Santa Rita/Grupo Ju Ungro	05/07/2014	240	MST		
Vereda	Fazenda Revolta	30/05/2014	15	MST		
Subtotal:		17	1940			
Total Conflitos por Terra - BA		76	11899			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Encruzilhada	Fazenda Serra Verde	21/07/2014	32	32		Lavoura
Subtotal:		1	32	32		
Total Conflitos Trabalhistas - BA		1	32			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Andorinha	Açude Itê/Mineradora Ferbasa	08/04/2014	70	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água	
Caetité	Com. Araticum/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	18	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Caetité	Com. Casa da Roda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	18	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Caetité	Com. Flores/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	21	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Caetité	Com. João Barroca/Bamin/BML	30/04/2014	26	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Caetité	Com. Olho d' Água dos Pires/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	7	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Caetité	Com. Rancho do Meio/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	9	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	
Cairu	Ilha de Boipeba	03/07/2014		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais	
Campo Formoso	Com. de Brejo Grande/Mineradora Ferbasa	15/04/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Campo Formoso	Com. Limoeiro/Mineradora Ferbasa	15/04/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Campo Formoso	Com. Santo Antônio/Mineradora Ferbasa	15/04/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição	
Coribe/Jaborandi	Com. Localidade Cachoeirão/Barragens Rio Formoso/PCH do Arrodeador	30/11/2014	2000	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação	
Pindaí	Com. Baixa Preto/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	19	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água	

Pindaí	Com. Barra dos Crioulos/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	6	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pindaí	Com. Barriguda/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	33	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pindaí	Com. Cachoeira de Baixo/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	30	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pindaí	Com. Cachoeira de Cima/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	17	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pindaí	Com. Pau Ferro/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	10	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pindaí	Com. Piripiri/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	5	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pindaí	Com. Poço Comprido/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	27	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pindaí	Com. Rega Pé/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	8	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Pindaí	Com. Tábuas/Projeto Pedra de Ferro/Bamin	30/04/2014	5	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Salinas da Margarida	Comunidade Encarnação	17/03/2014	100	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Salvador	Território Quil. da Ilha de Maré/Porto de Aratu/Petrobras/PAC	29/07/2014	3000	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Santa Maria da Vitória	Aguada Poço de Dentro/Com. de Salobro	14/11/2014	390	Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
São Félix	Com. Ribeirinha da Faz. Pilar/Barragem Pedra do Cavalo	07/01/2014		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		26	5819		

Total dos Conflitos no Campo BA

103

Pessoas: 88622

Ceará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Santo/Jaguaribe/Jaguaruana/Limoeiro do Norte/Quixerê	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi/PAC	07/05/2014	800	Sem Terra
Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	12/03/2014	27	Pescadores
Ararendá	Fazenda Lindóia	13/02/2014		Sem Terra
Ararendá	Fazenda Lindóia	21/02/2014	60	Sem Terra
Caucaia	T. I. Tapeba	31/03/2014	1140	Indígenas
Ibaretama	Fazenda Bonito	02/05/2014	237	Sem Terra
Itapipoca/Itarema	T. I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	10/08/2014		Indígenas
Itapipoca/Itarema	T. I. Tremembé/Emp. Espanhola Nova Atlântida	11/10/2014	205	Indígenas
Subtotal:		8	2469	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Alto Santo/Jaguaribe/Jaguaruana/Limoeiro do Norte/Quixerê	Proj. de Irrigação Jaguaribe-Apodi/PAC	05/05/2014	800	MST/STR
Ararendá	Fazenda Lindóia	18/02/2014	60	MST
Cratêus	Faz. Besouro/Barragem Fronteiras	24/04/2014	70	MST
Itarema	Fazenda Viana	22/04/2014	100	MST
Quixeramobim	Fazenda Boa Vista	22/04/2014	200	MST
Tamboril	Cacimba dos Moços/Faz. Timbó	24/04/2014	70	MST
Subtotal:		6	1300	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Ibaretama	Fazenda Bonito	22/04/2014	237	MST
Subtotal:		1	237	

Total Conflitos por Terra - CE 15 4006

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Aracati	Atividade Pesqueira/José Gilvan Ribeiro Oliveira	22/05/2014	6	6		Pesqueiro
Caucaia	Fazenda Água Suja	15/10/2014	13	13		Lavoura
Granja	Sítio Lagoa do Mucambo	26/09/2014	11	11		Extração de Carnaúba
Groaíras	Fazenda em Groaíras	04/12/2014	26	26		Extração de Carnaúba
Morada Nova	Industria de Cerâmica do Arraial Ltda	11/11/2014	5	5		Fabricação de Cerâmica
Quixerê	Sítio Macaco	18/12/2014	2	2		Pecuária
Viçosa do Ceará	Sítio Caiçara	26/09/2014	6	6		Extração de Carnaúba
Subtotal:		7	69	69		

Total Conflitos Trabalhistas - CE 7 69

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Alto Santo/Iracema/Potiretama	Barragem do Figueiredo/PAC	18/09/2014	45	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Subtotal:		1	45		

Total dos Conflitos no Campo CE 23 Pessoas: 20324

Distrito Federal

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Planaltina	Faz. Sta. Isabel/Emp. Rural Whittmann Agropecuária Ltda	28/07/2014		Sem Terra
Planaltina	Faz. Sta. Isabel/Emp. Rural Whittmann Agropecuária Ltda	03/08/2014	638	Sem Terra
Planaltina	Fazenda Toca da Raposa	13/08/2014	600	Sem Terra
Planaltina	Fazenda Três Pinheiros	13/08/2014		Sem Terra
Planaltina	Fazenda Três Pinheiros	28/08/2014	300	Sem Terra
Planaltina	Sítio Felicidade	19/11/2014	10	Sem Terra
Subtotal:		6	1548	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Planaltina	Faz. Chácara 39/Núcleo Rural Pipiripau	16/11/2014	200	MST
Planaltina	Faz. Sta. Isabel/Emp. Rural Whittmann Agropecuária Ltda	26/07/2014	638	MST
Planaltina	Fazenda Três Pinheiros	03/08/2014	300	MST
Planaltina	Laranjal próx. ao Sítio Felicidade	31/03/2014	100	MBST
Planaltina	Sítio Felicidade	16/11/2014	10	MBST
Subtotal:		5	1248	

Total Conflitos por Terra - DF 11 2796

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Planaltina	Faz. Sta. Isabel/Emp. Rural Whittmann Agropecuária Ltda	01/07/2014	33	33	1	Lavoura
Subtotal:		1	33	33	1	

Total Conflitos Trabalhistas - DF 1 33

Total dos Conflitos no Campo DF 12 **Pessoas:** 14013

Espírito Santo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aracruz	Ald. Córrego d' Ouro/Olho d' Água/Tupinikim/Guarani M'Bia	10/08/2014	750	Indígenas
Aracruz	T. I. Comboios/Vale	18/03/2014	117	Indígenas
Cachoeiro do Itapemirim/Presidente Kennedy	Faz. Santa Maria/Acamp. José Marcos de Araújo dos Santos	28/04/2014	75	Sem Terra
Conceição da Barra	Com. Quilombola de Angelim I/Sapê do Norte/Aracruz	21/11/2014	70	Quilombolas
Conceição da Barra	Com. Quilombola do Linharinho/Aracruz	21/11/2014	48	Quilombolas
Conceição da Barra	Com. Quilombola Roda d' Água/Sapê do Norte	21/11/2014		Quilombolas
Conceição da Barra	Com. Quilombola S. Domingos/Sapê do Norte/Aracruz	15/09/2014	70	Quilombolas
Conceição da Barra/São Mateus	Com. Quilombola São Jorge/Morro das Araras/Sapê do Norte/Aracruz	21/11/2014	70	Quilombolas
Linhares	Faz. Volta Grande/Nossa Senhora da Conceição	20/06/2014		Sem Terra
Linhares	Faz. Volta Grande/Nossa Senhora da Conceição	17/07/2014	110	Sem Terra
São Domingos do Norte	Acamp. Tião Mauro	02/06/2014	100	Sem Terra
São Mateus	Com. Quilombola Serraria/São Cristovão/Sapê do Norte/Aracruz	09/03/2014	45	Quilombolas
Subtotal:		12	1455	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Linhares	Faz. Volta Grande/Nossa Senhora da Conceição	01/06/2014	110	MST
Subtotal:		1	110	

Total Conflitos por Terra - ES 13 **1565**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Sooretama	Faz. Nova Paraná	03/06/2014	86	86		Lavoura
Subtotal:		1	86	86		

Total Conflitos Trabalhistas - ES 1 **86**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Aracruz	Barra do Riacho/Estaleiro Jurong de Aracruz	12/02/2014		Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Aracruz	Barra do Riacho/Estaleiro Jurong de Aracruz	05/07/2014	147	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Aracruz/Conceição da Barra/São Mateus	Aracruz/Vila do Riacho/Caieiras Velhas/Fibria/Votorantim	11/05/2014	147	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Linhares	Barra do Riacho/Barra do Sahy/Porto Norte Capixaba/Superporto Manabi	29/01/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Linhares	Barra do Riacho/Barra do Sahy/Porto Norte Capixaba/Superporto Manabi	11/05/2014	147	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		5	441		

Total dos Conflitos no Campo ES 19 **Pessoas:** 10116

Goias

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Catalão	Com. Macaúba/Vale	26/11/2014	20	Pequenos proprietários
Catalão	Com. Mata Preta/Vale	26/11/2014	20	Pequenos proprietários

Corumbá de Goiás	Agropecuária Santa Mônica	31/08/2014		Sem Terra
Corumbá de Goiás	Agropecuária Santa Mônica	02/09/2014	3500	Sem Terra
Nova Roma	Quilombo Família Magalhães	28/02/2014	35	Quilombolas
Paraúna/Rio Verde	Faz. Descanso/Assent. Estreito da Ponte Pedra	16/09/2014	112	Assentados
Santa Helena de Goiás	Faz. Ouro Branco/Us. Santa Helena	09/04/2014	50	Sem Terra
Subtotal:		7	3737	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Corumbá de Goiás	Agropecuária Santa Mônica	31/08/2014	3500	MST
Itaçu	Faz. Córrego Rico/Faz. do Estado	04/10/2014	120	Terra Livr
Santa Helena de Goiás	Faz. Ouro Branco/Us. Santa Helena	28/02/2014	50	MST
Subtotal:		3	3670	

Total Conflitos por Terra - GO 10 7407

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Caldas Novas	Fazenda Bagre	27/05/2014	3	3		Mineração
Guapó	Boa Vista do Ribeirão	11/03/2014	5	5		Olaria
Guapó	Boa Vista do Ribeirão	11/03/2014	8	8		Olaria
Guapó	Boa Vista do Ribeirão	11/03/2014	13	13		Olaria
Guapó	Boa Vista Ribeirão	11/03/2014	6	6		Olaria
Jataí	Fazenda Paraíso	01/04/2014	8	8		Reflorestamento
Mundo Novo	Fazenda Santa Fé	26/02/2014	7			Pecuária
São João da Aliança	Carvoaria em São João d' Aliança	17/09/2014	4	7		Carvoaria
São Miguel do Araguaia	Fazenda Moreira	11/02/2014	10	10		Pecuária
Subtotal:		9	64	60		

Total Conflitos Trabalhistas - GO 9 64

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Catalão	Com. Rurais da Bacia Hidrográfica do Ribeirão Samambaia e Pari	08/09/2014	150	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Minaçu	UHE de Cana Brava	04/12/2014	187	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		2	337		

Total dos Conflitos no Campo GO 21 Pessoas: 38784

Maranhão

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Aldeias Altas	Pov. Gostoso, Barro I e II, Pati, Bom Sucesso/TG Agroindústria	31/12/2014	19	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Com. Faveira/KBF Participação e Empreendimentos Ltda	31/12/2014	30	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Com. Quilombola Mamorana/Boa Hora 3	31/12/2014	22	Quilombolas
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	28/01/2014		Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	11/07/2014	72	Posseiros
Alto Alegre do Maranhão	Tapera	31/12/2014	25	Posseiros
Amarante do Maranhão	Povoado Belo Monte 3	10/07/2014	42	Posseiros
Amarante do Maranhão	Terra Indígena Governador	10/09/2014	220	Indígenas
Amarante do Maranhão/Arame/Bom Jesus das Selvas/Buriticupu/Buritirana	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	16/09/2014		Indígenas

Amarante do Maranhão/João Lisboa/Senador La Rocque	Faz. Cipó Cortado/Rollete	21/01/2014	160	Sem Terra
Amarante do Maranhão/Lajeado Novo/Montes Altos/Sítio Novo	Terra Indígena Krikati	05/01/2014	206	Indígenas
Anajatuba/Itapecuru Mirim	Quilombolo Monge Belo/Vale	12/05/2014	300	Quilombolas
Anajatuba/Itapecuru Mirim/Santa Rita	Sítio do Meio/São João da Mata/Mata dos Pires/Vale	11/04/2014	31	Quilombolas
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	07/01/2014		Indígenas
Araguanã/Centro do Guilherme/Centro Novo do Maranhão/Maranhãozinho/Nova Olinda do Maranhão/Santa Luzia do Paruá/Zé Doca	T. I. Alto Turiaçu	29/11/2014	360	Indígenas
Araiozes	Santa Rosa	21/07/2014	30	Posseiros
Arame/Grajaú	T. I. Araribóia/Povo Guajajara	07/02/2014	100	Indígenas
Balsas	P. A. Gado Bravinho	31/12/2014	20	Assentados
Barreirinhas	Andiroba	31/12/2014	50	Assentados
Barreirinhas	Canto do Veloso	31/12/2014	15	Posseiros
Barreirinhas	Com. Quilombola de Santa Cruz	31/12/2014	30	Quilombolas
Barreirinhas	Palmeira dos Ferreiras	31/12/2014	58	Posseiros
Barreirinhas/Santo Amaro do Maranhão	Comunidades do Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses	31/12/2014	1100	Ribeirinhos
Belágua	Anajá dos Dias	31/12/2014	25	Posseiros
Belágua	Cupira	31/12/2014	40	Posseiros
Belágua	Domingos	31/12/2014	12	Posseiros
Belágua	Estiva da Josefa	31/12/2014	32	Posseiros
Belágua	Galegas	31/12/2014	11	Posseiros
Belágua	Mirizal	31/12/2014	14	Posseiros
Belágua	Pau Ferrado	31/12/2014	55	Posseiros
Belágua	Pilões	31/12/2014	13	Posseiros
Belágua	Rio Dois Paus	31/12/2014	30	Posseiros
Belágua	Santaninha	31/12/2014	22	Posseiros
Belágua	Soares	31/12/2014	8	Posseiros
Belágua	Vertente	31/12/2014	20	Posseiros
Belágua/Urbano Santos	Centro Seco/Suzano Papel Celulose	26/05/2014	25	Posseiros
Belágua/Urbano Santos	Juçaral	31/12/2014	8	Posseiros
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	25/07/2014		Posseiros
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	26/07/2014		Posseiros
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	21/08/2014		Posseiros
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	03/09/2014		Posseiros
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	10/09/2014	19	Posseiros
Bom Jardim	Com. Brejinho das Onças/Reserva Biológica do Gurupi	03/07/2014	100	Posseiros
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	15/07/2014		Assentados
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	15/08/2014	42	Assentados
Bom Jesus das Selvas	Gleba Vila Esperança/P. A São Francisco/Orumasa	02/09/2014	75	Assentados
Buriti	Pov. Carrancas/Monsanto	20/08/2014	1	Posseiros
Buritirana	Assentamento Padre Josimo	31/12/2014	40	Sem Terra
Carolina	Fazenda Ponta da Serra	18/09/2014	52	Sem Terra
Cedral	Engole	21/08/2014	33	Quilombolas
Chapadinha	Tiúba	20/02/2014	26	Posseiros
Chapadinha/Vargem Grande	Pavi/Placas/Pov. Riacho da Cruz	15/07/2014		Posseiros
Codó	Bom Jesus/Gessomar	18/10/2014	16	Quilombolas
Codó	Com. Queimadas/Empresa Costa Pinto	13/05/2014	26	Quilombolas
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras/Gessomar	16/06/2014	18	Quilombolas
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	13/05/2014	36	Quilombolas
Codó	Comunidade Livramento	16/06/2014	22	Posseiros

Codó	Comunidade Puraquê	12/02/2014	49	Quilombolas
Codó	Faz. Manguinhos/Pov. Buriti Corrente/TG Agroindústria	16/06/2014	42	Assentados
Codó	Jerusalém/Gessomar	31/12/2014	16	Quilombolas
Codó	Monta Barro/Empresa Costa Pinto	13/05/2014	18	Quilombolas
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	27/05/2014		Posseiros
Codó	Pov. Vergel/Veget/Faz. Boa Esperança	31/10/2014	12	Posseiros
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	17/07/2014		Assentados
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	21/07/2014		Assentados
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	27/07/2014		Assentados
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	29/07/2014	500	Assentados
Grajaú	Com. Quilombola Santo Antônio dos Pretos	31/12/2014	300	Quilombolas
Humberto de Campos	Gleba Peria	30/06/2014		Posseiros
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Buragir/Buragi	31/12/2014	30	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Jaibara/Vale	26/08/2014	48	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Mucambo/Santa Helena	31/12/2014	130	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Com. Quilombola Sta. Rosa dos Pretos/Vale	02/12/2014	500	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Mandioca	31/12/2014	40	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Mata de São Benedito 3	31/12/2014	20	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Santa Maria dos Pinheiros	31/10/2014	200	Quilombolas
Itapecuru Mirim	Sumaúma	31/12/2014	18	Quilombolas
Itapecuru Mirim/Santa Rita	Com. Quilombola Santana	31/12/2014	45	Quilombolas
João Lisboa	Pov. Centro dos Carlos/Suzano Papel Celulose	26/05/2014	40	Posseiros
Matinha	Com. Quilombola Bom Jesus	18/02/2014	21	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola Graça	18/02/2014	30	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola São Caetano	18/02/2014	18	Quilombolas
Matinha	Com. Quilombola São José de Bruno	31/07/2014	22	Quilombolas
Matinha/Pedro do Rosário	Imbiral/São Benedito do Céu	18/02/2014	30	Quilombolas
Paço do Lumiar	Pov. Pindoba e Iguaíba/	31/12/2014	500	Quilombolas
Paço do Lumiar/São José de Ribamar	Engenho/Vila Sarney	27/11/2014	20	Posseiros
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	16/01/2014	80	Quilombolas
Parnarama	Pov. Guerreiro/Faz. Cana Brava/Suzano Papel Celulose	21/08/2014	80	Quilombolas
Paulino Neves	Morro Branco	31/12/2014	32	Posseiros
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	04/03/2014	33	Quilombolas
Presidente Sarney	Povoado Pirinã	31/12/2014	60	Quilombolas
Presidente Vargas	Acampamento Irmã Dorothy	05/01/2014		Sem Terra
Primeira Cruz	Assentamento Zelina	06/11/2014	34	Assentados
Primeira Cruz	Faz. São Raimundo/Rosarinho	31/12/2014	16	Posseiros
Riachão	Erthel Rural	31/12/2014	18	Posseiros
Ribamar Fiquene/Senador La Rocque	Faz. Arizona/Acamp. Salete Moreno	26/02/2014	72	Sem Terra
Rosário	Com. Quilombola Miranda/Empresa Vila Nova Industrial	11/04/2014		Quilombolas
Santa Quitéria do Maranhão	Com. Quilombola Onça	10/07/2014	260	Quilombolas
Santa Rita	Com. Quilombola Cariongo/Vale	21/08/2014	30	Quilombolas
Santa Rita	Com. Quilombola Jiquiri dos Pretos	31/12/2014	50	Quilombolas
Santa Rita	Povoado Donquerque/Vale	14/04/2014	30	Quilombolas
Santa Rita	Sítio Novo e Vaca Morta/Vale	11/04/2014		Posseiros
Santo Amaro do Maranhão	Baixa Funda	31/12/2014	49	Posseiros
Santo Antônio dos Lopes	Pov. Demanda/Eneva/MPX Energia S/A	17/07/2014	71	Quebradeiras de coco babaçu
São Benedito do Rio Preto	Bacabal do Hilton Crente	31/12/2014	12	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Bacuri	31/12/2014	30	Posseiros
São Benedito do Rio Preto	Olho d'Água dos Diniz	31/12/2014	60	Assentados
São José de Ribamar	Comunidade São Brás Macaco	31/12/2014	150	Posseiros
São Luís	Cajueiro/Guarimanduba/Andirobal/Parnauçu	30/06/2014		Pescadores
São Luís	Cajueiro/Guarimanduba/Andirobal/Parnauçu	18/12/2014	180	Pescadores
São Luís	Com. Camboa dos Frades	30/06/2014	80	Pescadores
São Luís	Comunidade Mãe Chica	30/06/2014	600	Pescadores
São Luís	Pov. Ilhinha/Vila Maranhão	30/06/2014	50	Pescadores
São Luís	São Joaquim	31/12/2014	40	Posseiros
São Luís	Sítio São Benedito	31/12/2014	200	Posseiros
São Luís	Tajipurú/Tagipurú	31/12/2014	100	Posseiros
São Luís	Vila Conceição/MPX	30/06/2014	500	Pescadores

São Vicente Ferrer	Com. Quilombola de Charco	29/12/2014	30	Quilombolas
Senador La Rocque	Fazenda Graciosa	16/09/2014	50	Sem Terra
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	21/02/2014	350	Posseiros
Timbiras	Povoado Abundância e Santa Vitória	06/08/2014	26	Posseiros
Urbano Santos	Com. Santa Rosa/Bacabal	31/12/2014	30	Posseiros
Urbano Santos	São Raimundo/Suzano Papel Celulose	31/12/2014	40	Posseiros
Subtotal:		123	9803	

Total Conflitos por Terra - MA 123 9803

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Açailândia	Fazenda Boa Esperança	13/02/2014	8	5		Pecuária e Agrotóxicos
Açailândia	Seringal do Galdino	05/03/2014	5			Lavoura
Alto Alegre do Maranhão/Peritoró	Pov. São José/Mucura/Faz. Santa Luz	18/03/2014	12	12		Pecuária
Bacabal	Fazenda São Francisco/Faz. Bela Vista	28/01/2014	8	8		Pecuária
Bacabal	Fazenda São Francisco/Faz. Bela Vista	15/09/2014	8	10		Pecuária
Bom Jardim	Fazenda Garrafão	20/10/2014	6	6		Pecuária
Carolina	Palmeirinha/Pau da Terra	19/08/2014	3	3		Pecuária
Paulo Ramos	Fazenda São Francisco	25/07/2014	16			Pecuária e Agrotóxicos
Santa Luzia	Fazenda Centro do Adão	20/02/2014	20	0		Pecuária
Santa Luzia	Fazenda do Veronildo Tavares dos Santos	20/02/2014	20			Pecuária
Santa Luzia	Fazenda Santa Fé/Do Ivaldo	20/02/2014	15		1	Lavoura e Agrotóxicos
Santa Luzia	Fazenda Sara	22/04/2014	4	4		Pecuária
Santa Luzia	Fazenda Tamataí	24/09/2014	7	7		Pecuária
Santo Antônio dos Lopes	Fazenda Santa Cruz	18/03/2014	3	3		Pecuária
Subtotal:		14	135	58	1	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Grajaú	Fazenda Sapucaia	28/10/2014	1		1	Serviços gerais
Subtotal:		1	1		1	

Total Conflitos Trabalhistas - MA 15 136

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Governador Edison Lobão/Imperatriz/Montes Altos/Porto Franco/Ribamar Fiquene	UHE Serra Quebrada	18/11/2014		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Itapecuru Mirim	Mata de São Benedito	31/12/2014	25	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Presidente Juscelino	Pov. Bela Vista do Pinho/Assoc. Amigos do Rio Munim/Magropel	16/04/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São João Batista	Lago do Coqueiro/Com. Maravilha/Alegre/Enseada Funda	18/11/2014		Apropriação Particular	Impedimento de acesso à água
Subtotal:		4	25		

Total dos Conflitos no Campo MA 142 Pessoas: 49276

Mato Grosso

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	25/01/2014		Indígenas

Alto da Boa Vista/São Félix do Araguaia	T. I. Marãiwatsedé/Xavante/Faz. Suiá-Missu	16/07/2014	153	Indígenas		
Apiacás/Juara/Nova Canaã do Norte/Tabaporã	T. I. Batelão/Apiacá- Kayabi/Ald. Kururuzinho//Muruvi	31/10/2014	50	Indígenas		
Araputanga	Fazenda Pitomba	18/11/2014	50	Sem Terra		
Campos de Júlio	Assentamento Jurueña	17/01/2014	168	Assentados		
Colniza	Projeto Filinto Muller/Assoc. Aspronu	05/08/2014		Posseiros		
Colniza	Projeto Filinto Muller/Assoc. Aspronu	16/08/2014		Posseiros		
Comodoro/Pontes e Lacerda	Sararé/Pirineus de Souza	23/10/2014		Indígenas		
Itanhangá/Tapurah	Assentamento Itanhangá	03/12/2014		Assentados		
Itanhangá/Tapurah	Assentamento Itanhangá	06/12/2014		Assentados		
Juína	Faz. Tarciana/Assent. Vale do Juinão	13/11/2014	140	Assentados		
Juína	T. I. Aripuanã/Cinta Larga	07/05/2014	72	Indígenas		
Luciara	Reserva Extrativista Retireira do Araguaia	11/08/2014	75	Retireiros		
Nossa Senhora do Livramento/Poconé	Comunidade São Gonçalo	06/03/2014	7	Posseiros		
Nova Canaã do Norte	Acampamento Irmã Dorothy	05/12/2014	19	Sem Terra		
Nova Guarita/Peixoto de Azevedo	Gleba do Gama/P. A. Renascer	31/03/2014	60	Assentados		
Novo Mundo	Faz. Araúna/Acamp. Nova Esperança/Gleba Nhandu	30/06/2014	100	Sem Terra		
Novo Mundo	Gleba Nhandu/Faz. Recanto/Cinco Estrelas	05/12/2014	50	Sem Terra		
São José dos Quatro Marcos	Fazenda União	15/08/2014	20	Sem Terra		
Sinop/Sorriso	Fazenda Maristela	06/11/2014	60	Sem Terra		
Sorriso	Assent. Jonas Pinheiro/Poranga	02/12/2014	108	Assentados		
União do Sul	Assentamento Conquista 2	05/08/2014		Assentados		
União do Sul	Assentamento Conquista 2	13/08/2014	25	Assentados		
União do Sul	Assoc. dos Pequenos Agricultores de União do Sul/Apaus/Gleba Esperança	01/12/2014	29	Pequenos proprietários		
União do Sul	Faz. Mercedes I, II, III/Lote São Paulo e São Pedro	26/08/2014	120	Sem Terra		
Subtotal:		25	1306			
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Novo Mundo	Acampamento União Recanto	07/09/2014	62	SI		
São José dos Quatro Marcos	Fazenda União	08/08/2014	20	SI		
Sinop/Sorriso	Fazenda Maristela	18/10/2014	60	SI		
União do Sul	Faz. Mercedes I, II, III/Lote São Paulo e São Pedro	12/07/2014	120	MST		
Subtotal:		4	262			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Nova Xavantina	Fazenda Nova Viena	25/09/2014	50	MLT		
Subtotal:		1	50			
Total Conflitos por Terra - MT		30	1618			
TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Castanheira	Fazenda São Roque	15/09/2014	11			Pecuária
Guarantã do Norte	Sítio Pé da Serra	03/11/2014	1	1		Pecuária
Poconé	Estância Paraíso	14/11/2014	2			Pecuária
Subtotal:		3	14	1		
Total Conflitos Trabalhistas - MT		3	14			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Chapada dos Guimarães	Usina de Manso/Furnas/Faz. do Mamão	28/03/2014	980	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais	

Cláudia/Colider/Itaúba/Nov a Canaã do Norte	UHE Colider/Complexo Teles Pires/PAC	08/09/2014		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Paranaíta	PCHs no Rio Teles Pires/PAC/UHE São Manoel	29/04/2014		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Sinop	UHE de Sinop/Assent. 12 de Outubro/PAC	23/01/2014	27	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Sinop	UHE Sinop/Colônia de Pescadores Z-16/PAC	29/05/2014	60	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Sinop/Tabaporã/Tapurah	Gleba Mercedes V/UHE de Sinop/Complexo Teles Pires/PAC	08/04/2014	180	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		6	1247		

Total dos Conflitos no Campo MT 39 **Pessoas:** 14339

Mato Grosso do Sul

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	23/09/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	25/09/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	03/10/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	06/10/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	12/10/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	17/11/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	23/11/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	24/11/2014		Indígenas
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	25/11/2014	50	Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	02/06/2014		Indígenas
Amambaí/Ponta Porã	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	12/10/2014	60	Indígenas
Aquidauana	Faz. Maria do Carmo/T. I. Taunay Ipegue	28/11/2014	200	Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	07/12/2014		Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	08/12/2014		Indígenas
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	09/12/2014	50	Indígenas
Campo Grande	Acamp. às margens da BR-163/Próximo ao Viaduto Joel Dib	01/09/2014	47	Sem Terra
Corumbá	Com. em Porto Esperança/Agrop. Brahman Beef Show	13/02/2014	80	Ribeirinhos
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	15/09/2014		Indígenas
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	01/11/2014	28	Indígenas
Dourados	Aldeias Bororo e Jaguapiru/Guarani - Kaiowá	20/02/2014		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	23/01/2014		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	08/02/2014		Indígenas
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	14/03/2014	30	Indígenas
Dourados	Passo Piraju/Faz. Campo Belo	28/07/2014		Indígenas
Dourados	Passo Piraju/Faz. Campo Belo	04/08/2014	8	Indígenas
Dourados	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	07/06/2014		Indígenas
Dourados	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	10/10/2014		Indígenas
Iguatemi	Arrombamento da Sede da Funai	24/02/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	01/03/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	04/03/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	06/04/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	07/04/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	12/10/2014		Indígenas
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	09/11/2014	50	Indígenas

Jateí	Nova Esperança	14/09/2014		Assentados
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	02/09/2014	64	Índigenas
Miranda	Faz. Santo Antônio/T. I. Pillad Rebuá	16/07/2014	50	Índigenas
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Acamp. Moreira	19/05/2014		Índigenas
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Acamp. Moreira	29/07/2014	100	Índigenas
Naviraí	T. I. Santiago Kue/Kurupi	22/10/2014	13	Índigenas
Nova Andradina	Faz. Furnas e Córrego Fundo	20/01/2014		Sem Terra
Nova Andradina	Faz. Furnas e Córrego Fundo	21/01/2014	440	Sem Terra
Selvíria	Assent. São Joaquim/Gleba do Formigueiro I	22/01/2014	180	Assentados
Subtotal:		43	1450	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Amambaí	Fazenda Barra Bonita	23/09/2014	30	Índios
Amambaí/Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurusu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	22/09/2014	50	Índios
Aquidauana	Faz. Maria do Carmo/T. I. Taunay Ipegue	28/11/2014	200	Índios
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	07/12/2014	50	Índios
Caarapó	T. I. Pindo Roky/Retomada das Mães	04/08/2014	50	Índios
Dourados	Área na BR-463	18/01/2014		SI
Dourados	Passo Piraju/Faz. Campo Belo	28/07/2014	8	Índios
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	12/02/2014	50	Índios
Naviraí	T. I. Santiago Kue/Kurupi	21/09/2014	13	Índios
Subtotal:		9	451	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Campo Grande	Acamp. às margens da BR-163/Próximo ao Viaduto Joel Dib	28/08/2014	47	MAF
Taquarussu	Acampamento na MS-473	30/08/2014	150	SI
Terenos	Fazenda Onoda	17/01/2014	70	MST
Subtotal:		3	267	

Total Conflitos por Terra - MS	55	2168
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Dourados	Faz. Santo Antônio/Com. Madeiras Benites	24/06/2014	4	4		Lavoura
Paranaíba	Fazenda Raquel	23/04/2014	2	2		Pecuária
Subtotal:		2	6	6		

Total Conflitos Trabalhistas - MS	2	6
--	----------	----------

Total dos Conflitos no Campo MS	57	Pessoas: 10846
--	-----------	-----------------------

Minas Gerais

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Açucena/Belo Horizonte/Carmésia	T. I. Pataxó/Projeto Minas-Rio/Anglo American	23/01/2014		Índigenas
Açucena/Belo Horizonte/Carmésia	T. I. Pataxó/Projeto Minas-Rio/Anglo American	24/03/2014	80	Índigenas
Betim/Juatuba	Faz. Ponte Nova/Vinhático/Acamp. 2 de Julho	23/01/2014	80	Sem Terra
Bocaiúva	Área da União/Acamp. Professor Mazzan	30/01/2014	60	Trabalhador Rural
Bocaiúva	Fazenda Garrote	30/11/2014	76	Sem Terra
Campo Azul/Coração de Jesus	Faz. Bela Vista/Covanca/Acamp. Chico Mendes	31/12/2014	50	Sem Terra
Carangola	Área de D. Natalina Ferreira/Proj. Minas-Rio/Anglo American	02/05/2014	1	Pequenos proprietários
Carangola	Faz. Santa Cruz/Com. Ponte Alta/Proj. Minas-Rio/Anglo American	10/02/2014	1	Pequenos proprietários

Carangola	Faz. Santa Cruz/Com. Ponte Alta/Proj. Minas-Rio/Anglo American	27/03/2014	1	Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. Cabeceira do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	23/03/2014		Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. do Sapo/Proj. Minas-Rio/Anglo American	22/02/2014		Pequenos proprietários
Conceição do Mato Dentro	Com. do Turco/Projeto Minas-Rio/Anglo American	03/12/2014	70	Pequenos proprietários
Diamantina	Parque Nac. das Sempre-Vivas/Com. quil. Vargem do Inhaí	25/05/2014	1	Quilombolas
Grão Mogol	Parque Estadual de Grão Mogol	17/11/2014	200	Geraizeiro
Itacarambi	Faz. São Judas Tadeu/Com. Vargem Grande/Povo Xakriabá	24/01/2014	100	Indígenas
Januária	Com. Geraizeiras/Grupo Plantar/Grupo Rima	29/09/2014		Posseiros
Januária	Com. Geraizeiras/Grupo Plantar/Grupo Rima	06/10/2014		Geraizeiro
Januária	Com. Geraizeiras/Grupo Plantar/Grupo Rima	16/10/2014	135	Geraizeiro
Januária	Faz. Quinta das Palmeiras/Itapiraçaba/Lot. Alvorada	31/12/2014	230	Vazanteiros
Jequitaiá	Faz. Novo Paraíso/Ferroliga	31/12/2014	50	Sem Terra
Jordânia	Acamp. Vida Nova	18/02/2014		Sem Terra
Jordânia	Acamp. Vida Nova	30/08/2014	22	Sem Terra
Josenópolis	Fazenda Ribeirão das Piabinhas	18/11/2014	1000	Geraizeiro
Manga	Faz. Marilândia/Acamp. Valdir Júnior	01/04/2014		Sem Terra
Manga	Faz. Marilândia/Acamp. Valdir Júnior	16/12/2014	110	Sem Terra
Manga/Matias Cardoso	Ilha de Pau Preto/Rio São Francisco	05/02/2014	256	Vazanteiros
Monte Alegre de Minas	Fazenda Palermo	01/01/2014	10	Sem Terra
Montezuma/Rio Pardo de Minas/Vargem Grande do Rio Pardo	Resex Areião Vale do Guará/Assent. Vale do Guará/RDS Nascentes dos Gerais	14/02/2014		Assentados
Montezuma/Rio Pardo de Minas/Vargem Grande do Rio Pardo	Resex Areião Vale do Guará/Assent. Vale do Guará/RDS Nascentes dos Gerais	01/03/2014	60	Geraizeiro
Nova Era	Faz. de Olímpia Guerra/Projeto Minas-Rio/Anglo American	29/03/2014	1	Pequenos proprietários
Novo Cruzeiro	Faz. Gravatá/Córrego Fundo/Acamp. Nova Vida	12/09/2014		Sem Terra
Novo Cruzeiro	Faz. Gravatá/Córrego Fundo/Acamp. Nova Vida	03/10/2014	24	Sem Terra
Pedras de Maria da Cruz	Acamp. Unidos Com Deus Venceremos	22/10/2014	32	Sem Terra
Pedras de Maria da Cruz	Com. Quil. Caraibas/Faz. Pedra de São João Agrop.	21/09/2014	30	Quilombolas
Pirapora	Faz. da Prata/Acamp. José Bandeira	31/08/2014	180	Sem Terra
São Domingos do Prata	Com. Mãe d'Água/Proj. Minas-Rio/Anglo American	25/03/2014	1	Pequenos proprietários
São Domingos do Prata	Comunidade Santa Rita/Proj. Minas-Rio/Anglo American	25/03/2014	1	Pequenos proprietários
São Domingos do Prata	Sítio de M ^o das Graças Drumond de Andrade/Projeto Minas-Rio/Anglo American	23/03/2014	1	Pequenos proprietários
São João da Ponte/Varzelândia/Verdelândia	Brejo dos Crioulos/Araruba/S. Miguel/Aparecida/Venever/Arapuã/Lagoa da Varanda	09/01/2014	120	Quilombolas
São João das Missões	T. I. Xakriabá/Aldeia do Brejo Mata Fome	17/07/2014	1	Indígenas
São João das Missões	Terra do Morro Vermelho/Xakriabá	14/03/2014		Indígenas
São João das Missões	Terra do Morro Vermelho/Xakriabá	15/03/2014		Indígenas
São João das Missões	Terra do Morro Vermelho/Xakriabá	16/03/2014	35	Indígenas
Tombos	Pov. Vinhático/Projeto Minas-Rio/Anglo American	27/03/2014	2	Pequenos proprietários
Uberaba	Acamp. às Margens da BR-050/Marimbondo/Taquara	30/03/2014	20	Sem Terra
Uberlândia	Faz. São Francisco Letreiros/Acamp. 1º de Maio	04/05/2014		Sem Terra
Uberlândia	Faz. São Francisco Letreiros/Acamp. 1º de Maio	05/05/2014	48	Sem Terra
Vazante	Faz. Renegado/Acamp. José Beraldo	14/04/2014	80	Sem Terra
Verdelândia	Com. Quil. Nativa do Arapuim/Faz. Torta Morro Preto/Brejo dos Crioulos	19/01/2014	35	Quilombolas
Subtotal:			49	3204

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Bocaiúva	Área da União/Acamp. Professor Mazzan	30/01/2014	60	MST
Bocaiúva	Faz. da Solidariedade Senhor do Bonfim	30/01/2014	10	MST
Engenheiro Navarro	Fazenda Duas Barras	27/09/2014	50	MST
Itacarambi	Ilha da Maria Preta	08/03/2014	140	OI
Jampruca	Área da Empresa Celulose Fibria	04/05/2014	200	MST
Januária	Com. Geraizeiras/Grupo Plantar/Grupo Rima	29/09/2014	135	OI
Manga	Faz. Marilândia/Acamp. Valdir Júnior	30/04/2014	110	LCP
Monte Alegre de Minas	Fazenda Palermo	01/01/2014	10	
Paracatu/Unaí	Fazenda próx. à BR-251	27/07/2014	250	MST

Uberaba	Acamp. às Margens da BR-050/Marimbondo/Taquara	29/03/2014	20	MTR
Uberlândia	Chácara Recanto dos Ipês	31/03/2014	14	MTR
Vazante	Faz. Renegado/Acamp. José Beraldo	14/04/2014	80	MST
Verdelândia	Com. Quil. Nativa do Arapuim/Faz. Torta Morro Preto/Brejo dos Crioulos	18/01/2014	35	Quilombola
Subtotal:		13	1114	

Total Conflitos por Terra - MG	62	4318
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO**Trabalho Escravo**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Araxá	Fazenda Barrinhas	17/12/2014	7	7		Carvoaria
Caratinga	Fazenda Boa Vista	22/05/2014	20	20		Lavoura
Conceição das Alagoas	Olaria do Tião Cobra	22/05/2014	6	6		Olaria
Conceição do Mato Dentro	Anglo American Minério de Ferro Brasil S.A	01/01/2014	863	6		Mineração
Coração de Jesus	Faz. São João Caixoeira da Extrema	10/04/2014	10	10		Carvoaria
Ibiraci	Faz. Santa Helena/ Chácara Vargem Bonita	21/07/2014	11	11		Lavoura
Ibiraci	Fazenda Bela Vista	21/07/2014	33	33	4	Lavoura
Ibiraci	Fazenda Santa Bárbara	21/07/2014	13	13	2	Lavoura
Passa Quatro	Fazenda Gondarim	13/01/2014	3	3		Lavoura
Pintópolis	Fazenda Alegre	16/09/2014	4			Carvoaria
Pintópolis	Fazenda Mangues	16/09/2014	4	4		Carvoaria
Subtotal:		11	974	113	6	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Canápolis/Ipiaçu	Usina Triáalcoo/Grupo João Lyra	09/01/2014				Cana de açúcar
Subtotal:		1				

Total Conflitos Trabalhistas - MG	12	974
--	-----------	------------

ÁGUA**Conflitos pela Água**

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Açucena	Bacia do Rio Santo Antônio/Projeto Manabi	30/01/2014	2000	Uso e preservação	Divergência
Alvorada de Minas/Conceição do Mato Dentro	Mineroduto/Minas Rio	22/02/2014	60	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Belo Horizonte	Colônia de Pescadores/Transposição do Rio São Francisco	03/11/2014	75	Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Berizal/Taiobeiras	Barragem de Berizal/Codevasf/PAC	13/03/2014	700	Barragens e Açudes	Não reassentamento
Capitão Enéas/Jaíba/Janaúba/Montes Claros	Bacia do Rio Verde Grande/Mineradora Carpathian Gold	31/10/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Carangola	Pov. Ponte Alta/Proj. Minas-Rio/Anglo American	24/03/2014	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Chapada do Norte/Francisco Badaró/Jenipapo de Minas	Barragem de Setúbal/PAC	19/08/2014	50	Barragens e Açudes	Diminuição do acesso à Água
Claro dos Poções/Engenheiro Navarro/Francisco Dumont/Jequitai/Lagoa dos Patos/Várzea da Palma	UHE Jequitai/PAC	17/02/2014	500	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Conceição do Mato Dentro	Com. Quil. Água Santa/Mumbuca/Anglo Ferrous/Anglo American/MontCalm/MMX	10/04/2014	80	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição do Mato Dentro	Com. do Jassém/Proj. Minas-Rio/Anglo American	28/08/2014	90	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Conceição do Mato Dentro	Com. Água Quente/Proj. Minas-Rio	28/08/2014	46	Uso e preservação	Destruição e ou poluição

Congonhas/Viçosa	Mineroduto da Ferrous/Rios São Bartolomeu/Turvo Sujo/Turvo Limpo	14/05/2014		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Grão Mogol	UHE de Irapé/Mineroduto Vale do Rio Pardo/Empresa SAM	11/04/2014		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Jaíba	Perímetro Irrigado/Plant. de Cana SADA/Rio Verde Grande	05/10/2014		Apropriação Particular	Destruição e ou poluição
Miradouro	Moinho da Com. Santa Bárbara/CGH	01/01/2014	36	Uso e preservação	Impedimento de acesso à água
Morro do Pilar	Bacia do Rio Sto. Antônio/Mineroduto da Manabi S/A	17/07/2014	200	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Muriaé	Barragem de Contenção de Chuva no Rio Preto	30/01/2014	42	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Paracatu	Com. Sto. Antônio e Sta. Rita/Emp. Kinross Gold Corporetion	31/03/2014	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Paracatu	Com. São Pedro/Emp. Kinross Gold Corporetion	31/03/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Paracatu	Com. Córrego Rico/Emp. Kinross Gold Corporetion	31/03/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Paracatu	Com. Quilombola São Domingos/Mineradora Kinross	31/03/2014	200	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Paula Cândido	Com. Morro do Jacá/Macuco/Encadeado/Cavaquinho/Mineroduto da Ferrous Resource	14/10/2014		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Presidente Bernardes	Mineroduto da Ferrous Resource	28/06/2014	60	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
São Domingos do Prata	Com. João Antônio/Projeto Minas-Rio/Anglo American	24/03/2014	1	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
São Lourenço	Grupo Nestlé/Perrier Vittel	30/04/2014		Uso e preservação	Diminuição do acesso à Água
Viçosa	Com. Juquinha de Paula/Mineroduto Ferrous Resource	21/09/2014		Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
Subtotal:		26	4201		

Total dos Conflitos no Campo MG

100

Pessoas: 43569

Pará

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	29/01/2014		Sem Terra
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	12/05/2014		Sem Terra
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	21/06/2014	60	Sem Terra
Abel Figueiredo	Faz. Caracol/Acamp. Paz com Cristo	10/09/2014	56	Sem Terra
Acará/Tomé-Açu	Com. Quil. Alto Acará/ Biovale	04/07/2014	650	Quilombolas
Afuá	Cajueiro/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2014	20	Ribeirinhos
Afuá	Furo Seco/Furo dos Porcos/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2014	5	Ribeirinhos
Afuá	Igarapé Picanço/PAE Ilha do Pará**	31/12/2014	6	Ribeirinhos
Afuá	Ilha da Luzitana/PAE Ilha Panema**	31/12/2014	8	Ribeirinhos
Afuá	Ilha do Caldeirão/PAE Ilha Caldeirão**	31/12/2014	18	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Caetano/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2014	6	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Cajueiro/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2014	30	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Carás/PAE Ilha dos Carás**	31/12/2014	20	Ribeirinhos
Afuá	Ilha dos Porcos/Igarapé Grande**	31/12/2014	4	Ribeirinhos
Afuá	Jurupari**	13/04/2014	2	Ribeirinhos
Afuá	PAE Ilha Charapucu**	31/12/2014	140	Ribeirinhos
Afuá	Rio Salvadorzinho/PAE Ilha Salvador**	31/12/2014	48	Ribeirinhos
Altamira/São Félix do Xingu	T. I. Apyterena/Apyterewa/Parakanã	10/05/2014	176	Indígenas
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	20/05/2014		Sem Terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	17/08/2014		Sem Terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	17/09/2014		Sem Terra

** As ocorrências dos conflitos no município de Afuá - PA são acompanhadas pelas CPT Amapá.

Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	16/10/2014	430	Sem Terra
Cachoeira do Arari	Ilha do Marajó/Área do Arrozicultor Quartiero	25/11/2014		Quilombolas
Canaã dos Carajás	Vila Racha Placa/Empresa CVRD - Vale	02/06/2014	60	Posseiros
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembé/Alto Rio Guamá	23/07/2014		Indígenas
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembé/Alto Rio Guamá	10/10/2014		Indígenas
Capitão Poço/São Domingos do Capim	Reserva Indígena Tembé/Alto Rio Guamá	01/12/2014	300	Indígenas
Conceição do Araguaia/Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	17/01/2014	30	Trabalhador Rural
Cumaru do Norte/Tucumã	T. I. Kayapó	01/10/2014	30	Indígenas
Curionópolis/Marabá/Parauapebas	Faz. Marambaia/Fazendinha/Colorado/Acamp. Frei Henri	09/06/2014	200	Sem Terra
Itaituba/Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	15/01/2014	1400	Indígenas
Itaituba/Trairão	T. I. Sawré Maybu/Munduruku	29/10/2014		Indígenas
Itaituba/Trairão	T. I. Sawré Maybu/Munduruku	26/11/2014	170	Liderança Indígena
Marabá	Complexo da Faz. Três Poderes/Agrop. Sta. Bárbara	01/06/2014		Sem Terra
Marabá	Complexo da Faz. Três Poderes/Agrop. Sta. Bárbara	02/12/2014	300	Sem Terra
Marabá	Faz. Pioneira/Cosipar	08/06/2014	300	Sem Terra
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina	08/06/2014	700	Sem Terra
Monte Alegre	PDS Serra Azul	22/02/2014		Assentados
Monte Alegre	PDS Serra Azul	17/04/2014	140	Assentados
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranhira/Cupu/Passo Bem/Mamona	24/10/2014	400	Assentados
Oriximiná	Território Quilombola Atlo Trombetas	29/08/2014	330	Quilombolas
Ourlândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	21/02/2014		Sem Terra
Ourlândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	29/05/2014	250	Sem Terra
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarinha/D. Maria	19/09/2014		Sem Terra
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarinha/D. Maria	02/12/2014	30	Sem Terra
Santana do Araguaia	Faz. Cristalino/Retiro 12	17/12/2014	1	Posseiros
Santarém	Com. Perema	29/05/2014	47	Sem Terra
Santarém	Com. Quil. do Murumuru	14/10/2014	80	Quilombolas
Santarém	T. I. Maró	01/11/2014	43	Indígenas
São Domingos do Araguaia/São Geraldo do Araguaia	T. I. Aikewara/Suruí	29/10/2014	66	Liderança Indígena
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	12/04/2014		Sem Terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	20/04/2014		Sem Terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	18/07/2014	150	Sem Terra
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Terezinha	06/11/2014	300	Sem Terra
Subtotal:		54	7006	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Marabá	Faz. Boa Sorte/Boa Vista/Estrela Dalva	16/06/2014	50	Fetagri/PA
Marabá	Faz. Pioneira/Cosipar	08/06/2014	300	MST
Marabá	Faz. Santa Tereza/Acamp. Santa Ernestina	08/06/2014	700	MST
São João do Araguaia	Fazenda Landi	27/07/2014	3	SI
Xinguara	Fazenda Surubim	31/12/2014	100	LCP
Subtotal:		5	1153	

Total Conflitos por Terra - PA

59

8159

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Água Azul do Norte	Fazenda de José Capistrano dos Santos	28/01/2014	4			Roço de pasto
Capitão Poço	Fazenda Cicoprar	08/05/2014	52			Laranja
Ipixuna do Pará	Faz. Agricultura Gomes	19/05/2014	7	7		Maracujá
Marabá	Fazenda Próspero	31/03/2014	10	10		Pecuária
Ourlândia do Norte	Fazenda Bom Jesus	16/06/2014	3			Roço de pasto
Ourlândia do Norte	Fazenda Mutuca	04/11/2014	3	3		Pecuária
Paragominas	Fazenda Estrela do Norte	19/05/2014	52	11		Cultivo de Milho

Parauapebas	Mineração Santa Rita	04/11/2014	2	2	Minério de antimônio
Rio Maria	Faz. Primavera/dos Cariocas	04/05/2014	1		Serviços gerais
Rio Maria	Fazenda Canto da Pedra	27/05/2014	5	5	Pecuária
Rio Maria	Fazenda Serra Azul	27/05/2014	7	7	Pecuária
Rondon do Pará	Faz. Progresso ou Tracoá	26/08/2014	27	27	Carvoaria (desmatamento)
Rondon do Pará	Fazenda de Fábio Santos	26/08/2014	5	5	Carvoaria (desmatamento)
Rurópolis	Agropastoril do Jewelis	20/08/2014	11	11	Pecuária
São Félix do Xingu	Faz. Pista Roxa ou Ouro Verde	17/07/2014	5	5	Pecuária
São Félix do Xingu	Fazenda São Salvador	07/01/2014	4		Pecuária
São Félix do Xingu	Garimpo Jatobá	02/10/2014	9		Mineração de cobre
Tucumã	Faz. Bom Jardim/Jurity Agrop. Ltda	28/01/2014	2	2	Pecuária
Ulianópolis	Fazenda Jamaica	24/02/2014	10		Pecuária
Ulianópolis	Fazenda São Lucas	02/12/2014	14	14	
Xinguara	Fazenda Santa Rita	28/01/2014	23	23	Pecuária
Xinguara	Fazenda Santa Rita	29/08/2014	39		Pecuária
Subtotal:		22	295	132	

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
São Félix do Xingu	Faz. Santa Isabel da Porta Segura	28/07/2014	1			Pecuária
Subtotal:		1	1			

Total Conflitos Trabalhistas - PA 23 296

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Altamira	Com. Sto. Antônio de Cipó-Ambé/UHE Belo Monte/PAC	21/04/2014		Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Altamira	UHE Belo Monte/Consórcio Norte Energia/Mineradora Belo Sun/PAC	05/08/2014	5241	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Altamira	UHE Belo Monte/Consórcio Norte Energia/Mineradora Belo Sun/PAC	30/10/2014	2048	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira/Medicilândia/Rurópolis/Uruará	T. I. Cachoeira Seca do Iri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	23/05/2014	111	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Altamira/São Félix do Xingu	Faz. Bom Jardim/Gleba Assurini/UHE Belo Monte/PAC	03/09/2014	76	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Barcarena	Igarapé Curuperé e Dendê/Imerys Rio Capim Caulim	06/05/2014	60	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	15/09/2014		Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	12/11/2014	120	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Itaituba/Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	02/09/2014	1400	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Itaituba/Trairão	PCHs do Rio Tapajós/Com. Pimental/T. I. Munduruku/Mineradora Belo Sun/PAC	27/11/2014	800	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Senador José Porfírio	Ilha Murici/UHE Belo Monte/PAC	07/03/2014	1	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Vitória do Xingu	Vila Santo Antônio/UHE Belo Monte/PAC	26/02/2014	10	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		12	9867		

Total dos Conflitos no Campo PA 94 Pessoas: 90426

Paraíba

TERRA

Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alhandra/Conde/Pitumbu	Destilaria Tabu-Grupo João Santos/Emp. Elizabethy/T. I. Tabajara	09/06/2014	100	Indígenas
Baía da Traição/Marcação/Rio Tinto	T. I. Potiguara	15/10/2014	2167	Indígenas
Caaporã	Acamp. Nova Esperança/Parte do Eng. Retirada/Us. Maravilha	18/07/2014		Sem Terra
Caaporã	Acamp. Nova Esperança/Parte do Eng. Retirada/Us. Maravilha	22/07/2014	300	Sem Terra
Caaporã	Faz. Ouro Verde	18/07/2014	40	Sem Terra
Caaporã	Faz. Tamanduá/Us. Maravilha/Acamp. Wanderley Caixe	22/07/2014	1300	Sem Terra
Casserengue	Fazenda Imbiguda	27/05/2014		Sem Terra
Casserengue	Fazenda Imbiguda	24/08/2014	80	Sem Terra
Mari	Fazenda Santo Antônio	16/12/2014	300	Sem Terra
Mogeirol	Fazenda Paraíso	30/05/2014		Posseiros
Mogeirol	Fazenda Paraíso	06/11/2014		Posseiros
Mogeirol	Fazenda Paraíso	11/11/2014	50	Posseiros
Mogeirol	Fazenda Salgadinho	03/02/2014	33	Posseiros
Pilar	Assent. Nova Conquista/Recreio	30/05/2014		Assentados
Pilar	Assent. Nova Conquista/Recreio	22/07/2014	40	Assentados
Rio Tinto	Rio Mamanguape/Área Branca Manguê/Destilaria Miriri	31/01/2014	35	Ribeirinhos
Santa Rita	Faz. São Francisco do Grajaú/Us. São João/Acamp. 15 de Novembro	15/01/2014		Sem Terra
Santa Rita	Faz. São Francisco do Grajaú/Us. São João/Acamp. 15 de Novembro	08/04/2014		Sem Terra
Santa Rita	Faz. São Francisco do Grajaú/Us. São João/Acamp. 15 de Novembro	13/05/2014	347	Sem Terra
Soledade	Faz. José Nunes/Acamp. Mangueiral	22/07/2014	1	Sem Terra
Subtotal:		20	4793	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Aparecida/Sousa	Proj. Irrigação das Várzeas de Sousa/Acamp. Nova Vida e Pau d' Arco	29/04/2014	200	MST
Caaporã	Acamp. Antônio Pinto/Parte do Eng. Retirada/Us. Maravilha	13/03/2014	100	CPT
Casserengue	Fazenda Imbiguda	24/03/2014		MST
Casserengue	Fazenda Imbiguda	24/08/2014	80	MST
Desterro	Faz. Malhada da Onça	20/07/2014	56	MST
Mari	Fazenda Santo Antônio	23/11/2014	300	MST
Olho d' Água	Área em Olho d'Água	30/04/2014	50	MST
Santa Rita	Faz. São Francisco do Grajaú/Us. São João/Acamp. 15 de Novembro	22/02/2014		CPT/MST/STR
Santa Rita	Faz. São Francisco do Grajaú/Us. São João/Acamp. 15 de Novembro	15/03/2014		CPT/MST/STR
Santa Rita	Faz. São Francisco do Grajaú/Us. São João/Acamp. 15 de Novembro	21/07/2014	130	CPT/MST/STR
Soledade	Faz. Espírito Santo de Baixo/Chacina de Mari	15/01/2014	70	MST
Subtotal:		11	986	
Total Conflitos por Terra - PB		31	5779	
Total dos Conflitos no Campo PB		31	Pessoas: 28895	

Paraná

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Antonina/Guaraqueçaba/Guaratuba	Reserva Bom Jesus/Área do Ibama	31/01/2014	10	Indígenas
Barbosa Ferraz	Fazenda São Paulo	01/07/2014	240	Sem Terra
Entre Rios/Pinhão/Reserva do Iguçu	Faz. Fundação/Quil. Invernada Paiol de Telha	14/04/2014	300	Quilombolas
Guairá	Aldeia Tekohá Jevy/T. I. Guarani	11/07/2014	46	Indígenas

Guaira	Aldeia Tekohá Porã/T. I. Guarani	20/10/2014	36	Índigenas
Guaira	Aldeia Tekohá Yhovv/T. I. Guarani	11/07/2014		Índigenas
Guaira	Aldeia Tekohá Yhovv/T. I. Guarani	04/11/2014	21	Índigenas
Laranjeiras do Sul	T. I. Boa Vista/ Kaingang	01/09/2014	40	Índigenas
Palmas	Faz. Sta. Maria/T. I. Kaingang	13/10/2014	40	Índigenas
Perobal	Assentamento Conquista	30/10/2014	34	Sem Terra
Quedas do Iguaçu	Faz Rio das Cobras/Araupel/Acamp. Herdeiros da Terra 1º de Maio	17/07/2014	1200	Sem Terra
Quinta do Sol	Fazenda Modelo	26/07/2014	25	Sem Terra
Terra Rica	Assent. Sétimo Garibaldi	04/05/2014		Assentados
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Yvyraty Porã/Faz. São Paulo/T. I. Guarani	17/08/2014	36	Índigenas
Subtotal:		14	2028	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Guaira	Aldeia Tekohá Yhovv/T. I. Guarani	03/11/2014	10	Índios
Itaipulândia	Área do Estado/Tekoha Itacora/Avá-Guarani	31/05/2014	15	Índios
Palmas	Faz. Sta. Maria/T. I. Kaingang	09/10/2014	40	Índios
Porecatu	Área de Antiga Usina	30/10/2014		MST
Porecatu	Fazenda Porta do Céu/Atalla	03/03/2014	500	MST
Quedas do Iguaçu	Faz Rio das Cobras/Araupel/Acamp. Herdeiros da Terra 1º de Maio	16/07/2014	1200	MST
Quinta do Sol	Fazenda Modelo	26/07/2014	25	MLT
Terra Roxa	Aldeia Tekohá Yvyraty Porã/Faz. São Paulo/T. I. Guarani	17/08/2014	40	Índios
Subtotal:		8	1830	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Quedas do Iguaçu	Faz Rio das Cobras/Araupel/Acamp. Herdeiros da Terra 1º de Maio	01/05/2014	1200	MST
Quinta do Sol	Fazenda Modelo	26/07/2014	25	MTL
Rio Bonito do Iguaçu	Área em Arapongas	01/05/2014	1700	MST
Subtotal:		3	2925	

Total Conflitos por Terra - PR

25

6783

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Coronel Domingos Soares	Faz. do Arlan Luiz Rodrigues Nunes	13/04/2014	3	3		Desmatamento
Guaira	Fazenda em Guaira	17/11/2014	17	17	8	Lavoura
Guarapuava	Carvoaria Heraldo Novak	11/08/2014	2	2		Carvoaria
Imbituva	ABA Madeiras	24/02/2014	2	2		Desmatamento
Pinhão	Carvoaria do Juliano José Fagundes	17/03/2014	2	2		Carvoaria
Tibagi	Fazenda Pingo D'Ouro	21/10/2014	5	5		Reforestamento
Subtotal:		6	31	31	8	

Total Conflitos Trabalhistas - PR

6

31

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Arapongas	Rio Contaminado no Distrito de Aricanduva/Emp. Nortox	09/06/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Capanema/Capitão Leônidas Marques/Nova Prata do Iguaçu/Planalto/Realeza	UHE Baixo Iguaçu/PAC	14/01/2014	1025	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Capitão Leônidas Marques	UHE Salto de Caxias	08/06/2014	300	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
Subtotal:		3	1325		

Total dos Conflitos no Campo PR

34

Pessoas: 40571

Pernambuco

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Água Preta/Joaquim Nabuco	Engenho Brasileirinho	14/01/2014	160	Sem Terra
Águas Belas	T. I. Oya Twutia Fulni-ô	31/01/2014	900	Indígenas
Cabo de Santo Agostinho	Complexo Industrial Suape	22/12/2014	232	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Algoduais/Complexo Suape/PAC	16/02/2014	40	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Rosário/Comp. Suape/PAC	16/02/2014	30	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Serraria/Complexo Suape/PAC	22/12/2014	58	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Eng. Tiriri/Complexo Suape/Transnordestina/PAC	22/12/2014	35	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Boa Vista/Complexo Suape	22/12/2014	219	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Engenho Jasmim/Complexo Suape/PAC	22/12/2014	330	Posseiros
Cabo de Santo Agostinho	Usina Santo Inácio	25/02/2014	1	Pequenos proprietários
Carnaíba	Com. Sta. Rosa/Mineradora Vale do Pajeú	16/04/2014	140	Posseiros
Escada	Área da Ferrovia Transnordestina/PAC	21/02/2014	100	Trabalhador Rural
Garanhuns	Quilombo Castainho	13/05/2014	107	Quilombolas
Ipojuca	Com. Córrego do Urubu/Complexo Suape/PAC	22/12/2014	30	Posseiros
Ipojuca	Eng. Gaiapo/Gaipió/Complexo Suape	22/12/2014	100	Posseiros
Ipojuca	Eng. Mercês/Com. Poeirinha/Complexo Suape/PAC	22/12/2014	479	Posseiros
Ipojuca	Eng. Setúbal/Complexo Suape/PAC	22/12/2014	330	Posseiros
Ipojuca	Eng. Tabatinga/Complexo Suape	22/12/2014	105	Posseiros
Ipojuca	Engs. Massangana/Complexo de Suape/PAC	22/12/2014	219	Posseiros
Ipojuca	Ilha de Tatuoca/Complexo Suape/PAC	22/12/2014	50	Posseiros
Jaboatão dos Guararapes/Moreno	Eng. Poço Dantas/Us. Bulhões	30/07/2014	130	Sem Terra
Moreno	Engenho Moreno/Moreninho/Usina Auxiliadora	05/05/2014	350	Sem Terra
Moreno	Engenho Una/Us. Bulhões	31/03/2014	25	Sem Terra
Moreno/São Lourenço da Mata	Engenho Araújo e Covos	30/07/2014	30	Sem Terra
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	30/04/2014		Trabalhador Rural
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	13/05/2014		Trabalhador Rural
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	17/07/2014		Trabalhador Rural
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	06/08/2014		Trabalhador Rural
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	29/09/2014		Trabalhador Rural
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	23/10/2014		Trabalhador Rural
Moreno/Vitória de Santo Antão	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	11/11/2014	92	Trabalhador Rural
Petrolândia	Faz. Quixabinha/Área Chesf/Assent. Antônio Conselheiro	10/07/2014	900	Sem Terra
Sertânia	Fazenda Cachoeira dos Guilhermes	26/11/2014	29	Assentados
Sirinhaém	Us. Trapiche/Ilha de Constantino	21/05/2014	53	Pescadores
Trindade	Com. Abóbora/Transnordestina/PAC	26/03/2014	60	Posseiros
Subtotal:		35	5334	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Água Preta	Engenho Arranca/Almecega	29/04/2014	100	MST
Floresta	Fazenda Paus Preto	29/04/2014	60	MST
Goiana	Eng. Belo Horizonte/Us. Maravilha	29/04/2014	50	MST
Moreno	Engenho Moreno/Moreninho/Usina Auxiliadora	29/04/2014		MST
Moreno	Engenho Moreno/Moreninho/Usina Auxiliadora	17/05/2014	350	MST
Nazaré da Mata/Timbaúba	Fazenda Várzea Grande	19/10/2014	130	MST
Petrolândia	Fazenda Serra dos Papagaios	29/04/2014	100	MST
Pombos	Engenho Cachoeira/Us. Nossa Senhora do Carmo	29/04/2014	120	MST
São Lourenço da Mata	Eng. Curupati/Acamp. Maria Paraíba/Us. Bulhões	29/04/2014	60	MST
Vitória de Santo Antão	Engenho São Francisco	29/04/2014	220	MST

Subtotal:		10	1190
Acampamentos			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias Organização
Tamandaré	Engenho Canoinha	06/02/2014	57 STR
Subtotal:		1	57
Total Conflitos por Terra - PE		46	6581
TRABALHO			
Trabalho Escravo			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia Libertos Menores Tipo de Trabalho
Petrolina	Agropecuária Mandacaru	26/06/2014	8 8 1 Lavoura
Subtotal:		1	8 8 1
Total Conflitos Trabalhistas - PE		1	8
ÁGUA			
Conflitos pela Água			
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias Tipo Conflito Situação
Afogados da Ingazeira/São José do Egito/Tabira/Tuparetama	Barragem da Ingazeira	14/02/2014	400 Barragens e Açudes Falta de projeto de reassentamento
Cabo de Santo Agostinho	Mangue da Praia Suape/Complexo Portuário Suape/PAC	07/03/2014	500 Uso e preservação Destruição e ou poluição
Cabo de Santo Agostinho	Praia do Paiva/Colônia Z-8/Comp. Suape/PAC	10/04/2014	Apropriação Particular Impedimento de acesso à água
Cabo de Santo Agostinho	Complexo Industrial Suape	10/11/2014	1300 Uso e preservação Destruição e ou poluição
Cabrobó	T. I. Truká/Transp. do Rio São Francisco/PAC	14/03/2014	500 Uso e preservação Não cumprimento de procedimentos legais
Floresta	T. I. Pipipã/Transp. do Rio São Francisco/PAC	14/03/2014	400 Uso e preservação Não cumprimento de procedimentos legais
Palmares	Barragem de Serro Azul	07/03/2014	300 Barragens e Açudes Não reassentamento
Trindade	Com. Algodões/Emp. de Gesso	26/03/2014	Uso e preservação Destruição e ou poluição
Subtotal:		8	3400

Total dos Conflitos no Campo PE	55	Pessoas: 49913
--	-----------	-----------------------

Piauí				
TERRA				
Conflitos por Terra				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Caldeirão Grande do Piauí	Serra dos Pereiros/Empresa Casa dos Ventos/Energia Eólica	09/10/2014		Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Baixo dos Belos/Mineradora Bemisa	07/03/2014	24	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Juá/Mineradora Bemisa	04/08/2014	3	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Lagoa do Ovo/Mineradora Bemisa	04/08/2014	8	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Manga Velha/Mineradora Bemisa	04/08/2014	6	Pequenos proprietários
Curral Novo do Piauí	Com. Paredão e Palestina/Mineradora Bemisa	04/08/2014	8	Pequenos proprietários
Simões	Com. Monte Santo/Mineradora Bemisa	04/08/2014	70	Pequenos proprietários
Simões	Com. Riacho/Mineradora Bemisa	04/08/2014	15	Pequenos proprietários
União	Veneza/Limoeiro	02/05/2014	15	Posseiros
Subtotal:		9	149	
Total Conflitos por Terra - PI		9	149	
TRABALHO				
Trabalho Escravo				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia Libertos Menores Tipo de Trabalho	

Colônia do Piauí	Carvoaria São Sebastião	10/07/2014	4	4	Carvoaria
Ilha Grande/Luís Correia/Picos	Diversas Fazendas	30/09/2014	43	43	Extrativismo
Parnaíba	Pontes Indústria de Cera do Piauí Ltda	13/08/2014	52	52	Extrativismo
Picos	Faz. do Fabiano Neiva Eulálio	27/08/2014	61	61	Extrativismo
Subtotal:		4	160	160	
Total Conflitos Trabalhistas - PI		4	160		
Total dos Conflitos no Campo PI		13	Pessoas: 905		

Rio de Janeiro

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Campos dos Goytacazes	Assent. Zumbi dos Palmares/Faz. São João	22/02/2014	510	Assentados
Campos dos Goytacazes	Usina Sapucaia/Faz. Itaquaraçu/Outeiro/Coagro	24/07/2014	200	Sem Terra
Maricá	Faz. São Bento da Lagoa/Com. Pescadeira de Zacarias	02/10/2014	100	Pescadores
Natividade	Pov. de Natividade/Proj. Minas-Rio/PAC	27/03/2014	3	Pequenos proprietários
Quatis	Quilombo Santana	07/02/2014	28	Quilombolas
Rio de Janeiro	Acamp. no Museu do Índio/Aldeia Maracanã	13/05/2014	17	Indígenas
Subtotal:		6	858	

Total Conflitos por Terra - RJ

6 **858**

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
São Fidélis	Faz. do Paulo César Azevedo Girão	25/04/2014	4	4		Pecuária
Subtotal:		1	4	4		

Total Conflitos Trabalhistas - RJ

1 **4**

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cachoeiras de Macacu	Barragem do Rio Guapiaçu/COMPERJ	28/04/2014	360	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Itaguaí	Ilha da Madeira	09/09/2014	50	Apropriação Particular	Ameaça de expropriação
Itaguaí/Mangaratiba/Rio de Janeiro	Baía de Sepetiba/Vale/Thyssen Krupp CSA	02/04/2014	8075	Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	09/04/2014		Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Magé/Niterói/Rio de Janeiro/São Gonçalo	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	01/11/2014	800	Uso e preservação	Destrução e ou poluição
São João da Barra	Complexo Portuário de Açú/Projeto Minas-Rio/Anglo American/PAC	12/02/2014	466	Uso e preservação	Destrução e ou poluição
São João da Barra	Com. Água Preta/Complexo Portuário Açú/Minas-Rio/PAC	28/03/2014	55	Uso e preservação	Destrução e ou poluição
Subtotal:		7	9806		

Total dos Conflitos no Campo RJ

14

Pessoas: 53324

Rio Grande do Norte

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Apodi	Proj. Irrigação Santa Cruz do Apodi	06/05/2014	800	Pequenos proprietários
João Câmara	Faz. Baixa Verde/Pecol Agropecuária	03/06/2014		Sem Terra
João Câmara	Faz. Baixa Verde/Pecol Agropecuária	07/07/2014	60	Sem Terra
São Gonçalo do Amarante	Faz. Itapetinga/Acamp. Luís Carlos Prestes	22/05/2014	50	Sem Terra

Tibau	Com. Lagoa de Salsa	13/01/2014	200	Posseiros	
Subtotal:		5	1110		
Ocupações/Retomadas					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização	
João Câmara	Faz. Baixa Verde/Pecol Agropecuária	01/05/2014	60	MST	
São Gonçalo do Amarante	Faz. Itapetinga/Acamp. Luís Carlos Prestes	15/05/2014	50	MST	
Subtotal:		2	110		
Total Conflitos por Terra - RN		7	1220		
ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Caicó	Barragem de Oiticica/PAC	12/05/2014	1003	Barragens e Açudes	Falta de projeto de reassentamento
Subtotal:		1	1003		

Total dos Conflitos no Campo RN	8	Pessoas: 11115
--	----------	-----------------------

Rio Grande do Sul					
TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Benjamin Constant do Sul/Faxinalzinho	T. I. Kandóia-Votouro/Kaingang	28/04/2014		Índigenas	
Benjamin Constant do Sul/Faxinalzinho	T. I. Kandóia-Votouro/Kaingang	17/09/2014	200	Índigenas	
Capão do Leão	Faz. Galapeia/Granja do Pavão	01/05/2014	150	Sem Terra	
Capão do Leão/Pelotas	Faz. da Palma - UFPel	12/05/2014	150	Sem Terra	
Catuípe	Área de Cleni Tonetto/Localidade Linha Sta. Cruz	09/05/2014	250	Sem Terra	
Catuípe	Faz. da Família Cabral/Localidade Eng. Velho	09/05/2014	250	Sem Terra	
Charqueadas	Área do Horto Florestal/CEEE	08/08/2014	520	Sem Terra	
Charrua	T. I. Ligeiro/Kaingangue	31/07/2014	300	Índigenas	
Constantina/Engenho Velho/Ronda Alta	T. I. Serrinha/Pinheiro Ralo/Kaingang	01/04/2014		Índigenas	
Constantina/Engenho Velho/Ronda Alta	T. I. Serrinha/Pinheiro Ralo/Kaingang	02/05/2014	75	Índigenas	
Cruz Alta	Antiga Área da Varig	30/05/2014	100	Sem Terra	
Erebango	T. I. Tekoá Arandu Verá/Guarani/Mato Preto	29/05/2014	17	Índigenas	
Iraí	T. I. Kaingang	24/08/2014	170	Índigenas	
Maquiné/Osório	Quilombo de Morro Alto	26/09/2014	400	Quilombolas	
Passo Fundo	Fazenda de Dal Agnol	30/04/2014	150	Sem Terra	
Porto Alegre	T. I. Kaingang/Morro Santana	05/06/2014	45	Índigenas	
Porto Alegre/Viamão	T. I. Tekoá Jatí'ty/Aldeia Canta Galo	02/05/2014	145	Índigenas	
Tupanciretá	Área da Fepagro	02/12/2014	120	Sem Terra	
Vicente Dutra	T. I. Rio dos Índios/Kaingang	21/05/2014	48	Índigenas	
Subtotal:		19	3090		
Ocupações/Retomadas					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização	
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	27/04/2014		Índios	
Cacique Doble/Sananduva	T. I. Passo Grande do Rio Forquilha/Kaingang	28/07/2014	50	Índios	
Candiota	Área do CEEE	14/11/2014	145	MST	
Capão do Leão	Faz. Galapeia/Granja do Pavão	28/04/2014	150	MST	
Capão do Leão/Pelotas	Faz. da Palma - UFPel	28/04/2014		MAB/MST	
Capão do Leão/Pelotas	Faz. da Palma - UFPel	05/08/2014	200	MAB/MST	
Catuípe	Área de Cleni Tonetto/Localidade Linha Sta. Cruz	09/05/2014	250	MST	
Catuípe	Faz. da Família Cabral/Localidade Eng. Velho	28/04/2014	80	MST	
Charqueadas	Área do Horto Florestal/CEEE	05/08/2014	520	MAB/MST	
Cruz Alta	Antiga Área da Varig	28/04/2014	100	MAB/MST	
Esmeralda	Fazenda Cambotã/Com. Agência	05/08/2014	110	MAB/MST	

Mato Castelhana	Área da Reserva Nacional de Passo Fundo/T. I. Kaingang	07/01/2014		Índios
Mato Castelhana	Área da Reserva Nacional de Passo Fundo/T. I. Kaingang	08/04/2014	60	Índios
Passo Fundo	Fazenda de Dal Agnol	28/04/2014	150	MAB/MST
Salto do Jacui	Área do Antigo Aeroporto	28/07/2014	45	MST
Sananduva	Fazenda do Cláudio Beé	01/01/2014	80	MST
Tupanciretã	Área da Fepagro	14/11/2014	120	MST
Subtotal:		17	2060	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Arroio dos Ratos/Eldorado do Sul	Acamp. Dom Tomás Balduino	05/05/2014	50	MST
Benjamin Constant do Sul/Faxinalzinho	T. I. Kandóia-Votouro/Kaingang	17/09/2014	12	Índios
Subtotal:		2	62	

Total Conflitos por Terra - RS	38	5212
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Rio Grande	Faz. da TLL Transportes Locações e Logística	16/04/2014	20			Reflorestamento
Rio Pardo	Faz. de Vanderlei Meuer	17/11/2014	5	5		Fumo
Venâncio Aires	Fazenda Formosa	21/07/2014	1	1		Pecuária
Subtotal:		3	26	6		

Total Conflitos Trabalhistas - RS	3	26
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Cacique Doble	Comunidade de Lajeado	09/12/2014		Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Pirapó/Porto Lucena/Porto Xavier/Roque Gonzales/Santo Antônio das Missões/São Nicolau	Complexo Hidrelétrico Garabi/Panambi/PAC	14/03/2014	1080	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Subtotal:		2	1080		

Total dos Conflitos no Campo RS	43	Pessoas: 31486
--	-----------	-----------------------

Rondônia

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Alto Alegre do Parecis	Faz. Morimoto/Acamp. Che Guevara	18/12/2014	197	Sem Terra
Alto Alegre do Parecis	Reserva dos Mequéns	10/12/2014		Indígenas
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	31/07/2014	20	Sem Terra
Ariquemes	Faz. Santa Cruz/Acamp. Terra Prometida/Linha C-60/Lote 14/Gleba 4	31/03/2014	77	Posseiros
Ariquemes	P. A. Santa Cruz e Rio Alto	16/10/2014	81	Assentados
Buritis	Assentamento Mamão com Açúcar	26/09/2014	1	Assentados
Buritis	Fazenda Ubirajara	14/10/2014	50	Sem Terra
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/P. A. Florestal Jequitibá	21/08/2014		Posseiros
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/P. A. Florestal Jequitibá	30/11/2014	25	Posseiros
Chupinguaia	Fazenda Louredo	06/05/2014	40	Sem Terra
Chupinguaia	Fazenda Nossa Senhora do Loredo	20/05/2014	50	Sem Terra
Chupinguaia	Gleba Corumbiara/Lote 52/Setor 07	12/02/2014	107	Posseiros
Chupinguaia/Parecis	Faz. Rio Taboca/Acamp. Gilson Gonçalves	04/09/2014	50	Sem Terra
Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	24/01/2014		Sem Terra

Chupinguaia/Vilhena	Faz. Estrela/Lotes 52 e 53/Linhas 80 e 85/Gl. Corumbiara/Assoc. Nossa Sra. Aparecida	06/05/2014	40	Sem Terra
Costa Marques	Com. Quilombola do Forte Príncipe da Beira	24/07/2014	70	Quilombolas
Costa Marques	Travessão Luiz Sanchez/Linha 21/Acamp. Nova Esperança/Área do Badra	21/10/2014	11	Sem Terra
Cujubim	Faz. São Francisco/Linha MC-7/Km 25	11/03/2014	12	Sem Terra
Cujubim	Fazenda Atalaia	09/09/2014		Sem Terra
Espigão do Oeste/Vilhena	Reserva Indígena Roosevelt	01/07/2014	400	Indígenas
Machadinho d'Oeste	Faz. Paredão/Acamp. Canaã II	15/11/2014	60	Posseiros
Monte Negro	Área perto do Acampamento Écio Machado	28/11/2014		Sem Terra
Monte Negro	Faz. Mato Grande/Gl. Rio Alto, Lote 01-A/ Gl. 09/Setor Santa Cruz/Linha B-0	14/10/2014	30	Sem Terra
Monte Negro	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	11/07/2014		Sem Terra
Monte Negro	Faz. Padre Cícero/Acamp. Monte Verde	03/09/2014	11	Sem Terra
Monte Negro/Seringueiras	T. I. Uru-Eu-Wau-Wau	29/11/2014	115	Indígenas
Parecis	Acamp. Arraial do Cajueiro/Lote 30-A	07/10/2014	40	Sem Terra
Porto Velho	Área na BR-319/Km 07	24/04/2014		Sem Terra
Porto Velho	Colônia Areia Branca	16/08/2014	96	Posseiros
Porto Velho	Distrito de Extrema/Gl. Marmelo/Faz. Gobbi	15/10/2014	11	Posseiros
Porto Velho	Estrada 319/Ramal Jatuarana/Sítio Santo Antônio	12/09/2014	1	Posseiros
Porto Velho	Faz. Kamias/Gleba do Japonês	15/10/2014	35	Sem Terra
Porto Velho	Fazenda Bom Futuro	24/07/2014	80	Posseiros
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	09/07/2014	180	Sem Terra
Porto Velho	Lotes 4 e 5/PAD Marechal Dutra/Gleba 25/Sítio Ademar Primoz	22/02/2014	17	Posseiros
Porto Velho	P. A. São Francisco/Faz. Camim/Camia/Kamias/Linha G da F/Acamp. Fruto da Terra	14/03/2014	35	Sem Terra
Rio Crespo	Acamp. Bacuri/Linha 105/Km 30/Lote 14/Gl. 01	08/09/2014		Sem Terra
Rio Crespo	Faz. Santa Rosa/Nova Era/Acamp. João Batista	26/02/2014	35	Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	19/01/2014		Sem Terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	15/10/2014	20	Sem Terra
Theobroma	Faz. Seringal Rio Branco/Nena da Nova Vida/Linha C-45/Acamp. Fortaleza	24/07/2014		Sem Terra
Theobroma	Faz. Seringal Rio Branco/Nena da Nova Vida/Linha C-45/Acamp. Fortaleza	17/10/2014	62	Sem Terra
Vilhena	Assoc. Iquê Vitória/Lotes 435/436/437/438/439	16/10/2014	35	Sem Terra
Vilhena	Faz. do Branco/Lote 47/Setor 12/Gl. Corumbiara	16/10/2014	59	Posseiros
Vilhena	Gl. Corumbiara/Lote 53/Linha 135/Setor 12/Faz. São José/Assoc. dos Produtores do Rio d'Ávila	23/06/2014	46	Posseiros
Vilhena	Gl. Corumbiara/Setor 12/Lote 52/Faz. Duarte/Assoc. Canarinho	11/06/2014	52	Sem Terra
Vilhena	Gleba Corumbiara/Assoc. João Maria/Lote 95/Linha 155/Setor 12	16/10/2014	43	Posseiros
Vilhena	Lote 33 C/Assoc. dos Produtores Rurais Dois Corações	23/01/2014	32	Posseiros
Vilhena	Nova Vida/Lotes 76, 77 e 78/Linha 140/Setor 12/Gl. Corumbiara/Assoc. dos Peq. Chacareiros do St. Aeroporto	16/10/2014	80	Posseiros
Vilhena	P. A. Águas Claras	14/07/2014	64	Assentados
Vilhena	P. A. União da Vitória	04/09/2014	335	Assentados
Subtotal:		51	2805	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Chupinguaia	Fazenda Nossa Senhora do Loredo	20/01/2014	50	SI
Chupinguaia/Parecis	Faz. Rio Taboca/Acamp. Gilson Gonçalves	03/09/2014	50	SI
Costa Marques	Travessão Luiz Sanchez/Linha 21/Acamp. Nova Esperança/Área do Badra	30/09/2014	11	SI
Cujubim	Faz. São Francisco/Linha MC-7/Km 25	11/03/2014	12	STR
Subtotal:		4	123	

Total Conflitos por Terra - RO

55 2928

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Theobroma	Fazenda Nicomar	23/03/2014	5			Pecuária e Agrotóxicos

Subtotal:		1	5		
Total Conflitos Trabalhistas - RO		1	5		
ÁGUA					
Conflitos pela Água					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Candeias do Jamari	Usina Hidrelétrica Samuel	17/03/2014	1000	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Machadinho d'Oeste	UHE Tabajara/PAC	18/03/2014	135	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
Porto Velho	Assent. Joana Darc I, II e III/UHE Jirau e Sto. Antônio/PAC	13/02/2014	286	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Santa Rita/UHE Sto. Antônio/PAC	13/02/2014	135	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Porto Velho	Morrinhos/UHE Sto. Antônio/PAC	13/02/2014	50	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Riacho Azul/UHE Sto. Antônio/PAC	13/02/2014	42	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	São Domingos/UHE Sto. Antônio/PAC	13/02/2014	15	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	Comunidade de São Carlos	13/02/2014	20	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
Porto Velho	UHE Jirau e Sto. Antônio/Rio Madeira/PAC	03/04/2014	250	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
Subtotal:		9	1933		

Total dos Conflitos no Campo RO	65	Pessoas: 24310
--	-----------	-----------------------

Roraima					
TERRA					
Conflitos por Terra					
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria	
Alto Alegre/Caracaraí/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	07/02/2014		Indígenas	
Alto Alegre/Caracaraí/Mucajaí	T. I. Yanomami/Apiauí/Papiu/Yawaripé	31/05/2014	1142	Liderança Indígena	
Boa Vista	T. I. Anzol/Faz. São Jorge	03/05/2014	14	Indígenas	
Bonfim	T. I. Macuxi e Wapixana/ Reserva Canaunim	17/01/2014	1	Indígenas	
Mucajaí	Faz. Modelo/Rancho Favo de Mel	31/08/2014		Trabalhador Rural	
Mucajaí	Faz. Modelo/Rancho Favo de Mel	01/09/2014		Trabalhador Rural	
Normandia/Pacaraima/Uira mutã	T.I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	11/05/2014	3800	Indígenas	
Pacaraima	T. I. São Marcos/Macuxi/Wapixana/Taurepang	31/12/2014	956	Indígenas	
Rorainópolis	Assentamento Anauá	23/01/2014	2922	Assentados	
Subtotal:		9	8835		

Total Conflitos por Terra - RR	9	8835
---------------------------------------	----------	-------------

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Boa Vista	Fazenda em Cantá	02/08/2014	2	2		Pecuária
Caracaraí	Madeireira Nova Era Ind. Com. Imp. e Exportação	12/10/2014	12	12		Desmatamento
Caracaraí	Madeireira Ipê Ind. Com. .Imp. Exp.Ltda	12/10/2014	12	12		Desmatamento
Caroebe	Fazenda Modelo (3 Corações)	20/02/2014	1	1		Pecuária
Subtotal:		4	27	27		

Total Conflitos Trabalhistas - RR	4	27
Total dos Conflitos no Campo RR	13	Pessoas: 44202

Santa Catarina

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Arvoredo/Paial/Seara	T. I. Toldo Pinhal/ Kaingang	13/03/2014	311	Indígenas
Caçador	Área da Embrapa/Epagri/Acamp. Sebastião Siqueira	15/03/2014	60	Sem Terra
Florianópolis/Palhoça	Área de Artêmio Paludo/Ocup. Amarelido	07/02/2014		Sem Terra
Florianópolis/Palhoça	Área de Artêmio Paludo/Ocup. Amarelido	20/02/2014		Sem Terra
Florianópolis/Palhoça	Área de Artêmio Paludo/Ocup. Amarelido	12/04/2014		Sem Terra
Florianópolis/Palhoça	Área de Artêmio Paludo/Ocup. Amarelido	15/04/2014		Sem Terra
Florianópolis/Palhoça	Área de Artêmio Paludo/Ocup. Amarelido	21/04/2014		Sem Terra
Florianópolis/Palhoça	Área de Artêmio Paludo/Ocup. Amarelido	16/06/2014	725	Sem Terra
Itapoá	Área em Itapoá/Construtora Paranaense	11/11/2014	1	Pequenos proprietários
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/Itaty/Guarani M'Bya	24/01/2014	28	Indígenas
Porto Belo	Área na Praia do Perequê	28/11/2014	250	Sem Terra
Praia Grande	Com. Quilombola São Roque	13/02/2014	60	Quilombolas
Santa Cecília	Área do IBAMA	13/09/2014	300	Sem Terra
Zortéa	Faz. Volta Grande	30/07/2014	80	Sem Terra
Subtotal:		14	1815	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Abelardo Luz	Fazenda Papuã	13/06/2014	530	MST
Caçador	Área da Embrapa/Epagri/Acamp. Sebastião Siqueira	10/03/2014	60	MST
Florianópolis/Palhoça	Área de Artêmio Paludo/Ocup. Amarelido	20/04/2014	725	Índios/MST/OI
Praia Grande	Com. Quilombola São Roque	26/04/2014	60	MNU/Quilombola
Santa Cecília	Área do IBAMA	18/05/2014	300	MST
Zortéa	Faz. Volta Grande	04/03/2014	80	MST
Subtotal:		6	1755	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Santa Cecília/Timbó Grande	Faz. Nova Guararapes	05/01/2014	200	MST
Subtotal:		1	200	

Total Conflitos por Terra - SC	21	3770
---------------------------------------	-----------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia			Tipo de Trabalho
			Libertos	Menores		
Campo Erê	Área do Airton Luiz Cocalchini	27/05/2014	1	1		Reflorestamento
Caxambu do Sul	Área do Zolair Tomazi Damo	27/05/2014	1	1		Pecuária
Criciúma	Área do Ronaldo Dalmolin Martinello	28/10/2014	14	14		Lavoura
Grão Pará	Faz. de Produção de Tabaco/One Alliance	23/12/2014	5	5	1	Lavoura
Imbuia	Área do Joel Márcio Hames	02/12/2014	22	22		Lavoura
Pinhalzinho	Ervateira Cavallo Branco	10/04/2014	5	5		Extratativismo
Subtotal:		6	48	48	1	

Total Conflitos Trabalhistas - SC	6	48
--	----------	-----------

ÁGUA

Conflitos pela Água

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação
Brunópolis/Curritibanos/Frei Rogério/Vargem	UHE São Roque	15/09/2014	345	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação

Doutor Pedrinho/Ibirama/Itaiópolis/José Boiteux/Vitor Meireles	T. I. Xokleng Bugio/Duque de Caxias/La Klaño/B. Norte/Bom Sucesso	28/02/2014	640	Barragens e Açudes	Reassentamento inadequado
Palhoça	T. I. Morro dos Cavalos/Itaty/Guarani M'Bya	27/08/2014	32	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
Subtotal:		3	1017		

Total dos Conflitos no Campo SC	30	Pessoas: 23983
--	-----------	-----------------------

São Paulo

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Agudos	Faz. N. Sra. de Fátima	22/07/2014	350	Sem Terra
Araraquara	Usina Citro Maringá	07/07/2014	120	Sem Terra
Bauru	Faz. Sto. Antônio	24/06/2014	300	Sem Terra
Borebi/Iaras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	17/11/2014	60	Sem Terra
Dracena	Faz. Santa Luzia das Marrecas	04/03/2014	28	Sem Terra
Dracena	Usina Dracena	08/09/2014		Sem Terra
Dracena	Usina Dracena	15/12/2014	15	Sem Terra
Espírito Santo do Turvo	Usina Agreste	15/12/2014	80	Sem Terra
Flora Rica	Fazenda João Paulo III	04/03/2014		Sem Terra
Flora Rica	Fazenda João Paulo III	23/07/2014	80	Sem Terra
Guareí/Itapetininga/Quadra/Tatuí	Fazenda Paiol	19/08/2014		Sem Terra
Guareí/Itapetininga/Quadra/Tatuí	Fazenda Paiol	19/10/2014	500	Sem Terra
Iguape	14 Com. Caiçara na Est. Eco. Juréia Itatins	28/06/2014	300	Caiçara
Iporanga	Com. Cabocla do Ribeirão dos Camargo/Vale do Ribeira	16/09/2014	29	Ribeirinhos
Itaberá	Fazenda Cambará	18/08/2014	7	Sem Terra
Itapeva	Horto Florestal	01/05/2014		Sem Terra
Itapeva	Horto Florestal	26/07/2014	250	Sem Terra
Itapevi	Área Bela Vista Alta/Comuna Pe. João Carlos Pacchin	04/07/2014	150	Sem Terra
João Ramalho	Faz. São Mateus/Us. Cocal	07/04/2014	60	Sem Terra
João Ramalho	Fazenda Santo Antônio/Usina Local	14/04/2014	60	Sem Terra
João Ramalho	Fazenda Ventura	15/05/2014	75	Sem Terra
Lagoinha	Faz. Bela Vista/Fundação Florestal/Serra do Mar	07/11/2014	50	Sem Terra
Marabá Paulista	Faz. São Luiz/Grupo Sucroalcooleiro Decasa	04/03/2014		Sem Terra
Marabá Paulista	Faz. São Luiz/Grupo Sucroalcooleiro Decasa	10/09/2014	30	Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda Célia Maria	11/09/2014	30	Sem Terra
Marabá Paulista	Fazenda Vista Alegre	04/03/2014	40	Sem Terra
Mogi das Cruzes	Chácara Santo Ângelo/Mineradora Itaquereia	15/07/2014		Posseiros
Mogi das Cruzes	Chácara Santo Ângelo/Mineradora Itaquereia	14/08/2014		Posseiros
Mogi das Cruzes	Chácara Santo Ângelo/Mineradora Itaquereia	03/10/2014	400	Posseiros
Nova Independência	Acamp. Pérola Negra SP-563/Faz. São Pedro	13/07/2014	71	Sem Terra
Paulicéia	Fazenda São João do Pau d'Alho	04/03/2014	40	Sem Terra
Piracicaba/Santa Bárbara d Oeste	Área em Tupi	14/01/2014	128	Sem Terra
Presidente Bernardes	Faz. Guarani/Acamp. Toninho do PT	07/01/2014	47	Sem Terra
Presidente Bernardes	Faz. Guarani/Guaranizinho	31/01/2014	110	Sem Terra
Presidente Venceslau	Usina Decasa	08/09/2014	30	Sem Terra
Rancharia	Fazenda Alice	02/05/2014	40	Sem Terra
Regente Feijó	Destilaria Santa Fany	09/09/2014	20	Sem Terra
Restinga	Área em Restinga	01/01/2014	22	Sem Terra
Santo Anastácio	Usina Alvorada do Oeste/Agrícola Monções	08/09/2014	20	Sem Terra
São José dos Campos	Fazenda Nova Esperança	10/06/2014	1	Sem Terra
São Paulo	T. I. Jaraguá/Tekoa Pyau/Ytu/Itakupe	16/04/2014		Indígenas
São Paulo	T. I. Jaraguá/Tekoa Pyau/Ytu/Itakupe	09/08/2014	200	Indígenas
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	10/03/2014		Sem Terra
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	01/04/2014	450	Sem Terra
Sorocaba	Com. Quil. Os Camargo	24/06/2014	27	Quilombolas
Tarabá	Fazenda São José	02/06/2014	70	Sem Terra

Tatuí	Fazenda Monsa	15/12/2014	10	Sem Terra
Tatuí	Fazenda São Nicolau	15/12/2014	10	Sem Terra
Ubatuba	Quilombo da Fazenda da Caixa	23/09/2014	29	Quilombolas
Votuporanga	Acamp. Nelson Mandela II/Área da Prefeitura	10/12/2014	46	Sem Terra
Subtotal:		50	4385	
Ocupações/Retomadas				
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Agudos	Faz. N. Sra. de Fátima	24/05/2014	200	MST
Araraquara	Acamp. Capão dos Angicos/Us. Maringá	08/08/2014	200	OI
Araraquara	Usina Citro Maringá	27/06/2014	120	MST
Bauru	Área da América Latina Logística (ALL)	26/07/2014	250	MST
Bauru	Faz. Sto. Antônio	23/03/2014	300	OI
Bento de Abreu	Fazenda Rio Feio	08/09/2014		FNL
Borebi/laras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	16/11/2014	60	MST
Dracena	Área Arrendada para Us. Dracena	08/09/2014	15	FNL
Dracena	Faz. Santa Luzia das Marrecas	01/03/2014	28	FNL
Dracena	Usina Dracena	06/09/2014		FNL
Dracena	Usina Dracena	13/12/2014	15	FNL
Espírito Santo do Turvo	Usina Agreste	13/12/2014	80	FNL
Flora Rica	Fazenda João Paulo III	01/03/2014		FNL
Flora Rica	Fazenda João Paulo III	19/07/2014	80	FNL
Guareí	Fazenda Santa Mônica	12/12/2014	10	FNL
Guareí/Itapetininga	Usina Vista Alegre	14/12/2014	10	FNL
Guareí/Itapetininga/Quadra/Tatuí	Fazenda Paiol	15/08/2014		FNL
Guareí/Itapetininga/Quadra/Tatuí	Fazenda Paiol	25/09/2014		FNL
Guareí/Itapetininga/Quadra/Tatuí	Fazenda Paiol	22/11/2014	800	FNL
Iepê	Fazenda Esperança	07/02/2014	50	MST***
Itapetininga	Fazenda Santa Rita	14/12/2014	10	FNL
Itapeva	Horto Florestal	17/04/2014	100	MST
Itapevi	Área Bela Vista Alta/Comuna Pe. João Carlos Pacchin	28/06/2014	150	MST
João Ramalho	Fazenda Santo Antônio/Usina Local	04/04/2014	60	MST***
João Ramalho	Fazenda Ventura	11/05/2014	75	MST***
Marabá Paulista	Faz. São Luiz/Grupo Sucroalcooleiro Decasa	01/03/2014		FNL
Marabá Paulista	Faz. São Luiz/Grupo Sucroalcooleiro Decasa	08/09/2014	30	FNL
Marabá Paulista	Faz. Urupê/Grupo Sucroalcooleiro Decasa	01/03/2014	30	FNL
Marabá Paulista	Fazenda Célia Maria	10/09/2014	30	FNL
Marabá Paulista	Fazenda Figueira	01/03/2014	30	FNL
Marabá Paulista	Fazenda Floresta	01/03/2014	22	FNL
Marabá Paulista	Fazenda Vista Alegre	01/03/2014	40	FNL
Martinópolis/Regente Feijó	Fazenda Estrela do Laranja Doce	07/09/2014		FNL
Mirante do Paranapanema	Fazenda Santa Cruz	10/01/2014	13	MST***
Paulicéia	Fazenda São João do Pau d'Alho	01/03/2014	40	FNL
Pederneiras	Área do Horto Florestal	07/06/2014	50	OI
Pederneiras	Fazenda Falcão	21/11/2014		MST
Pederneiras	Fazenda Falcão	28/11/2014	45	OI
Pederneiras	Fazenda Guaia	05/11/2014	213	MPST
Pindamonhangaba	Área da Fatec	04/12/2014	28	MST
Piratininga	Faz. São José/Louis Dreyfus Comoditus	16/05/2014	170	FNL
Presidente Bernardes	Faz. Guarani/Guaranizinho	25/01/2014		FNL
Presidente Bernardes	Faz. Guarani/Guaranizinho	01/03/2014	80	FNL
Presidente Bernardes	Fazenda Bela Vista	01/03/2014	40	FNL
Presidente Venceslau	Usina Decasa	07/09/2014		FNL
Presidente Venceslau	Usina Decasa	13/12/2014	30	FNL
Rancharia	Fazenda Alice	01/05/2014	40	FNL
Rancharia	Fazenda Saltinho	05/03/2014	50	FNL
Regente Feijó	Destilaria Santa Fany	07/09/2014		FNL
Regente Feijó	Destilaria Santa Fany	13/12/2014	20	FNL
Santo Anastácio	Acamp. em Área de Divisa de Sto. Anastácio com Pres. Bernardes	08/09/2014	20	FNL
Santo Anastácio	Usina Alvorada do Oeste/Agrícola Monções	07/09/2014	20	FNL

São Paulo	T. I. Jaraguá/Tekoa Pyau/Ytu/Itakupe	22/07/2014	200	Índios
Serrana	Faz. Martinópolis/Usina Nova União	01/05/2014	450	MST
Tarabá	Fazenda São José	19/04/2014	70	MST
Tatuí	Fazenda Monsa	13/12/2014	10	FNL
Tatuí	Fazenda São Nicolau	13/12/2014	10	FNL
Subtotal:		57	4394	

Acampamentos

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Araçatuba	Fazenda Santa Cecília	01/03/2014	150	MST
Borebi/Iaras	Faz. Capim/Santo Henrique/Núcleo Monções/Cutrale	17/11/2014	60	MST
Guareí/Itapetininga/Quadra/Tatuí	Fazenda Paiol	25/09/2014	130	FNL
Rancharia	Fazenda Alice	02/05/2014	40	FNL
Votuporanga	Acamp. Nelson Mandela III/Área da Prefeitura	13/10/2014	46	FAF
Subtotal:		5	426	

Total Conflitos por Terra - SP	112	9205
---------------------------------------	------------	-------------

TRABALHO

Trabalho Escravo

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Bauru	Canavial do Emérito de Lima	15/09/2014	9	9		Canavial
Paraibuna	Fazenda Santo Antônio Raimundo da Silva	26/06/2014	17	17		Reflorestamento
Piracaia	Carvoaria Abrão A. de Oliveira	21/01/2014	6	6		Carvoaria
Piracaia	Carvoaria Bom Sucesso Ltda	21/01/2014	4	4		Carvoaria
Piracaia	Carvoaria Luiz G.A Pinheiro	21/01/2014	10	10		Carvoaria
Piracaia	Faz. Ribeirão dos Índios/Carvão Cacique	20/01/2014	12	12		Carvoaria
Subtotal:		6	58	58		

Superexploração

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Pitangueiras	Usina Viraalcool	28/04/2014	1			Cana de açúcar
Pontal	Usina Carolo	21/01/2014	250			Condutor de veículos
Subtotal:		2	251			

Total Conflitos Trabalhistas - SP	8	309
--	----------	------------

Total dos Conflitos no Campo SP	120	Pessoas: 46334
--	------------	-----------------------

Sergipe

TERRA

Conflitos por Terra

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria
Barra dos Coqueiros	Com. Quilombola de Pontal da Barra	18/03/2014	135	Quilombolas
Brejo Grande	Com. Quilombola Brejão dos Negros	08/04/2014	42	Quilombolas
Brejo Grande	Comunidade Resina	29/04/2014	40	Quilombolas
Porto da Folha	Área de Assentamento no Povoado Júlia	23/08/2014		Assentados
São Cristóvão	Loteamento Nossa Sra. da Ajuda/Pov. Cabrita	13/06/2014		Posseiros
São Cristóvão	Loteamento Nossa Sra. da Ajuda/Pov. Cabrita	14/11/2014	217	Posseiros
Tomar do Geru	Pov. Canavieiras/Pedreira JJP Ltda	28/02/2014		Posseiros
Subtotal:		7	434	

Ocupações/Retomadas

Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização
Cumbe	Faz. Araçá/Acamp. Euclides da Cunha	14/06/2014	25	MST
Itaporanga da Ajuda	Fazenda São Raimundo	27/04/2014	90	MST
Subtotal:		2	115	

Total Conflitos por Terra - SE	9	549
---------------------------------------	----------	------------

TRABALHO						
Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Capela	Usina Taquari	30/09/2014	40	40		Canavial
Subtotal:		1	40	40		
Total Conflitos Trabalhistas - SE		1	40			
Total dos Conflitos no Campo SE		10	Pessoas: 2785			

Tocantins

TERRA						
Conflitos por Terra						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Categoria		
Araguaína	Acampamento Levinha	27/06/2014	46	Sem Terra		
Babaçulândia	Faz. Aruanã I, II, III e IV/Taboca	02/10/2014	60	Sem Terra		
Barra do Ouro	Gleba Tauá	12/05/2014	10	Posseiros		
Campos Lindos	Serra do Centro/Proj. Campos Lindos	29/01/2014	80	Posseiros		
Cristalândia/Lagoa da Confusão	T. I. Mata Alagada/Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	27/06/2014	10	Indígenas		
Fortaleza do Tabocão	Faz. Aragarina/Acamp. Olga Benário	13/06/2014	500	Sem Terra		
Goiatins	Gleba Sítio Taquari/Retiro/Indone	28/04/2014		Posseiros		
Goiatins	Gleba Sítio Taquari/Retiro/Indone	03/05/2014		Posseiros		
Goiatins	Gleba Sítio Taquari/Retiro/Indone	12/05/2014	4	Posseiros		
Lagoa da Confusão	Loteamento Duere/Faz. Lagoa Verde	03/06/2014		Posseiros		
Lagoa da Confusão	Loteamento Duere/Faz. Lagoa Verde	04/06/2014	50	Posseiros		
Palmeirante	Faz. Paraná/Acamp. São Francisco/Gleba Anajá	10/12/2014		Sem Terra		
Palmeirante	Faz. Paraná/Acamp. São Francisco/Gleba Anajá	11/12/2014	25	Sem Terra		
Palmeirante	Faz. Santo Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	30/04/2014		Sem Terra		
Palmeirante	Faz. Santo Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	27/08/2014	19	Sem Terra		
Palmeirante	Fazenda Malú	06/10/2014		Sem Terra		
Palmeirante	Fazenda Malú	20/10/2014	139	Sem Terra		
Porto Nacional	Faz. Dom Augusto/Acamp. Sebastião Bezerra	13/06/2014	250	Sem Terra		
Porto Nacional	Faz. Nossa Senhora do Carmo	11/06/2014		Sem Terra		
Porto Nacional	Faz. Nossa Senhora do Carmo	15/06/2014	36	Sem Terra		
Tocantinópolis	T. I. Apinajé/Apinayés/UHE Serra Quebrada/PAC	17/01/2014	227	Indígenas		
Subtotal:		21	1456			
Ocupações/Retomadas						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Araguatins	Faz. Estrela e Novo Mundo	01/04/2014	150	MST		
Babaçulândia	Faz. Aruanã I, II, III e IV/Taboca	29/08/2014	60	OI		
Cristalândia/Lagoa da Confusão	T. I. Mata Alagada/Loroty/Faz. Planeta/Krahô Kanela	27/05/2014	10	Índios		
Fortaleza do Tabocão	Faz. Aragarina/Acamp. Olga Benário	04/03/2014	500	MST		
Palmeirante	Faz. Paraná/Acamp. São Francisco/Gleba Anajá	31/01/2014	20	OI		
Porto Nacional	Faz. Dom Augusto/Acamp. Sebastião Bezerra	07/06/2014	250	MST		
Porto Nacional	Faz. Nossa Senhora do Carmo	07/06/2014	36	MST		
Sampaio	Fazenda Jacira	03/12/2014	100	MST		
Sampaio	Projeto de Irrigação Sampaio	03/12/2014	150	MST		
Subtotal:		9	1276			
Acampamentos						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Organização		
Porto Nacional	Faz. Dom Augusto/Acamp. Sebastião Bezerra	13/06/2014	250	MST		
Porto Nacional	Faz. Nossa Senhora do Carmo	15/06/2014	36	MST		
Subtotal:		2	286			
Total Conflitos por Terra - TO		32	3018			
TRABALHO						

Trabalho Escravo						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Alvorada	Fazenda LB	15/08/2014	3	3		Carvoaria
Angico	Fazenda Fernandes	04/12/2014	1	1		Lavoura
Araguaína	Faz. Mariari/Serra Azul	25/06/2014	10	10		Pecuária
Arapoema	Faz Boa Esperança/Cristalino	09/09/2014	5	6		Pecuária
Arapoema	Faz. do João Ney	27/06/2014	2			Pecuária e Agrotóxicos
Campos Lindos	Fazenda Santos Dumont	24/03/2014	25			Lavoura
Campos Lindos	Fazenda Santos Dumont	18/07/2014	46			Lavoura/Agrotóxicos
Crixás do Tocantins	Fazenda Taji	15/09/2014	5	5		Lavoura
Jaú	Carvoaria/Faz. Gameleira e Coqueiros	15/08/2014	12	12		Carvoaria
Jaú	Carvoaria/Faz. São José	15/08/2014	5	5		Carvoaria
Jaú do Tocantins	Carvoarias	20/09/2014	17	17		Carvoaria
Lagoa da Confusão	Área Colorado/Grupo Indaiá	18/01/2014	46	46		Lavoura
Natividade	Fazenda Esperança	16/04/2014	6	6		Pecuária
Natividade	Fazenda Ouro Branco	13/08/2014	6	6		Carvoaria
Natividade	Mineração Santa Luzia	09/07/2014	40	14		Mineração
Paraná	Fazenda Gameleira - CCA	19/08/2014	2	2		Pecuária
Paraná	Fazenda São Miguel/Bibiano	02/09/2014	5	5		Carvoaria
Peixe	Faz. Sentinelas do Pago	19/08/2014	3	3		Pecuária
Ponte Alta do Bom Jesus	Carvoaria/Faz. Bom Sucesso	25/06/2014	14	14		Carvoaria
Taguatinga	Faz. Terra de Ouro	24/09/2014	2			Pecuária
Subtotal:		20	255	155		
Superexploração						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Trab. na denúncia	Libertos	Menores	Tipo de Trabalho
Araguaína	Fazenda Nossa Sra da Guia	10/01/2014	3			Pecuária
Piúm	Fazenda Javaé/Poderosa	12/03/2014	30			Pecuária
Wanderlândia	Fazenda Cumbuca	10/07/2014	4			Pecuária e Agrotóxicos
Wanderlândia	Fazenda do Marcos Albuquerque	13/02/2014	4			Lavoura e Agrotóxicos
Subtotal:		4	41			
Total Conflitos Trabalhistas - TO		24	296			
ÁGUA						
Conflitos pela Água						
Município(s)	Nome do Conflito	Data	Famílias	Tipo Conflito	Situação	
Babaçulândia	UHE de Estreito	28/02/2014	400	Barragens e Açudes	Destrução e ou poluição	
Palmas	UHE Luiz Eduardo Magalhães/Usina de Lajeado	16/02/2014	272	Barragens e Açudes	Destrução e ou poluição	
Subtotal:		2	672			
Total dos Conflitos no Campo TO		58	Pessoas: 18746			

Brasil		
	Conflitos	Pessoas
Terra	1018	600240
Trabalho	141	2787
Água	127	214075
Seca		
Total Brasil	1286	817102



Foto: Arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Panorama dos conflitos e da violência no espaço agrário brasileiro de 1985-2014¹

Helaine Saraiva Matos²
Gabriela Bento Cunha³
Francisco Amaro Gomes de Alencar⁴

1. Introdução

As lutas camponesas não são recentes no Brasil. Basta lembrar Canudos (1896-1897), Contestado (1912-1916), Trombas e Formoso (1950-1957), entre outras, para perceber que os conflitos no espaço agrário brasileiro têm um processo histórico, político e social antigo, complexo e merecem ser estudados.

O campesinato confrontou-se muitas vezes com fazendeiros, latifundiários, grileiros, empresários e o Estado. No entanto, os registros dessas resistências são praticamente ignorados pela História oficial. Mas, desde o ano de 1985,

¹ Parte das reflexões aqui apresentadas pelos autores foram discutidas no IV Seminário Internacional violência e conflitos sociais: territorialidades e negociações, realizado de 2 a 5 de dezembro de 2014, em Fortaleza, pelo Laboratório de Estudos da Violência, da Universidade Federal do Ceará, em artigo intitulado "Conflitos e violência no campo de 1985-2013: um olhar sobre o nordeste brasileiro e o estado do Ceará."

² Jornalista, especialista em Jornalismo Científico e Geógrafa pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

³ Bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

⁴ Geógrafo, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Doutor em Sociologia e professor no Departamento de Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC).

a Comissão Pastoral da Terra (CPT) cataloga as lutas no espaço agrário brasileiro, por meio da publicação anual *Conflitos no Campo Brasil*, material de referência quando o assunto é a classificação e reflexão sobre os embates ocorridos entre camponeses e o grande capital no país. O objeto de documentação e análise dessa publicação são os conflitos e a violência sofrida no campo. Dessa forma, este artigo propõe uma análise parcial dos dados contidos em todas as edições de *Conflitos no Campo Brasil*, correspondendo aos anos de 1985 a 2014. Em função da densidade de números, optou-se por trabalhar com os valores totais desse intervalo de tempo, dando ênfase aos anos que se destacaram numericamente nesse recorte temporal.

A metodologia empregada no relatório *Conflitos no Campo Brasil* contempla o uso de tabelas que dão conta do número e dos tipos de conflitos (por terra, água, trabalhistas, em tempos de seca, em áreas de garimpo e conflitos sindicais). Em função da ausência de especificação do tipo de conflito em anos passados, trabalha-se neste estudo com o número total de conflitos e de pessoas envolvidas. Destacam-se algumas tipologias, quando catalogadas e relevantes para a compreensão das particularidades locais, como o caso dos conflitos em tempos de seca, no Nordeste.

Também foram adotadas como categorias de análise para este estudo as formas de violência no campo decorrentes dos conflitos, como: número de feridos e assassinatos. Privilegiamos esses dois porque possuíram os registros mais frequentes e completos ao longo do recorte temporal adotado (1985-2014) e, também, porque representaram formas de violência fisicamente concretas.

Por se tratar de um estudo sob a perspectiva geográfica, contemplamos a representação dos dados por meio da cartografia temática, de for-

ma a compreender a dimensão quantitativa e sua distribuição no espaço geográfico. Este é um estudo preliminar e os resultados aqui discutidos são parciais, mas reflexivos dentro da questão agrária brasileira.

Os conflitos no campo são definidos como as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural. Envolvem a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Ocorrem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas (CPT, 2013).

Como lembra Martins (1983) os camponeses manifestam-se com uma vontade política própria e se rebelam de maneiras diversas contra seus opressores, organizam-se em movimentos sociais, sindicatos, exigindo do Estado uma política de Reforma Agrária, resistindo de vários modos para obterem o que reivindicam.

Os conflitos desencadeiam, na maioria das vezes, formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras. São assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, ferimentos e prisões. Isso pode ocorrer, como esclarece Raffentin (1993) quando homens desejam a retomada do controle de seu poder original, tentando refazer a unidade perdida, o que significa entrar em um universo conflitual, de natureza puramente política.

E o uso da violência é uma das características desse universo conflitivo no campo. Violência essa entendida como qualquer forma de constrangimento e destruição física ou moral exercidos sobre o campesinato e seus aliados (CPT, 2013).

É importante lembrar que do ponto de vista geográfico, todas essas ações fazem parte da

produção espacial entendida por Santos (1988) como resultado da ação dos homens sobre o próprio espaço, soma e síntese, sempre refeita através da espacialização que é mutável.

2. Os conflitos no espaço agrário brasileiro 1985 - 2014

Nos últimos 30 anos o Brasil protagonizou 28.805 conflitos no campo (por terra, água, questões trabalhistas, em tempos de seca, etc.). A região Nordeste foi a que mais registrou conflitos entre as regiões geográficas (ver mapa1). De 1985 a 2014 ela foi palco de 10.488 conflitos, o que representou 36% do total absoluto. Em seguida, vem a região Norte, com 7.770 conflitos ou 27% do total. O Centro-Oeste e o Sudeste representaram, respectivamente, 13% e 15% dos conflitos no Brasil. A menor incidência foi registrada na região Sul, com 2.505 conflitos ou 9% do total. O fato de o Nordeste ter sobressaído entre as demais regiões pode estar associado à intensidade dos conflitos por água e em tempos de seca no local.

De 1985 a 2014 contabilizou-se mais de 19 milhões de pessoas envolvidas em conflitos no campo brasileiro. O Nordeste e Norte continuaram a registrar o maior número de pessoas envolvidas em conflitos, (ver mapa 2), mas a região Sul, também se destaca, seguida do Centro-Oeste e Sudeste.

No contexto dos conflitos é importante considerar o papel dos movimentos sociais e sindicais, pois neles existem organização e estrutura partidária, necessárias à unidade da diversidade, força política e o lugar de seus participantes, tanto no processo político, quanto na aliança com as classes sociais que se defrontam com

as classes dominantes e o Estado (MARTINS, 1983).

Mapa 1: Distribuição espacial dos conflitos no campo no Brasil (1985-2014).



Fonte: CPT. Elaboração: MATOS (2015).

Mapa 2: Pessoas envolvidas em conflitos no campo no Brasil (1985-2014).



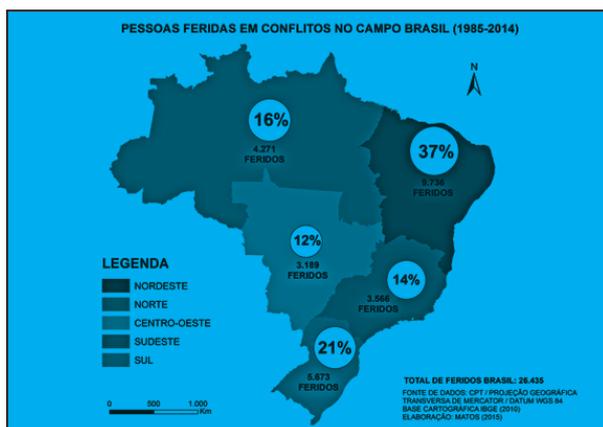
Fonte: CPT. Elaboração: MATOS (2015).

Também é necessário analisar que os conflitos no campo não ocorrem de forma pacífica, mas são historicamente violentos, nos casos mais extremos tem-se um número significativo de pessoas feridas⁵ e assassinadas. A região

⁵ Nessa categoria estão incluídos, também, os agredidos fisicamente que constam em parte da publicação da CPT.

Nordeste continuou a se destacar no cenário nacional no período analisado: 9.736 pessoas (37%) ficaram feridas, como ilustra o mapa 3. Os estados da Bahia, Maranhão e Paraíba sobressaíram-se nesse cenário registrando constantes confrontos em função de saques em tempos de secas prolongadas, expulsões de terra, etc. O Sul registrou 5.673 feridos (21%) e a região Norte 4.271 (16%). A explicação para os números elevados do Sul relaciona-se aos anos, como os de 1989 e 1990 que registraram um número maior de ocupações de terra em municípios dos estados do Sul, com relatos de forte repressão policial em Santa Elmira (RS), Palma Sola (SC) e Inácio Martins (PR), o que pode justificar o elevado número de feridos (CPT, 1989).

Mapa 3: Espacialização de pessoas feridas em conflitos no campo no Brasil (1985 – 2014).



Fonte: CPT. Elaboração: MATOS (2015).

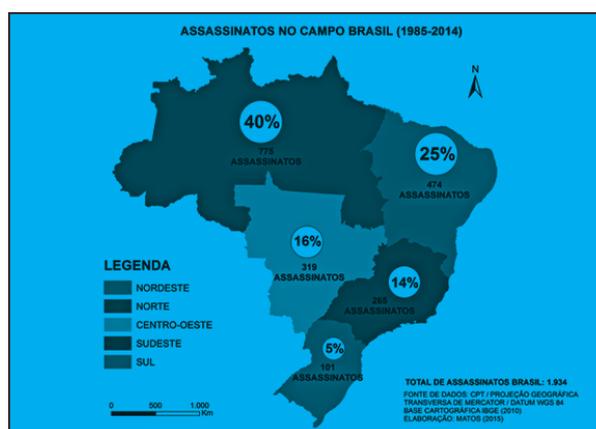
No que diz respeito aos casos extremos de violência, a região Norte liderou as estatísticas de assassinatos no período estudado, com 775 vítimas ou 40% do total (ver mapa 4). Realidade associada à criminalidade em áreas de garimpo, apropriações de áreas indígenas e ribeirinhas, etc. Além disso, as relações de poder impostas pelo Estado, através da repressão policial e do próprio latifundiário e de grandes empresas são mais intensas na região.

O Nordeste está em segundo lugar em quantidade de assassinatos, com 474 vítimas ou 25% do total. Passou por conflitos de água, relações trabalhistas, em tempos de seca e pela posse da terra. A publicação do ano de 1985, por exemplo, faz referência às vítimas na região em função da seca, o que acaba por se repetir em períodos seguintes, como em 1987, 1990, 1993 e 1998.

A seca e o acesso à água sempre foram questões presentes nos conflitos nordestinos. Esse, talvez, seja o fator que mais diferencia os conflitos na região se comparados com as demais. Em anos, como 1987 e 1990 conflitos em tempos de seca se sobressaíram aos casos pela posse e uso da terra. A condição climática associada à carência de políticas públicas efetivas provocou durante décadas o êxodo de camponeses para outras regiões, o que muitas vezes, abriu precedentes para outras formas de conflitos, como a superexploração, por meio do trabalho escravo ou infantil.

Em artigo intitulado “rota da escravidão”, a publicação de 1994 fala da participação do Nordeste nesse cenário, já o de 1995 trata do trabalho infantil, em estados, como Piauí e Ceará.

Mapa 4: Pessoas assassinadas em conflitos no campo no Brasil (1985 – 2014).



Fonte: CPT. Elaboração: MATOS (2015).

Ainda, em relação à violência no Nordeste são inúmeros os relatos, principalmente na década de 1990, em relação às famílias camponesas que sofreram com queimadas de plantações por parte de latifundiários e de policiais, destruição de casas, agressões físicas e assassinatos.

Fica evidente que o problema da questão agrária se manifesta nas reivindicações camponesas, por terra, água, questões trabalhistas e contra o grande capital, refletido, por exemplo, no agronegócio. Situações que remetem à transgressão, ressentimento e revolta ligada aos conflitos. Essa condição, como defende Ricci (2009), leva ao apartamento social e daí as ações de resistência política sempre estarem revestidas de transgressão ou inovação na gestão territorial. Essa seria uma explicação para saques em regiões de seca, ocupações de terra, ocupações de órgãos públicos etc.

3. Considerações finais

A distribuição espacial dos conflitos e das formas de violência no campo brasileiro é heterogênea, mas está presente em todo o território nacional.

Os dados apresentados neste artigo refletem a resistência do campesinato diante do abuso do poder de polícia do Estado e da imposição de fazendeiros, latifundiários que fazem uso da violência na tentativa de tomada e/ou resta-

belecimento do poder. Nas palavras de Porto-Gonçalves e Cuin (2013) o conflito é a contradição social em estado prático. É, também, como lembra Martins (1983), um problema político, da luta e do confronto entre as classes sociais, entre exploradores e explorados e que precisa de resposta política.

No entanto, reconhecemos que é preciso aprofundar as discussões e se deter, ainda mais, às particularidades dessas ações no espaço agrário para compreender os processos sociais, políticos e geográficos incorporados aos conflitos no campo.

Reflexões norteadoras dos próximos passos da pesquisa já foram lançadas nesse primeiro momento, como o destaque do Nordeste, Norte e Sul nesse cenário, e a representatividade dos conflitos por água e em tempos de seca que são mais evidentes nas áreas de semiárido e que são precedentes para a prática de outros tipos de conflitos, como o trabalho escravo. É preciso, também, considerar conflitos desencadeados pelo poder imposto pelo Estado e por grandes empresas, como as de agronegócio que se confrontam com o campesinato.

Nesse sentido, a análise dos processos de construção envolvidos nessas ações conflitivas é, sem dúvida, mais que uma ferramenta de compreensão do passado, é caminho para teorizar o presente e refletir a questão agrária no Brasil e a realidade de quem dela participa.

Referências

- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Cadernos Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia: 1985 a 2013.
- MARTINS, J.S. *Os camponeses e a Política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1983.
- PORTO-GONÇALVES, C.W.; CUIN, D.P. *Geografia dos Conflitos por Terra no Brasil (2013): Expropriação, violência e r-existência*. In: *Caderno Conflitos no Campo Brasil*. Goiânia: 2013.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.
- RICCI, R. *A maior estrutura sindical do Brasil: papel do sindicalismo de trabalhadores rurais no pós-64*. In: *Lutas Camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- SANTOS, M. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teórico e metodológico da Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1988.





Foto: Arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Terra

Mineração na América Latina

Impactos e Resistências

César Padilla¹

Dário Bossi²

1. Introdução

A América Latina é ponto de referência para os investimentos em mineração do capital internacional, desde o conhecido “ciclo canadense”, em meados dos anos noventa. No entanto, vários países da região são considerados “produtores de minerais”⁴ em consideráveis escalas há mais de cem anos.

No Brasil, o setor mineral, que compreende mineração, metalurgia e transformação mineral de não metálicos, emprega entorno de 200 mil trabalhadores e é responsável por 4% do Produto Interno Bruto (PIB). O Brasil é o segundo maior exportador mundial de minério de ferro e é de longe o maior exportador de minérios da América do Sul⁵.

O fluxo de minerais da América Latina mudou ao longo do tempo, dirigindo-se cada vez mais a mercados asiáticos, especialmente à China.

As empresas mineradoras, em nível global, direcionam atualmente cerca de 23% de seus investimentos para a América Latina⁶.

Os preços dos minerais flutuam de acordo com o comportamento das economias com grandes volumes de produção de manufaturados. Quanto mais crescerem essas economias, maior será o preço dos minérios nos mercados mundiais. Isto é particularmente válido para os metais básicos e menos para os preciosos. Estes últimos, especialmente o ouro, dependem mais da solidez econômica dos países industrializados e dos mercados de jóias, especialmente Índia e China⁷.

O ouro é considerado como “valor refúgio” e assume maior importância em tempo de incerteza financeira. Isto elevou o preço a níveis históricos, como em 2011, superando em algumas ocasiões o valor de US\$ 1.900 por onça⁸.

¹ Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL), Chile www.ocmal.org

² Missionário Comboniano – rede Justiça nos Trilhos, Brasil

³ www.justicanostrilhos.org – Agradecemos o pe. Ángel Yanez pela tradução do espanhol ao português.

⁴ Rejeitamos a expressão empresarial “produção de minério”, por distinguir duas diferentes modalidades de relação com a terra, em competição entre elas: a extração de bens comuns e a produção agrícola, que – quando é em escala familiar – é um dos caminhos da efetiva sustentabilidade.

⁵ De acordo com Eduardo Gudynas, o Brasil “extrai mais de 410 milhões de toneladas de seus principais minerais em 2011, enquanto todas as nações sul-americanas somadas, se apropriaram de um pouco mais de 147 milhões de toneladas. Esses indicadores se baseiam na extração, na América do Sul, de cobre, zinco, chumbo, estanho, bauxita, carvão e ferro (que representam os principais minerais por seu volume de extração e exportação). É impactante observar que o Brasil extrai quase o triplo que a soma de todos os demais países sul-americanos com mineração relevante (Argentina, Bolívia, Colômbia, Chile, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela). Em: “O maior extrativista do continente: Brasil”, por Eduardo Gudynas, disponível em: <http://alainet.org/active/64049>

⁶ SNL Financial LC – Informações financeiras sobre mercados, inclusive de metais e mineração.

Cf. <http://go.snl.com/SOTM-Mining-Request.html>

⁷ www.kitco.com

⁸ A onça troy é um sistema de medida do peso do ouro e equivale a cerca de 31 gramas.

Em geral, os preços dos metais básicos registram ciclos periódicos, embora haja fatores importantes que determinam se esses ciclos são mais ou menos curtos. As crises financeiras são um desses fatores mais relevantes, devido ao fato que os metais básicos são fundamentais para a indústria, a infraestrutura e a produção de bens de consumo.

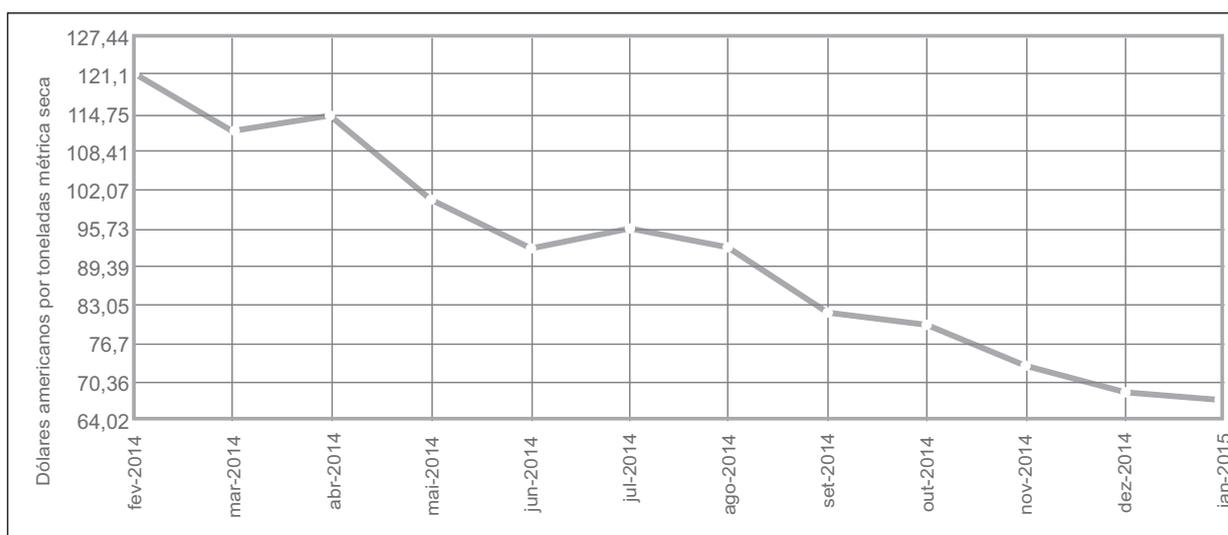
2. Caem os preços, mantém-se o poder das empresas

As transações mundiais para a China, principal sócio comercial do Brasil nos últimos tempos, reduziram-se no ano passado 35,5%⁹, pela diminuição das compras de minério de ferro,

açúcar, couro, cobre, polímeros, plásticos etc.

As consequências disso sobre a economia do Brasil, que voltou a priorizar a exportação de *commodities*, são relevantes: em 2014 o País teve um déficit de 3,93 bilhões de dólares em sua balança comercial, o primeiro saldo em vermelho em 14 anos¹⁰.

O preço do minério de ferro caiu durante o último ano. As projeções do BNDES¹¹ em 2013 já previam uma queda progressiva e constante, ao longo dos quatro anos seguintes. Não imaginavam, porém, que a queda fosse tão drástica como aconteceu: somente em 2014 uma redução de cerca 50% do valor.



Fonte: Index Mundi - Minério de ferro Preço Mensal – US\$ por tonelada métrica seca

Apesar dessa instabilidade dos preços e das economias mundiais, a maioria dos países produtores de minerais na América Latina assinaram compromissos de estabilidade e de respeito aos investimentos estrangeiros, chamados de acordos comerciais ou tratados de livre comércio.

Esses acordos foram realizados logo que os países exportadores de matérias primas decidiram desregular e desproteger as suas economias, subscrevendo medidas definidas pelo “Consenso de Washington” que debilitaram (e em casos extremos anularam) a proteção dos bens naturais.

⁹ “Y llegaron las vacas flacas...”, Fundación Alternativas Latinoamericanas de Desarrollo Humano y Estudios Antropológicos (ALDHEA), www.aldhea.org.

¹⁰ La Jornada – Sudamérica: el triunfo del post extractivismo em 2015, disponível em: <http://www.jornada.unam.mx/2015/02/21/opinion/022a1mun>.

¹¹ Landim de Carvalho P., Machado da Silva M., Ramalho Rocio M.A., Moszkowicz J., Minério de ferro, Insumos Básicos, BNDES Setorial 39, p. 197-234.

Vários países estão hoje enfrentando o tribunal arbitral CIADI (Centro Internacional de Arreglo de Diferencias Relativas a Inversiones)¹², tentando proteger suas economias internas e sua soberania.

O CIADI é um espaço de arbitragem onde as empresas apresentam denúncias contra os Estados que impedem suas atividades econômicas. As empresas buscam, e na maioria das vezes conseguem, indenizações milionárias, revelando assim sua efetiva natureza, que é mais especulativa do que produtiva.

Estados desprotegidos, isto é, populações inteiras acabam indenizando empresas transnacionais, responsabilizadas por estarem supostamente impedindo os negócios - muitas vezes ilegítimos - consagrados nos acordos comerciais estipulados.

3. Mineração, negócio atrativo

Mesmo havendo questionamentos sobre a rentabilidade atual da mineração, essa permanece, apesar de tudo, um negócio em expansão.

Tem sido uma das atividades lícitas de maior lucratividade nos últimos anos, aproveitando-se especialmente da desproteção dos países extratores de minerais e da concorrência entre eles para atrair investimentos estrangeiros, chegando até a adotar medidas especiais para tornar mais ágil, rápido e seguro o negócio da mineração¹³.

A geração de altos lucros na mineração pode ser muito rápida, embora frequentemente seja retardada pelo aumento dos custos de instalação

e produção. Em muitos casos, esses são acrescidos artificialmente pelas empresas, para descontá-los assim do rendimento e diminuir e/ou adiar o pagamento da carga tributária legal.

Também outros setores da economia, como bancos, fundos de pensão e especuladores investem seus recursos em ações de empresas mineradoras, pois isto tem garantido, ao menos nos últimos 20 anos, margens de lucro comparativamente mais altas do que outras atividades.

Os Estados nacionais, nesse contexto, assumem políticas econômicas denominadas “neo-extrativistas”, que incentivam a exploração dos bens comuns e sua exportação, para garantir saldo positivo na balança comercial e liquidez nas caixas estatais. Essas medidas econômicas são acompanhadas regularmente por adaptações da legislação nacional, a fim de reduzir controles e vínculos ambientais e trabalhistas, e facilitar os investimentos (em muitos casos estrangeiros) na mineração.

No Brasil, isso acontece tanto pela tentativa de reforma do Marco Legal da Mineração¹⁴ como através do repetido uso da medida de Suspensão de Segurança (SLAT) por lesão à ordem e à economia públicas. Esse segundo instrumento, aplicado pelo governo seja no caso da defesa do empreendimento da usina hidrelétrica em Belo Monte como para a duplicação do sistema de escoamento do minério de ferro em Carajás, permite por exemplo anular sentenças judiciais embasadas sobre violações de direitos socioambientais, quando houver “grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas”. Antecipa-se um presumido “inte-

¹² www.politicapress.com/2011/09/%C2%BFque-es-el-ciadi/.

¹³ www.lamula.pe/portada/portada/paquete-de-medidas.

¹⁴ O Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração está enfrentando publicamente esse debate desde 2013 e alerta sobre o perigo do relançamento dessa reforma ainda no começo de 2015.

resse público” aos direitos individuais e coletivos, garantindo assim investimentos maciços em grandes projetos extrativistas.

O “interesse público” do Brasil na mineração tem investimentos programados de US\$ 75 bilhões entre 2012 a 2016. Entre os anos de 2001 a 2011, a mineração no Brasil aumentou 550%; a participação do setor mineral nas exportações passou de 7,1% para 14,5%¹⁵.

O Plano Nacional de Mineração 2030 pretende aumentar ainda mais essa exploração¹⁶.

Insere-se nesse contexto o plano da empresa Vale S.A. para duplicação do inteiro sistema de exportação do minério de Carajás, denominado “Projeto Ferro Carajás S11D”¹⁷.

Carajás é o maior complexo de extração de minério de ferro no mundo. A duplicação desse sistema permitirá à empresa passar da extração das atuais 100 milhões de toneladas de minério de ferro por ano, à meta de 230 milhões de toneladas anuais (somente em Carajás).

Esse projeto está estimado a um custo total de US\$ 19,4 bilhões; o BNDES já forneceu um financiamento público de R\$ 10,1 bilhões.

O empreendimento demanda: a abertura de uma nova mina; a construção de uma planta de beneficiamento a seco na Floresta Nacional de Carajás, do Ramal Ferroviário do Sudeste do Pará e da rodovia no município de Canaã dos Carajás; a duplicação de todos os 892 km da Estrada de Ferro de Carajás (EFC); e a expansão do Terminal Portuário na cidade de São Luís do Maranhão.

Crescimento da extração de minério de ferro da Vale

	4T14	3T14	4T13	2014	2013	4T14/3T14 %	4T14/4T13 %	2014/ 2013 %
						Variação	Variação	Variação
Mil toneladas métricas								
Sistema Norte - Carajás	34.858	32.153	31.584	119.657	104.885	8,4%	10,4%	14,1%
Sistema Sudeste - Itabira, Mariana e Centrais	26.448	28.714	28.205	107.458	109.453	-7,9%	-6,2%	-1,8%
Sistema Sul - Paraopeba, Vargem Grande...	20.125	23.236	19.732	86.264	78.954	-13,4%	2,0%	9,3%
Sistema Centro-Oeste - Corumbá, Urucum	1.542	1.629	1.729	5.836	6.503	-5,3%	-10,8%	-10,3%
Compra de Terceiros (CT)	3.324	2.923	3.378	12.341	10.597	13,7%	-1,6%	16,5%
TOTAL MINÉRIO DE FERRO + CT	86.297	88.654	84.629	331.556	310.392	-2,7%	2,0%	6,8%

Em tempos de crise, cresce a extração de minério de ferro da Vale

Fonte: adaptação de planilha da Vale – Relatório de produção 2014

¹⁵ Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, entre 2006 e 2013.

¹⁶ Tomando por base valores de 2008, o Ministério de Minas e Energia antecipa que, até 2030, a exploração de bauxita e ferro deverá aumentar três vezes, a do ouro três vezes e meia, e a do cobre e níquel mais de quatro vezes.

¹⁷ Veja detalhada sistematização das violações provocadas por esse plano, realizada pela Plataforma DHESCA. Cristiane Faustino e Fabrina Furtado, “Mineração e Violações de Direitos: O Projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.”, Açailândia (MA), 2013. Disponível em www.justicanostrilhos.org/Relatorio-da-Plataforma-Dhesca.

Em proporção direta ao aumento dos investimentos e das operações da Vale ao longo do corredor de Carajás, aumentam também as violações sofridas pelas cerca de 100 comunidades que vivem no entorno da mina de Parauapebas (PA), ao longo de toda a ferrovia entre os estados de Pará e Maranhão e ao redor do porto de São Luís (MA). A rede Justiça nos Trilhos sistematizou um total de 23 protestos não violentos da população da região, somente entre os anos 2012-2014.

4. As contradições da mineração

A situação descrita no tópico anterior evidencia dois paradoxos da atual conjuntura da mineração na América Latina.

O primeiro, chamado “paradoxo latino-americano”, mostra a contradição dos Estados nacionais: estimulam atividades concentradoras de renda e geradoras de desigualdades sociais, arrecadam mais e, com eles, compensam as pessoas prejudicadas por tais atividades.

O segundo expõe o plano cínico das maiores empresas mineradoras do mundo: em tempos de crise do preço do minério, aumentam ritmos e taxas de exploração para esmagar a concorrência das pequenas e médias mineradoras, afirmar-se ainda mais como oligopólio e lucrar o máximo possível, antes que o preço caia ainda mais.

Isso significa que a crise de preços do minério não diminuirá os conflitos e as violações, ao contrário, os aumentará.

Fica cada vez mais evidente que a mineração não responde à lógica das necessidades sociais

e econômicas, e sim a princípios financeiros. As grandes mineradoras, bem antes de serem provedoras de recursos para os empreendimentos sociais, são sociedades acionárias anônimas, que obedecem às regras do mercado financeiro.

Os Estados nacionais, mesmo assim, têm interesse em atrair especialmente os investimentos e capitais das mineradoras estrangeiras e tendem a facilitar suas instalações¹⁸.

Por exemplo, foi denunciado que o minério que sai da Argentina, por portos do sul do país, é fortemente subsidiado pelo Estado. Esse paga às empresas uma parcela de subsídio predefinida por cada tonelada exportada por seus portos, em lugar de receber das mineradoras o retorno econômico que a maioria da população imagina existir. Além de todas as isenções e benefícios garantidos às empresas mineradas, que lhes permitem não pagar impostos, ainda o Estado, por conta desses acordos de incentivo na região patagônica, devolve às empresas cerca de 5% das exportações.

Por outro lado, os altos índices de lucro das mineradoras não beneficiam as populações locais e nacionais, pois os recursos que ficam no país são baixos e o emprego oferecido não é relevante.

Países com altos volumes de exportação de minérios, como Chile e Peru, não superam 1% da população economicamente ativa (PEA). Portanto, a oferta de emprego não é uma razão válida para impor projetos mineiros.

São os custos de produção os que mais pesam na rentabilidade mineira, embora, na maioria

¹⁸ Reembolsos por Puerto Patagónico - Há um reembolso de 5% às exportações realizadas na região de Comodoro Rivadavia (província argentina de Chubut). O reembolso aumenta quanto mais ao sul for a localização geográfica do porto (Ley 23.018 e sua alteração Ley 24.490).

dos casos, não sejam reais, mas, como afirmamos anteriormente, são aumentados artificialmente para descontá-los dos impostos.

Em vários casos, para reduzir os custos de produção, as empresas tendem a reduzir garantias de direitos para as comunidades impactadas, diminuem os mecanismos de proteção ambiental ou trabalhista, frequentemente contratando empresas terceirizadas que trabalham de maneira irresponsável e insustentável.

Em fevereiro de 2015, após uma inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego às instalações da Vale na Mina do Pico de Itabirito - MG, o canteiro foi interditado e a Vale responsabilizada por submeter 309 pessoas ao trabalho análogo ao de escravo. Os trabalhadores eram submetidos a jornadas exaustivas e condições degradantes e foram vítimas de fraude, promessas enganosas e ameaças.

Segundo levantamento da promotora do trabalho, Adriana Augusta de Moura Souza, que abriu um inquérito no Ministério Público do Trabalho, “mais de 50% das atividades realizadas dentro do complexo minerário da Vale são terceirizadas, da implosão de rochas ao transporte. Quanto mais a empresa terceiriza, observa a procuradora, piores são as condições ofertadas aos trabalhadores”¹⁹.

Outra dificuldade das mineradoras é a perspectiva de encontrar jazidas de substituição, uma vez que as maiores jazidas, descobertas há cerca de 20 anos, começam a se esgotar por serem exploradas a ritmos cada vez mais intensos.

Carajás demorou 22 anos (de 1985 a 2007) para

extrair o primeiro bilhão de toneladas de minério de ferro. O segundo bilhão será alcançado em 2016, quer dizer, em nove anos somente.

E, devido à duplicação de todo o sistema mina-ferrovia-porto, para o terceiro bilhão serão somente sete anos. Nesse ritmo, se não aumentarem, para o enorme complexo minerário de Carajás sobriariam só 100 anos de vida!

O jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto reflete preocupado sobre esse tema:

“Será uma boa estratégia para o Brasil e o Pará a liquidação da melhor jazida do minério mais usado pela sociedade humana em um século, recebendo apenas compensação financeira, royalties, ISS e sobras do lucro líquido? (...) O Estado repete, no extrativismo mineral, os erros cometidos no ciclo da borracha, em versão ampliada e piorada. Vai pagar caro por isso quando descobrir que Carajás virou passado acusador”²⁰.

A crescente intensidade de extração de minério provoca exploração de jazidas cada vez mais pobres, com custos de produção mais altos, maior consumo de energias não renováveis e particularmente de água. Isso tem preocupado cada vez mais as comunidades afetadas e as entidades críticas à mineração, em tempos de crise hídrica regional e de mudanças climáticas.

Água e energia são consideradas calcanhar de Aquiles da atividade mineira, além de ser fonte de conflitos com comunidades locais e organizações de defesa de direitos, especialmente no anúncio de instalação de novos projetos em seus territórios.

¹⁹ Ana Aranha, “Governo responsabiliza Vale por trabalho análogo ao de escravo”, Repórter Brasil, disponível em www.reporterbrasil.org.br/2015/02/governo-responsabiliza-vale-por-trabalho-analogo-ao-de-escravo-2/.

²⁰ Lúcio Flávio Pinto – “Carajás: fim em 100 anos”, disponível em www.valeqvale.wordpress.com/2015/02/27/carajas-fim-em-100-anos/.

No Brasil isso fica evidente no caso de dois minerodutos gigantes (os dois maiores do mundo). O mineroduto Minas-Rio, com 525 quilômetros de extensão, que liga as minas de Conceição do Mato Dentro (MG) ao porto de São João da Barra (RJ), já obteve licença de operação e está funcionando²⁰. O mineroduto da Manabi, com 511 km de extensão, deveria ligar a mina de Moro do Pilar (MG) ao porto de Linhares (ES). A empresa Manabi conseguiu em novembro de 2014, na terceira tentativa, a licença prévia para a mina. Os dois minerodutos iriam consumir, juntos, 5,5 milhões de litros de água por hora, extraídos da mesma bacia do rio Santo Antônio.

“As pessoas têm que tomar conhecimento de que o consumo de água é infinitamente maior na mineração e na indústria do que no consumo humano. Até porque há uma utilização desordenada. Como não há controle e não tem medição do consumo desta água, há um consumo predatório”²².

A evidência do conflito de prioridades entre água e mineração se dá também na Serra de Gandarela. A cerca de 40 quilômetros de Belo Horizonte, em Minas Gerais²³, existe um aquífero com armazenamento estimado de 1,6 trilhões de litros de água potável. O aquífero é protegido pela Serra do Gandarela, cobertura rochosa de canga. A companhia Vale S.A. pretende instalar nessa área seu “Projeto Apolo”.

A Vale tem, nessa região, 28 minas de ferro a céu aberto. As atividades de mineração na Serra do Gandarela, se confirmadas, destruirão os aquíferos, porque para operá-las é necessário retirar a camada das cangas, que será descartada como “estéril”²⁴.

O conflito de Paracatu (MG) envolve populações tradicionais (em especial cinco comunidades quilombolas ainda à espera de titulação de suas terras) e cerca de oitenta mil moradores da cidade.

A mina da empresa canadense Kinross Gold Corporation encontra-se no perímetro urbano, possui baixos teores de ouro (0,4 g de ouro/ton de minério, o que implica em maiores volumes de rejeitos e arsênio liberados) e os rejeitos são depositados sobre nascentes de água potável de abastecimento público.

Mais uma evidência da conexão entre mineração e violações do direito à água está na Bahia. O rio São Francisco, já ameaçado por sua transposição e em grave processo de assoreamento, também está sendo afetado pela contaminação decorrente dos rejeitos de chumbo, cádmio e cobre resultantes da exploração minerária no sudoeste da Bahia e de Minas Gerais.²⁵ A extração de ouro realizada pela empresa Yamana Gold, de capital canadense, tem provocado a expulsão de famílias e a contaminação do rio que abastece a cidade de Jacobina.

²¹ Interessante estudo crítico sobre esse mineroduto: www.issuu.com/ibase/docs/liv_ibase_minerario_final4.

²² Senador João Capiberibe, Audiência Pública no Senado Federal “O impacto do uso da água pela mineração”, 09.12.14 – Pode-se assistir ao vídeo-resumo dessa audiência aqui: www.youtube.com/watch?v=y4Bd2OSJzGc.

²³ Em Minas Gerais também existe o Portal ‘Mapa dos Conflitos Ambientais de Minas Gerais’, do Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais da Universidade Federal de Minas Gerais (GESTA/UFMG). Apresenta 541 casos de conflitos ambientais ocorridos em Minas Gerais entre os anos de 2000 e 2010, entre os quais uma quantidade significativa de conflitos causados pela mineração. Disponível em www.conflitosambientaismg.lcc.ufmg.br/.

²⁴ Em outubro de 2014, a presidenta Dilma Rousseff expediu o decreto de criação do Parque Natural da Serra do Gandarela, com 31 hectares de área protegida. O movimento considerou esse ato como uma vitória parcial, porque a área de preservação deixa de fora justamente as áreas em que a Vale S.A. deseja abrir a mina Apolo e expandir a mina Baú.

²⁵ Siqueira, Ruben. Queremos água ou mineração? Vida ou degradação? Entrevista especial com Ruben Siqueira. In: Humanitas. São Leopoldo, Instituto Humanitas Unisinos, 28/03/2011. Em: www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=18&task=detalhe&id=41742.

5. Os conflitos da mineração estão sendo sistematizados

A crescente pressão pela exploração de minérios na América Latina provoca uma onda de conflitos, especialmente socioambientais. A partir de várias iniciativas e fontes, os casos de conflito estão sendo sistematizados, para mostrar que frequentemente a imposição de projetos minerários, contra a vontade das comunidades afetadas, tem se convertido em um fator de desestabilização das frágeis democracias que governam a região.

Conflitos provocados pela mineração no Brasil



Fonte: Mapa de Conflitos envolvendo injustiça ambiental e saúde no Brasil - Fiocruz²⁶

O relatório do CETEM (Centro de Tecnologia Mineral – do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação) “Recursos Minerais e Comunidade: Impactos Humanos, Socioambientais e Econômicos”²⁷ traz as conclusões dos estudos de caso de 105 territórios que sofreram os impactos da atividade mineradora. Destaca o minério de ferro e o ouro (cuja extração é responsável respectivamente por 16,2% e 19% dos conflitos analisados) como os minerais que mais contribuíram aos conflitos, num total de 3 mil minas e 9 mil mineradoras, além de centenas de garimpos legais e clandestinos. O relatório frisa que os danos da mineração permanecem por dezenas ou centenas de anos após o fechamento das minas (é o caso da Bacia Carbonífera Sul catarinense ou das minas abandonadas de ouro e amianto).

Também o Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil²⁸ detalha 105 conflitos entre comunidades e empreendimentos mineiros, aprofundando suas causas e as reivindicações das comunidades.

Os levantamentos de dados da CPT em 2014 permitiu realizar a seguinte sistematização dos conflitos provocados pela mineração no Brasil.

²⁶ www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php.

²⁷ Francisco Rego Chaves Fernandes, Renata de Carvalho Jimenez Alamino, Eliane Rocha Araujo; “Recursos minerais e comunidade: impactos humanos, socioambientais e econômicos” – Centro de Tecnologia Mineral - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (CETEM-MCTI) - Rio de Janeiro, 2014. Disponível em www.justicanostrilhos.org/Um-estudo-do-Centro-de-Tecnologia. Nas páginas 8 e 9, o estudo resume de maneira significativa os principais impactos socioeconômicos e ambientais da mineração no Brasil.

²⁸ www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/ - buscar a palavra-chave ‘Mineração’.

Conflitos no Campo Brasil - Mineração 2014

	Nº de ocorrências	Populações
Mineração em Conflitos por Terra e Água	96 ocorrências	42,7% Populações tradicionais 57,2% Pequenos proprietários, Posseiros, Assentados
Mineração em Violência contra a pessoa	41 vítimas	83% Populações tradicionais 17,7% Pequenos proprietários

Fonte: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Em países como o Peru, a Defensoría del Pueblo mantém um registro dos conflitos sociais no território nacional²⁹. Entre eles, os conflitos socioambientais ocupam um importante lugar e aqueles provocados por projetos de mineração se destacam sobre os demais.

Em nível regional, o Observatorio de Conflictos Mineros de América Latina (OCMAL) registra 205 conflitos ativos³⁰, sendo 35 no Peru e 35 no Chile. A partir do que foi sistematizado e analisado nos últimos nove anos de trabalho, OCMAL chega a afirmar que cada novo projeto mineiro virá acompanhado de um conflito, pela oposição dos habitantes do território.

Além das violações e impactos negativos da mineração, essa perdeu a legitimidade de que desfrutou, por um certo tempo, no passado.

E são exatamente as práticas mineiras aquelas que, principalmente, tendem a desconhecer, negar, desqualificar, reprimir e exterminar as crescentes expressões de preocupação e rechaço que a mineração causa nos territórios que afeta.

Atualmente desenvolvem-se conflitos emblemáticos na região, que demonstram a rejeição das comunidades e seu esforço para impedir, quase a qualquer custo, a imposição de novos projetos de mineração. As comunidades conseguiram chegar a paralisar projetos do valor de várias dezenas de bilhões de dólares.

6. Casos paradigmáticos na América Latina

No Peru, o caso mais emblemático é o projeto Minas Conga, de propriedade de importantes investidores nacionais e estrangeiros, entre os quais se destacam o grupo peruano Benavides e a empresa norte-americana Newmont Mining, reunidos na empresa Minera Yanacocha. Uma família camponesa, que reclama direitos à terra, foi perseguida judicial e fisicamente por Yanacocha, apesar de ficar comprovada judicialmente a legitimidade da propriedade das terras em disputa.

Minas Conga não pôde se desenvolver, pois não deu garantias de proteção das fontes de água e de ter realizado, com transparência e justiça, a adjudicação dos terrenos adquiridos.

²⁹ www.defensoria.gob.pe/temas.php?des=3.

³⁰ www.mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db/. OCMAL especifica que se trata de uma amostra não exaustiva dos conflitos provocados pela mineração na América Latina.

No Chile, o projeto mineiro Pascua Lama, da transnacional canadense Barrick Gold, encontra-se paralisado por oposição da comunidade e recursos judiciais, que demonstraram os níveis de poluição e destruição ambiental, ainda somente na etapa de construção e instalação do projeto.

Cabe destacar que, em ambos os casos, a destruição ou ameaça de destruição de recursos hídricos foi o que pôs em xeque a realização de tais projetos.

Em Conga trata-se da iminente destruição de lagoas, que abastecem de água as populações que habitam a área, bem como sustentam os ecossistemas hídricos, que permitem a atividade agropecuária.

No caso de Pascua Lama, a destruição de geleiras e nascentes de rios que banham o fértil e produtivo Vale do Huasco fizeram soar o alarme nas comunidades que se opõem ao projeto desde o ano de 2000, quando foram conhecidos amplamente os efeitos negativos da eventual realização do projeto.

Em ambos os casos, as respostas oficiais foram uma afronta à razão e à ciência: em Minas Conga foi proposta a substituição das lagoas por reservatórios artificiais; no caso de Pascua Lama, o traslado de geleiras.

Existe uma enorme diferença e incompatibilidade de visões entre empresas e Estados, de um lado, e comunidades locais do outro, a respeito da gestão de ecossistemas, economias locais e formas de vida. Isso torna praticamente impossível um acordo entre atores que se opõem entre si nos conflitos minerários.

É provável que esta incompatibilidade de interesses nos conflitos minerários se mantenha ainda por anos. Especialmente porque a res-

posta de empresas e governos é a criminalização do protesto social que se opõe à mineração, e a imposição de um modelo econômico depredador e ecocida, ao invés de se reconhecer essa incompatibilidade de interesses e colaborar a coexistência de diversas formas de vida e projetos no território.

O território é o contexto onde se realiza a gestão integral das comunidades. Implica alimentação, segurança, saúde, proteção, construção social, valores éticos e morais, cultura, espiritualidade.

Sem uma adequada gestão do território, esses valores se perdem e as comunidades desamparadas ficam à mercê do desenraizamento.

Por isso afirmamos que não haverá trégua nos conflitos por mineração, enquanto se continue a impor projetos contra a vontade das comunidades.

7. Pistas de ação

Esse artigo tentou contextualizar os desafios da mineração no cenário econômico e político da América Latina, dando voz a alguns conflitos emblemáticos, à resistência das comunidades e à organização dos movimentos sociais e redes de defesa dos direitos socioambientais, particularmente no Brasil.

Mesmo não tendo espaço para aprofundar caminhos e frentes de ação, queremos apontar para algumas propostas, chamando à unificação de forças e compromissos:

- Vigilância sobre as propostas de reforma do marco legal da mineração: bem provavelmente o lobby das mineradoras, bem como os grupos políticos que têm interesse na acumulação dos royalties da mineração, pressionarão a comissão especial da Câmara dos Deputados para a aprovação do novo código de mineração. O

Comitê em Defesa dos Territórios frente à Mineração está organizando atividades, seminários e debates em nível nacional para acompanhar o processo ao longo de 2015.

- Articulação frente ao impacto da mineração sobre o direito à água: será lançada em 2015 uma campanha de ação sobre esse tema.
- Defesa do princípio de áreas livres da mineração³¹ e da consulta prévia, livre e informada em todos os territórios em que o Estado queira avaliar a possibilidade de licença ambiental para a mineração, com especial respeito às populações tradicionais.
- Campanhas de denúncia da criminalização de defensores de direitos humanos que estão se opondo às violações da mineração; campanha pela abolição do mecanismo de Suspensão de Segurança; ambas acontecerão ao longo de 2015 e precisam de apoio e visibilidade.

- Fortalecimento da rede latino-americana “Igrejas e Mineração”³², em fase de consolidação depois do recente Encontro Internacional em Brasília (dezembro 2014), bem como da Red Eclesial Panamazonica (REPAM)³³, recentemente lançada como iniciativa articulada da Igreja Católica em defesa da floresta e seus habitantes.

- Construção da transição ao pós-extrativismo, contra a extração predatória, até o uso indispensável do minério. Como explica o professor Bruno Milanez, “As estratégias para construir essa transição passariam pela garantia do cumprimento da legislação ambiental e trabalhista, pelo fim dos subsídios públicos às atividades extrativistas, por uma maior integração regional (diminuindo a dependência do comércio global) e por uma mudança na base produtiva com incentivos à industrialização apropriada (reduzindo desperdícios, desenvolvendo produtos duráveis e estimulando o reuso e os sistemas de reciclagem)”³⁴.

³¹ fase.org.br/wp-content/uploads/2015/01/DIFERENTES-FORMAS-DE-DIZER-NAO-WEB-2.pdf.

³² www.justicanostrilhos.org/Declaracao-Final-do-2o-Encontro.

³³ redamazonica.org/.

³⁴ www.ihu.unisinos.br/entrevistas/533720-o-modelo-neoextrativista-e-o-paradoxo-latino-americano-entrevista-especial-com-bruno-milanez.

Tabela 3 - Violência contra a ocupação e a posse

UF	Nº de Ocorrências	Famílias	Área	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa ou Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Bens Destruidos	Pistolagem
Centro-Oeste											
DF	11	2796	1210		938	648		300		700	
GO	10	7407	24390		50	3612					
MS	55	2168	20378			745	1409	55	5		1741
MT	30	1618	750600		129	312	448	129	41		193
Subtotal:	106	13989	796578	0	1117	5317	1857	484	46	700	1934
Nordeste											
AL	30	1952	14219		402	78	530	70		60	470
BA	76	11899	382611		904	2937	3061	37	928	1962	994
CE	15	4006	10751		87	1065	442	6		33	502
MA	123	9803	1243362		477	2211	4681	312	654	53	2348
PB	31	5779	37468		617	4306	40	397	637	397	40
PE	46	6581	27653	232	1410	101	2304		5		463
PI	9	149	530			15					
RN	7	1220	20655		60	1060	50	50		50	50
SE	9	549	0		217	299		217	217	217	
Subtotal:	346	41938	1737249	232	4174	12072	11108	1089	2441	2772	4867
Norte											
AC	49	5495	417397	33	1137	519	1153	121		3	20
AM	11	2087	42742			630	332	1		1	330
AP	74	1888	466381	2	10	327	798	4	4	5	75
PA	59	8159	1474735		10	310	5026				7377
RO	55	2928	185822	119	210	823	547	127		83	528
RR	9	8835	2565814			14					
TO	32	3018	31890	25	332	655	112	25	8	25	355
Subtotal:	289	32410	5184781	179	1699	3278	7968	278	12	117	8685
Sudeste											
ES	13	1565	37635		110	255		4			
MG	62	4318	139271	255	230	1932	627	208	141	143	417
RJ	6	858	9363		200	28	100	1			510
SP	112	9205	116096	150	2338	2291	589	5			529
Subtotal:	193	15946	302365	405	2878	4506	1316	218	141	143	1456
Sul											
PR	25	6783	40264	61	34	1566	10				11
RS	38	5212	57031	12	1310	623	77	87	145		17
SC	21	3770	15973	74	976	1918	725	2	1	1	725
Subtotal:	84	15765	113268	147	2320	4107	812	89	146	1	753
Total:	1018	120048	8134241	963	12188	29280	23061	2158	2786	3733	17695

* O número de ocorrências e famílias envolvidas refere-se à soma de Ocupações/Retomadas, Acampamentos e Conflitos por Terra.



Foto: Filipe Redondo

Dos Cerrados e de suas riquezas

Não há Defesa dos Cerrados sem os Povos dos Cerrados¹!

Carlos Walter Porto-Gonçalves²

A Carlos Eduardo Mazzetto Silva e a Dom Tomás Balduino.

“Nem tudo que é torto é errado.
Vejam as pernas do Garrincha
E as árvores do cerrado.”
(Nicolas Behr)

Tudo se passa como se só restasse aos Cerrados um destino único, o que lhe vem sendo dado desde os anos 1960 pela expansão das monoculturas dos latifúndios empresariais. Ao contrário dos muitos elogios tanto na mídia como nos meios acadêmicos ao pretense sucesso do agronegócio, há uma avaliação diferente que, infelizmente, não tem encontrado espaço de divulgação³. Muitas lideranças comunitárias de camponeses, de afrodescendentes (quilombolas) e de povos originários (indígenas), técnicos e cientistas de instituições de pesquisa e de universidades, além de algumas ONGs, chamam a atenção para as contradições das práticas agrícolas do bloco de poder agrário que vem se dando aos Cerrados e suas áreas adjacentes, sobretudo após a fundação de Brasília. Assim, é

¹ Este artigo contou com a colaboração de Danilo Cuin, Plácido Júnior e Cássia Regina da Silva Luz a quem agradeço.

² Carlos Walter Porto-Gonçalves é Doutor em Geografia pela UFRJ; Coordenador do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense e ex-Presidente da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1998-2000).

³ Queremos destacar que a expressão ‘soja no Cerrado’ ou ‘agronegócio no Cerrado’, que vem sendo repetida na imprensa, é um absurdo lógico, até porque onde há soja e agronegócio o Cerrado foi, simplesmente, devastado. Enfim, onde há soja e agronegócio não tem (mais) Cerrado, sejamos precisos.

negado à sociedade brasileira o conhecimento do rico patrimônio cultural e biológico de que dispõe para que, com conhecimento de causa, possa decidir qual o melhor destino a ser dado a essas regiões que abrangem nada mais, nada menos que 36% do território nacional.

A desconsideração da riquíssima diversidade cultural e biológica dos Cerrados por parte das elites econômicas, políticas e, até mesmo, acadêmicas, *autorizou* que nos últimos anos, suas áreas fossem ocupadas pela expansão de um modelo agrário/agrícola com base nas monoculturas dos latifúndios empresariais, cujo impacto socioambiental pode ser observado não só no acentuado êxodo rural, na extrema violência e elevado número de conflitos pela terra, na extrema concentração fundiária e de riqueza com suas sequelas de perda de diversidade cultural como, também, pela degradação das condições ecológicas – erosão genética (diminuição acentuada da fauna e da flora), perda de solos, desequilíbrio hídrico (rios perenes que se tornam intermitentes ou, simplesmente, deixam de existir; enchentes e secas mais acentuadas) e, ainda, pela contaminação de rios e lagoas pelo uso de agrotóxicos. Nos anos 1970, quando se intensifica a ocupação/invasão⁴ das grandes chapadas dos Cerrados, uma das maiores autoridades acadêmicas com estudos sobre essas áreas, o ecólogo Mário Guimarães Ferri, chegou a justificar que os Cerrados fossem destinados aos grandes latifúndios empresariais com suas monoculturas, em nome da preservação da Amazônia. Hoje, passados 40 anos dessa ocupação/invasão, os Cerrados e seus povos foram violentados sem que a Amazônia tivesse sido poupada.

Chamamos essa formação geobotânica no plural: Cerrados e não Cerrado. Há muitas razões para isso. Ignorar que os Cerrados brasileiros reúnem a maior diversidade biológica entre todos os ecossistemas brasileiros é um verdadeiro absurdo, sobretudo numa época em que a diversidade biológica, e todo o conhecimento a ela associado, ganham valor estratégico. A informação de que os Cerrados detêm a maior diversidade biológica e um enorme acervo de conhecimentos que fazem parte do hábitat e do *habitus* (Bourdieu) dos seus habitantes⁵ surpreende, sobretudo pelo imaginário dominante acerca dessas *‘árvores tortas de tão vastas extensões de terras vazias’*. Sublinhemos que se trata de um imaginário construído sobre os Cerrados e não *a partir* dos Cerrados, ou até mesmo *contra os Cerrados e seus povos* na medida em que ao ignorar as populações dessas vastas regiões se atualiza um dos mitos da ideologia colonial – o do vazio demográfico. Por trás de uma pretensa objetividade calcada na densidade demográfica (relação população/área), autoriza a ocupação já que a região seria vazia.

O destaque que se dá à Mata Atlântica e à Floresta Amazônica revela que a problemática ambiental entre nós tem sido pautada muito mais pela agenda externa do que interna, pela função das florestas no sequestro de carbono para limpeza da atmosfera que, como sabemos, foi contaminada pela matriz fossilista (carvão e o petróleo) posta em prática pelo industrialismo produtivista⁶ capitalista imposto ao mundo pelo chamado Primeiro Mundo. Só isso explica o esquecimento dos Cerrados e da Caatinga e de seus Povos dos ecossistemas considerados

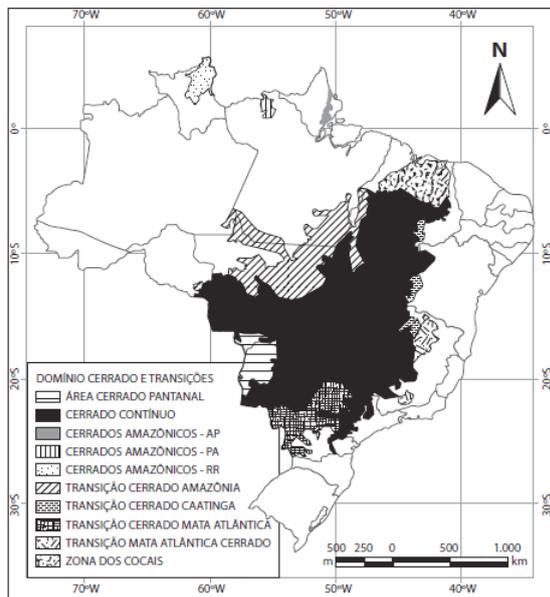
⁴ A expressão ocupação/invasão é aqui usada porque a região já era ocupada tradicionalmente.

⁵ Sobre essa relação Hábitat, Habitus e Habitante ver Porto-Gonçalves, 2001 – Geo-grafias – movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad, ed. Siglo XXI, México e Leff, E. 2001, Saber Ambiental, Cortez, São Paulo.

⁶ Sabemos que essa ideologia, e suas práticas correspondentes, conta com adeptos até mesmo no campo dos que se pretendem críticos ao capitalismo. O produtivismo “bem vale uma missa!”, paródia Marx.

como Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988, ao contrário do Pantanal, da Mata Atlântica e da Amazônia.

Mapa 1



Os Cerrados apresentam uma riquíssima diversidade biológica, entre outras razões, por sua localização geográfica, posto que fazem contato com todos os outros grandes ecossistemas brasileiros – a Floresta Amazônica, a Caatinga, a Mata Atlântica e a Mata de Araucária (Vide Mapa 1). Além disso, três das regiões mais complexas do ponto de vista ecológico do país têm relação com os Cerrados, a saber: as duas maiores áreas continentais alagadas do planeta – (1) o Pantanal Matogrossense e (2) as Várzeas do Araguaia e (3) a Zona dos Cocais (com seus Babaçuais, Carnaubais e Buritizais), no Maranhão e Piauí. Os Cerrados abrangem uma área em torno de 36% do território brasileiro e não 22% como comumente se afirma. Essa diferença de 14% na caracterização da área dos Cerrados corresponde ao que os ecólogos chamam de ecótonos, ou seja, zonas de tensão ecológica entre dois ou mais biomas.

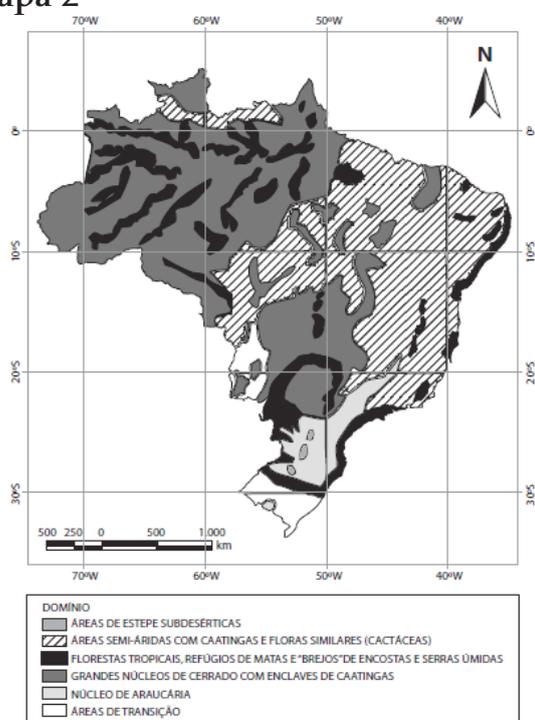
Afinal, o fato de fazer contato com tão dife-

rentes formações ecossistêmicas, faz com que haja uma grande diversidade e, como bem disse Anísio Guató, indígena do Pantanal Matogrossense, ‘a natureza quando se encontra não subtrai, não se divide. Ela se multiplica. Ali a vida é mais’. Assim, ali onde duas formações ecossistêmicas distintas se encontram, a natureza é mais complexa. Assim, essas regiões de contato, das quais os Cerrados, mais do que qualquer outro ecossistema, abrigam grandes extensões, deveriam estar mais protegidas do que qualquer outra, até porque aí reside maior riqueza em complexidade de vida. O fato dos Cerrados terem essa megabiodiversidade não deveria surpreender se, para conhecer a região, partíssemos dela própria e, sobretudo, da enorme diversidade cultural de seus povos materializada em um rico acervo de conhecimentos. E, mais, o conhecimento de detalhe é, nessas áreas de tensão ecológica, uma exigência dada sua enorme complexidade onde, por exemplo, “línguas de cerrado penetram o bosque amazônico e línguas de bosque amazônico penetram o cerrado”, conforme depoimento obtido junto a ribeirinhos do rio Araguaia. E conhecimento em detalhe é uma característica do conhecimento de populações que vivem em contato íntimo com as condições geobiofísicas necessárias às suas vidas/suas culturas. Justamente por isso, as populações que habitam esses ecótonos e que teceram seus mundos de vida em contato com essa rica biodiversidade deveriam merecer todo o apoio pelo conhecimento que detêm, pela importância dessas áreas para toda a humanidade.

Essas imensas áreas de savanas, nossos Cerrados, dominavam a maior parte do atual território brasileiro entre 12.000 e 18.000 A.P. (Antes do Presente), durante a Glaciação Würms no último período conhecido como Pleistoceno (Ver mapa 2, Aziz Ab’Saber). É sabido que de 12.000 anos aos nossos dias, período conhecido como Holoceno que segue o recuo da última

glaciação, os climas do planeta se tornaram, de um modo geral, mais úmidos e, com isso, proporcionaram as condições para que formações florestais voltassem a se expandir⁷. Até mesmo na atual Amazônia, por exemplo, predominavam os Cerrados no período compreendido entre 12.000 e 18.000 anos A.P. Assim, os Cerrados brasileiros se constituem numa formação geocológica extremamente original,

Mapa 2



por sua estabilidade ao longo do tempo e pelas múltiplas paisagens que conformam com destaque para a diversidade de contatos já acima aludida. Assim, no Holoceno a Floresta Amazônica, a Floresta Tropical Atlântica e as Matas de Araucária se expandiram sobre áreas dos Cerrados com o aumento da umidade,

assim como por suas veredas e por seus vales também se expandiram ricas florestas galerias e matas ciliares, fundamentais para o seu dinâmico equilíbrio ecológico, sobretudo hidrológico. Essas matas galerias vêm sendo devastadas pela expansão dos latifúndios empresariais com suas monoculturas, com o respaldo legal de um Código Florestal aprovado, irresponsavelmente sob pressão bancada ruralista de agronegociantes. A atual crise hídrica deve muito à irresponsabilidade dessas práticas. E como o agronegócio vem sendo reiteradamente defendido por seu êxito econômico, há de se perguntar na conta de quem vai ser colocado esse enorme prejuízo que, hoje, a população de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro vem sendo vítima.

Os extensos e antiquíssimos chapadões sedimentados desde o Paleozoico⁸, com suas topografias planas, paisagem geomorfológica dominante nos Planaltos Centrais dos nossos Cerrados, se constituem na mais importante área de recarga hídrica de todo o País, assim como uma das maiores reservas de água doce do mundo. Muitos dos mais importantes rios do Brasil e do continente sul americano nascem nos Cerrados: o rio Paraguai e seus formadores (entre eles o Cuiabá, o São Lourenço e o Taquari), o Paraná e seus formadores (entre eles o Paranaíba), o São Francisco, o Doce, o Jequitinhonha, o Parnaíba, o Itapecuru, o Tocantins, o Araguaia, o Tapajós, o Xingu, além de vários afluentes do caudaloso rio Madeira. Esse fato valeu aos Cerrados o epíteto de 'caixa d'água'⁹ do Brasil. Assim, se o Brasil é visto pelo mundo, como o país de maior reserva hí-

⁷ Consideremos que quando as glaciações avançam, implicam que a água fique em estado sólido, sob a forma de neves e glaciares e, assim, ficam retidas no solo e não circulam no planeta. Por isso, nos períodos de avanço das glaciações os climas do planeta ficam, em geral, mais secos. O inverso ocorre com o recuo das glaciações, como o período atual (de 12.000 anos até o presente).

⁸ Era geológica compreendida entre 550 e 250 milhões de anos atrás.

⁹ Apropriamo-nos, aqui, da sábia linguagem de Guimarães Rosa que, como poucos, soube ouvir a voz dos camponeses dos Cerrados. Manoelzão que o diga.

drica do planeta, os Cerrados têm, também por essa razão, uma importância ímpar.

Um outro mito, também repetido ad nauseam, que ressalta a relação entre disponibilidade de água e a existência de florestas, cai por terra. Não que não exista essa relação. Todavia, é preciso considerar que a disponibilidade de água é mais complexa do que sugere essa relação unívoca com as florestas. Os Cerrados se caracterizam por ser “uma floresta invertida”, como insistia uma das maiores autoridades em conhecimento dos Cerrados, o agrônomo/geógrafo Carlos Eduardo Mazzetto Silva, pois para cada volume de biomassa sobre a superfície, os Cerrados têm até sete vezes mais biomassa abaixo do solo. Talvez isso explique a expressão de Guimarães Rosa de que o Cerrado é uma caixa d’água, a maior área de recarga do País que, diga-se de passagem, não tem proteção na legislação ambiental que, como sabemos, protege o topo dos morros florestados e as beiras dos rios, mas não protege o topo das extensas chapadas dos Cerrados que é, repito, a maior área de recarga hídrica de um país que detém a maior reserva de recursos hídricos do planeta.

A água nos geraes das chapadas “não empocha, sorveta”, como bem disse Guimarães Rosa, infiltrando-se em minutos, mesmo depois de uma chuva torrencial. Os solos profundos e antigos dos Cerrados, através da cultura de seus povos, vêm sorvetar essa água para grandes profundidades e esse fato limitou a prática agrícola nas grandes extensões das chapadas, posto que a água não fica retida na superfície. Assim, as chapadas foram e são usadas pelos camponeses para o extrativismo, para a caça, para a coleta e para a criação de gado à solta, “onde o coração fica à larga” (Guimarães Rosa). Ali, “onde o mundo carecia de fechos” (Guimarães Rosa), ou seja, as terras tinham uso comum até os anos 1960/1970. Daí essas terras

serem conhecidas como terras geraes, terra generosa, terra de todo mundo. São centenas de frutos, resinas, ervas medicinais, plantas ornamentais que ali são colhidas e, para ficarmos com um só exemplo, grande parte dos remédios que curam a hipertensão advém da rutina, substância química obtida da faveira, ou fava d’anta, ainda hoje fonte de renda obtida nas chapadas por inúmeras famílias de extrativistas nos Cerrados do Goiás, do Piauí, do Tocantins, de Minas Gerais e do Maranhão.

A água que infiltra – sorveta - nas chapadas vai alimentar o lençol d’água, as fontes e nascentes dos rios, assim como os solos para a agricultura nas veredas, onde estão as matas galerias e as matas ciliares. Guimarães Rosa soube como poucos compreender o rico acervo de conhecimentos dos geraizeiros e isso fica evidente com o título que deu à sua obra prima: Grande Sertões: Veredas. “Grandes sertões” são as enormes extensões de terras planas das suas chapadas onde a água “sorveta feito azeitim entrador”. E as “Veredas”, são os fundos dos vales, onde os povos dos Cerrados fazem suas lavouras e criam seus pequenos animais. É preciso ver as complexas relações sociedade-natureza e, para isso, ouvir os Povos dos Cerrados, com certeza, nos ajudam como nos inspira Guimarães Rosa que neles soube se inspirar.

Toda essa riqueza chegou até nós pelos saberes de povos que conviveram longo tempo manejando essas chapadas e veredas. Se hoje podemos falar em proteger essas matas galerias e matas ciliares, é porque alguns povos, ao longo de milênios, e outros, já há alguns séculos, desenvolveram saberes e sabores com os quais viveram e nos legaram todo esse patrimônio.

A humanidade está vendo hoje toda a violência que se acomete contra os Cerrados e seus povos, pois o “grande sertão”, os geraes, as

chapadas onde o gado vivia à solta, “onde o mundo carecia de fechos” (Guimarães Rosa), ou seja, onde não havia cercas, já não são mais Geraes, ou de todo mundo, posto que estão sendo privatizados e dominados pelas grandes corporações dos agronegociantes. E há uma verdadeira obsessão dos agronegociantes por ocuparem essas chapadas. Isso porque desenvolvem uma prática agrária/agrícola energívora, ou seja, voraz consumidora de energia, que vê a planura das imensas chapadas como uma bênção da natureza, pois seus tratores não tendo que subir e descer poupam energia, um dos insumos mais importantes que, para eles, significa menor custo em dinheiro e, logo, maiores lucros acumulados. Eis aqui uma equação – água e energia - que o agronegócio, ao resolver segundo seus interesses privados, está levando a sociedade inteira a um dilema no uso da água. Enfim, os geraes estão sendo privatizados e a água já não mina na mesma proporção que minava.

Ao contrário da visão construída sobre os Cerrados e não a partir dos Cerrados, é ali que se encontrou o mais antigo fóssil de presença humana no Brasil – Luzia, viveu nos Cerrados por volta de 11.500 anos atrás. E como a vida humana é impossível sem conhecimento, essa informação nos dá conta de que há um rico e original legado de conhecimentos dos povos originários dos Cerrados sobre suas plantas e seus animais, seus ciclos vitais e, assim, mais do que biodiversidade há nessas áreas uma riquíssima diversidade lingüística e cultural. Povos originários, como os Kaiapó, não só viveram pelos Cerrados, como manejaram seu potencial de produtividade biológica primária para plantarem verdadeiras florestas em seu seio. Populações negras, fugindo da escravidão e da opressão, foram buscar liberdade nas áreas de mais difícil acesso dos Cerrados - nas serras, nas áreas mais acidentadas,

como os Kalunga, em Goiás, e o Quilombo do Mata-cavalos em Mato Grosso, para ficarmos somente com dois casos; ou ainda nas áreas alagadas onde, muitas vezes, os brancos sequer ecologicamente se adaptavam, como no vale do Gorutuba, no norte das Minas Gerais. Ali se teceu uma rica cultura em que souberam retirar dos Cerrados todo o seu potencial de produtividade biológica primária e, assim, garantir a segurança alimentar necessária que lhes permitiu chegar até nossos dias, com um enorme acervo de conhecimentos - de remédios e alimentos, tanto para o estômago como para a fantasia, como corantes e sementes com fins estéticos e religiosos – colares, anéis, braceletes (Vide o belíssimo trabalho da Articulação Pacari). Populações camponesas com diferentes matrizes culturais, muitas originárias de populações brancas pobres, como os Retireiros do Araguaia, viveram pelos Cerrados longe de um Brasil que desde o período colonial mantém a mentalidade e a prática moderno-colonial de produzir para exportar. Essas populações, ao contrário, não só aprenderam com os povos originários nos Cerrados, como desenvolveram toda uma rica combinação de agricultura, extrativismo e criação de animais de pequeno e grande porte que não só abasteceu vilas e povoados nos surtos de mineração que tiveram tanta importância na história dessas áreas como, ainda hoje, constitui a base da rica culinária mineira e goiana, como podemos observar nas feiras e mercados onde a devastação da cultura do UM – a monocultura – não avançou.

O grande conflito que se dá hoje nos Cerrados se dá entre aqueles que arrogantemente ignoram toda essa enorme riqueza de vida, tanto no sentido biológico como cultural, e querem impor a cultura do UM e para poucos e os que tem outras diferentes matrizes de racionalidade que ali historicamente se desenvolveram. Os primeiros querem impedir que essas ou-

tras racionalidades possam se reproduzir. A expressão não é retórica, haja vista a apropriação violenta que vem sendo feita dessas terras, sobretudo das chapadas¹⁰, por parte do agrobusiness que, com seus pivôs centrais para captar água nos profundos solos dessas paisagens, está dilapidando não só esse recurso como, também, todo o potencial agrário-agrícola daqueles povos na medida em que lhes subtraem as chapadas, uma das unidades fundamentais de suas paisagens, onde recolhem a faveira, o baru, o pequi, o babaçu, o bacuri e centenas de outras sementes e frutos e resinas e deixam suas cabeças de gado pastarem à solta. Os pivôs, “pivôs da Discórdia”, como os chamaram os camponeses do Riachão, na região de Montes Claros, norte de Minas Gerais, secam rios, lagos, lagoas, pântanos, varjões e várzeas pelo uso intensivo e pelo enorme desperdício por evaporação da água que é captada para plantar grandes monoculturas de soja, de eucalipto, de milho, de girassol, de algodão. A arrogância dessa expansão modernizante é incapaz de compreender o outro e isso produz efeitos de violência inimagináveis, como o que se abate sobre os Karajá, povo do Araguaia, que têm sua vida ligada às águas e seu mito¹¹ de origem é que são filhos de Aruanã, ser que vive nas profundezas do rio, alguns dizem ser uma pedra, e que hoje se encontram aturdidos porque as águas do Araguaia estão poluídas e, assim, seus deuses já não são mais fonte de vida, mas sim de morte, pois estão poluídos!

Por toda sua importância natural e cultural, os Cerrados bem que merecem um destino diferente daquele que o agronegócio vem lhe dando e a sociedade brasileira, em grande par-

te por uma desinformação interessada acerca de sua riqueza, vem autorizando. As enormes voçorocas e ravinas que já podem ser observadas em Goiás, no Mato Grosso do Sul, no Mato Grosso e em Tocantins, e cujos sedimentos vêm assoreando os rios da região e contribuindo para suas enchentes mais acentuadas; a perda acelerada de diversidade biológica, o desequilíbrio hídrico e a contaminação dos rios por agrotóxicos, assim como as cada vez maiores dificuldades para a reprodução dos Povos dos Cerrados, sobretudo em face das limitações de terras pela usurpação de suas chapadas, nos obrigam a alertar a sociedade brasileira e mundial para esse verdadeiro crime contra a cultura e a natureza que se está perpetrando, rigorosamente em benefício de muito poucos, numa conjuntura que pressiona pelo uso intensivo de recursos naturais para exportar, cujos rastros de devastação outros ciclos econômicos, como o do pau brasil, o da cana, o do ouro, o do café, deixaram na Mata Atlântica, assim como os mais recentes como o do mogno e do gado, vêm deixando na Amazônia. Afinal, matar e desmatar são práticas que sempre andaram, infelizmente, juntas na conformação do nosso território, até porque, como vimos desde a presença de Luíza há 11.500 anos, eram áreas ocupadas. É preciso ouvir os Povos dos Cerrados, tal como fez Guimarães Rosa. O fato de o Grande Sertão, Veredas circular em tantas línguas indica o caráter universal da singularidade dos Cerrados e dos seus povos.

Hoje, se vislumbra nos Cerrados uma aproximação desses conhecimentos tradicionais com algumas vertentes do conhecimento científico que com eles dialoga, e assim, toda uma pauta

¹⁰ Vide Porto-Gonçalves, 2004 – Violência e democracia no campo brasileiro – o que dizem os dados de 2003. In Conflitos no Campo Brasil – 2003 – CPT, Goiânia, 2004.

¹¹ Não olvidemos que não existe sociedade sem mito, ao contrário do que tentam nos convencer através de uma razão instrumental: considerar a riqueza num equivalente geral abstrato, como o dinheiro, é um mito.

política reinventa a questão (da reforma) agrária politizando, no melhor sentido da palavra, a cultura e a natureza, com a reapropriação social das terras como território, como se viu na luta do STR de Rio Pardo de Minas se reapropriando de terras que lhes haviam sido usurpadas nos anos 1970 para plantação de eucalipto, ou na afirmação de práticas tradi-

cionais de agricultura-extratativismo-pastoreio em diálogo com a agroecologia, como se vê nas reivindicações de amplas áreas como Reservas Extrativistas que reinventam, nos Cerrados e contra o agronegócio, a tese de Chico Mendes de que “não há defesa da floresta sem os povos da floresta”. Não há defesa dos Cerrados sem os povos dos Cerrados!

Tabela 4 - Conflitos por Terra

	Conflitos por Terra*		Ocupações		Acampamentos		Total UF	
	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste								
DF	6	1548	5	1248			11	2796
GO	7	3737	3	3670			10	7407
MS	43	1450	9	451	3	267	55	2168
MT	25	1306	4	262	1	50	30	1618
Subtotal:	81	8041	21	5631	4	317	106	13989
Nordeste								
AL	16	925	13	967	1	60	30	1952
BA	59	9959	17	1940			76	11899
CE	8	2469	6	1300	1	237	15	4006
MA	123	9803					123	9803
PB	20	4793	11	986			31	5779
PE	35	5334	10	1190	1	57	46	6581
PI	9	149					9	149
RN	5	1110	2	110			7	1220
SE	7	434	2	115			9	549
Subtotal:	282	34976	61	6608	3	354	346	41938
Norte								
AC	46	5360	3	135			49	5495
AM	11	2087					11	2087
AP	74	1888					74	1888
PA	54	7006	5	1153			59	8159
RO	51	2805	4	123			55	2928
RR	9	8835					9	8835
TO	21	1456	9	1276	2	286	32	3018
Subtotal:	266	29437	21	2687	2	286	289	32410
Sudeste								
ES	12	1455	1	110			13	1565
MG	49	3204	13	1114			62	4318
RJ	6	858					6	858
SP	50	4385	57	4394	5	426	112	9205
Subtotal:	117	9902	71	5618	5	426	193	15946
Sul								
PR	14	2028	8	1830	3	2925	25	6783
RS	19	3090	17	2060	2	62	38	5212
SC	14	1815	6	1755	1	200	21	3770
Subtotal:	47	6933	31	5645	6	3187	84	15765
Brasil:	793	89289	205	26189	20	4570	1018	120048

* Os dados da primeira coluna, denominada Conflitos por Terra, referem-se à soma das ocorrências e famílias que foram despejadas, expulsas, ameaçadas de despejo ou expulsão, tiveram seus bens destruídos ou sofreram ações de pistolagem.



Foto: Arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Água

Conflitos por água nos últimos 10 anos

Roberto Malvezzi (Gogó)¹

Contextualização

Desde 2002, a Comissão Pastoral da Terra registra, em separado, os Conflitos pela água no campo. Antes desta data, já desde o início da publicação de Conflitos no Campo Brasil, em 1985, entre os conflitos por terra catalogava-se os conflitos originados pelas barragens para construção de hidrelétricas ou outros pequenos açudes. A decisão de registrar distintamente os conflitos por água deu-se exatamente pelos cenários desenhados à época, tanto em âmbito nacional, como internacional, que a disputa pela água se acirraria no mundo inteiro. Era o estabelecimento da chamada “crise da água”.

O cenário diagnosticado nos dizia que, num planeta com 70% de sua superfície coberta por água, apenas 2.4% eram doces, sendo o restante salgada. Ainda mais, crescia o uso da água doce sobretudo na agricultura (70%), na indústria (20%) e no uso doméstico (10%). Eram médias mundiais, mas que já indicavam o futuro da humanidade na sua relação com a água.

Para piorar, a escassez também era qualitativa, já que muitos mananciais estavam poluídos por diversos fatores, tornando inapropriadas essas águas para diversos usos, principalmente o consumo humano, uma vez que podemos dizer acertadamente, que o homem é o único

animal do planeta Terra que suja sua própria água, sem a qual não pode sobreviver.

O cenário desenhava guerras pela água ao redor do mundo entre países fronteiriços e disputas internas entre populações em função dos diversos usos da água doce.

Para resolver esses impasses surgiram várias propostas, sendo uma delas a privatização da água e sua transformação numa mercadoria como outra qualquer. Para esses proponentes, ligados invariavelmente ao mundo econômico neoliberal, a aplicação das regras de mercado ao uso da água evitaria desperdícios, poluição e racionalizaria seus múltiplos usos. Como sempre, a privatização era uma fórmula praticamente mágica. A Comissão Pastoral da Terra forjou uma expressão hoje mundialmente utilizada para caracterizar esse fenômeno: “hidronegócio”.

Essa lógica bélica e mercantil, porém, desde logo foi contestada por defensores dos direitos humanos, ambientalistas, igrejas e humanistas em geral. Entendiam desde o começo que a água era um bem essencial a todas as formas de vida, que deveria permanecer como um bem público, um direito da pessoa humana e um patrimônio comum a todas as formas de vida. A Declaração de Dublin dizia que a água tinha valores e prioridades, o que passou a ser uma referência mundial.

¹ Agente da CPT; graduado em Estudos Sociais e em Filosofia pela Faculdade Salesiana de Filosofia, Ciências e Letras de Lorena, em São Paulo. Também é graduado em Teologia pelo Instituto Teológico de São Paulo.

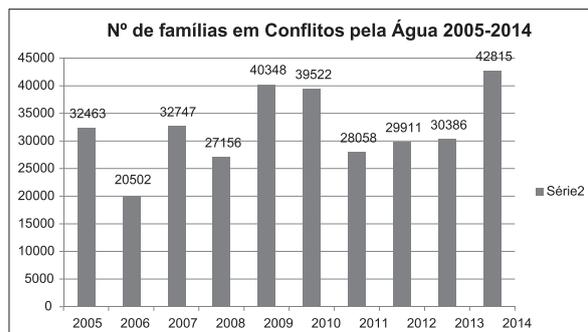
Aquilo que era um cenário, hoje já é realidade na vida de milhões de pessoas ao redor do mundo, inclusive no Brasil. Porém, há uma novidade surpreendente que não estava no script dos vários experts no assunto, isto é, a crise urbana da água.

Essa é a novidade no Brasil de hoje.

Neste texto vamos nos ater a uma análise dos Conflitos pela Água no campo, nos últimos dez anos, entre 2005 e 2014, período em que o crescimento dos conflitos por esse bem essencial a todas as formas de vida cresceu de forma evidente. Depois faremos uma breve incursão no terreno dos conflitos pela água no meio urbano.

1. A evolução dos conflitos por água no campo

Gráfico 1

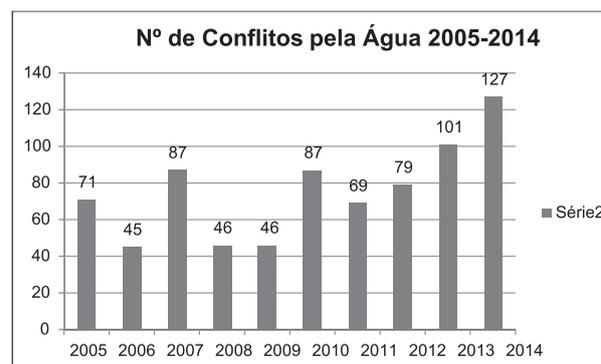


O gráfico acima ilustra como os conflitos por água no campo são variáveis. Eles podem surgir num determinado momento, silenciar no tempo, voltar mais adiante. Dependemos muito ainda do regime das chuvas para que grande parte de nossa população tenha acesso à água. Ou então, diante de uma grande obra, uma vez definitivamente instalada, o caráter do conflito pode mudar. Por exemplo, os atingidos por uma barragem, num primeiro momento resistem, num segundo momento estarão em outro lugar demandando água para uso doméstico ou mesmo para alguma

atividade econômica. Por outro lado, há casos em que a situação é resolvida ou surgem novos casos. Ao todo, neste período de 10 anos, 322.508 famílias estiveram envolvidas em conflitos pela água.

O ano de 2014 teve o maior número de conflitos por água, segundo os registros da CPT: 127 ocorrências envolvendo também o maior número de famílias 42.815 no total. Se multiplicarmos pelo número médio de cinco pessoas que compõe uma família brasileira, então 214.075 pessoas estiveram envolvidas nesse tipo de conflito naquele ano.

Gráfico 2



O número de famílias atingidas tem sido maior nos estados onde se desenvolvem grandes projetos de “desenvolvimento”.

O Pará é o estado com o maior número de famílias envolvidas nestes 10 anos, (69.302), a maior parte por conta da Construção da Hidrelétrica de Belo Monte.

O Rio de Janeiro apresentou em 2013 o maior número de famílias envolvidas, e ficou em segundo lugar em 2014 devido sobretudo à implantação do complexo industrial da Companhia Siderúrgica do Atlântico, um empreendimento que envolve Vale, Thyssen Krupp e CSA. Neste conflito estão envolvidas mais de oito mil famílias. O Rio de Janeiro, no decorrer destes 10 anos conta com 66.687 famílias envol-

vidas. Só fica atrás do Pará.

Minas Gerais, com 26.179 famílias envolvidas, vem em terceiro lugar, praticamente todas em conflitos com Barragens e Açudes. Rondônia vem a seguir, nestes últimos 10 anos, com o envolvimento de 23.312 famílias, em conflito sobretudo com a construção das Usinas de Jirau e Santo Antonio

Mesmo envolvendo o menor número de famílias, em 2014, dois estados registraram o maior número de conflitos, 26. São os estados da Bahia e de Minas Gerais. O Pará teve o registro de 12 conflitos. Minas e Bahia nos últimos 10 anos também registraram o maior número: 108 ocorrências em Minas, e 104 na Bahia. O Pará vem a seguir com 69 ocorrências.

Tipos de Conflito

A CPT tipifica os conflitos por água em três categorias: apropriação particular, barragens e açudes, uso e preservação.

A apropriação particular se dá, quando por exemplo, quando um proprietário faz um bar-

ramento de uma fonte, ou promove o desvio de um curso d'água, diminuindo ou impedindo o acesso à água de outros.

Os conflitos por barragens e açudes se dão sobretudo por projetos de construção hidrelétricas - grandes, médias ou pequenas - ou por outros projetos que não cumprem os devidos procedimentos legais, ou quando expropriam famílias de pequenos proprietários, assentados, posseiros, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores. Ou quando estes projetos não cumprem uma política de reassentamento, ou fazem reassentamentos inadequados, ou simplesmente se negam a efetuar o reassentamento das famílias.

Os conflitos relacionados ao uso e preservação da água são aqueles ligados à destruição de matas ciliares que levam ao secamento de fontes, ou a outras formas de destruição de fontes, à poluição das águas por diferentes atividades (entre estas se destaca a mineração), os agrotóxicos, a pesca predatória, a cobrança pelo uso da água.

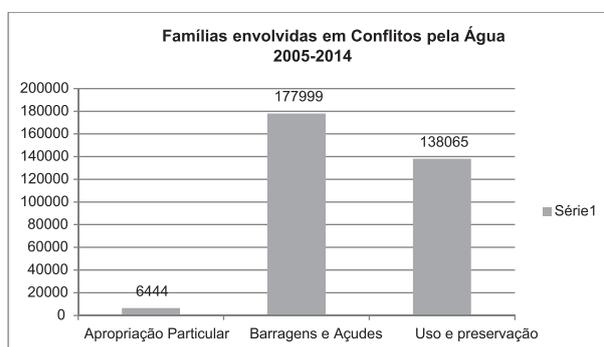
O quadro abaixo nos apresenta os números registrados pela CPT.

Tipos de Conflitos de Água

	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total conflitos 2005-2014
Apropriação Particular	7	9	7	5	13	9	2	4	7	23	86
Barragens e Açudes	30	16	33	33	17	31	35	38	43	49	325
Uso e preservação	33	20	47	8	16	47	32	37	51	55	346
Sem informação	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
TOTAL	71	45	87	46	46	87	69	79	101	127	758

Pelo que se vê deste quadro, o maior número de conflitos no período de dez anos são os provocados pelo Uso e Preservação da água (346), seguido de perto pelo de barragens (325), e com menor incidência o de apropriação particular (86).

Famílias envolvidas por tipos de conflitos pela água



Os conflitos por barragens atingem uma área maior e afetam um número muito mais elevado de famílias, conforme se observa no gráfico abaixo.

Só a construção da hidrelétrica de Belo Monte, no Pará, envolve 5.241 famílias.

Nos últimos 10 anos, 177.999 famílias foram afetadas pelos conflitos por barragens e açudes, 138.065 por conflitos pelo uso e preservação da água e 6.444 pela apropriação particular da água.

Os personagens desses conflitos

Os personagens destes conflitos são de um lado as vítimas: ribeirinhos, pescadores, indígenas, quilombolas, posseiros, marisqueiras, trabalhadores rurais, enfim, aquelas categorias do campo que ocupam espaços desejados pelo

capital. Quando estas categorias são afetadas por construções de barragens e açudes são nomeadas com uma identificação genérica de Atingidos por Barragens;

de outro lado, os algozes dessas populações: o governo federal com seus megaprojetos de hidrelétricas, governos estaduais, as empreiteiras construtoras das barragens, as mineradoras, empresários de diversos ramos, fazendeiros e até a Marinha, como é o caso de Itaguaí no Rio de Janeiro.

Esses conflitos, no ano de 2014, aconteceram em 16 estados brasileiros. Portanto, estão espalhados por praticamente todo o território nacional.

É preciso registrar que estamos tratando de conflitos rurais, embora alguns deles atinjam populações urbanas, como é o caso Belo Monte que afeta também a população citadina de Altamira.

Conflitos urbanos

Enquanto escrevemos esse texto, o cenário que se desenha cada vez mais grave atinge as cidades. Milhões de cidadãos da cidade e da região metropolitana de São Paulo já estão numa labuta diante da falta de água que atinge milhares de residências. E o mesmo já se sente no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. E ainda enfrentam a incerteza e a insegurança de saber como será a condição de suas vidas daqui a cinco ou seis meses, caso não chova, e a situação real se torne muitas vezes pior do que é hoje. Um passeio por alguns jornais nos dão conta da situação:

- 41 cidades, 15 em São Paulo e 25 no Rio registram falta de água (12/08/2014)².

² www.zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/08/mais-de-40-cidades-registram-falta-de-agua-em-sp-e-no-rj-4573395.html.

- Falta d'água já atinge 1 em cada 4 distritos da capital paulista (16/10/2014)³.
- A falta d'água já atinge, total ou parcialmente, 70 municípios de São Paulo, fora a capital, onde vivem 13,8 milhões de pessoas. Desses, 38 já adotaram o racionamento, 3 estão em situação de emergência e 1 em calamidade pública⁴.
- Seca no Sudeste atinge 133 cidades e já afeta economia. Em São Paulo de seus 645 municípios, 92 (14%) enfrentam algum tipo de dificuldade. Ao menos 61 cidades adotaram racionamento e 19 implantaram multas para inibir aumento do consumo. (02/11/2014)⁵.
- Falta de água faz pelo menos 20 cidades do interior mineiro cancelarem o carnaval 2015 (31/01/2015)⁶.
- 32 cidades goianas com risco de faltar água (03/02/2015)⁷.
- Mais da metade dos municípios brasileiros podem ficar sem água em 2015, segundo a Agência Nacional de Águas (ANA). O diagnóstico está no Atlas Brasil – Abastecimento Urbano de Água, lançado ontem 10/02/2015 pela Agência Nacional de Águas (ANA). 11/02/2015⁸.
- Racionamento de água já afeta 142 municípios em 11 estados 15/02/2015⁹.

Já em abril de 2014, a previsão era a de que 200 cidades do interior de São Paulo poderiam enfrentar racionamento, sendo que a situação mais grave era a dos municípios da região de Campinas e Piracicaba.

Dois tipos de conflitos no meio urbano se caracterizaram de forma clara. Primeiro, entre

entes federados, no caso os estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, em disputa pelas águas do Paraíba do Sul. Embora tenha acontecido um acordo, ele não soou claro desde o início, com as autoridades do Rio de Janeiro recusando-se em ceder parte de suas águas para a população de São Paulo. Elaboramos uma pequena tabela ilustrativa dos conflitos por água que atingem algumas populações urbanas.

Se somarmos simplesmente a população do Rio de Janeiro, São Paulo e interior de São Paulo, teremos aí uma população de 37,8 milhões de brasileiros urbanos de alguma forma envolvidos nesses conflitos, que também se estenderam para Minas Gerais, principalmente no vale do São Francisco e praticamente por toda a região Sudeste.

A causa desse conflito entre entes federados é o desejo do governo de São Paulo em transpor parte das águas do Paraíba do Sul para os reservatórios do Sistema Cantareira, que abastece 9 milhões de pessoas do aludido estado. Hoje há um pré-acordo entre os estados, a partir da proposta de uma obra orçada em R\$ 830 milhões, com uma engenharia de mão dupla, isto é, tanto poderá levar água do Paraíba para os reservatórios que abastecem São Paulo, como ao contrário. Em si parece interessante, mas a situação pode se tornar ainda mais complexa no futuro, quando a obra realmente vier a funcionar, em 2017.

Segundo um especialista declarou na televisão, hoje essa obra “liga o nada a lugar algum”, já

³ www.sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,falta-dagua-ja-atinge-1-em-cada-4-distritos-da-capital-paulista,1577468.

⁴ www.sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,sp-tem-70-cidades-afetadas-por-seca-onde-vivem-13-8-mi,1577466.

⁵ www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/11/1541915-seca-no-sudeste-atinge-133-cidades-e-ja-afeta-economia.shtml.

⁶ www.tnh1.ne10.uol.com.br/noticia/brasil/2015/01/31/316879/falta-de-agua-faz-cidades-mineiras-cancelarem-o-carnaval-2015.

⁷ www.www.opopular.com.br/editorias/cidades/confira-as-32-cidades-goianas-com-risco-de-faltar-%C3%A1gua-1.772189.

⁸ www.progresso.com.br/caderno-a/brasil-mundo/brasil-pode-enfrentar-falta-de-agua.

⁹ www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/02/1412768-rationamento-de-agua-ja-afeta-142-municipios-no-pais.shtml.

Tabela Ilustrativa de alguns Conflitos por água no meio urbano

Tipo de Conflito	Envolvidos	Questão	Cidades	População implicada	
Entre Entes Federados	Estado de São Paulo e Estado do Rio de Janeiro	Disputa pelas águas do Paraíba do Sul	São Paulo e Rio de Janeiro	24 milhões	
Consumidor x Empresas de Abastecimento	SABESP X população de São Paulo	Intermitência no abastecimento de água de uso doméstico	São Paulo	9 milhões	OBS: Esse tipo de conflito já é amplo e tende a se multiplicar.
Consumidor x Empresa de Abastecimento	ÁGUAS DE ITU X População de Itu	Intermitência no abastecimento doméstico	Itu	144.269	
Consumidor x Empresa de Abastecimento	SANASA X População de Campinas ¹⁰	Intermitência no abastecimento doméstico	Campinas /SP	1.1 milhão	
Consumidor x Empresa de abastecimento	Empresas x Populações das Cidades	Intermitência no abastecimento doméstico	70 cidades do interior de São Paulo	13,8 milhões	

que tanto os reservatórios de São Paulo como os do Paraíba do Sul estão secos. Portanto, não resolveria a questão.

A pergunta óbvia é: se o regime de chuvas das duas cabeceiras é praticamente idêntico, será que a obra terá alguma utilidade algum dia, ou simplesmente ambos os mananciais estarão com água nos períodos chuvosos e sem ela nos períodos de estiagem mais prolongada? A probabilidade é que a situação seja similar em 80% das ocasiões.

Portanto, o obreirismo hídrico posto em voga no Brasil pode apenas acumular obras, mas não soluções.

O fato concreto é que essa disputa entre entes federados comporta o uso doméstico de 9 milhões de paulistas (população que depende do

Cantareira) e 15 milhões de cariocas que dependem das águas do Paraíba do Sul¹¹. Portanto, um fenômeno de magnitude, talvez um dos maiores do planeta.

Porém, nesse disparar dos conflitos urbanos, nenhum se manifestou mais claramente que aqueles entre empresas urbanas de abastecimento e a população que delas dependem. Várias cidades do estado de São Paulo e Minas Gerais tiveram e ainda estão tendo conflitos dessa ordem: São Paulo, Itu, Campinas, Belo Horizonte, cidades do Vale do São Francisco como Pirapora, assim por diante.

Nesse tipo de conflito não significa que as pessoas estavam em luta direta contra as empresas de abastecimento, mas que, em algum momento, elas ficaram privadas do seu direito básico à água. O caso mais exemplar é da população

¹⁰ www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/10/1534160-falta-de-agua-comeca-a-atingir-a-unicamp-e-bairros-ricos-de-campinas.shtml.

¹¹ www.jcom.com.br/. Acesso em 04/02/2015

paulistana que depende das águas do Sistema Cantareira, isto é, a relação SABESP e consumidores envolvem 9 milhões de pessoas só nesse manancial. No caso de Itu parte da população dirigiu-se diretamente à sede da empresa de abastecimento e fez vários protestos contra a situação caótica à qual a população estava exposta.

Os conflitos urbanos por água manifestaram-se de forma veemente em 2013, particularmente no Semiárido Brasileiro. A falta de água nas cidades obrigou governos estaduais e federal a fazerem obras rápidas para abastecer populações urbanas. A solução encontrada foi fazer obras simples de tubulação para transportar águas ao alcance no rio São Francisco.

Assim foi feita a Adutora Pajeú que já abastece sete cidades do Pernambuco; está projetada para prover mais 14 do mesmo estado e outras oito cidades da Paraíba. O total de pessoas beneficiadas com a obra está estimado em 177 mil.¹²

Adutoras semelhantes a essa foram feitas em pleno sertão baiano, como a que ligou a cidade de Irecê às águas do São Francisco, ou ainda, a de Guanambi, com a mesma finalidade. Dessa forma, os governos federal e estaduais deram razão aos lutadores do São Francisco quando defendiam que em vez de fazer obras monstruosas como os canais da Transposição, se aplicassem os recursos em adutoras simples que levam a água diretamente para os sistemas de abastecimento municipais, como já diagnosticara e propusera a Agência Nacional de Águas (ANA).

Portanto, o problema urbano da escassez da água se colocou de forma definitiva nesse pe-

ríodo de 2012 a 2014, entrando para 2015. Embora tantas vezes diagnosticado e previsto, o fenômeno surpreendeu as autoridades e a população. Agora, ou mudamos a governança da água, ou seremos vítimas permanentes dos desgovernos. Essa governança exige responsabilidade das autoridades e da população.

2. O fracasso do hidronegócio

A principal solução apresentada pelos neoliberais na questão da água era sua privatização, com a conseqüente mercantilização e precificação desse bem comum. Em outros lugares do mundo a solução já fracassara, como Paris e Cochabamba, na Bolívia.

Agora, o fracasso tornou-se brasileiro. Cidades que estavam com seus serviços de água privatizados passaram pela pior situação. Caso exemplar é o de Itu. Quando faltou água nos reservatórios, a empresa que fazia o serviço na cidade o devolveu ao poder público. Esse, por sua vez, teve que abrir poços artesianos rapidamente para tentar amenizar a situação da população. Entretanto, esse tipo de problema não se resolve de um dia para o outro, mas a necessidade de água não pode esperar o dia seguinte.

Uma das acusações que se faz contra a SABESP, São Paulo, é que a distribuição dos dividendos com seus acionistas foi farta, mas os investimentos necessários para prevenir a crise hídrica foram abaixo da necessidade.

É bem provável que várias empresas de água engarrafada estejam lucrando alto com a falta de água em São Paulo, inclusive aquelas que vendem reservatórios domésticos como caixas d'água. É provável até que o lucro

¹² <http://blog.planalto.gov.br/adutora-do-pajeu-traz-agua-para-o-sertao-nordestino>.

da SABESP se mantenha, ou cresça. A conta da água vai subir para o consumidor final. Entretanto, na lógica dos direitos humanos essa lucratividade é uma aberração. A situação calamitosa da população, o prejuízo ao comércio, indústria e outros serviços ainda é incalculável. Além do mais, água é elemento essencial à vida e ninguém pode ter seu acesso a ela vetado por razões de mercado. Sem água, mesmo com lucros de alguns, o que temos é o caos social. Portanto, a água é um bem essencial a todas as formas de vida, patrimônio comum da humanidade e de todos os seres vivos.

3. O futuro

A solução para a crise hídrica instalada não está em tecnologias de ponta e novas obras. Elas só ajudarão na superação do problema se uma ética anterior de respeito pelo ciclo das águas for instaurada na governança hídrica brasileira.

Múltiplos cientistas afirmam constantemente que teremos que manter a Amazônia em pé para que ela continue injetando rios aéreos na região sul e sudeste. Se perdermos definitivamente o Cerrado – e vários estudiosos nos dizem que já o perdemos -, então viveremos das águas de enxurrada das chuvas, já que nossos aquíferos do Planalto Central que fazem o armazenamento e a distribuição das águas brasileiras perderão definitivamente sua capacidade de regular a chamada “vazão de base” que alimenta nossos rios em tempos sem chuvas.

Para tal a proposta é uma “decisão de guerra”, reflorestar as encostas, as margens dos rios, áreas inteiras de recargas de aquíferos hoje

ocupadas por soja, cana ou pastagem de gado. Essa crise hídrica confirma o desastre que foi a reformulação do Código Florestal para salvar interesses particulares dos ruralistas.

Além do mais há o problema da escassez qualitativa, como é o caso de São Paulo, que tem uma represa chamada Billings, mas que não pode ser utilizada devido à alta contaminação de suas águas. O tratamento bacteriano pode torná-la potável, mas não existe em nossas empresas de abastecimento o exame da chamada “contaminação fina”, que envolve metais pesados, hormônios, antibióticos e outras substâncias prejudiciais à saúde humana. Nesse caso, o Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB) coloca-se como absolutamente indispensável e é parte da solução no futuro.

Fica também o exemplo do Semiárido Brasileiro, com seus programas de captação de água de chuva para beber e produzir, materializados no P1MC (Projeto Um Milhão de Cisternas) e P1+2 (Projeto Uma Terra e Duas Águas). O resultado desses projetos é que a população do meio rural da região já não repetiu as tragédias sociais – fome, sede, saques, migrações, mortalidade infantil – de outras épocas. A solução urbana para o Semiárido passa pelas adutoras já diagnosticadas, propostas e até orçadas. Portanto, uma decisão política.

Vivemos uma transição de época e a questão da água se coloca na ponta dessa inversão. É hora da ética do cuidado com a água, assim como em relação a toda natureza. A economia não pode se colocar acima da ecologia, sob pena de não termos bases naturais – solos, água, clima, temperatura – para continuarmos aqui. Os fatos não permitem tergiversações.

Tabela 5 - Conflitos pela Água

UF	Ocorrências	Famílias
Centro-Oeste		
DF		
GO	2	337
MS		
MT	6	1247
Subtotal:	8	1584
Nordeste		
AL	2	120
BA	26	5819
CE	1	45
MA	4	25
PB		
PE	8	3400
PI		
RN	1	1003
SE		
Subtotal:	42	10412
Norte		
AC		
AM	2	118
AP	6	359
PA	12	9867
RO	9	1933
RR		
TO	2	672
Subtotal:	31	12949
Sudeste		
ES	5	441
MG	26	4201
RJ	7	9806
SP		
Subtotal:	38	14448
Sul		
PR	3	1325
RS	2	1080
SC	3	1017
Subtotal:	8	3422
Brasil:	127	42815



Foto: Arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Trabalho

Combate ao trabalho escravo: muitas sombras, poucas luzes*

Xavier Plassat¹

*Campanha nacional da CPT “De Olho Aberto para não Virar Escravo!”**

Conforme a última estimativa da Campanha da CPT, De olho aberto para não virar escravo, ano 2014, o número de pessoas que foram libertadas da situação análoga à escravidão corresponde a 1.752; um valor nitidamente inferior à média do período antecedente 2011-2013(2.495)². Considerando o total de trabalhadores encontrados nessa condição, resgatados ou não, o número de 2014 (1.944) é o menor observado desde 2002, ficando bem abaixo do ano anterior (2.951) e da média 2011-2013 (2.728). O total de estabelecimentos fiscalizados (263) corresponde ao registrado desde 2003 (266), ano em que foi consolidada a atual política nacional de erradicação do trabalho escravo, mas inferior ao assinalado nos três anos anteriores (298). No ano da Copa, o número de *operações*³ totalizou 151, contra 163 na média anterior.

A redução do número de trabalhadores escravos encontrados no país até poderia ser parabenizada, caso isso atestasse a diminuição efetiva da prática deste crime. Mas não! Um caso extremo de decréscimo pouco convincente diz respeito ao estado do Mato Grosso, no qual

em 2014 houve apenas um resgate (em três fiscalizações).

No contexto de um ambiente político sempre mais reticente a reconhecer e combater este crime há sinais concretos de que estamos em rota de possível retrocesso no combate ao trabalho escravo.

O grupo nacional de fiscalização móvel está longe de atender toda a demanda potencial e os fiscais de diversas superintendências regionais que, em 2014, foram responsáveis por 40% das inspeções, se queixam da escassez de meios e da falta de priorização, quando não da interferência negativa da chefia sobre a fiscalização do trabalho escravo. É fato que o número de auditores fiscais do trabalho caiu para um estágio crítico. Desde o começo da década de 1990, a quantidade de Auditores Fiscais do Trabalho (AFT) que chegou a 3.464 em 1996, nunca foi tão baixa no país.⁴ Neste início de 2015, algumas unidades regionais do Ministério do Trabalho, inclusive consideram inviável atuar na fiscalização dos casos de trabalho escravo com efetivos tão diminutos. É o caso

¹ Xavier Jean Marie Plassat, OP, conhecido como Frei Xavier Plassat. Frade dominicano francês, residente no Brasil. Agente da CPT; destaca-se pela sua atuação na luta contra o trabalho escravo contemporâneo; graduado em Ciência Política, Paris, em 1970.

² Considerados aqui os dados do trabalho escravo em atividades agrícolas e não agrícolas, em ambiente rural e urbano, um recorte sempre delicado quando a maioria das vítimas continua vindo do campo.

³ Chama-se operação uma ação planejada, comportando em geral a fiscalização de vários estabelecimentos.

⁴ De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de trabalhadores ocupados no Brasil aumentou de 52 milhões, em 1990, para 73,9 milhões em 2009. O número de empregados com carteira assinada, passou de 22,4 milhões para 34,4 milhões. Em janeiro de 2015, de um total de 3.644 cargos de AFTs existentes, somente 2.703 estavam ocupados.

do Tocantins cujo representante na COETRAE (Comissão Estadual para Erradicação do Trabalho Escravo) já comunicou que a Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), tendo em vista o número irrisório de fiscais disponíveis para ir a campo (7!), não iria assumir em 2015 nenhuma meta de fiscalização do trabalho escravo.

Geograficamente, 55% dos casos de trabalho escravo identificados em 2014 estão nas regiões Norte e Nordeste, sendo 48% na Amazônia Legal, onde foram resgatados 526 trabalhadores. Número superado somente pela região Sudeste (606 escravos resgatados, de um total de 789 identificados). Por ordem decrescente de ocorrências, tivemos: Tocantins (25 casos / 176 resgates), Pará (21/132), Minas Gerais (18/171, mais 183 não resgatados), São Paulo (16/217), Maranhão (15/75), Goiás (11/148), Ceará (7/69). Apenas em 4 estados não houve casos identificados.⁵

Confirma-se assim o movimento já registrado nos anos recentes: o descobrimento de situações de trabalho escravo na totalidade do país e nas mais variadas atividades. Se a pecuária e a lavoura ainda dominam, um número significativo de ocorrências (46; 27,5% do total) e de escravos (648: 1 em cada 3) foi encontrado em atividades não agrícolas: estes são, porém, valores bem menores que os observados em 2013 (69 ocorrências e 1.896 escravos: 2 em cada 3). As ocorrências de trabalho escravo em atividades agrícolas, que totalizavam 139 em 2013 (67% do total), foram 120 em 2014 (72,5% do total); nelas foram identificadas 1.296 pessoas escravizadas (66,7% do total): 241 a mais que no ano anterior (1.055); delas 1.285 foram libertadas (73% do total), contra 1.052 em 2013.

Não se repetiu em 2014 a situação observada em 2013 quando o número de escravos encontrados em atividades não agrícolas havia pela primeira vez superado o das atividades agrícolas, chegando a representar dois terços do número total de escravos identificados: 1.896, contra 1.055 em atividades agrícolas.

No campo, a predominância vai para os setores da pecuária (49 casos; 318 escravos resgatados), da lavoura (27/452), do carvão vegetal (20/166) e do extrativismo vegetal (11/245). Nas atividades não agrícolas, a predominância continua sendo da construção civil (20 casos/181 resgatados, mais 120 não resgatados) e da confecção (8/167).

118 trabalhadores foram resgatados da escravidão em uma obra da construtora MRV em Macaé (RJ). Destes, 108 eram contratados da MRV e 10 eram funcionários de empresas terceirizadas. É a quinta fiscalização feita por diferentes órgãos desde fevereiro de 2011 em que a empresa é considerada responsável por explorar mão de obra escrava. Somando os cinco flagrantes, foram 203 pessoas resgatadas em quatro anos. O resgate mais recente aconteceu em outubro. Em visita ao local das obras, a força-tarefa formada por integrantes do MTE, MPT e PRF, considerou degradante a situação vivida pelos trabalhadores no alojamento fornecido pela construtora. As condições de higiene eram muito precárias e a alimentação era parca e desbalanceada. Foram constatadas as práticas de descontos ilegais nos pagamentos, servidão por dívida e de tráfico de pessoas, uma vez que parte das vítimas foi recrutada em Alagoas, Maranhão, Piauí e Sergipe. “A moradia era ruim. Os sanitários, péssimos, com fe-

⁵ Alagoas, Amapá, Paraíba e Rio Grande do Norte.

zes escorrendo. O refeitório ficava em cima dos sanitários. O cheiro era insuportável. Havia problemas na segurança, na alimentação ... era um rol de irregularidades que afetava um conjunto grande de trabalhadores. Faz as pessoas se indignarem.”⁶

Entre os escravos identificados em 2014, 30 eram menores de idade, 28 em atividades rurais e 2 em atividades urbanas; 87 eram estrangeiros, quase todos resgatados em São Paulo, numa configuração criminal que claramente associa trabalho escravo e tráfico de pessoas.⁷

De dezembro de 2010 até julho de 2014, mais de 25 mil imigrantes passaram pelo Acre, a maioria de haitianos. O fluxo diário é de 30 a 50 pessoas: homens, mulheres e crianças. São conduzidos por coiotes, numa viagem de 15 a 45 dias. Pagam em média US\$ 2 a 5 mil pela viagem em grupos, sofrem vários tipos de extorsão, roubos, cárcere e até morte, situação agravada pelo desconhecimento do idioma e a falta de documentos. Debilitados, sem dinheiro para seguir viagem, são recebidos em improvisada estrutura de abrigo público até poderem partir. A maioria é de homens e jovens, de 20 a 40 anos. Cresce a entrada de pessoas de outros países, igualmente vítimas de coiotes, especialmente da África. Após conseguirem a documentação mínima para permanecer e trabalhar, os imigrantes ficam à disposição das empresas

que visitam o abrigo em busca de mão de obra barata e disponível para atividades produtivas no centro-sul do Brasil, ou são levados até São Paulo. Recrutadores visitam o acampamento e fazem a seleção dos imigrantes, com prioridade aos homens, jovens, solteiros e sem filhos, e com algum tipo de experiência. São contratados a título de experiência por empresas agroindustriais, frigoríficos e na construção civil. Haitianos já começaram a ser resgatados de trabalho escravo no interior de Minas e em São Paulo.⁸

Fato novo, ou melhor, recorrente, porém ocultado até então: vem sendo reveladas práticas de trabalho escravo no interior da Amazônia, mas também no Ceará e no Piauí, que se utilizam da forma mais tradicional de subordinação em comunidades tradicionais: **o sistema do aviamento**⁹ pelos patrões, com o decorrente endividamento compulsório de famílias inteiras. Há suspeita de que esse sistema - um meio discreto de acesso ilegal à madeira - esteja vigorando a todo vapor em territórios tradicionais ou protegidos do interior da Amazônia.

No estado de Amazonas:

Durante fiscalização, foram resgatados 13 trabalhadores que atuavam na extração da piaçava nos municípios de Barcelos e Santa Izabel do Rio Negro. O ciclo produtivo da piaçava inicia-se com a contratação verbal do piaçava

⁶ Cf Repórter Brasil, 11/12/2014: Pela quinta vez, fiscais apontam trabalho escravo em obra da MRV.

⁷ Entre 2010 e set. 2014, identificamos no registro do Seguro-Desemprego 111 nomes de haitianos (em MG e SP) e 256 de “latinos” (em SP), do total de 375 estrangeiros cujo resgate foi notificado (210 bolivianos, 112 haitianos, 55 paraguaios, 30 peruanos, 2 nicaraguenses).

⁸ Cf Letícia Mamed (Universidade Federal do Acre): Movimento internacional de trabalhadores e exploração laboral de imigrantes: uma análise da recente trajetória dos Haitianos no Brasil.

⁹ No sistema de aviamento, os patrões fornecem meios de trabalho – como barcos, combustível, ferramentas de trabalho –, alimentos e outros itens por preços abusivos, como uma espécie de “adiantamento” para iniciar o trabalho. Com difícil acesso a armazéns ou comércios da cidade, o piaçaveiro se vê obrigado a adquirir essas mercadorias, vendidas a preços abusivos. As dívidas surgidas desses adiantamentos costumam consumir [toda ou] quase toda a remuneração devida pelos patrões na venda da piaçava. Estabelece-se um ciclo de repressão da força de trabalho através da dívida e outros mecanismos de dominação. Ao descobrir que não extraiu o suficiente para pagar sua dívida, o piaçaveiro se vê constrangido a voltar ao trabalho, sujeito a novas dívidas, para cobrir o débito anterior. As dívidas vão aumentando, e ele fica sempre mais dependente do patrão, impossibilitado de pôr fim à relação de servidão por dívida (cf informações da Repórter Brasil, 15/12/2014).

veiro pelo patrão. Os piaçaveiros são trabalhadores, indígenas ou não, que, sob a promessa de futuro pagamento, são arregimentados e levados à “colocação”, piaçaval ou local de instalação de barracas, para ali trabalharem na extração, corte e beneficiamento da piaçava. Os “patrões” são os comerciantes que adquirem dos piaçaveiros a piaçava extraída, cortada e beneficiada.(...) [Segundo a denúncia do MPF] o empresário Luiz C. M. Rocha reduziu 13 trabalhadores à condição análoga à de escravo, restringindo a liberdade deles em razão de dívidas decorrentes do sistema de aviamento imposto, bem como submetendo-os a jornadas exaustivas e a condições degradantes.(...) O empresário obrigou os trabalhadores a usarem mercadorias por ele repassadas para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida. Entre os trabalhadores identificados como vítimas, estavam indígenas da etnia Yanomami. Alguns dos trabalhadores viviam submetidos a condições semelhantes à de escravidão há mais de dez anos.¹⁰

E, no estado do Pará:

Os baixos registros de trabalho escravo no Pará nos últimos três anos não refletem a realidade. Há vários fatores: falta de acesso a organizações que registrem denúncias; banalização da condição de trabalho análogo à de escravo; mecanismos do crime organizado com relação de terceirização, ocultando o elo principal da cadeia de comando. O mercado da madeira ilegal funciona via o sistema do aviamento: madeiras financiam os elos inferiores da cadeia, que executam a extração ilegal da madeira (identificação, corte, transporte). A extração ilegal de madeira acontece em áreas protegidas e em territórios indíge-

nas. São as únicas áreas onde restou madeira com valor comercial. São comunidades que têm acesso a terra (indígenas, extrativistas, assentados), porém sem acesso aos seus direitos, territoriais ou civis. Em condição de precariedade, indivíduos aceitam o financiamento oferecido pelas madeiras para organizar equipes de trabalho, assumindo até papel de gatos. Ali a prática do trabalho escravo é até maior que no desmatamento clássico. Há um acúmulo de situações que resultam em círculo vicioso: o poder público é ausente ou corrupto, as pessoas são subjugadas pelo endividamento, o trabalho é degradante, o risco de acidentes é elevadíssimo, o risco de ser pego por extração ilegal de madeira é mínimo, o envolvimento e o medo impedem qualquer denúncia. Nesta situação, ninguém reclama.¹¹

De Norte a Sul, a **imposição de condições degradantes de trabalho em ambiente de atividades sub empreitadas (terceirizadas), é característica habitual do trabalho escravo no Brasil de hoje, sendo vez ou outra acompanhada de brutal violação da liberdade. Privar o trabalhador de sua dignidade e/ou de sua liberdade é muito mais que desrespeitar alguns direitos trabalhistas. Sem dignidade, não se pode ser livre. E sem liberdade, não é possível viver com dignidade. O trabalho escravo rebaixa a pessoa a uma condição de não ser humano, a coisifica, submetendo-a a uma profunda humilhação. Muitos trabalhadores, ao relatar a situação nas fazendas, dizem que foram “tratados pior do que animal”.**

Não é por acaso se a ofensiva “revisionista”, principalmente oriunda de setores ruralistas

¹⁰ Cf Repórter Brasil, 15/12/2014 (clipping): MPF/AM denuncia à Justiça empresário de Barcelos (AM) por trabalho escravo.

¹¹ Maurício Torres, conversa com o autor, agosto de 2014.

(e, agora também, de grandes empresas do setor da construção), **se concentra na definição legal da condição análoga à de escravo**, tal qual formulada no artigo 149 do Código Penal e na **tentativa de legalizar a terceirização, inclusive em atividades-fim**, além da extinção da lista suja. As várias propostas de lei relacionadas ao tema não têm outra meta a não ser retroceder no arcabouço legal, a duras penas construído nos últimos 20 anos.

No setor da construção que mais tem se destacado pelo número de flagrantes de trabalho escravo nos últimos anos, se confirma a incidência do trabalho terceirizado em quase todos os resgates. Dos 22 flagrantes ocorridos em 2011 e 2012, 19 ocorreram com terceirização. Assim, há fortes indícios de que terceirização e trabalho análogo ao escravo não simplesmente caminham lado a lado, mas estão intimamente relacionados.

Em São Paulo, nos últimos anos cresceram os flagrantes de trabalho escravo em oficinas de costura que prestavam serviços para grandes marcas da indústria têxtil. Em muitas delas, os trabalhadores explorados eram migrantes bolivianos.

A terceirização garante a pulverização da produção e a precarização das relações de trabalho. Atualmente, a Justiça determina que uma empresa não pode terceirizar a chamada “atividade-fim”. Isso significa que uma construtora não poderia terceirizar a contratação de operários nem a indústria da moda subcontratar empresas para a confecção de suas roupas, situações irregulares que são recorrentes. Mas tramita no Congresso Nacional o projeto de lei 4.330/2004, de autoria do deputado federal Sandro Mabel (PMDB-GO),

que tenta acabar com essa proibição. Um levantamento mostra que 3.000 dos 3.553 trabalhadores resgatados nos dez maiores flagrantes de trabalho escravo contemporâneo, ocorridos entre 2010 e 2013, eram terceirizados: 90%!

As empresas que terceirizam buscam externalizar custos e riscos. Tentam afastar a incidência da regulação exógena (Estado e sindicatos) do seu processo de acumulação, externalizando ao ente interposto o encargo de ser alvo de qualquer regulação limitadora. A adoção da terceirização pelas empresas potencializa a capacidade de exploração do trabalho e reduz a probabilidade de atuação dos agentes que poderiam impor limites a esse processo. É exatamente nessa combinação de fatores que reside a relação entre terceirização e trabalho análogo ao escravo.¹²

Essa relação está presente em toda a história do trabalho escravo contemporâneo, especialmente no campo, sob a figura do famigerado **gato**, empreiteiro contratado para eludir a responsabilidade do verdadeiro tomador de serviço, fazendeiro, pecuarista, usineiro, siderúrgica e assim por diante.

Quanto à **definição legal da condição análoga à de escravo**, já são três os projetos em trâmite no Congresso Nacional visando reduzir o conceito legal em vigor no Brasil (entre eles, o PLS n. 432/2013, de autoria do Senador Romero Jucá, visando instituir uma definição diversa da do próprio CPB, para efeito de regulamentação da Emenda Constitucional 81 - finalmente aprovada em 2014 - que determina o confisco da propriedade onde for flagrado trabalho escravo).

¹² Cf. Repórter Brasil, 24/06/2014: Terceirização e trabalho análogo ao escravo: coincidência? e 14/11/2014: Pesquisadores reunidos em São Paulo apontam relação entre trabalho escravo e terceirização.

Em virtude da lei 10.803/2003 que reformulou o artigo 149 do Código Penal, hoje são quatro os elementos definidores da condição análoga à de escravo: trabalho forçado, servidão por dívida, condições degradantes (trabalho sem dignidade alguma, que põe em risco a saúde e a vida do trabalhador) e jornada exaustiva (que leva ao completo esgotamento da pessoa, em função da intensidade da exploração, e coloca em risco a sua vida). A bancada ruralista quer retirar as condições degradantes e a jornada exaustiva, alegando ser difícil e, portanto, “subjetivo”, identificar o que seriam essas condições, de onde decorre, para os empregadores, um clima de “insegurança jurídica”.

Considerando o perfil conservador do Congresso Nacional, há uma chance real do conceito de trabalho escravo mudar. E milhares de pessoas que, hoje, poderiam ser chamadas de escravos modernos simplesmente vão se tornar invisíveis. Nos corredores do Palácio do Planalto e da Esplanada dos Ministérios, há quem defenda reservadamente que melhor seria deixar o conceito de trabalho escravo retroceder e a “lista suja” ser derrubada porque a situação atual cria problemas para setores econômicos, como o da construção civil, que tocam obras do PAC. Ou doam recursos para campanha.¹³

Por fim, a **Lista Suja** está mais uma vez na mira desta gente: no apagar das luzes de 2014, o presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Ricardo Lewandowski, resolveu, em regime de emergência, acatar o pedido de uma associação de grandes construtoras (várias delas já com flagrantes de trabalho escravo

ou/e com passagem na lista suja, a exemplo da MRV) e proibir a publicação da nova atualização semestral, de dezembro de 2014, onde constaria o nome de mais de 600 empregadores já flagrados com trabalho escravo. Desde 2004, corria demanda semelhante, por iniciativa da Confederação Nacional da Agricultura e da Pecuária (CNA) contra a Portaria que criou o Cadastro de Empregadores flagrados com trabalho escravo¹⁴, mas a mesma foi indeferida pelo STF em 2012.

Asfixia gradual da fiscalização, legalização da terceirização em atividades-fim, revisão para baixo da definição legal da condição análoga à de escravo, extinção da Lista Suja...? O aniversário dos 20 anos do Grupo Móvel de Fiscalização, neste ano de 2015, bem poderia coincidir com dramática reviravolta.

Até hoje sem resultado, a CPT já cobrou manifestação clara da Presidenta Dilma em defesa e reforço da política nacional de combate ao trabalho escravo, uma política elogiada dentro e fora do país, pela qual, como candidata, assumiu compromisso público. Na Carta que assinou e publicou no dia 7 de setembro de 2014, a candidata Dilma Rousseff afirmava: *“Assumo, caso eleita, o compromisso público de: (...) 12-Apoiar o cadastro de empregadores flagrados com mão de obra escrava, conhecido como a “lista suja”, instrumento mantido por intermédio da Portaria Interministerial 02/2011, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que tem sido um dos mais importantes mecanismos de combate a esse crime”.*

¹³ Blog do Leonardo Sakamoto, 28/01/2015.

¹⁴ Nome oficial da lista suja. Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 3347) contra a Portaria MTE n 540/2004. A mesma foi posteriormente revogada e substituída pela Portaria Interministerial MTE/SDH n 2/2011, alvo da ADI 5209 da ABRAINC, de 22 de dezembro de 2014, com pedido liminar.

Segundo a CPT¹⁵, “Não há como isolar a ofensiva hoje dirigida contra o Cadastro de outras várias iniciativas visando obrigar o Brasil a retroceder no seu histórico compromisso de erradicar o trabalho escravo. São estas, particularmente, a busca de revisão do conceito legal de condição análoga à de escravo tal qual estabelecido pelo artigo 149 do Código Penal Brasileiro e a tentativa de instituir, para efeito de regulamentação da EC 81 (que determina o confisco da propriedade onde for flagrado trabalho escravo), uma definição diversa da do próprio CPB. Neste sentido a totalidade dos itens assumidos por Sua Excelência, na sua qualidade de candidata a presidente, na

Carta-Compromisso contra o Trabalho Escravo, passou a ser de gritante atualidade. Por ter contribuído incansavelmente, e por mais de 40 anos, na construção do compromisso da sociedade e do Estado brasileiros de erradicar o trabalho escravo no país, a Comissão Pastoral da Terra, junto com seus parceiros da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, fica hoje no aguardo esperançoso de uma pronta manifestação da Sua Excelência, em coerência com o engajamento público que assumiu.”

Sim, o perigo está bem aí de “o Brasil deixar de ser vitrine e virar vidraça”¹⁶.

¹⁶ Leonardo Sakamoto, *ibid.*

¹⁵ Ofício dirigido à Presidente Dilma em 20 de janeiro de 2015.

Tabela 6 - Conflitos Trabalhistas

	Trabalho Escravo				Superexploração				Total UF	
	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Libertos	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia	Resgatados	Menores	Ocorrências	Trab. na Denúncia
Centro-Oeste										
DF	1	33	33	1					1	33
GO	9	64	60						9	64
MS	2	6	6						2	6
MT	3	14	1						3	14
Subtotal:	15	117	100	1					15	117
Nordeste										
AL					1				1	
BA	1	32	32						1	32
CE	7	69	69						7	69
MA	14	135	58	1	1	1		1	15	136
PB										
PE	1	8	8	1					1	8
PI	4	160	160						4	160
RN										
SE	1	40	40						1	40
Subtotal:	28	444	367	2	2	1		1	30	445
Norte										
AC	3	73	73	4					3	73
AM	4	50	41	6					4	50
AP										
PA	22	295	132		1	1			23	296
RO	1	5							1	5
RR	4	27	27						4	27
TO	20	255	155		4	41			24	296
Subtotal:	54	705	428	10	5	42			59	747
Sudeste										
ES	1	86	86						1	86
MG	11	974	113	6	1				12	974
RJ	1	4	4						1	4
SP	6	58	58		2	251			8	309
Subtotal:	19	1122	261	6	3	251			22	1373
Sul										
PR	6	31	31	8					6	31
RS	3	26	6						3	26
SC	6	48	48	1					6	48
Subtotal:	15	105	85	9					15	105
Brasil:	131	2493	1241	28	10	294		1	141	2787

* Além das denúncias de trabalho escravo no campo, houve 35 denúncias de trabalho escravo na área urbana, envolvendo 665 trabalhadores, dos quais 511 foram resgatados.





Foto: Arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Violência contra a pessoa

Tabela 7 - Violência contra a pessoa

UF	N.º de Conflitos	Pessoas Envolvidas	Assassinatos	Tentativas de Assassinatos	Mortos em Consequência	Ameaçados de Morte	Torturados	Presos	Agredidos
Centro-Oeste									
DF	12	14013						86	6
GO	21	38784							
MS	57	10846	3	2	2	10	1		5
MT	39	14339	5	1		8			
Subtotal:	129	77982	8	3	2	18	1	86	11
Nordeste									
AL	33	10360				1		1	21
BA	103	88622	3	3		8		4	16
CE	23	20324		2		2		2	2
MA	142	49276	5	5	1	51		4	3
PB	31	28895		1				11	28
PE	55	49913				4			1
PI	13	905							
RN	8	11115						2	2
SE	10	2785	1			1			
Subtotal:	418	262195	9	11	1	67	0	24	73
Norte									
AC	52	27548				1			
AM	17	11075				33			
AP	80	11235							
PA	94	90426	9	28		32	1	3	46
RO	65	24310	5	2	1	16	2	28	8
RR	13	44202		1		2		2	5
TO	58	18746		1		6			
Subtotal:	379	227542	14	32	1	90	3	33	59
Sudeste									
ES	19	10116							
MG	100	43569	1	7		4		36	77
RJ	14	53324	1			1			13
SP	120	46334			1				4
Subtotal:	253	153343	2	7	1	5	0	36	94
Sul									
PR	34	40571	1			2			
RS	43	31486	2	3				5	
SC	30	23983							2
Subtotal:	107	96040	3	3	0	2	0	5	2
Total:	1286	817102	36	56	5	182	4	184	239

* Número de conflitos e de pessoas envolvidas referem-se soma dos conflitos por Terra, Água, Trabalho.

Um ato em favor da Reforma Agrária

Valdir Misnerovicz¹

Antônio Canuto²

O ano de 2014 foi marcado por eventos que repercutiram intensamente no cenário nacional, com destaque para as eleições.

Mas estes eventos não diminuíram os conflitos e a violência que se abateram contra os povos e comunidades do campo, nem a disposição de luta dos trabalhadores e trabalhadoras em busca da terra, defesa dos territórios e dos seus direitos.

Em 2014, a CPT registrou 205 ações de ocupação de terra, envolvendo 26.189 famílias, e 20 acampamentos com 4.570 famílias. O número de ocupações é menor que o registrado em 2013 (230), mas o número de famílias envolvidas é maior (22.824, em 2103). Já em relação aos acampamentos, tanto as ações quanto o número de famílias é bem superior ao de 2013 (14 ações, 1007 famílias).

O estado que registrou o maior número de ações foi o de São Paulo, com 57 ocupações, e 5 acampamentos, envolvendo 4.394 famílias nas ocupações e 426 nos acampamentos.

Mas uma ocupação se destacou. Foi a da Fazenda Santa Mônica, em Corumbá de Goiás, Goiás. Destacou-se tanto pelo número, 3.500 famílias ocupantes; e quanto pelo proprietário da área: senador da república, ex-ministro do governo Lula, candidato a governador pelo estado do Ceará, Eunício de Oliveira.

Neste texto vamos analisar esta histórica ocupação.

O senador Eunício de Oliveira

Eunício Lopes de Oliveira é um político, agropesqueiro e empresário, filiado ao PMDB. Foi deputado federal pelo Ceará por três mandatos e eleito senador em 2010. Foi ministro das Comunicações no governo Lula, entre 2004 e 2005. Em 2013, candidatou-se ao governo do estado. As primeiras pesquisas o apontavam como favorito. No decorrer da campanha, porém, foi perdendo terreno e acabou derrotado. O nome de Eunício ganhou notoriedade por ser o candidato mais rico entre todos os candidatos a governador, com um patrimônio declarado à justiça eleitoral de R\$ 99.022.714,17. Em 2010, ao se candidatar para o senado. o valor declarado de seu patrimônio era de R\$ 36.737.673,19. Em quatro anos seu patrimônio cresceu 170%.

A Fazenda Santa Mônica

Não se sabe bem ao certo como começou o investimento do senador no município de Corumbá de Goiás - GO. O que a população comenta é que o senador é dono de mais da metade do município. A Fazenda Santa Mônica é apenas uma entre os muitos imóveis rurais em nome de Eunício, e onde fica a sede da Fazenda. “Da estrada que atravessa a proprie-

¹ Graduado em Geografia pela UNESP, membro da Coordenação Nacional do MST.

² Formado em Filosofia e Teologia, secretário da Coordenação Nacional da CPT.

dade, é possível avistar represas, aeroporto particular regularizado pela Agência Nacional de Aviação Civil, várias casas, benfeitorias e pastagens a perder de vista. Todas as entradas são vigiadas por seguranças particulares³, diz matéria da revista Carta Capital.

Na declaração de bens apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral, em 2014, constam 88 imóveis rurais em Goiás, a grande maioria em Corumbá de Goiás e alguns nos municípios de Alexânia e Abadiânia. Na declaração anterior (2010), havia declarado 72 propriedades. Em quatro anos, 16 novas propriedades foram incorporadas ao seu patrimônio nesta região. O valor declarado das mesmas é irrisório. A Santa Mônica, apesar de ter 21 mil hectares, seu valor é de apenas R\$ 386.720,00. Outros imóveis tem um ínfimo valor declarado, um deles R\$ 746,27, e outros R\$ 1.000,00, 1.500,00, 2.000,00, etc.

Como o senador conseguiu tantas áreas?

Um documentário de 2003, intitulado Passarim, produzido por Camila de Freitas, então aluna da Universidade de Brasília, reúne depoimentos de antigos proprietários de sítios e chácaras em que contam as diversas formas de pressão que sofreram para vender suas terras ao senador e deixar a região. Dona Fiíca, ao lado de seu marido, Vicente Machado, conta: “Veio um corretor na casa da gente o ano inteiro. E foi ‘aperrinhando’ a gente, até que resolveu. Tudo que quiser vender e o que não quer eles obrigam a vender”. No caso de Zezinho Alves, foram três anos de pressão. Ele diz: “Eu não tinha interesse em sair de lá, não. Mas quase todo dia eles estavam lá. Diziam que tinha

que aproveitar e vender, porque os outros iam vender e iam cercar a estrada” “Eles falam que vão fechar a estrada, que vão encher tudo de gado.”⁴

Assim como nos casos acima, outras muitas áreas foram conseguidas através de pressão sobre os moradores e até de estratégias e processos judiciais.

Um caso muito especial conta com a participação direta do juiz de Direito de Corumbá de Goiás, Dr. Levine Raja Gabaglia Artiaga.

Este juiz, em novembro 2009, imitiu o senador na posse da Fazenda Cutia, de propriedade do senhor Tito de Araújo Leite. Tito era um senhor de 78 anos, em cadeira de rodas desde 2007, por conta de um AVC, nasceu na Fazenda Cutia, que fora de seu pai e de seu avô. Nesta fazenda nasceram e se criaram seus filhos. Na década de 1970, o senhor Tito adquiriu mais um imóvel, Fazenda Barra da Congonha. Nas propriedades criava gado comum, cruzado e guzerá, plantação de alimentos.

Em setembro de 2009 o senador registrou na delegacia de Polícia Civil, o sumiço de 650 cabeças de gado Nelore de suas propriedades, que estariam sob a responsabilidade de um funcionário, Álvaro Araújo, genro do senhor Tito. O funcionário teria roubado o gado, durante a ausência do senador para tratamento médico. (Nos autos não há qualquer prova deste “tratamento médico”).

Com base nestas alegações, a Polícia Civil instaurou um inquérito policial. Em tempo recorde, cumpriu todas as diligências investigató-

³ Eunício Oliveira, o empreendedor A impressionante riqueza do senador exposta pelo MST por Fabio Serapião publicado 13/09/2014.

⁴ Falas transcritas na matéria de Carta Capital A boiada de Eunício Oliveira. O rebanho suspeito do peemedebista, senador e atual candidato ao governo do Ceará, em Goiás. Por Fabio Serapião, 15/10/2014 .

rias e, em 27 de novembro, antes mesmo da oferta da denúncia, o juiz, sem quaisquer provas materiais do furto, decretou o sequestro da fazenda Cutia e imitiu o senador na posse da mesma. O senador tomou posse imediata da mesma e, ao mesmo tempo, ocupou a Fazenda Barra da Congonha, que não estava nomeada no processo e nem é contígua à Cutia. A família do senhor Tito teve que sair de casa só com as roupas do corpo. Dois filhos e o genro foram presos. Sequestro, esbulho e imissão da posse foram feitos sem nenhum relatório do que a fazenda possuía.

A justificativa para essa decisão era a de que Álvaro, apelidado de Mano, teria investido o dinheiro do roubo do gado em benfeitorias na fazenda, e que teria comprado a fazenda do sogro e tentava vendê-la.

No processo, a família juntou fotos que mostram que os currais e demais melhorias foram feitos com material reutilizado e reuniu os registros da terra e diversos testemunhos de corretores da região que afirmam desconhecer a intenção de venda da Cutia. (Nos autos não consta qualquer documento que prove a compra da fazenda por Mano.)

Mas a novela não para aí. Em janeiro de 2010, o Ministério Público ofereceu denúncia do sumiço de 15.600 cabeças de gado do senador. Fato que teria ocorrido entre 2008 e setembro de 2009. O sumiço deste gado também foi imputado ao senhor Tito, seus filhos e genro. De onde surgiram tantas cabeças de gado se em dezembro de 2007, a agrodefesa havia registrado a vacinação de 9.021 cabeças de gado e a saída de 3.531 animais, até o final do ano? Quem viu a movimentação

do 'gado roubado'? O senador nunca fez prova da existência do gado que afirma ter sumido. Nos autos não foram anexadas as Guias de Transporte Animal (GTAs) das reses compradas por Eunício e que teriam sido roubadas. Sem essas guias, o gado teria entrado na fazenda de forma ilegal. Nas Declarações de Bens de Eunício para a Justiça eleitoral, em 2006 e 2010 não consta nenhuma cabeça de gado. Além disso, segundo os depoimentos dos vaqueiros da Santa Mônica colhidos pela polícia o total de bois não ultrapassava 8.000 cabeças.

Fica mais que evidente que há uma enorme discrepância entre a denúncia, o informado à Agrodefesa e o citado no depoimento dos vaqueiros.

Quanto ao sequestro das fazendas do senhor Tito, os advogados da família demonstraram que o sequestro de bens se referia somente à fazenda Cutia, não atingindo a Barra do Congonha. Na apelação o Tribunal de Justiça de Goiás entendeu serem propriedades distintas e mandou, em 24/01/2012, reintegrar o senhor Tito na posse da Fazenda Barra. O juiz, porém, contrariando a decisão do Tribunal de Justiça, dois dias após retornar das férias, em 08/02, estendeu o sequestro para a Fazenda Barra, imitando o senador na posse da mesma, já ocupada por ele de forma ilegal.

Mesmo tendo sido o senador umas das figuras mais destacadas na inauguração do fórum de Corumbá de Goiás, em 2011, o juiz disse à reportagem de Carta Capital conhecer o senador somente pela TV.e do Congresso.⁵

5 Eunício Oliveira, o empreendedor. A impressionante riqueza do senador exposta pelo MST por Fabio Serapião publicado 13/09/2014.

A ocupação – Um ato em favor da Reforma Agrária

A ocupação da Fazenda Santa Mônica, na noite de 31 de agosto, vai ficar marcada na história, tendo as estrelas como testemunhas, como a maior e mais ousada ocupação já realizada pelo MST em Goiás. Mesmo havendo um interdito proibitório concedido pelo Juiz local, um forte aparato policial e de seguranças da empresa de segurança do proprietário, a força e a disposição combinada com a estratégia construída foi abrindo o caminho. Aos policiais e seguranças restou contemplar a beleza de ver o povo passando de cabeça erguida por mais de três horas sem parar em carros, ônibus e motos. Quando o dia amanheceu já era possível ver barracas erguidas, cheiro de café e sorriso nos rostos de todos.

À tarde realizou-se a primeira assembleia e foi escolhido o nome de Dom Tomás Balduino para o acampamento, como homenagem a quem dedicou sua vida até o último suspiro à causa dos povos da terra, das águas das florestas. E se deu início à construção da organicidade interna, uma organicidade onde cabem todos, cada um com suas tarefas e responsabilidade: de tarefas de auto defesa coletiva, às de cuidado com os mais frágeis, principalmente as crianças e pessoas que precisam de cuidados especiais. É fundamental destacar o protagonismo das mulheres. A escola funcionou até o último dia da desocupação.

Nem todos tinham terminado de erguer os barracos, iniciou-se um processo de organização da produção, obedecendo os princípios da cooperação desde o preparo da terra, passando pelo cuidado da lavoura, a distribuição dos resultados, tanto para o consumo quanto da comercialização dos excedentes. Em poucas semanas, um imenso laboratório popular de agroecologia ganhou corpo.

A ocupação aconteceu depois de um longo processo de trabalho de base, a partir de uma decisão política do conjunto do MST e com contribuições de segmentos comprometidos com a causa. Este processo teve início no começo de 2014. O trabalho feito pelos militantes do MST contou com apoio de igrejas, sindicatos, lideranças de partidos políticos, lideranças de associação de moradores e bairros.

A primeira reunião se realizou na paróquia São Judas Tadeu, em Goiânia, em 13 de abril 2014, com umas 60 pessoas. Dom Tomás tinha se comprometido em estar presente. Pouco antes do término da reunião chegou a informação de que iria ser internado.

A partir deste lançamento a cada reunião compareciam mais e mais pessoas, havendo necessidade de descentralizá-las por municípios. Foram realizadas reuniões nos municípios da região metropolitana de Goiânia e em outros municípios do estado.

Participavam das reuniões, e depois da ocupação, pessoas dos mais diferentes perfis. Camponeses que vivem na roça, outros que migraram para a cidade, outros que nunca trabalharam na agricultura; alguns analfabetos, outros com formação superior; idosos, adultos, jovens e crianças; com níveis de renda os mais diversos; pessoas com experiência de militância social e outras para quem essa era a primeira experiência de luta. Para alguns o acampamento era a única opção para morar e viver, para outros o acampamento era um projeto de vida.

Às famílias que ocuparam a terra no dia 31 de agosto, outras foram se juntando nos dias posteriores. O MST acabou cadastrando o número total de 3.500 famílias. Ao longo de uma área de mata nativa ainda não destruída enfileiraram-se mais de quatro quilômetros de barracos de lona.

A escolha da área se deu porque reúne todos os critérios para a desapropriação estipulados pela presidenta Dilma:

- a. é de qualidade;
- b. é improdutiva, os poucos espaços cultivados o são por arrendatários;
- c. está localizada próxima ao mercado consumidor, numa localização mais que privilegiada, a meio caminho entre Goiânia e Brasília;
- d. e tem custo-benefício excelente. O valor declarado pelo senador é de pouco mais que R\$ 380.000,00.

A ocupação, ao mesmo tempo, daria ao senador a chance de explicar os métodos utilizados para as transações com os pequenos agricultores e poderia ajudar a lançar luzes sobre a formação do patrimônio do mais rico candidato a governador do Brasil.

O momento escolhido para a ocupação foi estratégico. Em plena campanha eleitoral.

E encontramos, nesta ocupação, novamente, o juiz de direito de Corumbá de Goiás, Dr. Levi-ne Raja Gabaglia Artiaga. Uns 15 dias antes da ocupação, em ação de reintegração de posse, ele emitiu um mandado de Interdito Proibitório determinando “que o MST se abstenha de esbulhar ou turbar ou invadir as terras da Fazenda Santa Mônica”.

Ocupação consumada, com uma rapidez incommum, no dia seguinte, 01/09/2014, já havia liminar de reintegração de posse. O juiz recebeu os autos do processo, às 12h38. Um minuto depois, às 12h39, já estavam assinados e remetidos à escrivania.

A conjuntura eleitoral favorável

O senador Eunício tentou atribuir a ocupação

a uma ação articulada pelo PT, para prejudicar sua candidatura no Ceará. Mas para que uma desocupação violenta não viesse prejudicar sua candidatura, absteve-se de pressionar para a execução do mandado de reintegração de posse.

Por sua vez o governador de Goiás, Marconi Perillo (PSDB), candidato à reeleição, enviou ao local da ocupação, o comandante da Polícia Militar, que assumiu o compromisso público de que a PM não se prestaria a fazer ações contra o povo goiano.

O Incra, em seguida, manifestou interesse em adquirir o imóvel para fins de Reforma Agrária.

Passado, porém, o período eleitoral, não havendo mais interferência no resultado das eleições, os políticos se sentiram à vontade e o mandado judicial de reintegração de posse voltou à pauta. Foi marcado o despejo para a segunda-feira, 24 de novembro. Intensificaram-se articulações e negociações em vista de se tentar evitar a desocupação já que muitos dos acampados prometiam resistir. Poderia haver violência. Um grupo de acampados se mobilizou em greve de fome nas dependências da Assembleia Legislativa de Goiás. Cinco mil policiais foram convocados para a ação de desocupação. Viaturas circulavam nas imediações do acampamento provocando tensão entre os sem-terra. Os advogados impetraram recurso de suspensão da ação junto ao Tribunal Regional alegando risco iminente de violência.

Estava se esgotando o prazo para execução da ação, quando no final do dia de sexta-feira, 21 de novembro, às 19:20, o desembargador do Tribunal de Justiça de Goiás, Marcos Costa, aceitou as justificativas apresentadas e assinou liminar suspendendo a ação.

A decisão foi recebida no acampamento como uma grande vitória. A própria polícia respirou aliviada diante da possibilidade de um confronto cujas consequências não seria possível prever.

Os acampados se reanimaram. Houve um período de bonança por pouco mais de dois meses. E se desenvolveu todo um trabalho de articulação com entidades da sociedade civil e se criou um comitê permanente de apoio.

E entra em ação novamente o juiz Dr. Levine, que emite novo mandado determinando a reintegração de posse para o dia 04 de março de 2015.

Nesse ínterim, os acampados organizaram uma grande festa da colheita para a qual convidaram seus amigos e apoiadores. Foi no dia 21 de fevereiro de 2015. Entre 15 e 18.000 mil pamonhas foram feitas como demonstração de que a terra repartida traz fartura para muitos, diante da monotonia das extensas monoculturas.

Os apoios não foram suficientes, como não o foram as novas negociações com as autoridades. Diante da inevitabilidade do despejo, os acampados, em assembléia decidiram acatar a decisão judicial e se retirar pacificamente.

Ao se aproximar o dia de retirada a tristeza e a indignação eram generalizadas. Quantas lágrimas caíram do rosto dos acampados ao olharem as lavouras e se perguntavam por que sair? O que vai acontecer com as lavouras?

Lições desta ocupação

Segundo a Equipe Executiva do Comitê de Apoio e Solidariedade ao Acampamento Dom Tomás Balduino:

“O Acampamento Dom Tomás Balduino, nesse momento, é um grande referencial de luta pela terra ao recolocar a pauta urgente da questão agrária na ordem do dia dos Poderes Executivo e Judiciário. Para além do exemplo de organização, cooperação e resistência, as famílias mostraram a beleza de sua relação com a terra que culminou na produção de alimentos saudáveis sem uso de agrotóxicos”,

“Como fruto das negociações para uma retirada pacífica, o governo federal se comprometeu a assentar as famílias no prazo de 60 dias, realizar vistoria do cumprimento da função socioambiental da terra do Complexo Agropecuário Santa Mônica e fazer levantamento da cadeia dominial de todo o latifúndio. Garantiu, também, o direito das famílias colherem a produção que se desenvolve na área.”

“Na luta pela terra, nem sempre um passo atrás significa a derrota, mas apenas um impulso para consolidar a vitória vindoura.” Rafael Villas Bôas, professor da UnB.

A ocupação da Fazenda Santa Mônica revelou o potencial da luta pela terra existente no país, enquanto governos, muitos pesquisadores e forças contrárias à reforma agrária afirmam que não há famílias / camponeses dispostos a lutar pela terra.

O MST demonstrou toda sua capacidade de mobilização e de organização, mesmo em momentos de esfriamento dos movimentos.

O apoio e solidariedade de pessoas de todo Brasil e inclusive do exterior foi de extrema importância. O acampamento recebeu visitas de uma delegação de sindicalistas da África do Sul, de religiosos dos Estados Unidos, do Bispo Dom Raul Veras, do México (sua presença foi fundamental na suspensão da primeira liminar de reintegração de posse), dos familia-

res de Dom Tomás, de várias delegações das universidades principalmente da UFG e UNB. A ocupação reacendeu a mística da esperança em muitos militantes históricos alguns já desanimados, desarticulados e facilitou o surgimento de novos militantes sociais.

Pela primeira vez uma ocupação organizada pelo MST teve uma atuação jurídica organizada, com qualidade, atuação coletiva e militante. Parte dos advogados são militantes formados no curso especial da Universidade Federal de Goiás, UFG, na cidade de Goiás. Os advogados militantes assumiram como sua a causa, sofriam as angústias junto às famílias, festejavam as vitórias do campo jurídico. Não foram poucas as noites que dormiram no acampamento.

No processo de luta e nas negociações todos são sujeitos. Importante destacar o protagonismo das crianças presentes em todas as mobilizações. Em uma de tantas reuniões do comitê de gerenciamento de crise em que estavam coronéis da policia, advogados, policia civil, representante do poder judiciário, do poder legislativo, representantes da sociedade civil e de defesa de Direitos Humanos, as crianças, os Sem-Terrinha adentraram gritando palavras de ordem e leram carta elaborada por eles onde pediam para que não houvesse violência e o assentamento para todos. Não teve uma só pessoa que não se emocionasse. Um movi-

mento popular que tem como objetivo a emancipação humana precisa ter clareza que a luta é também geracional. A atual geração precisa lutar e ensinar pelo exemplo as próximas gerações a seguir lutando.

A organização da produção no acampamento foi, sem dúvida, uma das maiores estratégias do MST que é a de combinar luta, resistência ativa e produção de alimentos saudáveis.

Outras lições desta ocupação:

Sob o manto da “legalidade” se escondem os meandros ilegítimos da formação do patrimônio de alguns políticos e de outros agronegociantes deste País.

Há perfeita articulação entre grandes proprietários com outras instâncias do poder. É só acompanhar os despachos do juiz de direito de Corumbá de Goiás; e até do Ministério Público que denuncia o desaparecimento de mais de quinze mil reses, de existência não comprovada.

As atitudes dos políticos em momentos de campanha eleitoral e fora deles.

A experiência do acampamento Dom Tomás mostrou que é possível aproximar o horizonte, construir o novo mesmo dentro do velho sistema.

Tabela 8 - Assassinatos

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas Idade	Categoria
Bahia					
Ilhéus	Vila Santana/T. I. Tupinambá Olivença	26/04/2014	Luís dos Santos Santana	57	Índio
Monte Santo	P. A. Nossa Senhora do Rosário	06/02/2014	Jailson de Jesus Santos	49	Assentado
Nova Viçosa	Com. Quilombola Rio do Sul/Acamp. Nelson Mandela	06/07/2014	Paulo Sérgio Santos	42	Liderança Quilombola
Subtotal:				3	
Maranhão					
Amarante do Maranhão	Povoado Belo Monte 3	10/07/2014	Maria José Amorim Silva Lima	49	Liderança
Araioses	Santa Rosa	21/07/2014	José Enedina	A	Liderança
Chapadinha	Pavi/Placas/Pov. Riacho da Cruz	15/07/2014	Valdeci, "Seu Madruga"	A	Posseiro
Presidente Vargas	Acampamento Irmã Dorothy	05/01/2014	Luís Carlos Silva	A	Liderança
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	24/02/2014	Raimundo Rodrigues da Silva, "Brechó"	42	Liderança
Subtotal:				5	
Mato Grosso					
Campos de Júlio	Assentamento Juruena	17/01/2014	Maria do Carmo Moura Ferreira Araújo	27	Assentada
Campos de Júlio	Assentamento Juruena	17/01/2014	Gonçalo Araújo	57	Assentado
Colniza	Projeto Filinto Muller/Assoc. Aspronu	16/08/2014	Josias Paulino de Castro	54	Liderança
Colniza	Projeto Filinto Muller/Assoc. Aspronu	16/08/2014	Ireni da Silva Castro	35	Liderança
União do Sul	Assentamento Conquista 2	13/08/2014	Maria Lúcia do Nascimento	48	Liderança
Subtotal:				5	
Mato Grosso do Sul					
Caarapó	Comunidade Tey'i Juçu	08/12/2014	Júlia Venezuela Almeida	17	Índia
Dourados	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	07/06/2014	Carvalino Kaiowá	61	Índio
Dourados	Acamp. Nhu Porã/Campo Bonito/Curral de Arame	01/11/2014	Marinalva Manoel	27	Liderança Indígena
Subtotal:				3	
Minas Gerais					
Pedras de Maria da Cruz	Acamp. Unidos Com Deus Venceremos	22/10/2014	Cleomar Rodrigues	49	Liderança
Subtotal:				1	
Pará					
Acará	Com. Quil. Alto Acará/ Biovale	04/07/2014	Artêmio Gusmão, "Alaor"	A	Liderança Quilombola
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	17/09/2014	Aguinaldo Ribeiro Queiroz	A	Sem - terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	17/09/2014	Jair Cleber dos Santos	50	Sem - terra
Brejo Grande do Araguaia	Complexo da Faz. Três Poderes/Agrop. Sta. Bárbara	01/06/2014	Leônidas Fernandes da Silva	51	Sem - terra
Eldorado dos Carajás	Bloq. da PA-150/Jornada de Luta por R. A.	12/08/2014	Maria Paciência dos Santos	59	Sem - terra
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarinha/D. Maria	02/12/2014	Lelis Lima Silva	51	Sem Informação
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarinha/D. Maria	02/12/2014	Aldinei Lima Silva	32	Sem Informação
Santana do Araguaia	Faz. Cristalino/Retiro 12	17/12/2014	Welliomar Jackson da Silva	A	Posseiro
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	18/07/2014	Félix Leite dos Santos	A	Liderança
Subtotal:				9	
Paraná					
Terra Rica	Assent. Sétimo Garibaldi	04/05/2014	Valdair Roque, "Sopa"	38	Assentado
Subtotal:				1	
Rio de Janeiro					
Campos dos Goytacazes	Assent. Zumbi dos Palmares/Faz. São João	22/02/2014	Carlos Eduardo Cabral Francisco	41	Assentado
Subtotal:				1	
Rio Grande do Sul					
Faxinalzinho	T. I. Kandóia-Votouro/Kaingang	28/04/2014	Alcemar Batista de Souza	41	Pequeno proprietário

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	Vítimas	Idade	Categoria
Faxinalzinho	T. I. Kandóia-Votouro/Kaingang	28/04/2014	Anderson de Souza		26	Pequeno proprietário
Subtotal:				2		
Rondônia						
Alto Alegre do Parecis	Faz. Morimoto/Acamp. Che Guevara	18/12/2014	Lúcio Gonçalves dos Santos		33	Sem - terra
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	09/07/2014	Rodrigo Pereira de Freitas		27	Sem - terra
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	17/07/2014	Acampado na Gleba Rio das Garças		A	Sem - terra
Porto Velho	Área na BR-319/Km 07	24/04/2014	Rubens Santiago do Nascimento		44	Sem - terra
Vilhena	P. A. União da Vitória	04/09/2014	Odair Ruiz		46	Assentado
Subtotal:				5		
Sergipe						
Porto da Folha	Área de Assentamento no Povoado Júlia	23/08/2014	Luiz Alves de Campos		47	Assentado
Subtotal:				1		
Total:				36		



Foto: Filipe Redondo

Conflitos no campo e violência contra os povos indígenas no Brasil

Roberto Antonio Liebgott¹
Iara Tatiana Bonin²

Se prestarmos atenção aos noticiários ou se realizarmos uma pesquisa nos meios de comunicação – impressos e virtuais – vamos nos deparar sistematicamente com notícias de

violências e violações de direitos indígenas em todo o território brasileiro. Os casos noticiados podem não ser tão numerosos quanto aqueles que registram a violência urbana, por exemplo, contudo, sua força está na regularidade, na manifestação sistemática da intolerância contra as populações indígenas e, em alguns casos, na crueldade dos meios empregados e na covardia das ações empreendidas. É importante esclarecer que se consideram, aqui, as violências empreendidas pelo poder público e por particulares contra os povos indígenas.

Notícias sobre espancamentos, torturas, assassinatos, constrangimentos de pessoas e comunidades têm sido cada vez mais comuns

¹ Filósofo, graduando em Direito pela PUC-RS, membro do Conselho Indigenista Missionário – Cimi.

² Doutora em Educação pela UFRGS, mestre em Educação pela UnB, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da ULBRA.

e alguns fatos mostram requintes de crueldade. Registram-se em 2014 casos de violências envolvendo crianças, adolescentes, mulheres; muitas das agressões ocorreram no espaço da vida comunitária. Um caso emblemático, envolvendo conflito fundiário, ocorreu na terra indígena Tupinambá de Olivença, no estado da Bahia. Os indígenas estavam em suas casas, numa área retomada na comunidade Serra dos Trempes, próximo à estrada, quando a tranquilidade foi rompida por pistoleiros que invadiram a aldeia, entraram atirando e destruindo tudo. No momento do ataque, um indígena que estava dormindo não conseguiu fugir, sendo assassinado com mais de 20 tiros. A violência simbólica, as ameaças, as intimidações, a incitação ao ódio aparece como algo naturalizado, quando se trata de agressões praticadas contra indígenas. Mato Grosso do Sul, que conta com uma expressiva presença indígena, historicamente vinculada ao que hoje constitui os limites políticos do estado, vem liderando o ranking de violências contra as populações indígenas nos últimos anos, conforme dados do Conselho Indigenista Missionário³.

Os Guarani-Kaiowá, que vivem naquele estado, constituem hoje uma das mais numerosas etnias no país, e também aquela que sofre intensamente os efeitos de um modelo de ocupação e de exploração das terras para o agronegócio. A chamada ocupação produtiva das terras do estado se deu a partir de estratégias sistemáticas de expulsão dos indígenas, de confinamento da população em espaços restritos, especialmente a partir dos anos 1920, e das contínuas invasões nas terras destes povos, em décadas seguintes. Todo esse processo foi

gerando os aglomerados de terras nas quais se estabeleceram grandes proprietários e empresas que hoje desenvolvem monoculturas de cana, de soja e de outros produtos. A custa da miséria e marginalidade dos indígenas se constituiu um amplo território que hoje exhibe, orgulhosamente, cifras milionárias, resultantes de supersafras de grãos, por exemplo, que são propagandeadas em meios de comunicação e, em particular, na Revista Veja.

Aliás, a referida revista vem apresentando (há pelo menos três anos) fotorreportagens que posicionam os povos indígenas daquele estado como signos de atraso e de estagnação social, enquanto enaltece o agronegócio como alternativa econômica para o país⁴. Ao examinar edições da revista publicadas entre 2012 e 2014, Bonin e Ripoll (2015) afirmam que um eixo argumentativo que se sobressai nas fotorreportagens da Veja é a ênfase na suposta ameaça que os povos indígenas representariam para os rumos do Brasil do século XXI e à cultura da agropecuária extensiva e do agronegócio. Tal ameaça se estabelece, por um lado, na afirmação da agressividade dos indígenas, apresentados como “invasores” de terras produtivas ou como “proveitadores” e “transgressores” da ordem social e, por outro lado, na alusão a uma suposta ingenuidade e inocência que tornaria os índios “massa de manobra” de organizações da sociedade civil e órgãos públicos federais com interesses inconfessáveis. Par e passo com a suspeita lançada sobre os direitos indígenas, a revista investe na imagem de um “Brasil que dá certo”, alegoria utilizada para enaltecer os negócios agrícolas e pecuaristas da atualidade como expressões inconteste de um modelo gerador de progresso

³ Ver, nesse sentido, o Relatório da Violência contra os Povos Indígenas do Cimi, relativos aos anos de 2012 e 2013.

⁴ Sobre esse assunto, consultar Sobral (2013).

e desenvolvimento. Ao propagar mensagens que desqualificam os povos indígenas e banalizam suas formas de pensar e de viver, a revista colabora com a constituição de uma cultura de ódio, que responde por diversas agressões registradas em dados relativos ao ano de 2014, examinados no presente relatório.

Conflitos de terra e banalização da violência

Em Mato Grosso do Sul registram-se mais de 40 casos de violências contra os povos indígenas, motivadas por conflitos de terra, dentre os quais se destacam, por exemplo, ameaças de morte, assassinatos, tentativas de assassinato, espancamentos, tortura, sequestro, lesões corporais, intimidações, incluindo aquelas praticadas contra lideranças que lutam pela garantia das terras indígenas. A violência sistemática praticada contra os Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul e expressa em inúmeros casos que vieram a público nos últimos anos, permite afirmar que neste estado se configura um tipo de racismo institucional, que ganha força tanto em ações de grupos civis, quanto em ações e omissões do poder público brasileiro.

O estado da Bahia aparece em segundo lugar no ranking de violências, com quase quarenta ocorrências – sendo registrado um número expressivo de casos de ameaças de morte e tentativas de assassinato. Em outros estados brasileiros – Pará, Paraná, Alagoas, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Roraima, Acre – também são notórios os casos de violência contra a pessoa, sendo recorrentes as ameaças de morte, tentativas de assassinato, agressões, humilhações e intimidações em função dos conflitos resultantes de litígios, de invasões territoriais e da falta de providências administrativas para a demarcação das terras.

Igualmente cruéis são as violências decorrentes da omissão do poder público – em especial o descaso para com a saúde indígena, que impossibilita aos indígenas o acesso a recursos, a procedimentos e a medicamentos que poderiam lhes garantir melhores condições de vida. Pode-se mencionar também a morosidade nos procedimentos de demarcação das terras indígenas, que vem gerando tensões e conflitos em todas as regiões brasileiras, o que tem, como efeito mais direto, a precarização das condições de vida e a insegurança quanto ao futuro. Há, no Brasil, casos de comunidades indígenas que vivem as pressões próprias do confinamento em territórios exíguos.

Em Mato Grosso do Sul, por exemplo, a maioria das famílias indígenas – mais de 40 mil pessoas – vive confinada em reservas. Estas pessoas acabam sendo alvo de uma série de agressões cotidianas e não têm acesso a direitos elementares (segurança, trabalho, espaços de lazer, assistência em saúde, educação e, fundamentalmente no caso dos indígenas, o direito de viver em territórios compatíveis com seus modos de vida e suas culturas particulares). Em condições de confinamento, acontece grande parte dos casos de suicídio – geralmente praticado por jovens – e também ocorrem assassinatos, estupros, espancamentos e um conjunto de outras agressões, quase sempre praticadas por motivos fúteis. As áreas exíguas em que se registra grande concentração populacional respondem também pelos mais altos índices de mortalidade infantil entre os indígenas brasileiros (41 óbitos para mil crianças que nascem – o dobro da média nacional), bem como por uma drástica redução na expectativa de vida. Conforme argumenta Manuela Carneiro da Cunha (2014)

Essas reservas superlotadas, cujos recursos naturais não permitem um modo de vida tradicional, são focos permanentes de con-

flitos, suicídios e miséria. Contrastam tristemente com as aldeias kaiowá, as tekoha, cujo nome literalmente significa “o lugar onde vivemos segundo nossas regras morais” (artigo publicado na Folha de S. Paulo em 19 de novembro de 2014).

E há também, no nosso país, casos das comunidades indígenas que estão submetidas à degradante condição de viver em acampamentos provisórios, nos quais não há segurança, não há saneamento, não há acesso à água potável, não há condições de cultivo da terra e também dos sentimentos de pertença territorial. Podem-se mencionar, como exemplos emblemáticos, comunidades Guarani que vivem acampadas nos estados do Rio Grande do Sul e em Mato Grosso do Sul, dada a gravidade da situação e a extensão social de seus efeitos.

No Rio Grande do Sul existem comunidades indígenas vivendo em acampamentos provisórios há 30 anos, e elas aguardam que os procedimentos de identificação e demarcação de suas terras sejam, enfim, levados a efeito pelo governo federal. Vale lembrar que o Artigo 231 da Constituição declara: “São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens” (BRASIL, 1988, Art. 231). As terras tradicionalmente ocupadas são conceituadas no Parágrafo 1º deste mesmo artigo: “São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições” (BRASIL, 1988, Art. 231, § 1º). Assim, fica resguardado aos índios o direito de viver em territórios, que incluem as áreas utilizadas diretamente para

morar, plantar, caçar, coletar frutos, sementes, raízes, plantas medicinais, bem como as áreas que compõem seu universo cultural e que são necessárias para a manutenção das crenças e tradições. Tais direitos tem sido, contudo, ignorados quando se trata de demarcar terras expropriadas e irregularmente constituídas como propriedades privadas.

Em Mato Grosso do Sul são dezenas de acampamentos de indígenas Guarani, Kaiowá e Terena que enfrentam, no cotidiano, as violências originadas nas margens de rodovias ou entre cercas e barrancos em meio às fazendas. A luta destas comunidades é pela demarcação de terras, no entanto, a oposição é forte e violenta. Ignora-se que os direitos indígenas à posse permanente de suas terras estão assegurados e que os acampamentos e confinamentos atuais são resultantes de uma história de violência e de esbulho. Os fazendeiros e ruralistas ligados ao agronegócio, por sua vez, agem de maneira truculenta e tentam intimidar os movimentos políticos protagonizados pelos indígenas da região. Ao mesmo tempo exercem pressão política sobre diferentes instâncias oficiais, organizam-se para impedir que a Fundação Nacional do Índio (Funai) prossiga com os trabalhos de identificação, delimitação ou demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas.

Os assassinatos também têm sido utilizados para coibir as lutas e amedrontar os líderes indígenas. Em 1º de novembro de 2014 Marinalva Kaiowá, que morava em um acampamento de lona, nas margens de uma terra que sua comunidade tenta reaver há mais de 40 anos, foi brutalmente assassinada com 35 facadas, duas semanas depois de ter ido com outros líderes indígenas protestar diante do Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, contra decisão desta Corte que anulou o processo de demarcação da terra indígena Guyraroká.

Uma ofensiva contra as demarcações se estabelece e se expande de forma cada vez mais contundente e desmedida. É nesta discursividade antiindígena que se inserem as manifestações feitas pelo deputado federal gaúcho Luís Carlos Heinze (PP), sobre questão da terra no Estado do Rio Grande do Sul (o que, infelizmente, não constitui fato isolado). Imagens em vídeo mostram o deputado em Vicente Dutra, RS, em novembro de 2013, referindo-se a indígenas, quilombolas e homossexuais como “tudo que não presta” e incentivando os agricultores à criação de milícias rurais para evitar que os indígenas retomem terras. Mesmo diante das duras críticas sofridas, em entrevista concedida por telefone à Juliana Bublitz, do jornal Zero Hora (12/02/2014), o deputado afirmou que “mantém o que disse”. Manifestações como estas incitam e dão vigor a ações de intolerância, num país marcado pela pluralidade de culturas, etnias, línguas e maneiras de pensar. A omissão do poder público estimula a oposição aos direitos indígenas e a ilegalidades que, em muitos casos, permanecem impunes.

Em 2014 três ações empreendidas contra comunidades indígenas no Rio Grande do Sul demonstram que a ação (ou omissão) do poder público estimula a violência e é, ela mesma, truculenta. Na madrugada do dia 17 de novembro de 2014 a Polícia Federal (PF) e a Brigada Militar ocuparam a estrada em frente à comunidade Kaingang de Kandóia, município de Faxinalzinho, RS. As polícias executaram mandados de busca e apreensão na área, relativos ao inquérito policial que investiga as mortes de dois agricultores (ocorridas no mês de abril do mesmo ano, na região). O que chama atenção, neste caso, é a ação desproporcional do poder público – acionou-se um contingente superior a 200 homens munidos com armamento pesado; cavalaria montada; 70 viaturas; helicópteros; policiais acompanhados de

cães; Corpo de Bombeiros. A operação contou ainda com a presença da mídia, mas a Funai, órgão indigenista oficial, não foi informada e, portanto, não esteve presente. Na ocasião, os policiais adentraram nas casas a partir das 6h, fotografaram todos os homens da comunidade, incluindo adolescentes, fazendo com que fornecessem saliva, possivelmente para a realização de análise genética. Diante da megaoperação policial contra a comunidade indígena, os Kaingang passaram a indagar: por que a polícia não age da mesma forma quando é para investigar crimes praticados contra a vida de indígenas?

Um segundo acontecimento, em 25 de agosto de 2014, envolveu a abordagem de um casal de indígenas da aldeia de Iraí, RS, que trafegava por uma estrada vicinal. Os policiais militares que os abordaram exigiram a documentação do veículo e do condutor e, como os documentos do veículo estavam desatualizados, passaram a agir com truculência, conforme explicam os indígenas. A esposa do condutor, ao tentar sair do veículo, foi agredida com coronhadas de revólver por um dos policiais militares. O condutor, que tentou defender a esposa, foi alvejado com quatro tiros na perna e no braço. Os disparos atingiram também um adolescente indígena e, não bastassem as agressões praticadas no local, os Kaingang tentaram fazer um boletim de ocorrência e foram impedidos. Ao tentar visitar as vítimas no hospital, dois outros Kaingang foram agredidos, sendo disparados vários tiros contra o veículo por eles conduzido.

O terceiro acontecimento envolveu a população local da cidade de Erval Grande, RS. Articulado por agricultores e comerciantes, um grupo de pessoas insurgiu-se contra os Kaingang que vivem acampados na beira de uma estrada. O grupo chegou ao acampamento indígena de surpresa, destruiu os barracos, re-

moveu pertences das famílias e colocou tudo sobre um caminhão. Os indígenas foram obrigados a embarcar em um ônibus, que os conduziu por 130 km e os despejou em frente à sede da Funai, em Passo Fundo, juntamente com os objetos pessoais que foram removidos do local.

Os acontecimentos do ano de 2014 sistematizados, em parte, neste relatório, dão conta das responsabilidades específicas dos poderes públicos, especialmente do Executivo, que tem se mostrado omissos diante dos conflitos e que não cumpre com suas atribuições constitucionais de demarcar as terras indígenas, protegê-las e fiscalizá-las, bem como de executar políticas públicas específicas e diferenciadas de atenção aos povos indígenas. Nos dados levantados também se expressam responsabilidades do Poder Judiciário que deveria zelar pela prática da justiça a partir da Constituição Federal e das normas infraconstitucionais. O Poder Legislativo, além de dar sinais de subserviência a grupos econômicos, não promove a fiscalização sobre o Poder Executivo para que este cumpra com suas atribuições, resguardando os direitos indígenas e coibindo a exploração dos recursos da natureza e das águas.

Além de setores vinculados ao agronegócio, anteriormente mencionados, outros segmentos que têm obtido êxito junto aos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário são os das madeiras e mineradoras. Os dados de violência contra os povos indígenas, publicados pelo Cimi nos últimos anos, dão conta da gravidade da devastação em terras indígenas que deveriam ser fiscalizadas e protegidas pelo poder público – uma vez que, conforme assegura a Constituição, as terras indígenas são bens da União. Além dos danos ao meio ambiente, registram-se ameaças de morte e assassinatos contra aqueles que se opõem a atividades de

extração de madeira e minérios. Há conivência e negligência dos órgãos de fiscalização, tanto os federais, quanto dos estaduais, a exemplo das secretarias de Meio Ambiente. As mineradoras planejam ampliar, através de uma lei complementar/Plano Nacional de Mineração, em tramitação no Congresso Nacional, áreas de exploração de minérios no Brasil. As fontes de minérios já usadas estão se esgotando e, assim, os interesses minerais se direcionam para as terras indígenas demarcadas, especialmente na Amazônia Brasileira.

Em síntese, pode-se dizer que as violações aos direitos individuais e coletivos praticadas contra os povos indígenas ao longo do ano de 2014 estão vinculadas, em grande medida, a uma política de governo que se voltou para o extrativismo como fonte (de busca) de recursos para o desenvolvimentismo. Com esta política se promove a exploração das terras, especialmente pelo agronegócio nas regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e parte da região Norte; pela exploração de energia elétrica através da construção de barragens em regiões onde estes empreendimentos causam severos impactos ao meio ambiente e às populações tradicionais; e pela exploração madeireira na Amazônia, concretamente no Maranhão, Pará, Acre, Rondônia e Mato Grosso.

Mobilizações, protestos e ações de resistência indígena

Diante das arbitrariedades, da omissão do poder público e do avassalador quadro de violências e violações de direitos, os povos indígenas não estão passivos ou resignados. Eles resistem e definem suas estratégias de ação e de luta em âmbito local, regional e nacional. Os dados reunidos pela CPT demonstram que, em 2014, foram realizadas 110 diferentes mobilizações e ações das mais variadas ordens, em todo o Brasil, para exigir do poder público

principalmente a demarcação e regularização das terras. Como exemplos, pode-se citar a ocupação da Funai e da Sesai em Rio Branco/AC pelos Apolima-Arara da Terra Indígena Arara do Amônia; a Marcha dos Povos da Carbuca e da Mata Atlântica, na Serra do Padeiro e o bloqueio da BA-001, feita pelo Povo Tupinambá; o Ato contra a Impunidade e pela Demarcação de Terras Indígenas/Memória Oziel Terena, em Campo Grande/MS; o Ato Público na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, mobilizado por indígenas e quilombolas do estado. Observa-se que os bloqueios de rodovias foram uma forma de manifestação e de protesto utilizada por diferentes povos indígenas em 2014 – a exemplo dos Krikati, Enawenê-Nawê, Bororo, Terena, Guarani-Kaiowá, Truká, Kaingang, Makuxi, Wapixana, Yanomami entre outros. Na pauta das reivindicações estava, centralmente, a questão da regularização fundiária.

Políticas específicas e diferenciadas em educação escolar também foram reivindicadas em 28 diferentes manifestações realizadas ao longo do ano. Os povos indígenas protestaram também, em 36 ações realizadas em diferentes regiões brasileiras, contra a desassistência e o abandono em relação às políticas de atenção em saúde. Em especial, registra-se a reação indígena à polêmica proposta, gestada no âmbito do Ministério da Saúde, de reforma do modelo de atenção à saúde indígena, com medidas que se assemelham à privatização das ações e serviços. Os gestores públicos utilizam a ideia de criação de um novo ente público, o Instituto Nacional de Saúde Indígena (INSI) para responder pela gestão e execução da atenção à saúde dos povos indígenas em todo o país. Frente à reação indígena e de outros segmentos sociais, incluindo o Ministério Público Federal e o Ministério Público do Trabalho, o governo recuou parcialmente na criação do referido instituto.

Um destaque deve ser feito ao conjunto de atos e mobilizações realizados pelos povos indígenas para marcar o posicionamento contrário à aprovação do Projeto de Emenda à Constituição Federal (PEC) 215/2000, bem como contra outros projetos de lei que tramitam no Congresso Nacional visando restringir direitos assegurados na Constituição Federal de 1988. Ocorreram atos públicos e manifestações contra a PEC 215 ao longo do ano, somando 11 protestos, envolvendo 1.365 pessoas.

Dois atos de protesto, ocorridos em 27/11/2014 em Brasília, marcaram a posse de Kátia Abreu no cargo de presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), pois se cogitava seu nome para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento do governo Dilma. Em sua polêmica trajetória, a senadora demonstrou ser claramente aliada do agronegócio, fazendo uma ferrenha e declarada campanha contra a reforma agrária e contra as demarcações das terras indígenas e quilombolas. Amparada pelo ruralismo, exerce uma influência política tão expressiva que consegue impor seus interesses em detrimento de direitos humanos e territoriais dos povos que vivem no campo. Por essa razão, representantes indígenas, reunidos em Brasília, manifestaram-se também diante Palácio do Planalto contra a posse da nova ministra.

Palavras finais

Se observarmos as políticas de gestão dos recursos no país, vamos perceber que, ao mesmo tempo em que o governo se mostra inoperante frente às demandas de demarcação de terras indígenas e contingência recursos para políticas sociais destinadas a estes povos, amplia os investimentos em setores considerados produtivos e geradores de lucratividade – tal como o agronegócio ou as empresas geradoras

de energia. Tais escolhas estão respaldadas em uma racionalidade neoliberal, nos termos de Lazzarato (2001). A partir dessa lógica, tudo se converte em recurso – a natureza, o ser humano, o conhecimento, a criatividade no trabalho –, tudo deve ser capitalizado para se tornar lucrativo e para entrar na lógica concorrencial.

A expressão mais potente da racionalidade neoliberal é o desenvolvimentismo apresentado como única possibilidade de futuro. Nesse raciocínio, os povos indígenas são vistos como signos de atraso e as terras por eles ocupadas são entendidas como recursos desperdiçados, que deveriam ser exploradas para o “bem” do país. A naturalização da noção de concorrência e de que o Brasil precisa ser competitivo respalda a ação de setores que não têm nenhum escrúpulo e potencializa a espiral de ódio contra povos e comunidades indígenas em todas as partes do país.

No mesmo momento em que se propagam mensagens de intolerância contra indígenas, quilombolas e populações tradicionais, se enaltece a produtividade dos empreendimentos agroindustriais e sua suposta capacidade de gerar lucro. O agronegócio, em particular, tem sido alçado à condição de alavanca capaz de tornar o Brasil competitivo. Governando numa perspectiva desenvolvimentista e para salvaguardar os setores considerados produ-

tivos e superavitários, restam poucos recursos orçamentários para a promoção de políticas sociais efetivas, para a garantia de direitos e para promover ações que coíbam as violências no campo. Como resultado, nos vemos diante de um quadro de desrespeito à vida dos povos indígenas.

Ressalta-se que os dados relativos a 2014, examinados neste texto, não esgotam todas as ocorrências reais; o que se dá a conhecer, aqui, é apenas um demonstrativo e diz respeito a casos pontuais dos conflitos relacionados à luta pelo território. Porém estes atestam a existência de conflitos muito mais abrangentes, que seguem sem que as devidas providências sejam adotadas e que têm graves consequências e implicações para a vida das populações afetadas. Por fim, vale salientar que, junto aos dados apresentados neste relatório, pode-se somar aqueles que serão publicados pelo Conselho Indigenista Missionário, Cimi, no Relatório da Violência contra os Povos Indígenas, relativos a 2014. Este outro instrumento constitui fonte relevante para pesquisa e consulta por focalizar e detalhar casos de violências e de violações de direitos praticadas contra indígenas, a partir de informações coletadas inclusive junto a lideranças e comunidades indígenas de locais onde se praticaram violências.

REFERÊNCIAS

BONIN, Iara Tatiana; RIPOLL, Daniela. Um olhar que aprisiona o outro...": os povos indígenas em revista, 20 anos depois. In: KIRCHOF, Edgar Roberto e outros. **Estudos Culturais e Educação: desafios atuais**. Canoas: Ed ULBRA, 2015.

BRASIL, BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 10 fevereiro de 2015.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. **Relatório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil**, 2012.

CIMI. Conselho Indigenista Missionário. Rela-

tório Violência contra os Povos Indígenas do Brasil, 2013.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **O STF e os índios**. Folha de São Paulo, 19 de novembro de 2014. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2014/11/1550130-manuela-carneiro-da-cunha-o-stf-e-os-indios.shtml>.

LAZZARATO, Maurizio. **O governo das desigualdades: crítica da insegurança neoliberal**. São Carlos: UFSCAR, 2011.

SOBRAL, Antônio Luís Tubino. **Sintaxes pedagógicas no fotojornalismo da veja sobre o agronegócio**. Canoas: PPGEDU/ULBRA, 2013 (Dissertação de Mestrado em Educação).

Tabela 9 - Tentativas de Assassinato

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Bahia						
Porto Seguro	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	03/05/2014	Mulheres Pataxó/Aldeia Boca da Mata	2	A	Índia
Porto Seguro	T. I. Barra Velha/Aldeia Boca da Mata e Outras	03/05/2014	Motorista da Sesai/Aldeia Boca da Mata		A	Funcionário Público
Subtotal:				3		
Ceará						
Ibaretama	Fazenda Bonito	02/05/2014	Francisco Assis da Silva		A	Sem - terra
Ibaretama	Fazenda Bonito	02/05/2014	Sergiano Andrade da Silva		A	Sem - terra
Subtotal:				2		
Maranhão						
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	15/08/2014	José Ribamar Silva		57	Liderança
Santa Luzia do Paruá	T. I. Alto Turiaçu	07/01/2014	Cacique da Aldeia Ximborenda/T. I. Alto Turiaçu		A	Liderança Indígena
Santa Luzia do Paruá	T. I. Alto Turiaçu	07/01/2014	Indígenas/Aldeia Ximborenda/T. I. Alto Turiaçu	2	A	Índio
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	21/02/2014	Raimundo Rodrigues da Silva, "Brechó"+		42	Liderança
Subtotal:				5		
Mato Grosso						
Campos de Júlio	Assentamento Juruena	17/01/2014	Carlos Augusto Araújo		27	Assentado
Subtotal:				1		
Mato Grosso do Sul						
Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	17/11/2014	Jocikelle Martins		17	Índia
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Acamp. Moreira	19/05/2014	Paulino da Silva Terena		31	Liderança Indígena
Subtotal:				2		
Minas Gerais						
Açucena	T. I. Pataxó/Projeto Minas-Rio/Anglo American	23/01/2014	Edmar Braz da Conceição		A	Liderança Indígena
Pedras de Maria da Cruz	Com. Quil. Caraibas/Faz. Pedra de São João Agrop.	22/10/2014	José Gonçalves, "Sr. Zezinho"		48	Quilombola
São João das Missões	T. I. Xakriabá/Aldeia do Brejo Mata Fome	17/07/2014	Indígena Xakriabá		A	Índio
Sêro	Distrito de Milho Verde/Vale do Jequitinhonha	27/03/2014	Luís Fernando Ferreira Leite		A	Ambientalista
Verdelândia	Com. Quil. Nativa do Arapuim/Faz. Torta Morro Preto/Brejo dos Crioulos	19/01/2014	"Zé do Gato"		A	Político
Verdelândia	Com. Quil. Nativa do Arapuim/Faz. Torta Morro Preto/Brejo dos Crioulos	19/01/2014	Gustavo		A	Quilombola
Verdelândia	Com. Quil. Nativa do Arapuim/Faz. Torta Morro Preto/Brejo dos Crioulos	19/01/2014	Maria José do Prado		62	Quilombola
Subtotal:				7		
Pará						
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	29/01/2014	José de Jesus		A	Sem - terra
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp Jesus é Rei/Sid. Ibérica	29/01/2014	Nelson Joaquim dos Santos		A	Sem - terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	17/08/2014	Adão Evangelista Nunes		A	Sem - terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	17/09/2014	Daniel		A	Sem - terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	17/09/2014	Antônio Alves		53	Sem - terra
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	16/10/2014	Antônio Alves		53	Sem - terra
Eldorado dos Carajás	Agrop. Sta. Bárbara/M ⁸ Bonita/Compl. Faz. São Felipe	14/06/2014	Trab. do Acamp. Dalcídio Jurandir	3	A	Sem - terra
Ourilândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	21/02/2014	Ronieres Rodrigues dos Santos		A	Sem - terra

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Ourlândia do Norte	Fazenda Mil e Duzentos	21/02/2014	Esposa de Ronieres Rodrigues dos Santos		A	Sem - terra
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarina/D. Maria	19/09/2014	Ian Pereira		11	Sem - terra
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarina/D. Maria	19/09/2014	Elizete Pereira de Sousa		A	Sem - terra
Rio Maria	Faz. Marajoara/Marajoarina/D. Maria	19/09/2014	Ivan José Pereira		A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda Santa Terezinha	06/11/2014	Acampados na Faz. Santa Terezinha	10	SI	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	12/04/2014	Luizmar Gomes		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	12/04/2014	Lourival Gonçalves de Souza		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	20/04/2014	Francisco da Conceição		A	Sem - terra
São Félix do Xingu	Faz. Pista Roxa ou Ouro Verde	10/08/2014	Luís Fernando de Amada Conceição		30	Trab. Rural
Subtotal:				28		
Paraíba						
Casserengue	Fazenda Imbiguda	24/03/2014	Erinaldo Pereira de Oliveira		A	Sem - terra
Subtotal:				1		
Rio Grande do Sul						
Benjamin Constant do Sul	T. I. Kandóia-Votouro/Kaingang	06/05/2014	Carmem Marcelino		60	Índia
Iraí	T. I. Kaingang	24/08/2014	Walter dos Santos		26	Índio
Iraí	T. I. Kaingang	24/08/2014	Adolescente indígena kaingang		17	Índio
Subtotal:				3		
Rondônia						
Porto Velho	Gleba Rio das Garças	18/07/2014	Acampado na Gleba Rio das Garças		A	Sem - terra
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	19/01/2014	Valdir Lopes		44	Sem - terra
Subtotal:				2		
Roraima						
Uiramutã	T.I. Raposa Serra do Sol/Jawari/Brilho do Sol/S. Miguel	11/05/2014	Indígena da Raposa Serra do Sol		A	Índio
Subtotal:				1		
Tocantins						
Palmeirante	Faz. Paraná/Acamp. São Francisco/Gleba Anajá	11/12/2014	Ocupante do Acamp. São Francisco		A	Sem - terra
Subtotal:				1		
Total:				56		

O descumprimento de leis trabalhistas é “normal, natural e não se configura um crime passível de condenação no Brasil”

Marluce Melo¹

Ai daqueles que ficam planejando a injustiça e tramando o mal. Cobiçam campos e os roubam. Por isso Javé diz assim: Vejam! Estou planejando contra esta gente uma desgraça. (Miquéias 2, 1-3).

Decorridos 50 anos do golpe militar e na véspera da celebração do dia internacional do trabalho de 2014, Izaías, Maria Inês, Cícero, Gouveia, Daniel e outros trabalhadores rurais saíram, no primeiro cantar do galo, do Engenho Contra-Açude, localizado na cidade de Moreno-PE em direção a Recife.

Ao chegarem à capital pernambucana, as reações foram de espanto, oração e admiração, causadas pelas florestas de arranha-céus, que crescem desordenadamente na cidade. Um deles nunca havia ido ao Recife: Daniel, um sitiante que vive no Engenho Contra-Açude desde que nasceu, deixou o corte de cana-de-açúcar para trabalhar na sua própria lavoura, com horta e fruteiras e, tendo apenas o ensino fundamental, foi ser o professor da comunidade.

O grupo de trabalhadores rurais tinha como destino o Tribunal Regional Federal (TRF). Lá, foram recebidos pela burocracia típica das

organizações públicas. Os intimidava o lacerismo de alguns funcionários e, mais ainda, a ostentação que envolvia todo o ambiente: mármore, elevadores, vidros, paletós, gravatas, ar-condicionado.

Apreensivos e ansiosos, eles aguardavam a sessão de julgamento dos irmãos Fernando e Marcos Vieira, empresários que haviam sido condenados, em primeira instância, pela Justiça Federal de Pernambuco a sete anos e onze meses de cadeia pela prática de trabalho escravo no Engenho em que os trabalhadores viviam.

A condenação dos escravocratas era uma luz no caminho das 92 famílias de sítiantes que vivem no Engenho Contra-Açude há mais de cinquenta anos. A possibilidade de Justiça revigorava o ânimo da comunidade na busca de um sonho: ver as terras do Engenho Contra-Açude serem desapropriadas para fins de Reforma Agrária.

O julgamento

Em agosto de 2010, o Ministério Público Federal em Pernambuco encaminhou denúncia,

¹ Agente da CPT Regional Nordeste II.

à Justiça Federal, contra os irmãos Fernando Vieira de Miranda e José Marcos Vieira de Miranda, respectivamente proprietário e gerente administrativo dos engenhos Contra-Açude e Capim Canela, localizados na cidade de Moreno-PE. De acordo com a denúncia, os empresários estavam submetendo 101 trabalhadores a condições análogas à escravidão. O crime foi constatado após inspeção in loco do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), por meio do grupo especial de fiscalização móvel. Na ocasião, foram resgatados 40 trabalhadores rurais e os seus contratos de trabalho rescindidos.

Em agosto de 2012, a Justiça Federal de Pernambuco, em processo penal pelo crime de trabalho escravo (Art. 149 do Código Penal brasileiro) condenou os irmãos Vieira a sete anos e onze meses de prisão. De acordo com a sentença escrita pela Juíza substituta da 13ª Vara, Flávia Tavares Dantas, “restou evidente que os denunciados, de modo consciente e voluntário, submeteram vários trabalhadores à situação degradante, causando evidente mácula às respectivas dignidades, na medida em que os tratava como meros instrumentos de trabalho”.

Dois anos depois, o caso vai novamente a julgamento. Desta vez no Tribunal Regional Federal, para decidir sobre o recurso de apelação, interposto pelo advogado dos empresários, contra a condenação por Trabalho Escravo. As provas produzidas no processo judicial eram detalhadas e consistentes. A sentença, justa e bem fundamentada. A defesa dos réus, precária e até absurda, pois o advogado dos empresários argumentou que o descumprimento de leis trabalhistas é “normal, natural e não se configura um crime passível de condenação no Brasil”.

O que parecia impossível de ser feito por uma esfera judicial, aconteceu: os argumentos em defesa dos empresários foram acolhidos

por dois, dos três desembargadores que compunham a Segunda Turma do Tribunal. O desembargador relator do processo, Dr. Vladimir Souza Carvalho, em seu voto, também considerou normal e natural as condições de descumprimento sistemático de leis trabalhistas, bem como o contexto de violações de direitos na Zona Rural do Nordeste, especialmente na indústria da cana.

A decisão e o argumento desqualificado representaram a mais clara e gritante negação do que se entende por justiça. Configurou o não reconhecimento dos direitos de Izaías, Maria Inês, Cícero, Gouveia, Daniel e dos demais trabalhadores rurais que ali vivem e encontram-se submetidos a toda a sorte de violência. Legitimou o sofrimento, a agressão e a exploração, colocando-a no plano do natural e do normal.

A história artificiosa do Engenho Contra-Açude

A história dos trabalhadores rurais do Engenho Contra-Açude é a mesma imposta aos moradores de Engenhos que vivem na região da zona da mata Pernambucana e em outros locais do Brasil, onde predomina o violento e injusto monocultivo.

O Engenho era pertencente à Usina Colônia, que também escravizava os cortadores de cana. Em 1977, as terras do Engenho foram passadas para a Usina Liberdade e só posteriormente para os irmãos Vieira.

A única liberdade que os trabalhadores conseguiram, durante o domínio do Engenho pela Usina Liberdade, foi a permissão para plantar nos arredores da casa, depois de muitas mobilizações e greves. Este era um direito mínimo garantido pelas convenções coletivas que protegiam os sítios onde estavam os cultivos de subsistência dos trabalhadores e suas famílias.

A relação de trabalho estabelecida pela Usina Liberdade também foi configurada como análoga à escravidão. Os sítiantes deveriam trabalhar seis dias na semana, ficando apenas o domingo livre para se dedicarem às plantações de lavoura branca e hortaliças em seus sítios. O pagamento aos trabalhadores era feito através de vales, que serviam para consumir produtos de primeira necessidade e higiene pessoal, que estavam à venda no chamado “barracão” da Usina.

Os trabalhadores que vivem no Engenho desde aquela época lembram que a Usina Liberdade inventou um sistema de valas para tirar as curvas dos rios a fim de aumentar a área disponível para o plantio da cana-de-açúcar. Eles relatam que, após o crime ambiental, o rio deixou de ser livre e que muitos moradores, que praticavam também a pesca no local, não puderam mais exercer a atividade que tanto contribuía para o sustento de suas famílias. Neste período, o proprietário destruiu vários sítios e casas de farinha e transferiu as famílias para “arruados” próximos à Usina.

Em 1990, a Usina Liberdade passou a terra para “rendeiros”, que se prestaram a aprofundar o ciclo de violações. Em meados nos anos 90, com a crise internacional no mercado de açúcar, o Engenho Contra-Açude atravessou uma crise econômica. Nessa época, os administradores do Engenho, ao invés de plantar cana, faziam “a solta”, com plantação de capim para criação do gado que destruída toda a plantação dos sítios dos trabalhadores. Foi uma época em que os trabalhadores da cana se organizaram, aumentando seus plantios e lutando pela reforma agrária.

Uma coisa era certa: as terras não cumpriam sua função social, como determinado pela Constituição Federal. Em 1999, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (In-

cra) chega ao local para realizar os primeiros procedimentos. As vistorias foram feitas durante os anos de 2001 e 2002.

Em junho de 2003, após as fiscalizações do In-cra, o Engenho passou para as mãos do atual proprietário: Fernando Vieira de Miranda, sendo adquirido de forma duvidosa. A própria Polícia Federal afirma que há indícios de documentação fraudulenta do imóvel. As famílias afirmam que Fernando de Miranda chegou ao Engenho “caído de paraquedas” e com ele veio também o acirramento do conflito na região. A prática da violência contra as famílias ficou sob o comando de um empregado do empresário, conhecido como “Arrocha-nó” - nome e prática de capanga.

Até os dias atuais, os trabalhadores vivem um contexto de violência cotidiana, praticada pela ganância do latifúndio e do monocultivo da cana de açúcar. Essas famílias foram deixadas de lado pelo poder público, tanto pelo Executivo, como pelo Judiciário. No entanto, resistem às ameaças que ocorrem continuamente, denunciando-as com a mesma frequência.

De acordo com Boletins de Ocorrências e outros registros que estão sob a posse dos trabalhadores e trabalhadoras, no período 2010-2014 as famílias sofreram 38 atos violentos comandados pelo capanga Arrocha-nó: perseguição, intimidação, ameaça de morte, envenenamento de água, destruição das plantações, dos viveiros de peixes, violência contra a mulher, além de maus tratos de animais. Todas essas ocorrências foram denunciadas à delegacia de polícia, à Secretaria Estadual de Direitos Humanos, à Promotoria de Justiça de Conflitos Agrários e à Ouvidoria Agrária Nacional.

Os contras

Quando terminou aquele insólito julgamento

no Tribunal Regional Federal, estudantes de Direito que estavam presentes se dirigiram ao grupo de trabalhadores e perguntaram se eles eram do Engenho. A resposta veio de Daniel: “Sim, somos. Esta era a única chance do engenho ser desapropriado”.

E Daniel prosseguiu na sua resposta aos estudantes: “Tudo contra nós. A Usina Colônia foi contra, a Destilaria Liberdade contra, o INCRA contra, agora o Tribunal contra. Todos

sabem da nossa situação e são indiferentes. Este é o destino de Contra-Açude e do seu povo?”

É inaceitável que um tribunal de Justiça Federal concorde que trabalho escravo, não pagar impostos e não respeitar leis básicas constitua um “fato normal”, apesar de que no caso em questão, isso tenha sido configurado como “natural” em decisão judicial despachada no Nordeste do Brasil.

Tabela 10 - Ameaçados de Morte

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Acre						
Acrelândia	Fazenda Forte Veneza	03/08/2014	Antônio Gomes		A	Posseiro
Subtotal:				1		
Alagoas						
Palmeira dos Índios	Aldeia Cafurna de Baixo/T. I. Xucuru-Kariri	11/07/2014	José Carlos Araújo Ferreira		A	Liderança Indígena
Subtotal:				1		
Amazonas						
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	31/07/2014	Manoel Colares da Silva		69	Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	31/07/2014	Raimunda Barbosa da Silva		62	Liderança
Itacoatiara	Com. Rondon I e II/N. Sra. Aparecida do Jamanã/Jesus é Meu Rei	31/07/2014	Pedro Pio de Souza		49	Posseiro
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	16/07/2014	Francisco Monteiro Duarte		A	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	16/07/2014	Cristiano Araújo da Silva		A	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	16/07/2014	Evandro da Silva Santos		36	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	16/07/2014	Felicidade Araújo da Silva		68	Assentada
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	16/07/2014	João Nonato Piedade		63	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	16/07/2014	José Maria Ferreira de Oliveira		A	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	16/07/2014	Silvério Maciel		A	Assentado
Lábrea	Faz. Remansinho/Gl. Iquiri/Acamp. Nova Esperança/Ramal Mendes Júnior/BR-364/Km 150/PDS Gedeão	16/07/2014	José Maria Carneiro		A	Assentado
Manaus	Uberê	09/10/2014	Bernadete Freitas Campos		A	Posseira
Manaus	Uberê	09/10/2014	Agno José Damasceno Farias		A	Posseiro
Manaus	Tarumã-Açu/Com. Novo Paraíso/Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	28/02/2014	João Caetano		94	Posseiro

* Ao lado do nome indica que a pessoa recebeu mais de uma ameaça; a + indica que a pessoa recebeu ameaça e foi assassinada.

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Manaus	Tarumã-Açu/Com. Novo Paraíso/Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	28/02/2014	Manoel Santos de Souza		A	Posseiro
Manaus	Tarumã-Açu/Com. Novo Paraíso/Frederico Veiga/Empresa Eletroferro	28/02/2014	"Irmão"		A	Posseiro
Manicoré	Comunidade Mata Azul	30/10/2014	Benedito Aparecido Rodrigues		A	Posseiro
Manicoré	Comunidade Mata Azul	30/10/2014	Francisca da Silva Magalhães		A	Posseira
Manicoré	Comunidade Mata Azul	30/10/2014	Guilherme Oliveira da Silva		A	Posseiro
Manicoré	Comunidade Mata Azul	30/10/2014	Maria Claudete de Oliveira Chagas		A	Posseira
Manicoré	Comunidade Mata Azul	30/10/2014	Joana da Silva Ferreira		A	Posseira
Nova Olinda do Norte	Aldeias no Rio Abacaxis/Pilão e Terra Preta/Povo Maraguá	25/08/2014	Everaldo Castro de Araújo		A	Índio
Nova Olinda do Norte	Aldeias no Rio Abacaxis/Pilão e Terra Preta/Povo Maraguá	25/08/2014	Misael Seixas Reis		A	Índio
Nova Olinda do Norte	Aldeias no Rio Abacaxis/Pilão e Terra Preta/Povo Maraguá	25/08/2014	Raimundo Glória Lopes		A	Liderança Indígena
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	31/12/2014	Marinez Laranjeira de Lima		41	Ribeirinha
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	31/12/2014	Valdemar da Silva Brazão		66	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	31/12/2014	Francisco Parede de Lima		47	Ribeirinho
Novo Airão	Resex Baixo Rio Branco-Jauaperi/Com. Gaspar e Itaquera	31/12/2014	Marcelino Machado Ferreira		29	Ribeirinho
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	30/10/2014	Aristeu Bezerra de Souza		A	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	30/10/2014	Francisco Arivaldo França Andrade		45	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	30/10/2014	Francisco José Borges dos Santos		53	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	30/10/2014	Luiz Barbosa Machado		77	Posseiro
Presidente Figueiredo	Com. Terra Santa/Km 152/BR-174	30/10/2014	Valdomiro Machado		A	Posseiro
Subtotal:					33	
Bahia						
Cocos	T. I. Xakriabá	03/06/2014	Pe. Albanir da Mata Souza		A	Religioso
Cocos	T. I. Xakriabá	03/06/2014	Cacique Divalci José da Costa Xakriabá		A	Liderança Indígena
Maragogipe	Baixão do Guai	20/07/2014	Raimundo		A	Quilombola
Mirangaba	Comunidade Jatobá	11/10/2014	Lorivaldo Macio Custódio, "Loro"		A	Liderança
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	06/01/2014	Ednei Messias dos Santos		36	Liderança Quilombola
Simões Filho	Com. Quilombola Rio dos Macacos	06/01/2014	Rosemeire dos Santos Silva		35	Liderança Quilombola
Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	20/02/2014	"Tete"		A	Índio
Una	Serra do Padeiro/PovoTupinambá	20/02/2014	Rosivaldo Ferreira da Silva, "Babau"		A	Liderança Indígena
Subtotal:					8	
Ceará						
Aracati	Com. do Cumbe/Emp. de Carcinicultura	12/03/2014	João Joventino, "João do Cumbe"		A	Pescador
Paraipaba	Fazenda Acqua Clara/Carcinicultura/Com. Capim-Açú	02/06/2014	Betão		A	Pescador
Subtotal:					2	
Maranhão						
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	28/01/2014	Antônio Gaspar Ribeiro, "Gordinho"		A	Liderança
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	28/01/2014	Raimundo Nonato Alves		A	Liderança
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	28/01/2014	Nena Rodrigues do Nascimento		A	Liderança
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	28/01/2014	José Rosa de Sousa, "Calu"		A	Liderança
Alto Alegre do Maranhão	Gleba Campo do Bandeira/Arame	28/01/2014	José Santana Oliveira da Silva		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Amarante do Maranhão	T. I. Arariboia/92 Aldeias/Etnias Guajajara, Gavião e Guajá	16/09/2014	Olímpio Guajajara		A	Liderança Indígena
Amarante do Maranhão	Terra Indígena Governador	10/09/2014	Índios Pykobjê-Gavião	4	A	Índio
Amarante do Maranhão	Faz. Cipó Cortado/Rollete	21/01/2014	Edmilson Pereira de Sousa		A	Liderança
Amarante do Maranhão	Faz. Cipó Cortado/Rollete	21/01/2014	Arlando Holando Diniz		A	Liderança
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	26/07/2014	Marciel Bento dos Santos		30	Posseiro
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	03/09/2014	Antônio Francisco Sousa		A	Posseiro
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	03/09/2014	Adelina Andrade de Sousa		A	Posseira
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	03/09/2014	Luíza Pereira de Andrade		A	Posseira
Benedito Leite	Forquilha I, II e III/Região da Motopiba/Ilha Veneza	03/09/2014	Marcone Sousa		A	Posseiro
Bom Jesus das Selvas	Gleba Vila Esperança/P. A São Francisco/Orumasa	02/09/2014	José Ribamar da Silva		A	Liderança
Bom Jesus das Selvas	Assentamento São Francisco	15/08/2014	José Ribamar Silva		57	Liderança
Chapadinha	Tiúba	20/02/2014	Francisco da Silva		A	Posseiro
Chapadinha	Tiúba	20/02/2014	João Cardoso dos Santos, "João Manoca"		A	Posseiro
Chapadinha	Tiúba	20/02/2014	João Lopes da Silva, "João Leodoro"		A	Posseiro
Chapadinha	Tiúba	20/02/2014	Maria Ferreira da Rocha		A	Posseira
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	31/10/2014	Adailton José Pereira		A	Liderança
Codó	Pov. Vergel/Vegel/Faz. Boa Esperança	31/10/2014	Antônio Isídio Pereira		A	Liderança
Codó	Com. Três Irmãos/Empresa Costa Pinto	13/05/2014	Maria Romana		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras/Gessomar	16/06/2014	Mário Sérgio Moreira		A	Liderança Quilombola
Codó	Com. Quilombola Santa Maria dos Moreiras/Gessomar	16/06/2014	Pedro da Silva e Silva		A	Liderança Quilombola
Codó	Bom Jesus/Gessomar	18/10/2014	Edilson da Silva Monteiro		A	Quilombola
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	17/07/2014	Sebastião Dourado Rodrigues, "Santinho"		55	Liderança
Governador Nunes Freire	P. A. Maracaçumé Mesbla	17/07/2014	José Gonçalo Reis Trindade		A	Liderança
Grajaú	Fazenda Sapucaia	04/11/2014	Pe. Marcos Bassani		A	Religioso
Humberto de Campos	Assentamento Zelina	06/11/2014	Diogo Diniz Ribeiro Cabral		A	Advogado
Humberto de Campos	Assentamento Zelina	06/11/2014	Raimundo Garcia Fontinele		A	Assentado
Humberto de Campos	Assentamento Zelina	06/11/2014	Gilberto da Silva		A	Assentado
Humberto de Campos	Assentamento Zelina	06/11/2014	Neudiane Fontinele e Fontinele		A	Assentada
Humberto de Campos	Assentamento Zelina	06/11/2014	Antônio José Fontinele e Fontinele		A	Assentado
Humberto de Campos	Assentamento Zelina	06/11/2014	Neuton Sales Fonseca		A	Assentado
Humberto de Campos	Assentamento Zelina	06/11/2014	Lourenço Sales Fonseca		A	Assentado
João Lisboa	Faz. Cipó Cortado/Rollete	21/01/2014	Cosmo Rodrigues de Araújo		A	Liderança
Palmeirândia	Quilombo Cruzeiro	16/01/2014	Catarino dos Santos Costa		36	Liderança Quilombola
Pedro do Rosário	Imbiral/São Benedito do Céu	18/02/2014	Luís Lopes		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	04/03/2014	José Belarmino, "Zé Patrício"		A	Liderança Quilombola
Pirapemas	Com. Quilombola Salgado/Pontes/Data Aldeia Velha	04/03/2014	José da Cruz Conceição Monteiro		A	Liderança Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola Onça	10/07/2014	Maurício de Jesus		24	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola Onça	10/07/2014	Antônio Alves Ferreira Lima		54	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola Onça	10/07/2014	José Salomão Lopes Silva		47	Quilombola
Santa Inês	Com. Quilombola Onça	10/07/2014	Magno da Conceição		28	Quilombola
Senador La Rocque	Fazenda Graciosa	16/09/2014	Luzia Alves		A	Sem - terra
Timbiras	Povoado Abundância e Santa Vitória	06/08/2014	Gerson Rodrigues Nunes, "Gessin"		A	Posseiro
Timbiras	Fazenda Campestre Catulo	21/02/2014	Raimundo Rodrigues da Silva, "Brechó"+		42	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Subtotal:				51		
Mato Grosso						
Colniza	Projeto Filinto Muller/Assoc. Aspronu	05/08/2014	Ireni da Silva Castro+		35	Liderança
Colniza	Projeto Filinto Muller/Assoc. Aspronu	05/08/2014	Josias Paulino de Castro+		54	Liderança
Itanhangá	Assentamento Itanhangá	03/12/2014	Trabalhador Rural/Região do Assent. Itanhangá		A	Trab. Rural
Itanhangá	Assentamento Itanhangá	06/12/2014	Hércules Ferreira Sodré		A	Funcionário Público
Itanhangá	Assentamento Itanhangá	06/12/2014	Fábio Fiorenza		A	Funcionário Público
Itanhangá	Assentamento Itanhangá	06/12/2014	Ludmila Bortoleto Monteiro		A	Funcionária Pública
Nossa Senhora do Livramento	Comunidade São Gonçalo	06/03/2014	João Moisés Bispo		A	Liderança
União do Sul	Assentamento Conquista 2	05/08/2014	Maria Lúcia do Nascimento+		48	Liderança
Subtotal:				8		
Mato Grosso do Sul						
Amambaí	Acamp. Tekoha Guaiviry/MS-386	02/06/2014	Valmir Cabreira Gonçalves		A	Índio
Coronel Sapucaia	Faz. Madama/Kurussu Ambá/Acamp. às margens da MS-289	25/09/2014	Eliseu Lopes		36	Liderança Indígena
Douradina	T. I. Panambi/Acamp. Guyra Kambi'y/Gwyrakambiy	10/10/2014	Indígena/Acamp. Guyra Kambi'y		A	Índio
Dourados	Com. Apyka'y/Acamp. na BR-463/Km 10/Próximo à Faz. Serrana	23/01/2014	Damiana Cavaña		73	Liderança Indígena
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	09/11/2014	Adriano Lunes Benites		21	Índio
Iguatemi	Tekohá Mbaraka'y-Pyelito Kue/Guarani Kaiowá	09/11/2014	Mulheres Guarani-Kaiowá/Acamp. Pyelito Kue	2	A	Índia
Juti	T. I. Guarani-Kaiowá/Aldeia Taquara/Faz. Brasília do Sul	02/09/2014	Cacique Ládio Veron		A	Liderança Indígena
Miranda	T. I. Pillad Rebuá/Acamp. Moreira	19/05/2014	Paulino da Silva Terena		31	Liderança Indígena
Nova Andradina	Faz. Furnas e Córrego Fundo	20/01/2014	Adriana Aparecida Lopes		31	Sem - terra
Subtotal:				10		
Minas Gerais						
Manga	Faz. Marilândia/Acamp. Valdir Júnior	12/12/2014	Gilvânia		A	Ag. pastoral
Pedras de Maria da Cruz	Com. Quil. Caraibas/Faz. Pedra de São João Agrop.	22/10/2014	João Batista Antônio da Silva		A	Quilombola
Pedras de Maria da Cruz	Com. Quil. Caraibas/Faz. Pedra de São João Agrop.	22/10/2014	Rogério Silva		A	Quilombola
Sêrro	Distrito de Milho Verde/Vale do Jequitinhonha	27/03/2014	Luís Fernando Ferreira Leite		A	Ambientalista
Subtotal:				4		
Pará						
Abel Figueiredo	Faz. Caracol/Acamp. Paz com Cristo	10/09/2014	Francisco da Natividade Silva		A	Liderança
Abel Figueiredo	Faz. Asturya/Acamp. Jesus é Rei/Sid. Ibérica	12/05/2014	Sebastião da Silva Santos		A	Sem - terra
Acará	Com. Quil. Alto Acará/ Biovale	01/07/2014	Artêmio Gusmão, "Alaor"+		A	Liderança Quilombola
Acará	Com. Quil. Alto Acará/ Biovale	01/07/2014	Jaciane Gusmão dos Santos		A	Quilombola
Acará	Com. Quil. Alto Acará/ Biovale	01/07/2014	Oziel Gusmão		A	Quilombola
Bom Jesus do Tocantins	Fazenda Gaúcha	20/05/2014	Jorlan Rozeno de Souza		A	Sem - terra
Brejo Grande do Araguaia	Complexo da Faz. Três Poderes/Agrop. Sta. Bárbara	01/06/2014	Luís Antônio		A	Sem - terra
Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	17/01/2014	Domingos Alves Pinheiro		A	Presidente de STR
Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	25/02/2014	Claudison Sales Brasil		A	Liderança
Floresta do Araguaia	Faz. Santa Maria Oriente/Acamp. Luiz Lopes	25/02/2014	Leonardo		A	Liderança

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Itaituba	T. I. Sawré Maybu/Munduruku	26/11/2014	Juarez Saw		A	Liderança Indígena
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	19/01/2014	Filho do Cacique João Waro		A	Índio
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	19/01/2014	Cacique Oswaldo Waro		A	Liderança Indígena
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	02/02/2014	Cacique Paigomyatpu Manhuary		A	Liderança Indígena
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	10/02/2014	Elton Mendes da Silva		A	Funcionário Público
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	10/02/2014	Ozimar Dace Munduruku		A	Índio
Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	13/05/2014	Emanuelle Limenza Barros		28	Funcionária Pública
Monte Alegre	PDS Serra Azul	27/03/2014	Luis Paulo da Silva		A	Liderança
Nova Ipixuna	Assent. Praia Alta Piranheira/Cupu/Passé Bem/Mamona	24/10/2014	Laisa Santos Sampaio		48	Liderança
Rio Maria	Faz. Primavera/dos Cariocas	04/08/2014	Domingos Feitosa Luna		A	Trab. Rural
Santarém	Com. Quil. do Murumuru	14/10/2014	João Lira		A	Liderança Quilombola
Santarém	T. I. Maró	18/07/2014	Odair José Alves de Souza "Dadá"		A	Liderança Indígena
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	16/04/2014	Lideranças do Acamp. Divino Pai Eterno	3	A	Liderança
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	16/04/2014	Félix Leite dos Santos		A	Liderança
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	16/04/2014	Roque Santos		A	Liderança
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	16/04/2014	José Rodrigues da Silva		A	Liderança
São Félix do Xingu	Complexo Divino Pai Eterno/Acamp. Novo Oeste	16/04/2014	Ronair José de Lima		A	Liderança
São Félix do Xingu	Fazenda São Salvador	07/01/2014	Trabalhadora da Faz. São Salvador		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Fazenda São Salvador	07/01/2014	Trabalhador da Faz. São Salvador		A	Trab. Rural
São Félix do Xingu	Faz. Pista Roxa ou Ouro Verde	10/08/2014	Luís Fernando de Amada Conceição		30	Trab. Rural
Subtotal:				32		
Paraná						
Guaira	Aldeia Tekohá Yhovv/T. I. Guarani	11/07/2014	Ílson Soares		A	Liderança Indígena
Guaira	Aldeia Tekohá Jevy/T. I. Guarani	11/07/2014	Anatálio Ortiz		A	Liderança Indígena
Subtotal:				2		
Pernambuco						
Garanhuns	Quilombo Castainho	13/05/2014	José Carlos Lopes		58	Liderança Quilombola
Moreno	Engenho Una/Us. Bulhões	31/03/2014	José Severino da Silva Filho		A	Sem - terra
Moreno	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	21/07/2014	Cícero Marques da Silva		A	Trab. Rural
Moreno	Faz. Contra Açude/Capim Canela/Buscaú	11/11/2014	Maria Inêz Lins Rodrigues		A	Trab. Rural
Subtotal:				4		
Rio de Janeiro						
Magé	Comunidades da Baía de Guanabara/GDK/Petrobrás	09/04/2014	Alexandre Anderson de Souza		A	Liderança
Subtotal:				1		
Rondônia						
Alto Paraíso	Faz. Formosa/Acamp. 10 de Maio	31/07/2014	Ermógenes Jacinto de Souza		A	Advogado

Municípios	Nome do Conflito	Data	Nome da Vítima	N.º de Pessoas	Idade	Categoria
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/P. A. Florestal Jequitibá	21/08/2014	Giovana Ferreira da Silva**		39	Liderança
Candeias do Jamari	Gleba Jacundá/P. A. Florestal Jequitibá	30/11/2014	Rosângela Sousa da Silva		54	Posseira
Chupinguaia	Faz. Rio Taboca/Acamp. Gilson Gonçalves	04/09/2014	Paulo Sérgio		A	Sem - terra
Chupinguaia	Faz. Rio Taboca/Acamp. Gilson Gonçalves	04/09/2014	Daniel da Costa Sfalcini		A	Sem - terra
Porto Velho	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	15/10/2014	Luís Flávio Carvalho Ribeiro		A	Funcionário Público
Porto Velho	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	15/10/2014	Erasmio Tenório da Silva		A	Funcionário Público
Porto Velho	P. A. São Francisco/Faz. Camim/Camia/Kamias/Linha G da F/Acamp. Fruto da Terra	14/03/2014	Lideranças/Acamp. Fruto da Terra	3	A	Liderança
Porto Velho	Colônia Areia Branca	16/08/2014	Irailton d' Áurea de Souza		39	Liderança
Seringueiras	Faz. Riacho Doce/Acamp. Paulo Freire 3	15/10/2014	Teolides Viana dos Santos		44	Sem - terra
Theobroma	Faz. Seringal Rio Branco/Nena da Nova Vida/Linha C-45/Acamp. Fortaleza	24/07/2014	Júlio César Nunes da Silva		A	Liderança
Theobroma	Faz. Seringal Rio Branco/Nena da Nova Vida/Linha C-45/Acamp. Fortaleza	24/07/2014	Gaudêncio		A	Liderança
Vilhena	P. A. Águas Claras	14/07/2014	José Castorino		64	Assentado
Vilhena	P. A. Águas Claras	14/07/2014	Adilson Alves Machado		A	Ag. pastoral
Subtotal:				16		
Roraima						
Boa Vista	T. I. Yanomami/Apiuí/Papiu/Yawaripé	31/05/2014	Davi Kopenawa**		A	Liderança Indígena
Mucajaí	Faz. Modelo/Rancho Favo de Mel	31/08/2014	Alaor dos Santos Xavier		A	Liderança
Subtotal:				2		
Sergipe						
Barra dos Coqueiros	Com. Quilombola de Pontal da Barra	18/03/2014	Robério Manoel da Silva		A	Liderança Quilombola
Subtotal:				1		
Tocantins						
Babaçulândia	Faz. Aruanã I, II, III e IV/Taboca	02/10/2014	Manoel Pereira Dourado, "Veríssimo"		A	Sem - terra
Colinas do Tocantins	Faz. Santo Reis/Brejão/Acamp. Vitória/Gleba Anajá	27/08/2014	Silvano Lima Rezende		A	Ag. pastoral
Goiatins	Gleba Sítio Taquari/Retiro/Indone	28/04/2014	Antônio Batista Pessoa**		A	Posseiro
Palmeirante	Faz. Paraná/Acamp. São Francisco/Gleba Anajá	11/12/2014	Edvan		A	Liderança
Palmeirante	Faz. Paraná/Acamp. São Francisco/Gleba Anajá	11/12/2014	Ocupante do Acamp. São Francisco		A	Sem - terra
Palmeirante	Fazenda Malú	06/10/2014	Clemilda de Barros Campos		A	Sem - terra
Subtotal:				6		
Total:				182		



Foto: Arquivo do Centro de Documentação Dom Tomás Balduino

Manifestações

O Campo se Manifesta A Questão (da Reforma) Agrária¹

Carlos Walter Porto-Gonçalves²

Danilo Cuin³
e colaboradores⁴

1. Introdução

O debate em torno da questão agrária no Brasil vem sendo marcado por uma forte polarização político-ideológica, mesmo no mundo acadêmico. Desde o período da ditadura civil-militar (1964-1985) um novo surto de desenvolvimento capitalista das forças produtivas vem se dando no campo (“revolução verde”) que, inclusive por seu caráter colonial⁵, foi/é responsável pelo mais intenso processo expropriatório jamais visto em toda nossa formação territorial. A partir de 1970 assistimos à diminuição da população rural em números absolutos (Gráfico 1). Essa viragem sociogeográfica em que a população deixa de ser predominantemente rural e passa a ser predominantemente urbana levou mais de um século nos países industrializados da Europa enquanto aqui no Brasil se deu em menos de uma geração!

Gráfico 1 : Evolução da População Rural
1950-2010

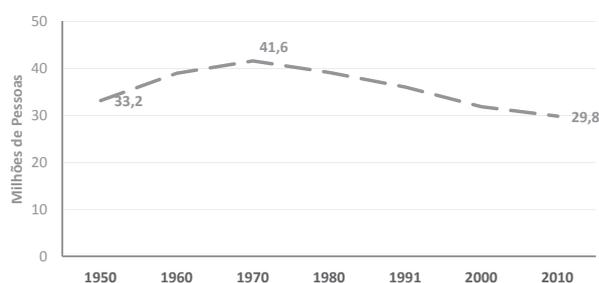


Gráfico 1: Elaborado pelo Lemto, a partir do Banco de Dados da CPT.

Esse processo contraditório de desenvolvimento foi protagonizado por uma coalizão de classes que forjou um consistente bloco de poder envolvendo capitais estrangeiros (Monsanto, Cargill, Syngenta, Bunge, entre outros), capitais nacionais, o Estado (Embrapa, Banco do Brasil) e as tradicionais oligarquias latifundiárias, agora com fortes ligações com os meios de

¹ Esse trabalho se inscreve na linha de pesquisa Geografia dos Conflitos do LEMTO e conta com apoio do CNPq e seria impossível sem a qualificada sistematização dos conflitos no campo brasileiro realizada pelo Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT.

² Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF e Coordenador do LEMTO – laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

³ Bacharelado no Departamento de Geografia da UFF e pesquisador do LEMTO. Bolsista em Iniciação Científica.

⁴ Colaboraram nessa pesquisa o Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano (UERJ-FFP) e José Plácido da Silva Júnior – Doutorando no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF e agente da CPT – Comissão Pastoral da Terra.

⁵ O caráter colonial pode ser identificado claramente quando se vê, por exemplo, esse processo procurando-se legitimar em nome da superação do atraso e da pobreza, em suma do progresso e do desenvolvimento. Assim, povos/regiões são definidos como pobres e/ou atrasadas não por si próprios, mas de modo heterônomo por aqueles que justificam suas práticas inferiorizando o outro, o diferente. Afinal, a ideia de levar o progresso implica preliminarmente inferiorizar o outro. Assim, na ótica iluminista (burguesa e outras) desenvolver é colonizar. São progressistas! No Brasil, as políticas estatais têm sido fortemente marcadas por esse viés modernizante/colonial e no mundo agrário isso está explicitado inclusive no nome do órgão que deve cuidar da questão agrária, a saber, o INCRA – Instituto Nacional de Reforma Agrária. O próprio nome traz em si mesmo a contradição, pois colonização tem sido entre nós a reprodução ampliada da concentração fundiária, logo da não-reforma agrária! E, geralmente, contra o “atrasado”, o “pobre”, o “Jeca Tatu”, o camponês, o negro e o índio. Não se faz reforma agrária sem descolonizar o pensamento, enfim, descolonizar as teorias que têm fundamentado o desenvolvimento.

comunicação de massas. Consideremos que os meios de comunicação de massas (rádios e TVs, sobretudo) continuaram sendo concedidos no Brasil com mecanismos semelhantes às concessões das sesmarias do período colonial, onde “os amigos do rei”, os filhos d’alguém (os fidalgos), eram/são beneficiados. Nesse sentido, é interessante registrar que a maior rede de comunicação do país, a Globo Comunicação e Participações S/A, aparece na condição de “Associada” da ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio⁶.

Assim, a visão que a questão (da reforma) agrária seria anacrônica passou a hegemonizar o debate na sociedade brasileira, onde sempre se destaca o êxito econômico do modelo em curso, na medida em que o tradicional latifúndio improdutivo, criticado à direita e à esquerda, teria sido superado pelo latifúndio produtivo. Enfim, o termo forte – Latifúndio – foi secundarizado em nome do êxito econômico técnico-produtivo, como se esse processo de transformação tivesse sido manso e pacífico⁷! Não o foi. E é isso que analisaremos neste artigo não com argumentos político-ideológicos, mesmo respeitando o direito das partes assim se manifestarem, mas com critérios que nos parecem objetivos, qual seja, tomando como referência componentes que são parte desse processo: os conflitos e as

manifestações que vêm se dando no campo, particularmente os que envolvem a luta pela terra e, em consequência, a luta pela vida.

O conflito está para a sociedade tal como a dor está para nosso corpo. Afinal, se somos insensíveis à dor não podemos nos curar, pois não podemos informar os sintomas. O conflito é a dor da sociedade, é a sociedade gritando.

Nesse artigo, analisaremos as Manifestações⁸ dos que vêm sendo vítimas desse contraditório processo de desenvolvimento no período compreendido entre 1985-2014, trazendo à luz esse outro lado, até aqui pouco destacado, ou quando destacado o é de modo desqualificador dos que se manifestam (“baderneiros” e desordeiros), e que merece ser devidamente considerado em sua objetividade. Trata-se da voz dos que questionam esse padrão de poder agrário através de manifestações realizadas em todo o país. São manifestações de vários tipos: bloqueio de vias públicas, ocupações de prédios públicos, protestos, caminhadas, passeatas, barqueatas, marchas, jornadas de lutas, feiras, festas, encontros, vigílias, romarias, celebrações, etc. Em cada um desses atos manifestam os porquês de suas mobilizações oferecendo uma pauta de reivindicações que sinaliza as demandas dos que se veem obrigados a parar o trânsito, a ocupar prédios

⁶ Consultar www.abag.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5&Itemid=135. É significativo que o principal veículo de comunicação do grupo acima assinalado, a TV Globo, tenha iniciado suas transmissões em 1965, um ano depois do golpe contra o governo democrático de então, e no meio da década em que o Brasil registra, pela primeira vez, a viragem demográfica em que sua população deixa de ser predominantemente rural e passa a ser predominantemente urbana. Ou seja, a conformação societária no meio urbano brasileiro se deu com forte influência desse poderoso “meio de produção capitalística das subjetividades” (Felix Guattari), a televisão. Até mesmo sua reconhecida qualidade técnico-artística pode ser atribuída à formação imagético-discursiva característica dos grupos sociais que não dominam a escrita formal, como a maior parte da população brasileira até 1960 que era rural.

⁷ Ignora-se que tal êxito não é recente, como vimos assinalando. Já no século XVI os engenhos de açúcar se constituíram na base técnica do êxito econômico dos latifúndios agroindustriais que já produziam para o mercado mundial. Não olvidemos que exportávamos açúcar, produto manufaturado nos engenhos, e não matéria prima. A modernidade tecnológica entre nós tem cinco séculos! A injustiça e a violência que lhes são constitutivas também!

⁸ Durante 30 anos, a CPT vem sistematizando e analisando esses conflitos em detalhe oferecendo à sociedade brasileira informação consistente sobre esse verdadeiro drama.

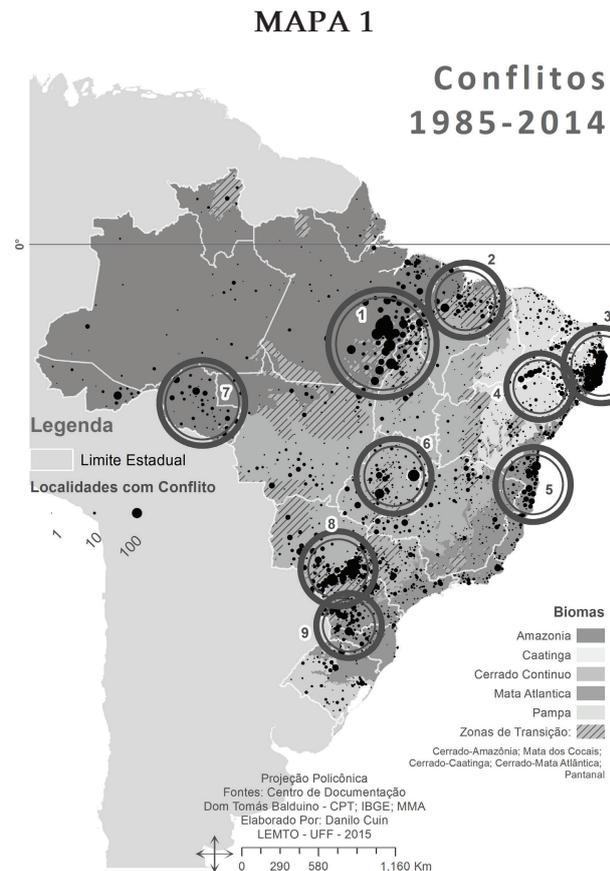
públicos, enfim, a se mobilizar interrompendo a “ordem natural das coisas”⁹ para se fazerem ouvidos porque são olvidados. E, deste modo, vários grupos/classes sociais e etnias aqui identificados se mostram protagonistas e não somente vítimas da violência do processo de desenvolvimento em curso sob a hegemonia do bloco de poder assinalado.

2. Da Dinâmica das Manifestações no Brasil 1985-2014

Nos últimos 30 anos (1985-2014) tivemos no Brasil anualmente, em média, 566 localidades em conflito por terra envolvendo em média anualmente 41.935 famílias, com 12.692 famílias despejadas, outras 2.580 famílias expulsas e, ainda, a média de 58 pessoas assassinadas por ano! Nessa série histórica foram registradas 13.279 manifestações no campo envolvendo 7.674.581 pessoas! Para quem quer ter um critério objetivo para definir sobre a existência de uma questão agrária no Brasil esses dados nos parecem consistentes até porque indicam que o agrário está sendo posto em questão!

O período de maior número de manifestações corresponde aos governos Lula I e Lula II, com uma média anual de 673 manifestações, e o governo Dilma Rousseff, quando alcança média de 822 manifestações por ano.

Nesse mesmo período em que aumentam as manifestações diminuem os conflitos provocados pelas ações diretas dos grupos/classes sociais subalternizados, sobretudo através de Ocupações e Acampamentos (ver Conflitos no Campo Brasil 2011). Entre o



período 2003-2007 e o período 2008-2013 o número médio de famílias envolvidas em conflitos cai 61%! Enquanto diminuem os conflitos protagonizados pelos movimentos sociais, não diminui na mesma proporção o número de conflitos protagonizados pelos que estão concentrando terra legal e ilegalmente em suas mãos – Grileiros, Madeireiros, Mineradoras, Fazendeiros, Empresários, etc. Cai em 49% o número médio de famílias expulsas entre os períodos 2003-2007 e 2008-2013. Em suma, os movimentos sociais que

⁹ O estigma de “desordeiro” é emblemático na medida em que sugere que uma ordem que se quer natural está sendo questionada pelos manifestantes. Todavia, essa “ordem” foi instituída e forjada num processo conflitivo e, portanto, não é natural.

Gráfico 2
O Campo se Manifesta: Número de Manifestações
1985-2014

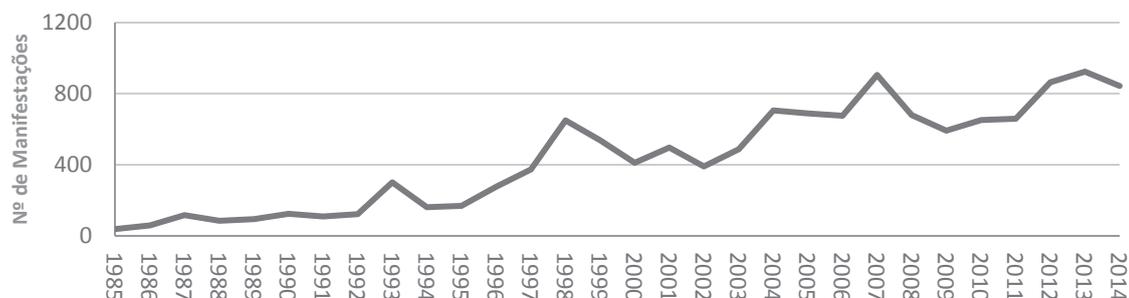


Gráfico 2: Elaborado pelo Lemto, a partir do Banco de Dados da CPT.

lutam pela terra, tudo parece indicar, vêm cada vez mais se manifestando através de atos que não se confrontam diretamente com os proprietários ou pretensos proprietários¹⁰.

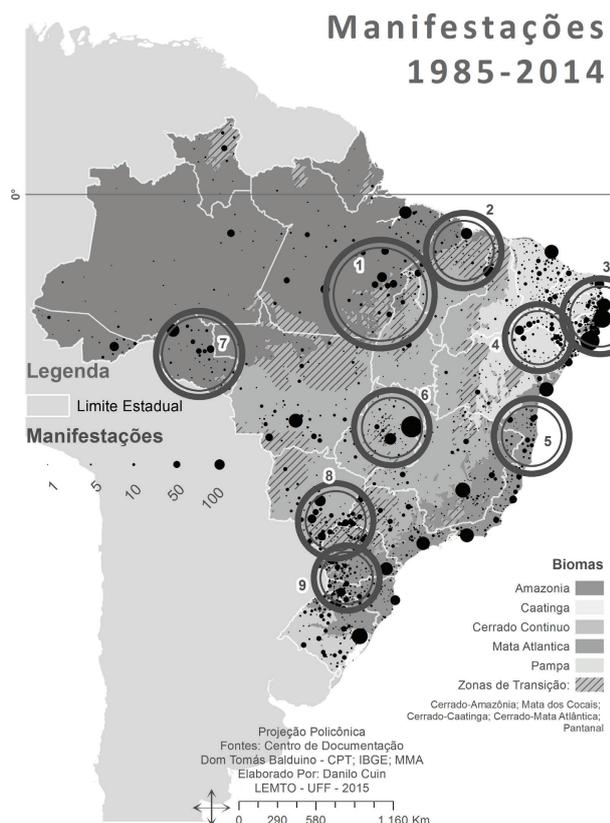
Essa mudança dos movimentos sociais diminuindo suas ações de confronto direto com os proprietários ou pretensos proprietários pode também ser verificada no mapa “Manifestações no Brasil – 1985-2014” (Mapa 2) quando observamos o maior número de manifestações ocorrendo nas capitais dos estados, com destaque para a capital federal, Brasília. Enfim, a forma, o lugar de manifestação do conflito por parte dos que lutam pela terra ou por

direitos sociais no campo estão mudando, não sendo mais a Ocupação/Acampamento e o confronto direto no campo o principal locus do conflito, mas sim pela mediação através do Estado, ainda que tendo que ocupar prédios de órgãos públicos ou bloqueando estradas. As cidades aparecem assim com destaque e, principalmente, as cidades-capitais por serem sedes do poder político nos seus diferentes níveis. Assim, a ideia que separa a política da vida social parece se afirmar, consagrando a divisão do trabalho entre a vida social e o Estado que Marx assinalara criticamente ser da natureza do Estado Moderno¹¹ (Wood, 2003 e Sayer e Corrigan, 1990 [1984]).

¹⁰ As ações do Poder Público através de Prisões vêm diminuindo nesse mesmo período, ou seja, o Poder Público não exerce a sua prerrogativa de “monopólio da força” quando aumentam as ações protagonizadas pelo poder privado das oligarquias. Enfim, o Poder Judiciário não usa venda nos olhos, pelo menos no que concerne aos conflitos no campo, e, assim, vê quem está praticando atos que considera passível de punição e pune desigualmente aqueles que, pela lei, são iguais. É como se “a ordem privada” ainda detivesse privilégios na “organização nacional”, aqui me inspirando no clássico livro do jurista baiano Nestor Duarte “A Ordem Privada e a Organização Nacional”. Agradeço ao saudoso amigo Milton Santos (1926-2001) a insistência para que eu lesse esse clássico de Nestor Duarte.

¹¹ Wood, Ellen 2003 – Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. Ed. Boitempo, São Paulo. Sayer, Derek e Corrigan, Philip 1984 El Último Marx: continuidad, contradicción y aprendizaje. In Shanin, T. 1990 [1984] El Marx Tardío y la Via Rusa: Marx y la Periferia del Capitalismo. Ediciones CIDECEI, San Cristóbal de las Casas, México.

MAPA 2



É de se destacar que as manifestações se espalham por todo o país indicando o caráter nacional da questão agrária, ainda que quanto aos conflitos (Mapa 1) certas áreas se destaquem fora do âmbito das capitais, a saber: 1- o Sul, o Sudeste do Pará e áreas adjacentes (Bico do Papagaio), conflitividade que, recentemente, se expande para a chamada Terra do Meio ao longo do Eixo da BR 163 (Cuiabá-Santarém); 2- a Zona de Transição Cerrado-Amazônia-Caatinga (Zona dos Cocais) no Pará-Maranhão-Piauí; 3- a Zona da Mata Nordestina; 4- o Semiárido, em especial o vale do São Francisco em seu Médio-Baixo curso (fronteira Bahia-Pernambuco e a fronteira Bahia, Alagoas e Sergipe); 5- o Sul da Bahia e o Norte do Espírito Santo; 6- o Centro de Goiás; 7- Rondônia, sobretudo no Eixo da BR 364 e, recentemente, no Eixo da BR 319 (Porto Velho-

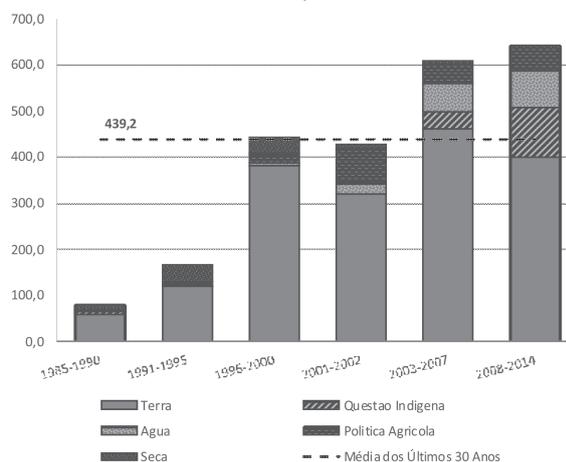
Manaus); 8- o Pontal do Paranapanema e o Sul do Mato Grosso do Sul e; 9- a Zona colonial do Noroeste gaúcho, do oeste catarinense e paranaense.

Cada uma dessas áreas de maior densidade de conflitos tem uma dinâmica sociogeográfica própria cujas contradições são explicitadas nas reivindicações através das manifestações que, assim, sinalizam/verbalizam/visibilizam o desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo.

O período 2001-2002, os dois últimos anos do governo FHC II, constitui uma espécie de divisor de águas. Até 2000 havia uma curva ascendente. Teve seu auge entre 1996-2000. Uma segunda fase, iniciada em 2003, onde as manifestações atingem seus níveis máximos em toda série histórica de 1985-2014!

GRÁFICO 3

Os Porquês das Manifestações no Brasil
Média Anual por Período



Para os que consideramos o debate acerca do tema agrário dando atenção aos que se manifestam e suas reivindicações, vemos não só a centralidade da questão fundiária que comparece como tema central de 64,9% do total das manifestações, mas também como a questão agrária vem se tornando mais complexa e ganhando outras dimensões. Registre-se que a questão indígena comparece com 7,4% do to-

tal das manifestações; a questão da água com 7,2%; a questão da seca com 3,9%; a Política Agrícola com 6,5%, além de outras que compõem em menor escala embora com mais de uma centena de manifestações no período considerado, como a questão ambiental e a questão das comunidades quilombolas.

Em todos os períodos da série histórica (Ver Conflitos no Campo Brasil 1985-2014), a questão da terra figura como a principal reivindicação nas manifestações (Vide Gráfico 2). Entretanto, é possível observar (1) que até o ano 2000 a questão que mais se destaca depois da questão fundiária, se relaciona à questão da Seca que, praticamente desaparece no Nordeste depois de 2000, ainda que apareça com certo destaque no Sul do Brasil (ver A Questão da Seca mais adiante) e (2) que após o ano 2000 outras questões passam a ganhar destaque, ainda que sempre secundando a

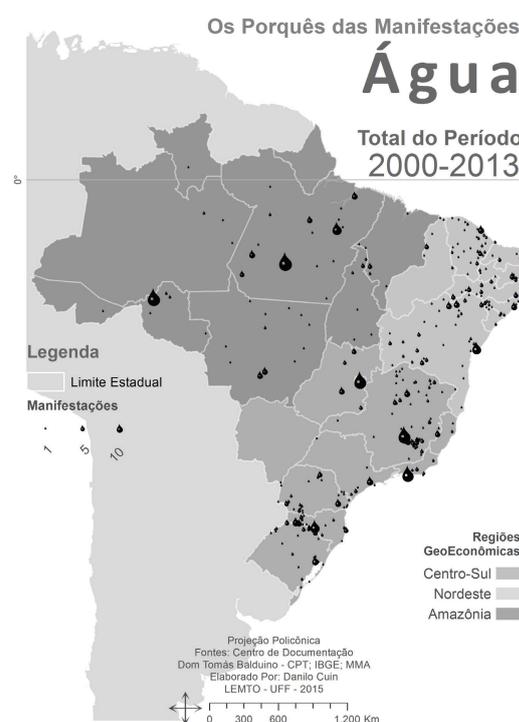
questão fundiária, como as questões “Política Agrícola”, “Água” e “Questão Indígena”. A questão manifestada como “Política Agrícola” se destaca na região Sul do país.

A conformação espaço-temporal (ou histórico-geográfica) que se desenha no país a partir dos anos 2000, nos mostra a intensificação do processo de avanço do capital aliado às oligarquias latifundiárias sobre áreas de posseiros, de povos indígenas, de populações negras que lutam para permanecer em seus territórios, que intensificam a pressão pela água e desenvolvem práticas agrícolas que devastam os solos e a biodiversidade e, assim, ensejam ações/manifestações que põem em debate questões que antes não apareciam ligadas ao tema agrário/agrícola de modo explícito como a questão da Água e do Meio Ambiente (Lado a lado Mapa 3.1 e Mapa 3.2).

Mapa 3.1



Mapa 3.2



2.1. A Centralidade da Questão Fundiária

Para aqueles que insistem em diminuir a relevância da questão fundiária, cerne da questão (da reforma) agrária, é importante registrar que 64,9% das manifestações ocorridas no Brasil entre 1985 e 2014 pautaram a questão da Terra, seja explicitamente como “Desapropriação de terras”, como “Reforma Agrária”, como “Assentamento”, seja com Assentados reivindicando “Infraestrutura” e “Crédito” para viabilizar a conquista da terra/ do assentamento (condição necessária, mas não suficiente para a reforma agrária).

E a questão da Terra não só se destaca em todos os subperíodos da série histórica de trinta anos (1985-2014), mas também em todo o espaço geográfico nacional, como se vê nas três grandes regiões Geoeconômicas do país correspondendo a 68% do total das manifesta-

ções na Amazônia, a 67% na região Nordeste e 63% na região Centro-Sul (Ver Figura 1 e 2). Embora a questão da terra permaneça sempre em destaque em toda a série histórica, ela sofre variação relevante no interior das grandes regiões Geoeconômicas entre 1985-1999 e entre 2000-2014, a saber: na Amazônia a participação percentual das manifestações por terra cai de 87% para 63% e, na região Centro-Sul, cai de 87% para 56% (Vide Figura 1 e 2), permanecendo na região Nordeste praticamente inalterado em termos percentuais no mesmo período.

A questão da terra é não só uma questão econômica, do campo técnico-produtivo, mas sobretudo uma questão de justiça social e de afirmação ou negação democrática.

As manifestações mostram que o avanço territorial e o modelo técnico-produtivo dos agro-negociantes vem sendo responsabilizado pela

Figura 1

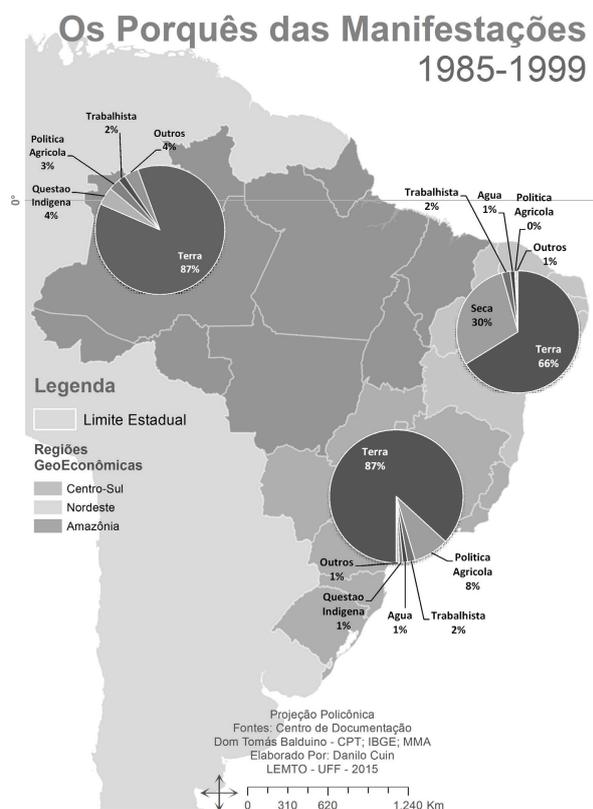
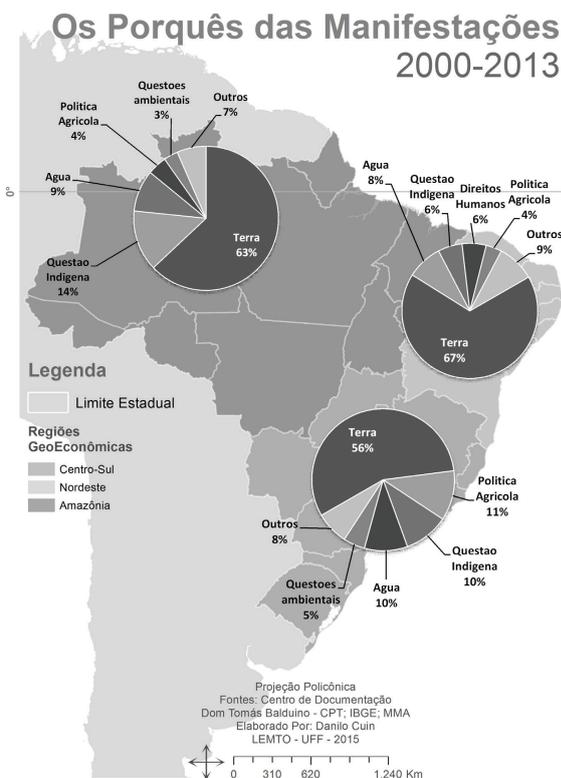


Figura 2



emergência de novas questões de enorme importância para a sociedade em geral, como a questão da água, a questão do meio ambiente e a questão da vida no sentido amplo.

Nas 8.612 manifestações que explicitaram a questão terra, foram especificamente sinalizadas como reivindicação a “Reforma Agrária”, a “Desapropriação de Terras”, “Assentamentos”, “Contra a Injustiça e a Violência” (essas quase sempre associadas às mortes e ameaças que sofrem os que lutam pela terra), mas também reivindicações que buscam consolidar eventuais pequenas vitórias como “Infraestrutura” e “Crédito” e “Educação”, essas sobretudo demandadas por Assentados.

2.2. A Questão Indígena

A questão indígena vem ganhando importância como questão nacional, e é a segunda em importância entre as questões que aparecem na pauta das manifestações, com 7,4% do total no país entre 1985-2014. Depois de 2003, ganha maior destaque, passando, tendo atingido 17% do total das manifestações em todo o país no ano de 2014! Se somarmos à questão indígena a questão quilombola, que também cresce nesse último período de 2008-2014, com 2% do total das manifestações no território nacional, vemos que 1/5 do total geral das manifestações sinalizaram a questão territorial indígena e das populações negras remanescentes de quilombos! Assim, a questão da terra começa a ganhar um outro sentido, além da dimensão econômica, como meio de produção, como era comumente reivindicada, ao se manifestar enquanto luta pelo território na medida em que implica outras territorialidades denunciando o caráter colonial da expansão capitalista.

Esses dados corroboram o que o relatório Conflitos no Campo Brasil, da CPT, vem destacando ao longo dos anos 2000, sobretudo depois

de 2004-5 quando entre as categorias sociais implicadas nos conflitos vem ganhando destaque as chamadas populações tradicionais, com sua específica relação de apropriação da terra, não através de relações de propriedade, mas de posse e, sobretudo, de uso comum da terra. 12% do total das manifestações na região Geoeconômica Amazônia pautaram a questão indígena. Essa mesma questão comparece com um total de 8% na região Centro-Sul, onde além dos tradicionais conflitos envolvendo os Guarani e Terena no Mato Grosso do Sul e os Kaingang no Sul do país, vimos o estado do Rio de Janeiro, um dos mais urbanizados do país, introduzindo um novo debate acerca da questão territorial dos indígenas urbanos com as reivindicações do movimento em torno da Aldeia Maracanã, eles que souberam introduzir suas questões territoriais próprias num momento em que o Maracanã voltava a ser um lugar-mundo enquanto estádio da Copa do Mundo de futebol de 2014.

2.3. A Questão da Água

A questão da água ocupa o terceiro lugar, com 7,2% do total das manifestações do país nos 30 anos considerados. Ganha destaque após os anos 2000, sobretudo depois de 2003, tendo chegado a alcançar 14% do total em 2014. Quando comparamos os mapas das manifestações no período 1985-1999 com o período 2000-2014 é gritante a mudança (veja Mapa 3.1 e Mapa 3.2, anteriormente)! De um fenômeno localizado em alguns pouquíssimos pontos no primeiro período, as manifestações tendo como tema central a Água se generalizam no segundo período.

A questão da água está intimamente ligada à questão fundiária e, por aí, à questão (da reforma) agrária, pelo fato de não se plantar sem água. Em termos agrários e rurais, não se democratiza a água sem democratizar

a terra! Registre-se que cerca de 70% do consumo global de água não se dá no mundo urbano e tampouco na prática industrial, mas sim na agricultura, número esse que deriva do uso intensivo da água pelo modelo técnico-produtivo do agronegócio! Enfim, as manifestações em torno da água sinalizam para as profundas implicações entre o mundo rural e o mundo urbano, para a relação sociedade-natureza. Isso se manifesta claramente seja no caso das barragens tomando/alagando terras indígenas e de ribeirinhos, seja nos casos em que há poluição das águas pelo avanço das monoculturas empresariais que impedem camponeses/ribeirinhos e indígenas de desenvolverem suas práticas agrícolas, de caça e coleta e, até mesmo, sobreviverem. Pois sua saúde se vê abalada pela fumigação de agrotóxicos, como vimos em Lucas do Rio Verde, em Mato Grosso, onde todas as mães que amamentavam seus filhos e que tiveram seu leite analisado registaram contaminação (Ver Pignati). Em Santa Catarina, por exemplo, a questão (da poluição) das águas está diretamente relacionada à impossibilidade da dinâmica hídrica assimilar os dejetos da produção de suínos.

A questão da água amplia a compreensão da questão (da reforma) agrária ao mostrar suas íntimas relações com o modelo de desenvolvimento hegemônico que se apoia numa ciência-técnica que quer “dominar a natureza”, ou seja, se funda no paradigma da dominação¹², na lógica do “combate às pragas”, “combate às ervas daninhas”, enfim, no paradigma da guerra. Tudo isso aparece sendo criticado até com certo humor nas manifestações.

Enfim, a questão hídrica que recentemente

vem afligindo a vida dos habitantes de Minas Gerais, Rio de Janeiro e, sobretudo, São Paulo, nos possibilita explicitar o que várias manifestações já assinalavam: as implicações da reforma do Código Florestal impostas em nome do desenvolvimento.

Por fim, nas manifestações aparecem explicitamente reivindicações “Contra Barragens”, em “Defesa da Água e do Meio Ambiente”, “Contra a Privatização da Água”, “Revitalização”, “Contra Transposição do Rio São Francisco”, entre outros.

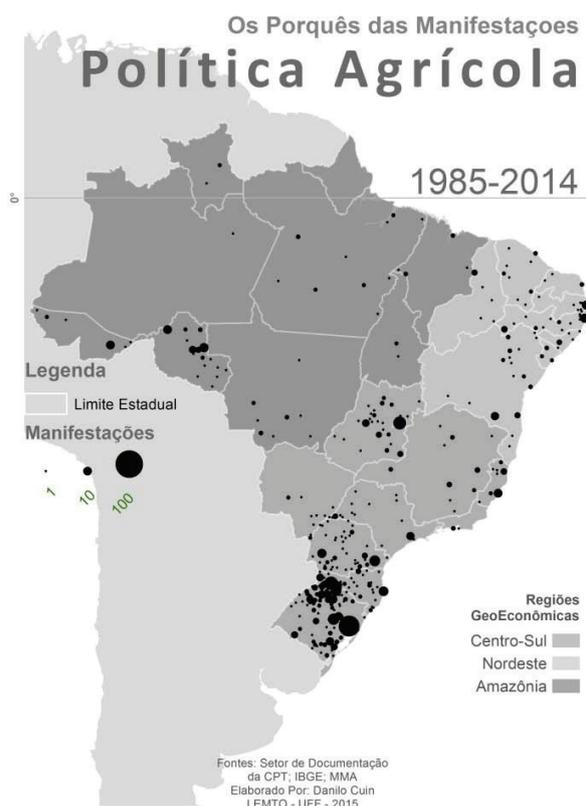
2.4. A Questão da Política Agrícola

O tema da Política Agrícola comparece com 6,5% do total das manifestações (Gráfico 2), logo a seguir à questão da terra (64,9%), da questão Indígena (7,4%) e da questão da Água (7,2%). O tema da Política Agrícola ganha relevância depois do ano 2000 tendo atingido o segundo lugar, depois da Terra, com uma média anual de 73,5 manifestações entre 2001-2002, embora tenha decrescido para a casa de 40, em média anual, nos dois períodos subsequentes compreendidos entre 2003-2014. Essas manifestações se destacam geograficamente no Sul do país e, também, em Goiás e Rondônia. (Mapa 4)

Comparecem nas manifestações em torno da Política Agrícola reivindicações como “Crédito”, “Renegociação de Dívidas”, “Preços”, “Assistência Técnica”, “Incentivos à pequena Produção”, “Educação”, “Infraestrutura” e ainda “Contra Monocultura” e “Contra os Transgênicos”, entre outros.

¹² Esse paradigma da dominação é típico do machismo diriam feministas de todos os gêneros, e não num paradigma do cuidado, típico de quem cuida, em geral as mulheres.

Mapa 4



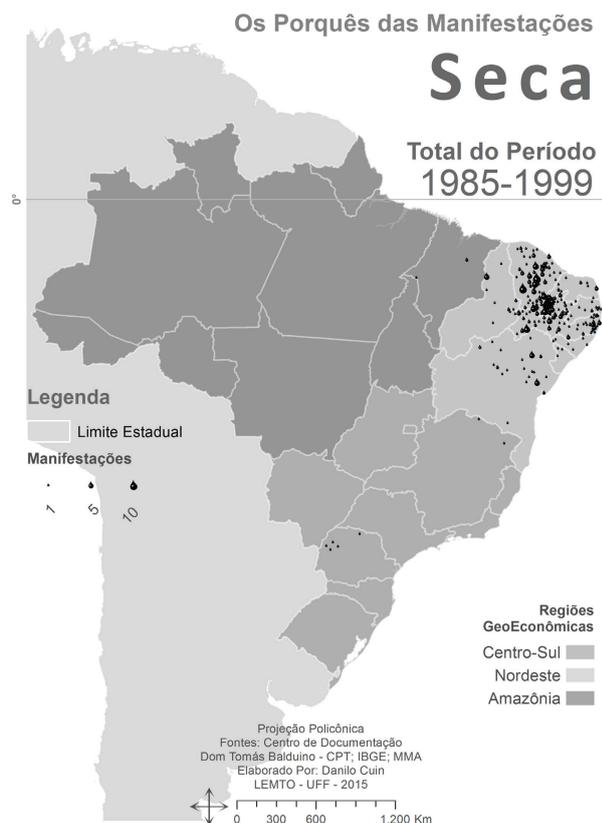
A categoria social que protagoniza a maior parte dessas manifestações são, principalmente, os chamados Pequenos Produtores/ Pequenos Proprietários que mantém fortes vínculos com o complexo agroindustrial de que são fornecedores de insumos (frango e porco para a indústria de carnes; tomate para indústria de extrato; fumo para a indústria do

tabaco; frutas para indústria de doces e sucos, etc.). Geralmente suas reivindicações são fortemente condicionadas, para não dizer impostas, pelas demandas das indústrias (e dos bancos) que determinam as normas técnicas do produto, o ritmo de produção, enfim, reivindicações com fortes marcas da integração subordinada dessas famílias aos ditames do capital industrial-bancário, muito embora o tema da agroecologia venha ganhando destaque entre esses grupos sociais como se vê nas manifestações “contra a monocultura” e “contra os transgênicos”.

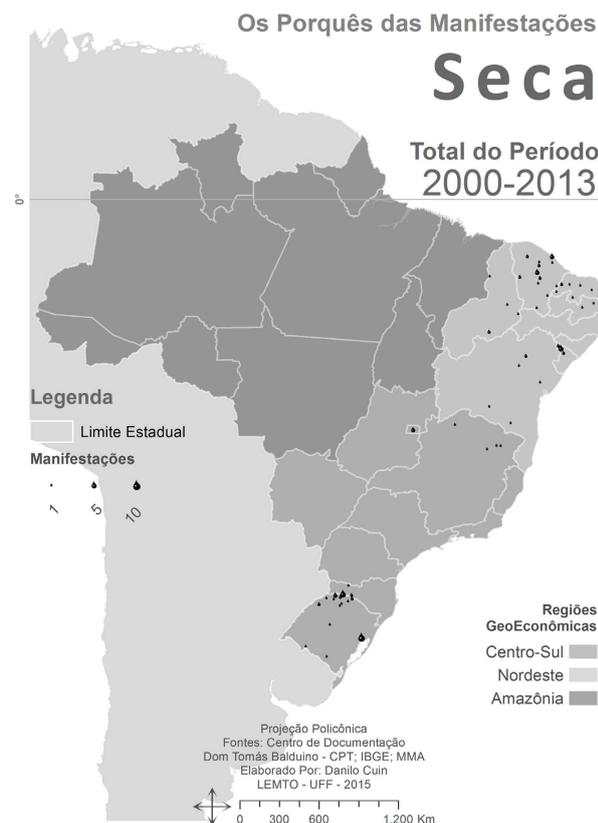
2.5. A Questão da Seca

A Seca aparece como um dos cinco temas mais relevantes assinalados nas manifestações em toda a série histórica de 30 anos. Até o ano 2000, o tema da Seca aparecia como o segundo em destaque nacional. Nos anos 1990 uma média anual em torno de 36 manifestações, cai para cerca de 10 entre 2001-2002 e até menos nos dois períodos situados entre 2003 e 2014 (4,4 manifestações de média anual entre 2003-2007 e cerca de 6,7 entre 2008-2014). Acompanhando o que dizem os mapas (Mapa 5.1 e Mapa 5.2, lado a lado) podemos observar que um fenômeno que era praticamente considerado nordestino deixa praticamente de existir nessa região após os anos 2000, sobretudo depois de 2003.

Mapa 5.1



Mapa 5.2



Esses dados parecem indicar que as práticas de convivência com a seca, (e não de combate à seca conforme a lúcida formulação política do movimento da Articulação do Semiárido com suas iniciativas das cisternas, onde a CPT tem um papel relevante), associadas às políticas de combate à pobreza tenham contribuído para a queda dessa questão na pauta das manifestações nos anos pós 2003, sobretudo na região Nordeste. Todavia, como indica o Mapa 5.2, o Sul do Brasil passa a registrar o fenômeno de modo significativo. A diminuição das manifestações em torno da seca no Nordeste semiárido e sua presença no Sul do país indicam que não se tratava e nem se trata de um fenômeno eminentemente natural, climático ou outro, mas sim que tem fortes implicações com as relações sociais e de poder que a sociedade estabelece

com as condições naturais da existência – terra, água, vida.

2.6. Concluindo

Esse artigo, “O Campo se Manifesta”, procura analisar o que milhões de brasileiros e brasileiras vêm manifestando nos campos, nas estradas, nos rios, nos lagos barrados ou naturais, nos mangues, nas cidades, nos cerrados, nas caatingas, na Amazônia e na Mata Atlântica, nos Pampas, nas cidades em milhares de manifestações. Há um princípio ético-político que subjaz à nossa abordagem haja vista (1) reconhecermos como legítima a voz do/as que vêm sendo sistematicamente desqualificados como baderneiros e/ou desordeiros e (2) considerarmos que o conflito é essencial numa

democracia ao expressar o dissenso condição sine qua non para um verdadeiro consenso, conforme Jacques Rancière.

Nossa análise explora a riqueza que uma abordagem materialista histórico-geográfica pode aportar para compreender o movimento desigual e combinado da sociedade brasileira, parte do sistema mundo capitalista moderno-colonial que nos conformou e que conformamos.

Os/As manifestantes nos autorizam a afirmar, com a força da empiria associada ao escopo teórico-conceitual acima indicado, que há uma questão (da reforma) agrária abertamente colocada no Brasil. Mais que um slogan político-ideológico a questão (da reforma) agrária grita no campo.

Nossa análise identifica nessas manifestações que a questão (da reforma agrária) está sendo reconfigurada. Todavia, essa reconfiguração mantém a essência da questão agrária que é seu fundo territorial, isto é, a questão fundiária. Os números são taxativos se consideramos a proporção desse tema entre todos os temas pautados pelas/os manifestantes. E, mais, oferece um novo quadro para entendermos questões que vêm sendo tratadas de modo estanque, como a questão indígena, a questão quilombola, a questão da seca, a questão da água, a questão da vida no sentido forte que a expressão merece, em nome da paz contra a violência e morte e não só da vida humana que, sabemos, é inseparável da água, da terra, do ar, das plantas, dos animais. Foi das manifestações dos “de baixo”, como costumava dizer Florestan Fernandes, que expressões

como “revitalização de rios”, de “convivência com a seca”, de “agroecologia” começaram a conformar um novo léxico político. Que “reserva” deixou de ser um conceito sobre os índios e, sim, um conceito reinventado por Seringueiros, Retireiros, Extrativistas do cerrado, de Pescadores e Ribeirinhos para dar curso às suas práticas de uso comum da terra, das águas, dos bosques, dos cerrados, da caatinga como Reserva Extrativista, como Reserva Marinha, como “Acordos de Pesca”, enfim, como reivindicação de fundos pasto, de faxinais, de áreas remanescentes de quilombos. Que o defeso deixou de ser simplesmente a defesa da necessária reprodução dos peixes na piracema e virou salário-defeso indicando que não se defende o peixe sem reconhecer direitos ao pescador, e assim, mostrando uma perspectiva diferente diante do tema ambiental não separando a Natureza da Sociedade.

Cada vez mais o fundo territorial da sociedade está em disputa diante da avalanche que o capital, aliado à grande propriedade fundiária em sua sanha expansionista, coloca através de construção de estradas, de barragens para hidrelétricas, de complexos industrial-portuários (Suape, Comperj, Porto do Açu) de uso massivo de agrotóxico que também expulsam¹³. Enfim, a questão (da reforma) agrária se imbrica com a da inscrição territorial (sociedade-natureza) do desenvolvimento capitalista e sua face colonial que, quem sabe Marx deixara implícita na expressão “acumulação primitiva”, ou seja, o processo de acumulação diante dos “primitivos” (“índios”, “jecas tatus”, “paus de arara”, “atrasados”, “pobres”)! O ambiental não pode ser resolvido sem a radicalização democrática e, se ouvidos

¹³ Porto-Gonçalves, em vários momentos, tem chamado essa perspectiva de Paradigma Chico Mendes que pode ser resumido na tese formulada pelo líder seringueiro assassinado em 1988: “Não há defesa da floresta sem os povos da floresta”. A articulação dos Povos de Cerrado adaptou essa tese para o Cerrado e o salário-defeso se inscreve na mesma perspectiva teórico-política!

devidamente os/as manifestantes, implica a democratização das condições materiais da vida - da terra, da água, da vida, dos demais meios de vida e não só de produção, embora os inclua. Pela leitura que se faz possível do que emana dos manifestantes, trata-se de religar Natureza e Sociedade, que o capitalismo e sua colonialidade separou não só (epistemicamente) em termos de conhecimento, mas também socialmente ao expulsar camponeses e comunidades das condições naturais para a reprodução das culturas. Enfim, explicitam o caráter territorial da questão ambiental, ao lutarem pela reapropriação social da natureza.

Não dá mais para continuarmos a assistir ao desenho de uma geografia onde os manifestantes demandam terra em todo o país, mas sobretudo no Centro-Sul do país

e os sucessivos governos criem a maior parte dos assentamentos na Amazônia. Que a maior parte das famílias de camponeses do país estejam no Nordeste brasileiro e o Programa Nacional para a Agricultura Familiar (PRONAF) destine a maior parte dos recursos para o Sul do país para integrar de modo subordinado as famílias de pequenos agricultores ao complexo do agronegócio. Se queremos superar nossas contradições com justiça social, responsabilidade ambiental e respeitando a rica diversidade cultural do país, façamo-lo antes de tudo, ouvindo sua pauta de reivindicações e não subestimando a inteligência que daí emana. Em suma, a participação protagônica¹⁴ desses manifestantes é a essência da radicalização democrática que emana de um Brasil que até aqui foi olvidado. Mas não aqui!

¹⁴ Os karajá, por exemplo, povo cujo mito de origem está fundado em Aruanã, espírito que vive no fundo do rio, já não se sente mais confiando nos seus espíritos que estariam sendo poluídos pelo avanço do plantio da soja. Povo da água busca se reterritorializar na terra!

Tabela 11 - Manifestações

UF	Ocorrências	Pessoas
Centro-Oeste		
DF	46	25557
GO	29	13282
MS	26	4890
MT	24	3469
Subtotal:	125	47198
Nordeste		
AL	57	11365
BA	40	35640
CE	20	14600
MA	35	4395
PB	29	17350
PE	59	14505
PI	11	10752
RN	31	5950
SE	11	22600
Subtotal:	293	137157
Norte		
AC	13	1338
AM	1	200
AP		
PA	59	18032
RO	24	4065
RR	16	3523
TO	9	1905
Subtotal:	122	29063
Sudeste		
ES	11	3080
MG	66	19240
RJ	17	1230
SP	69	13185
Subtotal:	163	36735
Sul		
PR	40	21100
RS	61	37780
SC	38	11421
Subtotal:	139	70301
Brasil:	842	320454





Foto: Filipi Redondo

Notas emitidas pela CPT e outros documentos

Nota de repúdio contra mais uma tentativa de intimidação da CPT na Amazônia

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, vê com muita apreensão o arrombamento e invasão da sede da CPT, em Boca do Acre, AM. Esta equipe que se situa no sul do Amazonas, por questões de proximidade geográfica e social é vinculada à CPT Acre.

No domingo, 02 de fevereiro, por uma janela arrombada a sede foi invadida. E uma desordem geral foi promovida, com documentos rasgados, materiais jogados ao chão e pisados pelos invasores. Nada foi levado, nem impressora, nem computadores, nem máquina fotográfica.

A sensação que se tem é que este é simplesmente mais um aviso, uma forma de intimidação à CPT, que tem denunciado irregularidades, sobretudo, em relação a planos de manejo florestal e ação de fazendeiros e madeireiros no estado do Acre e sul do Amazonas.

De novembro de 2011 a janeiro de 2013, a sede da CPT Regional Acre, em Rio Branco, já fora invadida por seis vezes. Valores, materiais e documentos haviam sido retirados do local. Em janeiro de 2013, as invasões aconteceram em dias consecutivos, madrugada de 21 e 22 de janeiro. Na última, somente documentos foram levados. Apesar de terem sido registrados

Boletins de Ocorrência junto à polícia em cada uma das vezes, nada foi elucidado até hoje.

Além das invasões da sede, a CPT recebeu, em 2012, ligações com ameaças aos agentes Maria Darlene Braga Martins, coordenadora na região e Cosme Capistano da Silva, da equipe de Boca do Acre, nas quais se dizia: “morreu gente no Pará e na Rondônia. (Em referência às mortes do casal José Cláudio e Maria do Espírito Santo, no Pará, e Dinho, em Rondônia). Agora vai ser no Amazonas e no Acre”.

A Coordenação Nacional repudia veementemente estas tentativas de intimidação contra seus agentes, e exige dos poderes constituídos a elucidação destes crimes. Ao mesmo tempo, expressa sua mais profunda e irrestrita solidariedade aos membros da equipe de Boca Acre e aos demais agentes do regional Acre, lembrando que, nada, nem ninguém nos poderá afastar de estar sempre ao lado dos mais pobres, dos que sofrem quotidianamente a injustiça. Tomando os devidos cuidados, como nos alerta o evangelho: “sejam prudentes, como as serpentes e simples, como as pombas” (Mt 10,16).

Goiânia, 10 de janeiro de 2014.

A Coordenação Nacional da CPT

Ameaça de despejo de famílias em Campos Lindos, TO

A Coordenação Nacional da Comissão Pastoral da Terra vem a público externar sua apreensão diante do risco iminente de despejo de suas terras de cerca de 80 famílias camponesas, em Campos Lindos, TO.

O juiz da Comarca de Goiatins emitiu, em 18/09/2013, mandado de reintegração de posse em favor da Associação de Plantadores do Alto do Tocantins (Associação Planalto) do Projeto Agrícola Campos Lindos, município de Campos Lindos, nordeste do Tocantins. Na ação, a Associação Planalto alega que as famílias invadiram a área de reserva em condomínio, o que estaria prejudicando a regularização ambiental do projeto. O recurso apresentado pelos posseiros foi julgado em 29 de janeiro de 2014 pela 5ª Turma da 2ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Tocantins, a qual manteve a sentença de despejo.

Na verdade a alegação de invasão de área de reserva não corresponde à realidade. Em torno a 160 famílias que, há pelo menos quatro décadas, ocupavam a área, foram pressionadas e encurraladas em reduzido espaço para dar lugar ao Projeto Agrícola Campos Lindos, criado em 1997, pelo governo Siqueira Campos. Em consequência, mais de 90 mil hectares já ocupados por camponeses foram transferidos para fazendeiros, empresários e políticos, entre os quais a atual senadora Kátia Abreu e o ex-ministro da Agricultura Dejanir Dalpasquale. Em uma verdadeira “reforma agrária às avessas”, cada beneficiário pagou apenas 10 reais por hectare.

Depois de muita pressão, aproximadamente 80 famílias tiveram seus direitos reconhecidos pelo Instituto de Terras do Tocantins, Itertins. Grande parte, porém, ficou sem o reconheci-

mento legal de suas posses. Pais e filhos que moravam perto foram considerados um único núcleo familiar e a eles foi atribuído um único lote. Por isso continuaram na área reivindicando uma solução definitiva.

As últimas sentenças judiciais determinam o despejo de todas essas famílias. A Polícia Militar já fez o reconhecimento de campo e se planeja para, em breve, realizar a ação.

Mais uma vez a propriedade, nem tão legítima como poderia parecer, fala mais alto que os legítimos direitos dos camponeses que, há dezenas de anos, trabalham, produzem e vivem nesta área. Ao invés de tentar conhecer a fundo a realidade, a Justiça se restringe a examinar documentos e papéis. A história escrita e esculpida na terra com o suor e o trabalho das pessoas não conta.

O Ministério Público Federal havia determinado, após audiência pública realizada em 2013, um estudo antropológico sobre a ocupação da área. O laudo do antropólogo foi concluído e publicado somente no dia 28 de janeiro de 2014, na véspera da sentença do Tribunal de Justiça, reconhecendo a ocupação antiga e coletiva da área.

Diante disto, a Coordenação Nacional exige que o despejo seja suspenso e que se garantam os direitos das famílias que, há 18 anos, vivem constantemente sob pressão, na incerteza de como será o dia de amanhã.

Goiânia, 6 de fevereiro de 2014.

Dom Enemésio Lazzaris
Presidente da CPT Nacional

“Ai daqueles que fazem decretos iníquos e daqueles que escrevem apressadamente sentenças de opressão, para negar a justiça ao fraco e fraudar o direito dos pobres do meu povo...”
(Profecia de Isaías 10, 1-2).

A Comissão Pastoral da Terra – MA ainda abalada pelo assassinato de Raimundo Rodrigues da Silva, (Brechó), 42 anos, líder camponês do território Campestre-Alegria, município de Timbiras, estado do Maranhão, que veio a falecer no dia 25 de fevereiro, indigna-se diante da forma como as autoridades policiais têm agido neste caso.

Sem ter ido ao local do crime e sem ouvir pessoas que podiam testemunhar os fatos, como quem estava com Brechó no momento da emboscada, ou quem com ele conversou quando era levado ao hospital, a polícia assumiu a tese de crime de “vingança motivada por uma rixa entre famílias que residem no povoado Bondança”. Essa foi a conclusão do Sargento Sebastião Cavalcante dos Reis, em Relatório encaminhado ao seu superior já no dia 21 de fevereiro, data em que o lavrador foi alvejado por tiros de espingarda calibre 12, em uma emboscada.

A mesma posição foi assumida pelo delegado Rômulo Vasconcelos, quando, no último dia 03 de março, disse a um agente da Comissão Pastoral da Terra – Maranhão: “o crime nada tem a ver com conflito por terra, trata-se de briga de família. A Comissão Pastoral da Terra é que quer transformar em conflito por terra”.

A delegada geral da polícia civil, Maria Cristina Resende, tinha feito afirmações semelhantes, em 04 de maio de 2012. Segundo ela, “não há disputas agrárias envolvidas. Trata-se de

problemas pessoais entre vizinhos nos assentamentos, ou de acertos de contas do tráfico de drogas, em áreas indígenas”.

Essas autoridades assumem abertamente o lado de quem tenta subjugar as famílias camponesas aos seus interesses.

Há décadas a família Alvim exerce seu poder no município de Timbiras. Além de dominar as terras, ela é quem dita as regras no município. Os relatos do terror implantado por ela são inúmeros. Ao longo dos tempos, as famílias foram sendo expulsas do território. Mas, as famílias expulsas há mais de 20 anos, começaram a reagir: se organizaram e retornaram ao território. Desde então, tramita Processo de Desapropriação para fins de reforma agrária no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Incra, Superintendência do Maranhão. Ao longo desses anos não cessou nenhum só dia a perseguição às famílias que resistem aos latifundiários e a seus aliados.

Inúmeras vezes as lideranças procuraram as autoridades do Sistema de Segurança Pública do Estado do Maranhão, para denunciar os atos de violência contra as famílias. Há vários Boletins de Ocorrência registrados na Delegacia de Polícia Civil de Timbiras (MA). As denúncias foram completamente ignoradas pelas autoridades do Estado do Maranhão e também pelas federais.

Raimundo Rodrigues da Silva (Brechó) constou na lista dos camponeses ameaçados de morte, publicada pela Comissão Pastoral da Terra, em 2012. Sua morte é mais um caso de morte anunciada.

Diante disso, a CPT:

1. Repudia veementemente a forma parcial e irresponsável do governo Roseana Sarney diante do assassinato de Brechó, e de outros camponeses maranhenses.

2. Exige que o Inquérito Policial seja conduzido pelo Delegado Agrário Carlos Augusto Silva Coelho.

Seguiremos lutando até que a Justiça e o Direito prevaleçam na Terra.

São Luís – MA, 10 de março de 2014.

Comissão Pastoral da Terra – Maranhão

Nota de falecimento

Dom Tomás Balduino, fundador da CPT, fez a sua páscoa

“Para tudo há uma ocasião certa; há um tempo certo para cada propósito debaixo do céu: Tempo de nascer e tempo de morrer, tempo de plantar e tempo de arrancar o que se plantou... tempo de lutar e tempo de viver em paz”. (Eclesiastes 3:1-8)

É com grande pesar e muita tristeza que a Comissão Pastoral da Terra (CPT) comunica a todos e todas o falecimento de Dom Tomás Balduino. Fundador da CPT, bispo emérito da cidade de Goiás e frade dominicano, Dom Tomás lutou por toda sua vida pela defesa dos direitos dos pobres da terra, dos indígenas, das demais comunidades tradicionais, e por justiça social. Nem mesmo com a saúde debilitada e internado no hospital ele deixava de se preocupar com a questão da terra e pedia, em conversas, para saber o que estava acontecendo no mundo.

Aos 91 anos, completados em dezembro passado, Dom Tomás Balduino, o bispo da reforma agrária e dos indígenas, nos deixa seu exemplo de luta, esperança e crença no Deus dos pobres. Ficamos, hoje, todos e todas um pouco órfãos, mas seguimos na certeza de quem Dom Tomás está e estará presente sempre, nos pés que marcham por esse país e nas bandeiras que tremulam por esse mundo em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Dom Tomás faleceu em decorrência de uma trombo embolia pulmonar, às 23h30 de ontem, 02 de maio de 2014. Ele permaneceu internado

entre os dias 14 e 24 de abril último no hospital Anis Rassi, em Goiânia. Teve alta hospitalar dia 24, e no dia seguinte foi novamente internado, porém desta vez no Hospital Neurológico, também em Goiânia.

O Corpo será velado na Igreja São Judas Tadeu, no Setor Coimbra, em Goiânia, até às 10 horas do domingo, dia 4 de maio, momento em que será concelebrada a Eucaristia, e logo em seguida será transladado para a cidade de Goiás (GO), onde será velado na Catedral da cidade até às 9 horas da segunda-feira, 5 de maio, e logo em seguida será sepultado na própria Catedral.

Biografia de Dom Tomás Balduino

Dom Tomás Balduino nasceu em Posse, Goiás, no dia 31 de dezembro de 1922. Ele é filho de José Balduino de Sousa Décio, goiano, e de Felicidade de Sousa Ortiz, paulista. Seu nome de batismo é Paulo, Paulo Balduino de Sousa Décio. Foi o último filho homem de uma família de onze filhos, três homens e oito mulheres. Ao se tornar religioso dominicano recebeu o nome de Frei Tomás, como era costume.

Até os cinco anos de idade viveu em Posse. Depois a família migrou para Formosa, onde seu pai se tornou promotor público, depois juiz e se aposentou como tal.

Fez o Seminário Menor – Escola Apostólica Dominicana – em Juiz de Fora, MG. Fez os estudos secundários no Colégio Diocesano, dirigido pelos irmãos maristas, em Uberaba.

Cursou filosofia em São Paulo e Teologia em Saint Maximin, na França, onde também fez mestrado em Teologia.

Em 1950, lecionou filosofia em Uberaba. Em 1951 foi transferido para Juiz de Fora como vice-reitor da então Escola Apostólica Dominicana e lecionou filosofia, na Faculdade de Filosofia da cidade.

Em 1957, foi nomeado superior da missão dos dominicanos da Prelazia de Conceição do Araguaia, estado do Pará, onde viveu de perto a realidade indígena e sertaneja. Na época a Pastoral da Prelazia acompanhava sete grupos indígenas. Para desenvolver um trabalho mais eficaz junto aos índios, fez mestrado em Antropologia e Linguística, na UNB, que concluiu em 1965. Estudou e aprendeu a língua dos índios Xicrin, do grupo Bacajá, e Kayapó.

Para melhor atender a enorme região da Prelazia que abrangia todo o Vale do Araguaia paraense e parte do baixo Araguaia mato-grossense, fez o curso de piloto de aviação. Amigos solidários da Itália o presentearam com um teco-teco com o qual prestou inestimável serviço, sobretudo no apoio e articulação dos povos indígenas. Também ajudou a salvar pessoas perseguidas pela Ditadura Militar.

Em 1965, ano em que terminou o Concílio Ecumênico Vaticano II, foi nomeado Prelado de Conceição do Araguaia. Lá viveu de maneira determinante e combativa os primeiros conflitos com as grandes empresas agropecuárias que se estabeleciam na região com os incentivos fiscais da então SUDAM, e que invadiam áreas indígenas, expulsavam famílias sertanejas, os posseiros, e traziam trabalhadores braçais de outros Estados, sobretudo do nordeste brasileiro, que eram submetidos, muitas vezes, a regimes análogos ao trabalho escravo.

Em 1967, foi nomeado bispo diocesano da Cidade de Goiás. Nesse mesmo ano foi ordenado bispo e assumiu o pastoreio da Diocese, onde permaneceu durante 31 anos, até 1999 quando, ao completar 75 anos, apresentou sua renúncia e mudou-se para Goiânia. Seu ministério episcopal coincidiu, a maior parte do tempo, com a Ditadura Militar (1964-1985).

Dom Tomás, junto à Diocese de Goiás, procurou adequar a Diocese ao novo espírito do Concílio Ecumênico Vaticano II e de Medellín (1968). Por isso sua atuação, ao lado dos pobres, no espírito da opção pelos pobres, marcou profundamente a Diocese e seu povo. Lavradores se reuniam no Centro de Treinamento onde Dom Tomás morava, para definir suas formas de organização e suas estratégias de luta. Esta atuação provocou a ira do governo militar e dos latifundiários que perseguiram e assassinaram algumas lideranças dos trabalhadores. Em julho de 1976, Dom Tomás foi ao sepultamento do Padre Rodolfo Lunkenbein e do índio Simão Bororo, assassinados pelos jagunços, na aldeia de Merure, Mato Grosso. Em sua agenda estava programada uma outra atividade. Soube depois, por um jornalista, que durante esta atividade programada, estava sendo preparada uma emboscada para eliminá-lo.

Alguns movimentos nacionais como o Movimento do Custo de Vida, a Campanha Nacional pela Reforma Agrária, encontraram apoio e guarida de Dom Tomás e nasceram na Diocese de Goiás.

Dom Tomás foi personagem fundamental no processo de criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), em 1972, e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em 1975. Nas duas instituições Dom Tomás sempre teve atuação destacada, tendo sido presidente do CIMI, de 1980 a 1984 e presidente da CPT de 1999 a

2005. A Assembleia Geral da CPT, em 2005, o nomeou Conselheiro Permanente.

Depois de deixar a Diocese, além de ser presidente da CPT, desenvolveu uma extensa e longa pauta de conferências e palestras em Seminários, Simpósios e Congressos, tanto no Brasil quanto no exterior. Por sua atuação firme e corajosa recebeu diversas condecorações e homenagens Brasil afora. Em 2002, a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás lhe concedeu a medalha do Mérito Legislativo Pedro Ludovico Teixeira. No mesmo ano recebeu o Título de Cidadão Goianiense, outorgado pela Câmara Municipal de Goiânia.

Foi designado, em 2003, membro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, CDES, do Governo Federal, cargo que deixou por sentir que pouco ou nada contribuía para as mudanças almejadas pela nação brasileira. Foi também nomeado membro do Conselho Nacional de Educação.

No dia 8 de novembro de 2006, Dom Tomás recebeu da Universidade Católica de Goiás (UCG) o título de Doutor Honoris Causa, devido ao comprometimento de Dom Tomás com a luta pelo povo pobre de Deus.

No dia 18 de abril de 2008 recebeu em Oklahoma City (EUA), da Oklahoma City National Memorial Foundation, o prêmio Reflections of Hope. A organização considerou que as ações de Dom Tomás são exemplos de esperança na solução das causas que levam a miséria de tantas pessoas em todo o mundo. A premiação Reflections of Hope foi criada em 2005 para lembrar o 10º aniversário do atentado terrorista de Oklahoma – quando um caminhão-bomba explodiu em frente a um edifício, matando 168 pessoas – e para homenagear aqueles que representam a esperança em meio à tragédia e dedicam suas vidas para melhorar a vida do próximo.

De 22 até 29 de março 2009 foi em Roma para participar das palestras em homenagem de Dom Oscar Romero e dos 29 anos do seu assassinato.

Em 2012 a Universidade Federal de Goiás (UFG) também lhe outorgou o título de Doutor Honoris Causa. Em dezembro do mesmo ano, durante as comemorações dos seus 90 anos, a CPT homenageou-o dando o seu nome ao Setor de Documentação da Secretaria Nacional, que passou a se chamar “Centro de Documentação Dom Tomás Balduino”.

CPT denuncia e repudia onda de violência no campo

A Diretoria e a coordenação executiva nacional vêm a público se manifestar diante da onda de violência no campo na semana de 10 a 17 de agosto, com o assassinato de três trabalhadoras e um trabalhador. Mais uma vez são mortes anunciadas, sem que se tomem as devidas providências para evitá-las.

Na terça-feira, 12, no sudeste do Pará, Maria Paciência dos Santos, 59, foi atropelada por um caminhoneiro que avançou sobre os 1.500 manifestantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) que marchavam pela BR-155, chamando a atenção para o descaso com a Reforma Agrária. O local é próximo à curva do “S”, onde ocorreu o Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. O trânsito estava liberado em uma faixa, mas foi bloqueado pelos manifestantes após o brutal assassinato de Maria, que morreu na hora.

Na quarta-feira, 13, foi assassinada a tiros, a ex-presidenta do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura de União do Sul, em Mato Grosso, Maria Lúcia do Nascimento, que morava no assentamento Nova Conquista II. Tanto ela quanto outras famílias assentadas e dirigentes do Sindicato de Trabalhadores na Agricultura local, já haviam sofrido ameaças do dono da fazenda, Gilberto Miranda, registradas em Boletins de Ocorrência e em atas de denúncias feitas diretamente ao Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino José da Silva Filho. As ameaças foram testemunhadas, inclusive, por oficiais de justiça.

No sábado, 16, o Presidente da Associação ASPRONU (Associação de Produtores Rurais Nova União), Josias Paulino de Castro,

54 anos, e sua esposa, Ireni da Silva Castro, 35 anos, foram assassinados, no Distrito de Guariba, Município de Colniza, MT. Em 5 de agosto, Josias havia participado, em Cuiabá, de audiência com o Ouvidor Agrário Nacional, desembargador Gercino, e com várias outras autoridades do estado de Mato Grosso. Josias denunciara políticos da região por extração ilegal de madeira, a Polícia Militar por irregularidades e órgãos públicos por emissão irregular de títulos de terras, assim como a existência de “pistoleiros” na região. Josias, segundo o site Pantanal, nesse mesmo dia teria afirmado: “Estamos morrendo, somos ameaçados, o governo de Mato Grosso é conivente, a PM de Guariba protege eles, o governo federal é omissivo, será que eu vou ter que ser assassinado para que vocês acreditem e tomem providências?”.

Além destas mortes acontecidas nos últimos dias, o Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, da CPT, registrou um sangrento mês de julho com 7 assassinatos em 20 dias, em quatro estados da federação. 2014 apresenta-se como mais violento que o ano anterior. De janeiro a 18 de agosto já se contabilizam 23 assassinatos em conflitos no campo, havendo ainda três casos em averiguação. No mesmo período de 2013, o número de assassinatos registrado era de 21.

A violência está presente em todo o território nacional. Diante dos olhos das autoridades que deveriam concretamente agir de forma a exterminá-la definitivamente. O Ouvidor Agrário Nacional, assim como a Secretaria de Direitos Humanos, têm acompanhado todas as denúncias, ameaças, indícios de irregularidades, mas nada foi feito em vista de barrar

o avanço dos assassinatos e do extermínio dos povos do campo.

Quando estas mortes provocarão respostas claras e sérias dos órgãos públicos?

Toda esta violência se dá no momento em que a Reforma Agrária some dos programas de governo dos principais partidos políticos que disputam a presidência da república. Demarcação de terras indígenas e quilombolas, da mesma forma, paralisadas. E os candidatos à presidência assistindo de camarote, sem nenhuma resposta clara a essas demandas em seus planos de governo.

De fato, o programa político de Dilma Rousseff à reeleição, não reserva nenhuma linha à Reforma Agrária. O programa de Aécio Neves, passa pela tangente, somente citando a Reforma Agrária como necessária para garantir a segurança alimentar. O programa do PSB ainda fez duas ou três leves insinuações sobre a Reforma Agrária. Fica mais que patente que a reforma agrária não é hoje prioridade para nenhum dos partidos com chance de chegar à Presidência.

Ironia do destino: ao mesmo tempo em que três grandes figuras femininas despontam na

disputa à presidência da República, numa semana, três mulheres, lutadoras, são assassinadas em conflitos pela terra.

A CPT espera que providências efetivas sejam tomadas no caso destas mortes, e não apenas reduzidas a grupos de trabalho que, até o momento, não se provaram eficazes. Que o estado brasileiro (Executivo, Judiciário, Legislativo) crie ações efetivas para a diminuição da violência no campo. Que a apuração dos fatos sejam eficientes, que o Judiciário não seja subserviente, que a legislação não seja flexibilizada e o Executivo crie condições efetivas de manter a população no campo.

Que o sangue destas mulheres, dos trabalhadores, quilombolas e dos indígenas que tomaram diante da ganância do capital, provoque uma profunda reflexão e ação imediata de nossos políticos, que jogaram na lata do lixo a reforma agrária e a regularização dos territórios tradicionais.

Goiânia, 19 de agosto de 2014.

A Diretoria e a Coordenação
Executiva da CPT

Onde está a Reforma Agrária

A Diretoria e a Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra, após denunciar no início da semana passada a onda de violência que se abateu sobre os trabalhadores e trabalhadoras do campo, querem agora unir sua voz à de milhares e milhares de indígenas, quilombolas, pescadores, ribeirinhos, camponeses e camponesas e trabalhadores e trabalhadoras rurais do Brasil, que expressam sua perplexidade e descrença diante do atual quadro político-eleitoral do momento. Na realidade é frequente ouvir deles que nenhum candidato e nenhuma proposta se identifica com as suas necessidades e reivindicações.

Podemos testemunhar que vem crescendo a não aceitação e uma justa revolta diante do conchavo permanente entre poderosos grupos econômicos privados, nacionais e estrangeiros, ruralistas, agroindustriais, mineradores, para ocupar e controlar cargos nas instituições públicas tanto do executivo, quanto do legislativo. Com isso objetivam influenciar leis e políticas públicas que facilitem a perpetuação do latifúndio e da grilagem, que retirem os direitos duramente conquistados pelos povos indígenas, comunidades quilombolas e outras comunidades tradicionais, e que flexibilizem os direitos trabalhistas, para garantir o lucro a qualquer custo para os investimentos e empreendimentos capitalistas.

Isso, que homens e mulheres do campo, das águas e das florestas percebem, fica claro na análise dos programas de governo dos candidatos que, em âmbito federal e estadual, disputam com possibilidades de sucesso as eleições. Todos eles exaltam a eficiência e importância do agronegócio, enquanto nem sequer reservam uma linha para a necessidade da reforma agrária, ou aqueles que a ela se referem, a colo-

cam num plano insignificante. O máximo que os programas pontuam é algum tipo de apoio à agricultura familiar e uma insinuação à necessidade de uma agricultura agroecológica e saudável.

O resultado previsto, quaisquer sejam os vencedores, será a confirmação de um modelo de desenvolvimento que ameaça os territórios indígenas, quilombolas e camponeses, a continuidade da vida nos nossos biomas e os direitos trabalhistas. Um modelo de desenvolvimento que, no dizer de Maninha, do Movimento dos Pescadores e Pescadoras, “traz sofrimento para nossas comunidades”.

O próprio financiamento das campanhas eleitorais pelas grandes empresas é a expressão cabal do conluio capital/política. Qual será o interesse, por exemplo, das três empresas responsáveis, até o momento, por 65% do arrecadado pelos três principais candidatos à presidência da república, JBS (Friboi), Ambev (Cervejaria) e OAS Construtora, se elas estão envolvidas em denúncias e punições por violações aos direitos trabalhistas de seus funcionários, inclusive em situações análogas ao trabalho escravo?

Na contramão dos programas das agremiações partidárias, infelizmente hegemônicas, insistimos sobre a centralidade da Reforma Agrária. Trata-se de uma Reforma Agrária resignificada, que vai além da mera distribuição de terras: é sonho e projeto que brota e floresce com as novas experiências e articulações dos indígenas e dos quilombolas, que defendem e retomam seus territórios, com a proposta de economias que defendam o futuro do Planeta, ameaçado pelo efeito estufa e mudanças climáticas, agroecologias como visão do mundo,

aproveitamento das energias limpas, soberania e segurança alimentar respeitosa da Vida, moratórias que preservem o que sobra da Amazônia, Cerrado, Caatinga, Mata Atlântica e Pampas, com suas bacias hidrográficas e aquíferos destruídos e constantemente agredidos.

Se não houver uma mudança radical no curso destas eleições, a CPT sente que elas não marcarão nenhum salto qualitativo em relação às grandes expectativas que o Brasil fez eclodir, com muita esperança, nas manifestações de junho de 2013 e nas mobilizações indígenas e camponesas deste último ano. Por isso conclama a todos quantos sentem a urgência de um Brasil novo, à participação no plebiscito popular a acontecer na semana da pátria, em vista da convocação de uma Constituinte soberana e independente para a construção de uma reforma política que abra espaço para organizações populares, de classe e de territórios. Estas,

representadas e presentes nas decisões mais importantes da vida do País, lutarão para que sejam reconhecidos e aceitos a autonomia e o protagonismo de grupos que resistem à massificação dos métodos do capital e propõem alternativas a um modelo de desenvolvimento elitista e falido.

Se a dimensão política é a “maneira de melhor exercer o maior mandamento do amor” (Papa Francisco, discurso do dia 10 de junho de 2013), cabe-nos, como Comissão Pastoral da Terra, denunciar as viciadas formas de exercer o poder que alimentam e fortalecem os grupos já poderosos, que agridem e ameaçam não só os direitos dos mais fracos, mas a própria Constituição brasileira.

Goiânia, 27 de agosto de 2014.

Comissão Pastoral da Terra

Advogado da CPT sofre ameaças

A Coordenação Executiva Nacional da CPT vem por meio desta solidarizar-se com o coordenador da CPT Regional Araguaia-Tocantins, Silvano Lima Rezende, que tem sofrido ameaças de pistoleiros a mando de grileiros, na tentativa de intimidá-lo na sua ação em defesa dos direitos dos camponeses. Estende esta solidariedade à esposa e filhos do Silvano e aos outros membros da CPT Araguaia-Tocantins que vivem em situação de risco.

Silvano vem contrariando interesses, pois, há mais de uma década atua na defesa dos direitos dos camponeses, e nos últimos anos na defesa jurídica gratuita, em apoio à resistência das famílias que tentam permanecer nas terras por elas trabalhadas. Semana passada, pessoas estranhas e com atitudes suspeitas estiveram à sua procura em sua casa.

É alarmante a escalada dos conflitos agrários no estado do Tocantins, conforme o relatório Conflitos no Campo Brasil 2013, divulgado pela CPT. Neste último ano registrou-se um aumento de 61% nos conflitos por terra, en-

volvendo 3.682 famílias, das quais 625 foram despejadas.

Pistoleiros rondam frequentemente áreas ocupadas por posseiros e sem terra das Glebas Anajá, Tauá, Taboca e outras, nos municípios de Palmeirante, Colinas, Barra do Ouro e Goiatins. Em 2005, a Polícia Federal desencadeou, nos municípios de Palmeirante e Colinas, a Operação Terra Nostra, de combate à grilagem de terras, que resultou na prisão de grileiros e pistoleiros.

A Coordenação da CPT pede às autoridades de segurança pública, à Defensoria Pública e à Ouvidoria Agrária, que estejam atentas e investiguem todas e quaisquer denúncias de ameaças e intimidações contra os que militam pela Reforma Agrária no estado do Tocantins, para que o direito à vida e à dignidade sejam garantidos.

Goiânia, 1 de setembro de 2014.

A Coordenação Executiva Nacional

Solidariedade aos ocupantes da Fazenda Santa Mônica (GO)

A Coordenação Executiva da Comissão Pastoral da Terra, CPT, vem a público prestar sua solidariedade às 3.000 famílias de sem terra que, no último domingo (31/08), ocuparam a Fazenda Santa Mônica, em Corumbá de Goiás, de propriedade do senador cearense Eunício de Oliveira. Essa ação visa, sobretudo, chamar a atenção da sociedade brasileira sobre uma realidade cada vez mais recorrente da concentração da propriedade da terra em nosso país. Segundo manifestações dos que ocuparam a terra, são constantes as denúncias das formas mais absurdas utilizadas pelo senador para cada vez incorporar mais áreas à sua propriedade.

Quem anda pela região de Corumbá de Goiás, escuta de todos os lados que o senador já é dono de mais da metade do município. A Fazenda Santa Mônica é apenas uma entre os muitos imóveis rurais em nome do senador. Na declaração de bens apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral, neste ano, constam 88 imóveis rurais em Goiás, quase todos em Corumbá de Goiás. Na declaração anterior (2010), o número declarado era de 72 propriedades. Em quatro anos, 16 novas propriedades foram incorporadas ao seu patrimônio. E chama a atenção o valor declarado das mesmas. A Santa Mônica, apesar de ter 21 mil hectares, tem seu valor declarado como de apenas R\$ 386.720,00. Outros imóveis tem um ínfimo valor declarado, a partir de R\$ 746,27, o valor de um deles, passando por outros de R\$ 1.000,00, 1.500, 2.000... O total do patrimônio declarado do atual candidato ao governo do Ceará é de R\$ 99.022.714,17, o mais rico entre todos os candidatos a governador. Se considerarmos que na declaração de bens de

2010, o valor declarado foi de R\$ 36.737.673,19, temos em quatro anos uma aumento razoável de 170% no seu patrimônio!

O Senador goza do apoio das autoridades locais. Por isso não estranham as últimas decisões do juiz Levine Raja Gabaglia Artiaga. Quinze dias antes da ocupação, em ação de reintegração de posse, ele “determina que o MST se abstenha de esbulhar ou turbar ou invadir as terras da Fazenda Santa Mônica”. Ocupação efetuada, no dia seguinte emite liminar de reintegração de posse. Recebeu os autos do processo, às 12h38 de 1/9/2014, e um minuto depois, às 12h39, já estavam assinados e remetidos à escritania. Ainda há gente que diz que a justiça é morosa!

A Coordenação da CPT pede às autoridades competentes, Justiça Federal, Polícia Federal e outras, uma investigação séria e profunda do crescimento do patrimônio de um cidadão que, em quatro anos, quase triplica seus bens, e dos métodos utilizados para isto.

As palavras do profeta Miquéias se encaixam perfeitamente nesta realidade: “Ai daqueles que, deitados na cama, ficam planejando a injustiça e tramando o mal! É só o dia amanhecer, já o executam, porque eles têm o poder em suas mãos. Cobiçam campos e os roubam; querem uma casa e a tomam, assim oprimem ao homem e à sua família, ao proprietário e sua herança!” (Miq 2, 1-2).

Goiânia, 3 de setembro de 2014.

A Coordenação Executiva Nacional

Homens armados ocupam comunidade no Maranhão e atemorizam as famílias

A Coordenação Executiva Nacional da CPT vem mais uma vez a público para denunciar que pistoleiros fortemente armados, desde o dia de ontem, 10/09, sitiam a comunidade Forquilha, às margens do rio Parnaíba, no município de Benedito Leite, fronteira entre o Maranhão e o Piauí. Os pistoleiros retiraram o gado que pertencia às famílias. Ainda hoje os pistoleiros continuam na área. Os moradores denunciaram o fato à polícia, que pediu a eles provas da existência de homens armados.

O conflito se deve a que o Sr. Renato Miranda Carvalho, suposto proprietário da Fazenda Campo Belo, teria arrematado em leilão judicial a área onde se localiza a comunidade tradicional de Forquilha, com a intenção de plantar eucalipto.

Além de manter pistoleiros na área, o latifundiário ingressou com ação de reintegração de posse contra as famílias que produzem e vivem no lugar há mais de 40 anos. Ao mesmo tempo tem pressionado de todas as formas para que os moradores abandonem a área. Casas foram derrubadas, ameaças de expulsão foram feitas e o Sr Maciel Bento dos Santos, uma das lideranças, foi ameaçado de morte. No dia 21 de agosto, quando os trabalhadores iriam participar de uma reunião na sede do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Benedito Leite, com a FETAEMA e sua assessoria jurídica, foram impedidos de sair de

suas casas em razão da presença de homens armados que, em dois carros e em plena luz do dia, rondavam as casas.

Por diversas vezes, a direção do STTR de Benedito Leite e os moradores estiveram no escritório da CHESF em Teresina, objetivando a regularização fundiária da área por eles ocupada. Entretanto, até a presente data, não lograram êxito.

Essa área pertence à União, que na década de 1960, desapropriou vários imóveis para a constituição do lago artificial da represa de Boa Esperança. Ademais, a referida área se situa como terreno marginal, às margens do Rio Parnaíba, portanto, de acordo com a Constituição Federal, a área é de domínio da União, sem que haja possibilidade de qualquer ascensão possessória por particulares.

Diante disto a Coordenação Executiva da CPT, exige que os pistoleiros que se encontram na área sejam desarmados e afastados definitivamente da região, e que sejam tomadas as providências devidas para que as famílias possam viver e trabalhar em tranquilidade. Ou as autoridades esperam que aconteça o pior para depois tomarem alguma providência ?

Goiânia, 11 de setembro de 2014

A Coordenação Executiva Nacional da CPT

Movimentos pedirão o afastamento do Juiz Murilo Lemos Simão dos processos que apuram assassinatos no campo

Na semana passada, o juiz Murilo Lemos Simão revogou a prisão preventiva dos dois únicos acusados dos assassinatos e tentativas de homicídio ocorridos no interior da Fazenda Gaúcha no último dia 22 setembro, no município de Bom Jesus do Tocantins, no Pará. O gerente da fazenda, Reginaldo Aparecido Augusto e um suposto funcionário, André Santos Souza, foram acusados dos disparos que mataram Jair Cleber Alves dos Santos, Agnaldo Ribeiro Queiroz e feriram gravemente outros três trabalhadores.

André, conhecido como “Neguinho”, foi preso em flagrante por tentativa de homicídio e porte ilegal de arma de fogo. Para a surpresa e indignação de todos, dois dias depois, o Juiz Murilo Lemos Simão relaxou a prisão em flagrante de Neguinho. Estranhamente, o juiz utilizou como justificativa para relaxar o flagrante, requisito inexistente em nosso sistema legal. Para justificar sua decisão ele alegou, por exemplo, que o delegado não colheu o depoimento da vítima. Ora, não colheu porque não seria possível, pois a vítima em que Neguinho teria atirado se encontrava numa mesa de cirurgia entre a vida e a morte. Ademais, a informação sobre as mortes e baleamentos eram públicas, não havendo dúvidas sobre o ocorrido e o Código de Processo Penal Brasileiro não estabelece como requisito para manutenção de qualquer flagrante que a vítima seja ouvida pela autoridade policial. O estranho é que o magistrado ignorou o fato grave ocorrido, duas mortes e três baleamentos, e se ateu a formalidades inexistentes para justificar sua questionável decisão. Ainda que ele optasse

por relaxar o flagrante, diante da gravidade dos fatos, ele poderia, de ofício, decretar as prisões preventivas dos suspeitos. Mas, o pior ainda estava por vir.

Logo após os crimes, Reginaldo Aparecido, gerente da fazenda, fugiu do local. O delegado da DECA, acertadamente, requereu sua prisão preventiva e, no mesmo pedido, requereu também a prisão preventiva de Neguinho. O juiz de plantão, Dr. Jonas da Conceição, decretou a prisão dos dois acusados. Ao tomar conhecimento da decisão, o juiz Murilo Lemos Simão ficou enfurecido. Em nova decisão, proferida no último dia 30 de setembro, escandalosamente, revogou a prisão dos dois acusados. Além de fazer acusações graves contra o delegado da Deca, que cumpriu com seu papel, o juiz ainda denunciou o delegado à corregedoria de polícia, acusando-o de ter fraudado o plantão judicial. Numa decisão raivosa, o juiz foi desrespeitoso e fez várias acusações contra o delegado. O estranho nas duas decisões do magistrado é que, em nenhum momento, ele fez qualquer menção às mortes e tentativas de homicídio ocorridas contra os trabalhadores, sua preocupação nas duas decisões foi colocar os assassinos nas ruas sem se importar com o que aconteceu com as vítimas.

O que chama a atenção nas escandalosas decisões do referido magistrado é que ele se apega a formalidades que extrapolam a legislação processual penal, apenas para favorecer os acusados e cometer injustiça contra as vítimas. Senão vejamos: primeiro, o suposto “pedido de revogação” da prisão do gerente Reginaldo foi

feito em duas páginas e meia, em espaço duplo e sem seguir uma única formalidade exigida pelo Código de Processo Penal, mas o magistrado, zeloso pelo cumprimento da lei, fez vistas grossas para isso. Não teceu um único comentário sobre o “suposto pedido”; segundo, o juiz tinha relaxado o flagrante apenas de Neguinho, pois o gerente Reginaldo, acusado de dois homicídios, encontrava-se foragido, portanto, o pedido feito pelo delegado em relação a ele não tinha qualquer erro formal. Se o magistrado quisesse fazer justiça teria revogado a prisão de Neguinho sob o fundamento de que seu flagrante já tinha sido relaxado e mantida a prisão de Reginaldo que se encontrava foragido, mas o juiz Murilo rasgou as formalidades exigidas pelo CPP e revogou também a prisão do assassino Reginaldo. Ou seja, para os assassinos todos os favores da lei e para as vítimas todos os rigores da lei.

Zé Cláudio e Maria do Espírito Santo

Mas, não é a primeira vez que o Juiz Murilo Lemos Simão age de forma questionável quando se trata de crimes contra trabalhadores rurais e suas lideranças. Sua atuação na condução do processo que apurou o assassinato do casal de extrativistas assassinados em Nova Ipixuna em maio de 2011 foi duramente criticada pelos familiares das vítimas e pelas entidades de direitos humanos que acompanharam o caso.

Durante a fase de investigação do crime, quando a polícia chegou ao nome de José Rodrigues como o primeiro acusado pelo crime, foi pedido de imediato a prisão temporária dele, entretanto o Juiz Murilo Lemos negou o pedido de prisão. Após mais alguns dias de investigação, a polícia chegou ao nome de Lindonjonson Silva como um dos executores, e então requereu a prisão preventiva de José Rodrigues e Lindonjonson, o Juiz mais uma vez negou o pedido de prisão dos dois. Com mais provas colhidas,

a polícia requereu a prisão dos acusados pela terceira vez. O juiz então demorou a decidir. Foi preciso que os familiares e os movimentos sociais denunciassem o juiz à imprensa, aos organismos de direitos humanos e ao próprio Tribunal de Justiça do Estado. Ao receber a denúncia, o Tribunal intimou o Juiz a responder em 24 horas. Frente à pressão da sociedade e a exigência do Tribunal foi que o juiz decidiu então decretar a prisão dos acusados.

A condução do tribunal do júri pelo magistrado também gerou protestos, cujas marcas se encontram ainda hoje nas portas do Fórum do Marabá. Familiares, jornalistas e representantes das entidades de direitos humanos o acusaram de ter contribuído para que José Rodrigues Moreira, mandante do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio e Maria do Espírito Santo, fosse absolvido pelos jurados. O próprio magistrado fez questão de registrar sua tendenciosa opinião na sentença de absolvição de José Rodrigues, ao afirmar que “o comportamento das vítimas contribuiu de certa maneira para o crime (...) pois tentaram fazer justiça pelas próprias mãos, utilizando terceiros posseiros, sem terras, para impedir José Rodrigues de ter a posse de um imóvel rural”. Em decisão publicada no dia 14/08, o Tribunal de Justiça anulou o julgamento e decretou a prisão de José Rodrigues.

Outro caso que envolve também o juiz Murilo ocorreu em agosto de 2012. O magistrado absolveu o fazendeiro Vicente Correia Neto e os pistoleiros Valdenir Lima dos Santos e Diego Pereira Marinho acusados do assassinato do líder sindical Valdemar Barbosa de Oliveira, o Piauí, crime ocorrido em junho de 2011 em Marabá. De acordo com depoimento prestado pelo pistoleiro Diego Pereira Marinho, o fazendeiro Vicente Correia pagou o valor de 3 mil reais para que a dupla assassinasse o sindicalista.

A confissão do pistoleiro foi sustentada em depoimentos prestados perante a polícia civil de Marabá e acompanhada pela imprensa local. Os dois pistoleiros foram presos após terem assassinado outras pessoas em Marabá. De acordo com informações da polícia, a dupla já assassinou mais de 20 pessoas na região. Após serem presos, Diego prestou novo depoimento perante a polícia afirmando que estava sendo ameaçado na cadeia e que o advogado do fazendeiro Vicente Correia havia lhe mandado um recado através de Valdenir: que se ele negasse o crime perante o Juiz seria financeiramente recompensado. O que ele fez posteriormente. Mesmo com todas essas provas, o juiz Murilo impronunciou e absolveu o fazendeiro e os dois pistoleiros.

O suposto rigorismo do juiz muda quando os acusados de crimes são trabalhadores ligados aos movimentos sociais. Em 2011, o juiz Murilo decretou a prisão de três irmãos de José Cláudio, acusados de um suposto homicídio no interior do Assentamento Extrativista. Os acusados tinham residência fixa, emprego definido, bons antecedentes e compareceram a todos os chamados da polícia, mas nada disso fez com

que o juiz permitisse que eles respondessem o processo em liberdade. Eles cumpriam todas as formalidades exigidas pelo CPP, mas o juiz ignorou todas elas.

Frente à gravidade da situação relatada, os familiares das vítimas de crimes no campo, os movimentos sociais e entidades de defesa dos direitos humanos vão requerer ao Tribunal a suspeição do Juiz Murilo em todos os processos que tramitam em Marabá e que apuram o assassinato de trabalhadores rurais sem terra e lideranças dos movimentos sociais. Vão encaminhar ainda uma representação contra o juiz à corregedoria do Tribunal e ao Conselho Nacional de Justiça.

Marabá, 08 de outubro de 2014.

Familiares de Jair Cleber e Agnaldo Ribeiro.
Familiares de José Claudio e Maria do Espírito Santo.
Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará - FETAGRI.
Comissão Pastoral da Terra - CPT.
Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bom Jesus do Tocantins

Para a Senhora Presidenta da República Dilma Rousseff

Excelentíssima Senhora,

A Comissão Pastoral da Terra, CPT, reunida em Conselho Nacional, em Luziânia-GO, entre 27 e 29 de outubro de 2014, dirige-se respeitosamente a V. Excia. para, em primeiro lugar, parabenizá-la pela reeleição e desejar-lhe um novo mandato profícuo e benéfico para toda a nação brasileira, de modo especial para os menos favorecidos, já que foram estes a maioria dos que a reelegeram. Por isso merecem uma atenção toda especial de sua parte.

Atendendo à sua abertura e solicitação para o diálogo, expresso em seu primeiro pronunciamento após a vitória nas eleições, queremos apresentar-lhe situações e questões nacionais que passaram ao largo de toda a campanha eleitoral e que, agora, forçosamente, se tornaram em alertas e reivindicações. São situações, questões e reivindicações dos povos dos campos, das águas e das florestas com quem a CPT atua e apoia.

A Senhora, ao assumir a presidência, jurou, e novamente vai jurar, defender e aplicar a Constituição Federal. Esta, em seu artigo 184, diz que “compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social”. Constatamos que, sobretudo em seu mandato atual, no que exige este artigo, a Constituição foi tratada como letra morta, pois foi efetuado o menor número de desapropriações dos últimos 20 anos. Também não foi feita a retomada das áreas devolutas e da União que estão nas mãos de grileiros.

Atribuímos isso à total falta de interesse político de seu governo em relação a este tema.

São claramente privilegiados os interesses de grupos ruralistas que estão entre os principais que sempre comandaram e desmandaram sobre este país.

Estes grupos alinhados ao modelo desenvolvimentista predador estão entre os responsáveis pela devastação ambiental dos nossos biomas, com o desmatamento e a utilização intensiva de agrotóxicos que suprimem a proteção vegetal e contaminam solos, águas, ar e trabalhadores e trabalhadoras. Provocam ainda o secamento e morte de nascentes e rios, e o rebaixamento de lençóis freáticos e aquíferos. A destruição dos Cerrados compromete a segurança hídrica atual e futura, o que já se evidencia na crise de abastecimento de várias regiões do país, que não se pode atribuir simplesmente à falta de chuvas. Ao se expandir para a Amazônia, este modelo chega à última fronteira, agrava a crise ecológica e nos põe a temer ainda mais pelo futuro...

Seu governo e os do Presidente Lula, tidos como “populares”, nos quais – acreditava-se – fariam a diferença, em relação aos anteriores, para os povos do campo, acabaram se submetendo às exigências econômicas e políticas do agronegócio e deixaram milhares e milhares de famílias em situações mais que precárias, desumanas em acampamentos à beira de estradas.

Senhora Presidenta, a retomada da Reforma

Agrária, ressignificada, efetiva e melhorada, é uma medida mais que urgente que seu novo governo deve tomar, pois ela irá melhorar os índices da produção familiar, que já é responsável por 70% dos alimentos consumidos no País. Uma política de maior apoio aos camponeses e camponesas das várias categorias existentes no País, potencializará uma produção alimentar qualitativamente diferente, saudável e harmônica com os bens da terra. Os programas de seu governo – Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e Política Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – provam a eficácia da agricultura familiar, responsável principal pela saída do Brasil do mapa mundial da fome, segundo a ONU em recente relatório.

Outro dispositivo constitucional, que deve ser aplicado com firmeza e determinação e com a maior urgência, é o Art. 67 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que diz que “a União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição”. Passaram-se 26 anos e a maior parte das terras indígenas ainda não foi demarcada. E o mais lamentável é que seu governo tenha determinado a suspensão da identificação das Terras Indígenas, propondo “mesas de conciliação”, que são uma forma de reduzir ou mesmo eliminar o direito à terra dos povos e comunidades, pois, como bem se sabe, “a corda sempre arrebenta do lado mais fraco”... Dezesete decretos de homologação de Terras Indígenas estão sobre sua mesa só aguardando sua assinatura, Presidenta! Outros tantos estão sobre a mesa do Ministro da Justiça para encaminhamento. Isso demonstra a falta de sensibilidade em relação a esta causa, que é de todos nós. A isso se soma a tentativa de retirar da FUNAI a competência para a identificação e demarcação dos territórios indígenas, repassando-a a órgãos que pouco ou nada sabem da realidade

e história indígenas. Com isso crescem os conflitos, carregados de violência, com aumento do número de assassinatos e que colocam os primeiros habitantes deste País numa situação de inferioridade, a perpetuar o massacre da época colonial.

O mesmo acontece em relação aos quilombolas. O artigo 68 das ADCT dispõe que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”. No seu primeiro mandato, esta determinação também não foi praticamente efetivada, fazendo crescer o número de conflitos envolvendo estas comunidades.

Os interesses do agronegócio – com suas monoculturas de soja, cana de açúcar, gado, eucalipto e outros –, o das mineradoras e a aposta em grandes projetos como o de construção de barragens e outras obras de energia, se sobrepõem aos direitos dos povos indígenas, das comunidades quilombolas, das comunidades de fundo e fecho de pasto, dos pescadores artesanais, dos faxinalenses, dos extrativistas e de outras comunidades tradicionais, e até de assentados e assentadas da reforma agrária, que são expulsos da terra com o consequente desenraizamento das famílias

Senhora Presidenta, os conflitos e a violência, inclusive com assassinatos de camponeses e camponesas, 130 no seu governo, conforme os dados registrados pela CPT, acobertados pela impunidade, só tenderão a crescer se se mantiverem a inoperância e a corrupção em muitos órgãos governamentais, ao par do que fazem ou deixam de fazer o Legislativo e o Judiciário. O INCRA, a Fundação Cultural Palmares, além da FUNAI, devem ser fortalecidos, aprimorando os seus quadros e sua atuação.

Outra situação que merece especial atenção da sua parte é a dos trabalhadores e trabalhadoras submetidos à condição análoga à de escravos. Neste sentido lembramos que a Senhora assinou a Carta-Compromisso, proposta pela Comissão Nacional para Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE), de garantir a continuidade e a intensificação do combate ao trabalho escravo, especificamente de que não haja nenhum retrocesso na legislação vigente.

A CPT também se preocupa com a educação no e do campo. Milhares de escolas rurais têm sido fechadas, nos últimos anos, obrigando estudantes a longas viagens para longe de seu meio. Com isso a eles e elas se oferece uma educação descontextualizada que favorece o êxodo rural e o esvaziamento do campo. Muitas outras escolas que se mantêm abertas estão em condições mais que precárias. Senhora Presidenta, é urgente uma política educacional voltada para a permanência das famílias no campo, com o fortalecimento das Escolas Família Agrícola (EFAs), das Casas Familiares

Rurais, das escolas indígenas, das escolas quilombolas e outras do gênero.

Senhora Presidenta, podemos esperar de sua parte uma atuação ativa para garantir aos povos dos campos, das águas e das florestas seus direitos constitucionais, sobretudo de acesso às terras e aos territórios que historicamente lhes pertencem e dos quais foram esbulhados? Ou vamos continuar assistindo a uma atuação de cunho colonialista, que vê nestes povos e comunidades simplesmente “entraves ao desenvolvimento”, “ao crescimento”?

Esperamos de V. Excia. um governo renovado, mais comprometido com as causas populares, que estavam na origem de seu partido. De nossa parte conte com este nosso apoio: continuar ao lado dos camponeses e camponesas do Brasil, em suas lutas e esperanças.

Luziânia, 29 de outubro de 2014.

Dom Enemésio Lazzaris
Presidente

O contra-fogo da Suzano Papel e Celulose Ltda no território de comunidades quilombolas do leste maranhense

A Comissão Pastoral da Terra - MA torna públicas as ações criminosas das Empresas Suzano Papel e Celulose Ltda. com realização de queimadas, que tem como objetivo preservar suas plantações de eucalipto, e que provocam a expulsão de famílias camponesas e destruição de áreas de cultivo tradicional.

Entre os municípios de Parnarama e Matões, no estado do Maranhão, as comunidades quilombolas Tanque de Rodagem e São João, Cocalinho e Guerreiro denunciam a progressiva investida da referida Empresa para expansão e manutenção dos seus plantios. Uma das ações é a da utilização do chamado CONTRAFOGO, operação que consiste em atear fogo a partir das margens das áreas plantadas, com isso evitando que as mesmas sejam atingidas pelos focos de incêndio que aumentam no período seco de cada ano de modo especial em áreas de chapadas. Este fogo, muitas vezes, avança sobre as plantações camponesas. Além disso, segundo moradores da região, a expansão do plantio de eucalipto está fazendo secar brejos e lagoas, o que tem contribuído significativamente para o agravamento da situação nos longos períodos de estiagem.

Em conversa com encarregado da brigada de incêndio da Empresa Suzano Papel e Celulose Ltda., não identificado, este declarou que a Empresa não está preocupada com a queima das áreas de plantio do território quilombola Guerreiro, e sim com os possíveis focos de

incêndio em meio à sua plantação. Esta declaração coloca em cheque todo o discurso de sustentabilidade da Empresa e, deixa mais que clara sua responsabilidade ambiental, além de revelar a sua intenção de expansão dos cultivos nos territórios.

O bioma cerrado tem sofrido desmatamento e queimadas para abertura de áreas para implantação de monocultivos, como de soja, pinus e eucalipto, além do uso para pecuária extensiva. Estas práticas são caracterizadas pela devastação, pois substituem a cobertura vegetal original pelos novos cultivos, desconfigurando totalmente o bioma. Esta desconfiguração afeta a reprodução do bioma cerrado, comprometendo o reabastecimento das fontes hídricas e contaminando o solo. Compromete também a reprodução social das populações tradicionais.

O mercado de terras no leste maranhense tem se aquecido no segundo semestre, alimentado pelas constantes expulsões de camponeses e camponesas, provocadas pelas queimadas e destruição das áreas de cultivo. Outro fator que alimenta esta expulsão é o do uso de agrotóxicos para a manutenção do plantio de eucalipto, uma vez que a área está plantada, aproximadamente a quatro anos e necessita de cuidados para combater as pragas para garantir a plena rentabilidade das árvores ao final de sete anos.

A tudo isso se acrescenta o total descumprimento da legislação trabalhista, praticado pelas empresas terceirizadas do grupo Suzano em contradição com o seu discurso desenvolvimentista. Ela apregoa que sua atividade aumenta os postos de emprego, promove a geração de renda e a melhoria da vida dos trabalhadores das comunidades onde ela se instala.

Um camponês que trabalhou no plantio do eucalipto, para a empresa JS Florestal, nos relatou que o trabalhador não tem licença para afastamento por motivos de doença, porque o médico é da empresa e nunca dá atestado. Um pé de eucalipto fora do lugar gera uma seção de “tortura” para todos os trabalhadores que devem ouvir tudo, uma e outra vez e de novo, para que fique claro porque aquilo está errado.

O contrafogo da Suzano Papel e Celulose Ltda. não é só físico, mas político e ideológico na direção das comunidades quilombolas em conflito. A ausência de políticas de moradia, saneamento básico e água potável, eletrificação rural, educação e saúde que possibilitem a permanência na terra, aliadas ao desmonte dos órgãos fundiários, neste caso o INCRA, responsável pela política de titulação dos territórios, incentiva o aumento da grilagem de terra. E avança, como queimada, sobre os territórios com seus povos e modos de vida tradicionais, tornando-se uma ameaça às suas vidas e à Mãe-Terra.

São Luís – MA, 06 de novembro de 2014.

Comissão Pastoral da Terra – Maranhão

Agentes da CPT sofrem ameaças no Maranhão

A Diretoria e Coordenação Executiva Nacional da Comissão Pastoral da Terra, CPT, mais uma vez vem a público denunciar agressões, ameaças e intimidações contra seus agentes no Maranhão.

No dia 4 de novembro, o Padre Marcos Bassani, coordenador da CPT da diocese de Grajaú, foi intimidado em tom de ameaça, em sua própria residência, pelo fazendeiro Pedro Gaúcho, o Gauchão, no povoado Alto Brasil, onde reside. Ameaça repetida em outro ponto do povoado. As ameaças se deram porque o padre publicara no jornal Grajaú de Fato matéria sobre trabalho escravo, na qual relata que um adolescente morreu envenenado, enquanto trabalhava em condições subumanas, no Parque Gauchão. O padre questionava por que um rapaz de 16 anos trabalhava em condições análogas às de escravo, de segunda a segunda, numa fazenda tão conhecida, bem perto da cidade de Grajaú. Além disso, padre Marcos questionou, também, porque é tratada como normal a situação em que o seu Pedro Gaúcho continua puxando água do povoado Remanso, para abastecer o seu gado, enquanto a própria população local não tem garantida a água em seu dia a dia.

O fazendeiro afirma que o padre o responsabiliza pela morte do rapaz, o que não é dito, em momento algum, na matéria.

No dia 06 de novembro, em plena audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento, na comarca de Humberto Campos, MA, lavradores, acompanhados pelo advogado da CPT, Diogo Diniz Cabral, foram ameaçados diante do pró-

prio conciliador, Lúcio Paulo Fernandes Soares.

A audiência ocorria porque o Sr. Francisco das Chagas Silva da Paz havia entrado com ação possessória contra os lavradores da área do Projeto de Assentamento Estadual Zelina, zona rural de Primeira Cruz, região dos Lençóis Maranhenses, por estes terem embargado uma construção que ele tentava fazer em área de reserva legal do assentamento.

Aberta a audiência, o advogado argumentou que por se tratar de área de reserva de um assentamento, jamais, naquele espaço, poderia haver qualquer construção e que por isso aquela ação deveria ser extinta. Inconformado com este argumento, o sr. Francisco esbravejou que: “o meu suor pode até ficar derramado neste Fórum, mas lá não fica não” e “eu não ameaço ninguém, eu faço”. E se retirou da sala. A CPT, diante destas situações, que podem desembocar em ações de violência, exige que as autoridades do Maranhão garantam a efetiva proteção para os lavradores do assentamento Zelina e seu advogado, Diogo Diniz Cabral, e ao Pe. Marcos Bassani, da diocese de Grajaú.

Além disso, exige que se regularize definitivamente a área do assentamento Zelina, para a paz e tranquilidade das famílias, pois esse conflito chegou a este ponto porque as terras do assentamento, onde vivem e trabalham 60 famílias de trabalhadores tradicionais, arrecadadas pelo estado do Maranhão, nunca foram tituladas para as famílias pelo Instituto de Terras do Maranhão, ITERMA. Isso ensejou que invasores e especuladores tentassem ocupar

estas terras, sobretudo após a construção da BR 402, que une São Luís aos Lençóis Maranhenses.

Se ameaças claras e diretas são proferidas diante de autoridade do Judiciário, em audiência, o que não ocorrerá no dia a dia dos lavradores que tentam defender o território do assentamento que lhes foi designado?

Aos lavradores do Assentamento Zelina, ao seu advogado Diogo, e ao Pe. Marcos Bassani,

a diretoria e comissão executiva nacional da CPT prestam total e irrestrita solidariedade, sabendo que a luta pela justiça sempre acarreta incompreensões e perseguições. O próprio Jesus no-lo disse: “Felizes os perseguidos por causa da justiça, porque deles é o Reino dos Céus” (MT 5,10)

Goiânia, 17 de novembro de 2014.

A Diretoria e Coordenação Executiva da CPT

Atuação firme do MPF permite evitar iminente despejo de 20 famílias em Palmeirante (TO)

A Comissão Pastoral da Terra Araguaia-Tocantins vem a público, saudar a firme atuação do Ministério Público Federal (MPF) de Araguaína (TO), na pessoa da Procuradora Dra. Ludmilla Vieira de Souza Mota, no que se refere ao pedido de deslocamento de competência no Processo de Reintegração de Posse movido contra as famílias do Acampamento Vitória, município de Palmeirante (TO). O pedido provocou de imediato uma nova decisão do Juiz da Comarca de Filadélfia determinando a remessa dos autos à Justiça Federal de Araguaína.

Desde 2013, cumprindo seu papel de fiscal da lei, o MPF propôs, na Justiça Federal, uma Ação Civil Pública visando o cancelamento do título expedido, de forma irregular, pelo Programa Terra Legal em favor do requerente e suposto grileiro, Sr Paulo César de Barros Junior, e objetivando o retorno do imóvel Fazenda Santo Reis ao patrimônio público da União, para dar-lhe destinação social adequada.

A atuação da Procuradora Ludmilla, agindo em regime de urgência, foi decisiva, pois possibilitou que a reintegração de posse decretada pelo Juiz da Comarca de Filadélfia fosse suspensa provisoriamente. Assim foi evitado grave transtorno para as cerca de 20 famílias de ocupantes. Desde outubro de 2014, a comunidade corria risco de despejo

a qualquer momento, em decorrência de decisão judicial favorável ao suposto grileiro.

A CPT parabeniza o rigor com o qual, especialmente nos últimos meses, o MPF vem acompanhando, juntamente com a Defensoria Pública Agrária, os assuntos ligados aos conflitos por terra - participando, inclusive, de diversas audiências públicas ao lado do Incra, da Ouvidoria Agrária, Programa Terra Legal e Itertins.

Grilagem

Os conflitos por terra não são novidade no estado do Tocantins. Também não é incomum deparar-se com total descaso por parte dos órgãos públicos responsáveis na região pela regularização de terras e pela promoção da reforma agrária.

A área ora reivindicada pela comunidade Vitória e alvo da ação do Sr. Paulo César de Barros Junior (que dela se diz dono), é comprovadamente composta por terras pertencentes ao patrimônio da União. Isso implica na impossibilidade legal de legitimar o suposto proprietário, pois o mesmo não atende aos requisitos da Lei de Regularização Fundiária na Amazônia Legal. No entanto, após manobras com fortes indícios de práticas criminosas, o mesmo, hoje denunciado pelo MPF por grilagem de terra pública mediante fraude, foi contemplado com título expedido

pelo Programa Terra Legal (do Ministério do Desenvolvimento Agrário), em ato, em tese, irregular.

Outra irregularidade se deu pelo fato de Júnior não administrar as terras, o que infringe a Lei n. 11.952/2009. A Ação Possessória do suposto grileiro foi ajuizada em janeiro de 2012 na Justiça comum. Em 2013, a comunidade recebeu a primeira ordem de despejo, a qual, no entanto, depois de recurso, foi indeferida pelo Tribunal de Justiça do Tocantins.

Ainda que o caminho se demonstre longo e cheio de percalços, as famílias do acampamento Vitória continuarão lutando pelo direito à vida e ao trabalho na terra. Por sua vez, a CPT não medirá esforços para acompanhar esta comunidade camponesa até que haja justiça para todas as famílias engajadas nessa luta.

Araguaína – Tocantins, 09 de dezembro de 2014.

CPT Araguaia – Tocantins

Carta do Encontro do Cerrado

21 a 23 de novembro de 2014

A Comissão Pastoral da Terra (CPT), por meio da Articulação CPT's do Cerrado, Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Rede Grita Cerrado – constituída pelas organizações Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB), Centro de Estudos Bíblicos em Goiás (Cebi Goiás), Instituto Brasil Central (Ibrace) e CPT Goiás – se reuniram numa articulação em defesa do Cerrado entre os dias 21 a 23 de novembro, em Brazabrantes (GO). O Encontro do Cerrado foi um momento de partilhar, avaliar e contribuir com as lutas e esperanças dos Povos e Comunidades do Cerrado, que vivem e dependem desse bioma.

Preocupam-nos muito o atual modelo agrícola praticado e o avanço das suas fronteiras, principalmente as commodities da soja, eucalipto, cana-de-açúcar, algodão, bem como a mineração, sobre as áreas de Cerrado. Isso vem desrespeitando e desconsiderando diversas comunidades que dependem dos seus territórios livres para viverem, como também negando a importância nacional desse bioma, numa total devastação ambiental, impondo sérios problemas às comunidades e aos povos do campo, como o envenenamento intencional pelo uso de agrotóxicos, que tem aumentado assustadoramente o número de casos de câncer no Brasil.

O desmatamento da Amazônia, local onde se origina grande parte do ciclo de nossas águas, interfere diretamente nas chuvas que caem no Cerrado e atinge os demais biomas. Essa é uma das causas fundamentais do estresse hídrico. Diversas pesquisas tem constatado o desaparecimento de vários rios do Cerrado e a diminuição gradual da quantidade de água

nos aquíferos. Tendo em vista que o Cerrado é a nossa “caixa d’água”, que abastece os vários rios do País, entendemos que o modelo do agronegócio não respeita a vida e tem alterado a dinâmica dos biomas. Um exemplo claro é a degradação atual do Rio São Francisco, que chegou ao limite, dificultando ou, em alguns casos, impossibilitando sua recuperação. Essa realidade nos mostra claramente que vivemos um processo de caos ambiental e social.

Contudo, as comunidades e povos tradicionais do Cerrado – indígenas, quilombolas, geraizeiros, fundo e fecho de pasto, pescadores, ribeirinhos, retireiros, vazanteiros, posseiros, camponeses e outros – nos mostram que em harmonia com a biodiversidade, por meio de seus saberes e fazeres, sempre produziram vida no “berço das águas” ou na semiaridez.

Pensando nestes modos de vida e ouvindo populações que, a todo o momento, são expulsas de seus territórios em função de um modelo economicista e depredador da natureza, denunciamos a falta de compromisso do Estado com seu povo.

Com base nas partilhas e discussões durante o Encontro do Cerrado, reivindicamos:

- Que os governos optem pelo reconhecimento de territórios livres, desconcentrando as terras e os meios de produção;
- Que as escolhas sejam pautadas pelo Bem Viver e não se pautem pela privatização da biodiversidade e da exploração das pessoas;
- Que a nossa Constituição contemple, em caráter de urgência, os direitos da natureza;
- Que ao olhar os fazeres dos povos do Cerrado, tome-se por base o cuidado para com a

terra, nossa casa comum e para com os povos que nela habitam;

- Que seja imperativo, no âmbito das políticas do governo federal, a demarcação e titulação das terras indígenas, quilombolas e das demais comunidades tradicionais;
- Que os biomas Cerrado e Caatinga sejam reconhecidos como patrimônio nacional, com a aprovação urgente da PEC 504/2010;
- Que o direito à propriedade privada não seja superior ao direito coletivo de ser e viver na terra;
- Que a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 57A/1999, a PEC do Trabalho Escravo, seja regulamentada sem a alteração do conceito atual de Trabalho Análogo a Escravo;
- Que a luta pela Reforma Agrária não seja criminalizada. Ao contrário, o governo também faça acontecer a democratização das terras para os camponeses, garantindo produção de alimentos e vida;
- Que sejam fiscalizadas e punidas as forças policiais utilizadas como instrumento repressor da luta pela terra e territórios;
- Que o projeto de lei de iniciativa popular

que propõe a regularização do território das comunidades tradicionais pesqueiras seja adotado pelos parlamentares, e faça parte da pauta do Congresso Nacional;

- Que o Ministério Público Federal acolha o pedido para a Moratória para o rio São Francisco, protocolado pela Articulação Popular São Francisco Vivo (SFVivo), e impeça que novos e os atuais projetos continuem a destruir a vida no e do rio.

Por fim, entendemos que se faz necessário olhar para os conhecimentos produzidos pela ciência e pelas comunidades, de modo que a vida que segue, com base nas experiências vivenciadas pelas comunidades, possibilite uma melhor compreensão das “alternatividades” construídas, enxergando nelas saídas para as crises: de trabalho, da falta de água, da produção de alimentos, sem se deixar pautar apenas pelo acúmulo de riquezas por alguns, mas sim pautando-nos pelo direito à vida.

Participantes do Encontro da Articulação
CPT's do Cerrado



Siglas dos Movimentos Sociais, Organizações e Entidades

Siglas dos Movimentos sociais, organizações e entidades

*Utilizamos as letras iniciais das entidades para identificar aquelas cujo nome é apresentado por extenso.

AAV	Agente Ambiental Voluntário	AAC*	Associação Antônio Conselheiro
AMA-JF	Aliança do Meio Ambiente de Juiz de Fora	AAI*	Associação Arco Íris
Ama	Amigos do Meio Ambiente	ABA	Associação Brasileira de Antropologia
APR	Animação Pastoral e Social no Meio Rural	ABI	Associação Brasileira de Imprensa
Acaram	Articulação Central de Associações Rurais de Ajuda Mútua	Abra	Associação Brasileira de Reforma Agrária
AEFP	Articulação Estadual de Fundo de Pasto	ABU	Associação Brasileiros Unidos
ANP	Articulação Nacional das Mulheres Pescadoras	ACAM*	Associação Camponesa do Amazonas
ANMTR	Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais	ACCS	Associação Catarinense dos Criadores de Suínos
ASA Brasil	Articulação no Semiárido Brasileiro	ACTRU*	Associação Comunidade dos Trabalhadores Rurais de Unaí
APRBSF*	Articulação Pop. pela Revitalização da Bacia do São Francisco	ACUTRMU	Associação Comunidade Unida de Trabalhadores Rurais
APPF	Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais	ACBP	Associação Comunitária Bom Pastor
APRAASSA	Ass. dos Prod. Rurais do P. A. do Seringal Santo Antônio	Acafi	Associação Comunitária dos Agricultores Familiares de Itamarandiba
APMG*	Assembleia Popular de Minas Gerais	Acordi	Associação Comunitária Rural de Imbituba
APRJ*	Assembleia Popular do Rio de Janeiro	ACSJT*	Associação Comunitária São José do Tomé
Aconeruq/MA	Assoc. das Com. Negras Rurais Quilombolas do Maranhão	Arqpedra	Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
Acorjuve	Assoc. das Comunidades da Região Juruti Velho	ACSMAC	Associação da Comunidade São Miguel Arcanjo das Cachoeiras
Amigreal	Assoc. dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas	ACRQ	Associação das Comunidades dos Remanescentes de Quilombos
APPAAFCNF	Assoc. dos Peq. Prod. e Artesãos da Agric. Familiar de Congonhas Nossa Família	AQC*	Associação das Quebradeiras de Coco
Agrofran	Assoc. dos Produtores Agropecuários da Gleba S. Francisco	AATR	Associação de Advogados e Advogadas dos Trabalhadores Rurais
APAO	Assoc. dos Produtores Amigos Organizados	Aacade-PB	Associação de Apoio aos Assentamentos e Comunidades Afro-descendentes
ATRAMAG	Assoc. dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva de Mata Grande	AAPP	Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
Arquizumbi	Assoc. Quilombola Zumbi dos Palmares do Igarapé Vilar	Acquilerj	Associação de Comunidades Quilombolas do Estado do Rio de Janeiro
AAIA	Associação Agroextrativista da Ilha do Arapari	AMPCV	Associação de Marisqueiras e Pescadores de Curral Velho
AAMPRP*	Associação Agrop. Mista dos Produtores Rurais de Pacajá	AMA/Moeda	Associação de Meio Ambiente de Moeda
		Amarqualta	Associação de Moradores e

	Agricultores Quilombolas do Alto Acará	AMRP*	Associação dos Microprodutores Rurais de Petrolândia
Amajar	Associação de Moradores e Amigos de Jaraguá	AMCA*	Associação dos Moradores da Chapada do A
AJIN	Associação de Moradores e Proprietários de Jurerê Internacional	AMVJ*	Associação dos Moradores da Vila do Jaraguá
Asparmab	Associação de Pequenos Agricultores Rurais de Marabá	AMC*	Associação dos Moradores de Cupiúba
APL*	Associação de Pescadores e Lavradores	AMPCV*	Associação dos Moradores de Prainha do Campo Verde
Arqimar	Associação de Remanescentes de Quilombo da Ilha de Marambaia	Amora	Associação dos Moradores do Riozinho do Anfrísio
AST*	Associação de Sem Terra	APAJ*	Associação dos Pequenos Agricultores de Jarauçu
ATRCMS*	Associação de Trabalhadores Rurais da Colônia Monte Sinai	Apapais	Associação dos Pequenos Agricultores e Pescadoras Assent. do Sabiaguaba
ADC	Associação Direito e Cidadania	Aparast	Associação dos Pequenos Agricultores Rurais do Assentamento Santa Terezinha
Ampa	Associação do Movimento dos Pequenos Agricultores		
Apapap	Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranhiera	Terra Nossa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais da Agricultura Familiar Terra Nossa
ATRQPC*	Associação do Território Remanescente do Quilombo Pontal dos Crioulos	APPRBV	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Boa Vista
Atesf	Associação dos Agricultores Extrativistas Santa Fé	Aprusfa	Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Santa Fé do Araguaia e Muricilândia
AAGRIFPOM	Associação dos Agricultores Familiares do Pombal	Asproja	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Rio Jaru
Aaico	Associação dos Amigos da Ilha de Colares	APPRP*	Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sul do Pará
AAU	Associação dos Assentados de Uruará	APJ*	Associação dos Pescadores de Jatobá
AAPSF	Associação dos Assentados do Projeto São Francisco	Apescari	Associação dos Pescadores dos Cantos dos Rios
AABSS	Associação dos Atingidos pela Barragem de São Salvador	Apromar	Associação dos Prod. Rurais do Oeste de Machadinho
Aafit	Associação dos Auditores Fiscais do Trabalho	APA	Associação dos Produtores Alternativos
Abanorte	Associação dos Bananicultores do Norte de Minas	Apapats*	Associação dos Produtores do Assentamento Tutuí
ABB*	Associação dos Barqueiros de Babaçulândia	Aspparp	Associação dos Produtores do Projeto de Assentamento Rio do Peixe
AC*	Associação dos Chacareiros	APRGER*	Associação dos Produtores Rurais da Gleba Entre Rios
Adufba	Associação dos Docentes da Universidade Federal da Bahia	APRNE	Associação dos Produtores Rurais de Nova Esperança
Adufro	Associação dos Docentes da Universidade Federal de Rondônia	Apracf*	Associação dos Produtores Rurais do Assentamento Carlos Fonseca
Adufpr	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Paraná	Aprocel*	Associação dos Produtores Rurais do Projeto Poranga
Aduferj	Associação dos Docentes da Universidade Federal do Rio de Janeiro	Asprim	Associação dos Produtores Rurais e Imóveis
Aduff	Associação dos Docentes da Universidade Federal Fluminense	Arcan	Associação dos Reassentados de Campos Novos
AGB	Associação dos Geógrafos Brasileiros		

Arquig	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Gurupá	AQCC	Associação Quilombola de Conceição das Crioulas
ARQM	Associação dos Remanescentes de Quilombo de Muquém	Aspoqui	Associação Quilombola de Quilombo
ARQS*	Associação dos Remanescentes de Quilombos de Santana	AQM*	Associação Quilombola do Machadinho
ASTST*	Associação dos Sem Terra e Sem Teto	AQSN*	Associação Quilombola do Sapê do Norte
ATDST	Associação dos Trabalhadores Desempregados Sem Terra	ARTS	Associação Renovação dos Sem Terra
ATAFCZ	Associação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar de Cerro Azul	ARPRC*	Associação Rural dos Posseiros de Rio dos Couros
ATR	Associação dos Trabalhadores Rurais	ASA	Associação Santo Antônio
Atri	Associação dos Trabalhadores Rurais de Ipaú	Asseefa	Associação Solidária Econômica e Ecológica de Frutas da Amazônia
Atrust	Associação dos Trabalhadores Rurais do Município de Montes Claros	ATP	Associação Terra e Paz
ATRB*	Associação dos Trabalhadores Rurais do PDS Brasília	AUV	Associação União da Vitória
Astelvira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Livramento	Astrarural	Astrarural
Astelira	Associação dos Trabalhadores Sem Terra de Nossa Senhora do Livramento	Brigada	Brigada Indígena - ES
Atuva	Associação dos Trabalhadores Unidos da Vila Aparecida	CLST	Caminho de Libertação dos Sem Terra
Assema	Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão	Cáritas Brasileira	Cáritas Brasileira
ADT*	Associação em Direito da Terra	COAFBRS*	Central das Organizações de Agricultura Familiar do Baixo Rio São Francisco
Fruto da Terra	Associação Fruto da Terra	CPM	Central de Movimentos Populares
Ahomar	Associação Homens e Mulheres do Mar da Baía da Guanabara	CAR	Central dos Assentados de Roraima
AIMM*	Associação Independente Morro da Mesa	CTB	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil
AIP	Associação Indígena Pussuru	CTR - Brasil	Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Brasil
AIM	Associação Intermunicipal de Mulheres	CUT	Central Única dos Trabalhadores
Alpapi	Associação Livre de Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu	CMC*	Centro das Mulheres do Cabo
Amda	Associação Mineira de Defesa do Ambiente	CAA	Centro de Agricultura Alternativa
Anauni	Associação Nacional dos Advogados da União	Cepagri	Centro de Apoio e Promoção ao Pequeno Agricultor
Antep	Associação Naviraiense Terra e Paz	Ceap	Centro de Articulação de Populações Marginalizadas
ASPJ*	Associação Padre Josimo	Campo Vale	Centro de Assessoria aos Movimentos Populares do Vale do Jequitinhonha
ATTAC	Associação para Taxação das Transações Financeiras e Ajuda ao Cidadão	CCL	Centro de Cidadania e Liderança
PRORURAL	Associação Prorural	CDVDH	Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
AQI*	Associação Quilombo de Ivaporunduva	CDHHT	Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
AQCNJ	Associação Quilombola das Comunidades Nativas de Jaíba	Cedefes	Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
		Ceifar	Centro de Estudo, Integração, Formação e Assessoria Rural
		Cepami	Centro de Estudos da Pastoral do Migrante
		CJG	Centro de Justiça Global
		COAAMS	Centro de Organização e Apoio aos Assentados de Mato Grosso do Sul
		Cebi	Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

Ceapa	Centro Estadual das Associações de Assentados e de Pequenos Agric. de Alagoas	Cimi	Conselho Indigenista Missionário
Cohre	Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos	CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
CTV*	Centro Terra Viva	CP**	Conselho Paroquial
CPMG	Colônia dos Pescadores de Minas Gerais	CPP	Conselho Pastoral dos Pescadores
Comasses	Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo	Crea	Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura
CDH	Comissão de Direitos Humanos	CRABI	Conselho Regional dos Atingidos pela Barragem de Itaipu
Cediter	Comissão Ecumênica dos Direitos da Terra	CP*	Consulta Popular
CEH	Comissão Estadual dos Hortos	Cooperosevelt	Cooperativa Agrícola Mista de Produção Rooselvelt
Codema	Comissão Municipal de Meio Ambiente de Munhuaçu	Coomigasp	Cooperativa de Mineração do Garimpo de Serra Pelada
Conatrae	Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo	CMTRCR	Cooperativa de Mulheres Trabalhadoras Rurais de Cáceres e Região
CPT	Comissão Pastoral da Terra	Coopemard	Cooperativa de Pescadores Marcílio Dias
CPPSM*	Comissão pela Preservação da Serra da Moeda	Cooterra	Cooperativa dos Lavradores na Luta pela Terra
CRMA*	Comissão Regional de Meio Ambiente	Cemem	Cooperativa Ecológica de Mulheres Extrativistas de Marajó
Codevise	Comitê de Defesa das Vítimas de Santa Elina	Comag*	Cooperativa Mista Agroextrativista de Gurupá
CDS	Comitê de Desenvolvimento Sustentável de Porto Moz	Coopervida	Coopervida
CPN*	Comitê de Proteção às Nascentes	Ceqneq	Coord. Est. das Com. Negras e Quil. da PB
CPCEDNNF	Comitê Pop. de Combate e Errad. ao Trab. Escravo e Degrad. no N e NO Fluminense	COIAB	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base	CMS	Coordenação dos Movimentos Sociais
Confapesca	Conf. Nac. das Fed. e Ass. de Pescad Artesanais, Aquicultores e Ent. de Pesca	CECQESCZ*	Coordenação Estadual das Comunidades Quilombolas do ES Zacimba Gaba
CGT	Confederação Geral dos Trabalhadores	Conaq	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas
CNAP	Confederação Nacional de Agricultores Portugueses	Conlutas	Coordenação Nacional de Lutas
CNPA	Confederação Nacional dos Pescadores e Aquicultores	CRQ	Coordenação Regional dos Quilombolas
Contag	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura	CSBP	Coordenação Sindical do Bico do Papagaio
CRB	Conferência dos Religiosos do Brasil	Cese	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil	Diocese	Diocese
Cotrec	Conselho de Trabalhadores Assentados na Região de Cáceres	DCE	Diretório Central dos Estudantes
CDRRI	Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista Rio Ituxi	DJP	Dominicans for the Justice and Peace
Coema	Conselho Estadual do Meio Ambiente	Eeacone	Eeacone
CIR	Conselho Indígena de Roraima	EIV-MG	Estágio Interdisciplinar de Vivência de Minas Gerais
Cimat	Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós	Fuvi	Famílias Unidas do Vale do Ivinhema
		FAF	Federação da Agricultura Familiar
		Fapesca	Federação das Associações de Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro

FAMCC	Federação das Associações e Conselhos Comunitários do Estado	Fetagro	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Rondônia
FCP*	Federação das Colônias dos Pescadores	Fetag/RR	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Roraima
NGolo	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado de MG	Fetaesc	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
FACQRS	Federação das Comunidades Quilombolas do Estado do RS	Fetase	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Sergipe
FCQPR	Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná	Fetaet	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Tocantins
Fepaemg	Federação de Pescadores Artesanais do Estado de Minas Gerais	Fetraece	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Ceará
Fepearo	Federação de Pescadores Artesanais e Aquicultores do Estado de Rondônia	Fetaes	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Espírito Santo
Feraesp	Federação dos Empregados Rurais Assalariados do Estado de São Paulo	Fetaema	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Maranhão
Feab	Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil	Fetagri/PA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará/Amapá
FPERJ	Federação dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro	Fetaep	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná
FPRN*	Federação dos Pescadores do Rio Grande do Norte	Fetag/PI	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí
FPPMG	Federação dos Pescadores Profissionais de Minas Gerais	Fetaerj	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro
Fetaemg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais	Fetarn	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte
Fetaesp	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo	Fetag/RS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
Fetacre	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Acre	Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar
Fetraf	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	Fetrafsul	Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul
Fetag/RJ	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Rio de Janeiro	Fetadef	Federação dos Trabalhadores Rurais do DF e Entorno
Fetag/BA	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia	FIST	Federação Internacionalista dos Sem Teto
Fetag/PB	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Paraíba	FSDM-MG	Federação Sindical e Democrática dos Metalúrgicos de MG
Fetag/AL	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Alagoas	Fase	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
Fetaeg	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Goiás	Fisco-Fórum	Fisco-Fórum
Fetagri/MT	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso	FTR	Força dos Trabalhadores Rurais
Fetagri/MS	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Mato Grosso do Sul	FS	Força Sindical
Fetape	Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco	FAPCD	Fórum Araripense de Prevenção e Combate a Desertificação
		FCSSA	Fórum Cearense de Sobrevivência no Semi-Árido

FAOR	Fórum da Amazônia Oriental	Gdasi	Grupo de Defesa Ambiental e Social de Itacuruçá
FE*	Fórum das Entidades	GDN	Grupo de Defesa da Natureza
FPS	Fórum das Pastorais Sociais	GTA	Grupo de Trabalho da Amazônia
FAF*	Fórum de Agricultura Familiar	Xambrê	Grupo Xambrê
FLTDC*	Fórum de Lutas por Terra, Direito e Cidadania	IEAB	Igreja Episcopal Anglicana do Brasil
FMADT*	Fórum de Meio Ambiente dos Trabalhadores	IECLB	Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil
FMA	Fórum de Mulheres da Amazônia	Índios	Indígenas
FMGBH*	Fórum de Mulheres da Grande BH	Inesc	Instituto de Estudos Sócio Econômicos
Fompe*	Fórum de Mulheres de Pernambuco	IMS	Instituto Marista de Solidariedade
Fomes	Fórum de Mulheres do Espírito Santo	Idesc	Instituto para o Desenvolvimento Sustentável do Vale do Ribeira
Focampo	Fórum do Campo Potiguar	ISA	Instituto Socioambiental
FVJ	Fórum do Vale do Jequitinhonha	Inst. Vidagua	Instituto Vidagua
FDDI	Fórum em Defesa dos Direitos Indígenas	Intersindical	Intersindical
Fetetype	Fórum Estadual de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil	JG*	Justiça Global
FMCBH	Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas	Jufra	Juventude Franciscana Brasileira
FMLTCS*	Fórum Municipal de Luta por Trabalho, Cidadania e Soberania	LCC	Liga Camponesa Corumbiara
FNCVC*	Fórum Nacional contra a Violência no Campo	LCP	Liga dos Camponeses Pobres
FNF	Fórum Nacional do Fisco	LCPR	Liga dos Camponeses Pobres de Rondônia
FNRAJC	Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo	LCPCO	Liga dos Camponeses Pobres do Centro-Oeste
FPCDH*	Fórum Paraense de Cidadania e Direitos Humanos	LCPNM	Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas
FPLTTC*	Fórum Paraense de Luta por Trabalho, Terra, Cidadania	LOC	Liga Operária e Camponesa
FVSMS	Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral	MMM	Marcha Mundial das Mulheres
FST	Fórum Social do Triângulo	Mopic	Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado Montanha Viva Montanha Viva
FSM*	Fórum Social Mineiro	MAP	Movimento Agrário Popular
FSPA	Fórum Social Pan-Amazônico	MACDV*	Movimento Alerta Contra o Deserto Verde
FTPV*	Fórum Teles Pires Vivo	MBB	Movimento Bandeira Branca
FDA	Frente de Defesa da Amazônia	MTB**	Movimento Brasil Sem Terra
FOE	Frente de Oposição de Esquerda	MBST	Movimento Brasileiro dos Sem Terra
FPRT*	Frente de Proteção ao Rio Tibagi	MBTR	Movimento Brasileiro dos Trabalhadores Rurais
FRP	Frente de Resistência Pataxó	MBUQT	Movimento Brasileiros Unidos Querendo Terra
FTL	Frente de Trabalhadores Livres	MCC	Movimento Camponês Corumbiara
FNP	Frente Nacional dos Petroleiros	MCP	Movimento Camponês Popular
Fata	Fundação Agrária de Tocantins/ Araguaia	MCXV	Movimento Capão Xavier Vivo
Funáguas	Fundação Águas	MCNT	Movimento Conquistando Nossa Terra
Furpa	Fundação Rio Parnaíba	MTI*	Movimento da Terceira Idade
FSOSMA*	Fundação SOS Mata Atlântica	MMCQ	Movimento das Mulheres Camponesas de Quilombo
FVPP	Fundação Viver, Produzir e Preservar	MATR	Movimento de Apoio ao Trabalhador Rural
GE*	Global Exchange	MEB	Movimento de Educação de Base
Greenpeace	Greenpeace		
GADDH	Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos		

MLST	Movimento de Libertação dos Sem Terra	MTM	Movimento dos Trabalhadores e Garimpeiros na Mineração
MLST-L	Movimento de Libertação dos Sem Terra de Luta	MTR	Movimento dos Trabalhadores Rurais
MLTRST	Movimento de Libertação dos Trabalhadores Rurais Sem Terra	MTRUB	Movimento dos Trabalhadores Rurais e Urbanos
MLT	Movimento de Luta pela Terra	MTRI	Movimento dos Trabalhadores Rurais Independentes
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras	MTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais no Brasil
MMC Brasil	Movimento de Mulheres Camponesas	MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
AMTBRAN	Movimento de Mulheres de Brasil Novo	MST***	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (do Pontal SP)
MMTR	Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais	MTRSTB	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra Brasileiros
Ceta	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas	MTRSTP	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Paraná
M8M*	Movimento Dia 08 de Março	MTST*	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e Sem Teto
MAST	Movimento dos Agricultores Sem Terra	MSTI	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Independente
Moab	Movimento dos Ameaçados por Barragens	Ecovida*	Movimento Eco Vida
MAAP	Movimento dos Assentados do Amapá	Mespe	Movimento Ecosocialista de Pernambuco
MABE	Movimento dos Atingidos pela Base Espacial	MDBF*	Movimento em Defesa das Baías de Florianópolis
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens	MFP	Movimento Fé e Política
MCST	Movimento dos Carentes Sem Terra	MGA*	Movimento Grito das Águas
MCP*	Movimento dos Conselhos Populares	MIG	Movimento Indígena Guarani
MEHT	Movimento dos Expropriados da Hidrelétrica de Tucuruí	MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Côco Babaçu
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores	MJA*	Movimento Juriti em Ação
Mopear	Movimento dos Pescadores Artesanais do Paraná	MNDDH	Movimento Nacional de Defesa dos Direitos Humanos
Mopepa	Movimento dos Pescadores do Estado do Pará	MND	Movimento Nacional de Desempregados
MPPA	Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais	Monape	Movimento Nacional dos Pescadores
Mopeba	Movimento dos Pescadores e Pescadoras do Estado da Bahia	MNU	Movimento Negro Unificado
MSA	Movimento dos Sem Água	MPT	Movimento Pacífico pela Terra
MSAR	Movimento dos Sem Água do Riachão	MPST	Movimento Pacífico Sem Terra
MT	Movimento dos Trabalhadores	Moral	Movimento para Reforma Agrária e Liberdade
MTAA/MT	Movimento dos Trabalhadores Acampados e Assentados do Mato Grosso	MPL	Movimento Passe Livre
MTBST	Movimento dos Trabalhadores Brasileiros Sem Terra	MPSG	Movimento pela Preservação da Serra do Gandarela
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados	MUP	Movimento pela Universidade Popular
MTC	Movimento dos Trabalhadores do Campo	MV*	Movimento pela Vida - SC
		MSAMG*	Movimento pelas Serras e Águas de Minas
		MDTX	Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu
		MPRA	Movimento Popular pela Reforma Agrária

MPRD	Movimento Pró Rio Doce	PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
Moquibom	Movimento Quilombola	Past. da Criança	Pastoral da Criança
Moriba	Movimento Ribeirinho de Abaetetuba	PJMP	Pastoral da Juventude do Meio Popular
MNF	Movimento Sem Terra Nova Força	PJR	Pastoral da Juventude Rural
MSTR	Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais	PR	Pastoral Rural
MSST	Movimento Social dos Sem Terra	Pégazus	Pégazus
MSO	Movimento Social Organizado	Pescadores	Pescadores
MSTR*	Movimento Socialista Trabalhista de Rondônia	Planeta Vida	Planeta Vida
MSONT	Movimento Sonho da Terra	PSRF*	Pólo Sindical do Recôncavo e Feira
MTV*	Movimento Tapajós Vivo	Preá	Preá
MTB*	Movimento Terra Brasil	Prelazia	Prelazia
Terra Livre	Movimento Terra Livre	Koinonia	Presença Ecumênica e Serviço
MTL	Movimento Terra Trabalho e Liberdade	Proj. Manuelzão	Projeto Manuelzão
MTV	Movimento Terra Vida	PPE	Projeto Padre Ezequiel
MTL-DI	Movimento Terra, Trabalho e Liberdade, Democrático e Independente	Quilombolas	Quilombolas
MTP	Movimento Trabalhista de Poconé	RL*	Radicais e Livres
MTP*	Movimento Trabalho e Progresso	Rede Alerta	Rede Alerta contra o Deserto Verde
MTST	Movimento Tucuruense Sem Terra	Reapi	Rede Ambiental do Piauí
MUL	Movimento União dos Lavradores	RCONGs	Rede Cerrado de Ongs
Must	Movimento Unido dos Sem Terra	Rejuind	Rede da Juventude Indígena
MUT	Movimento Unidos pela Terra	Raaca-Sul	Rede de Assistência Comunitária dos Assentados e Acampados do Sul da Bahia
MVAB	Movimento Vantuy Agroecológico no Brasil	Fian	Rede de Informação e Ação pelo Direito a se Alimentar
MVT	Movimento Via do Trabalho	Roda	Rede de Organizações em Defesa da Água
MXV*	Movimento Xingu Vivo	Remtea	Rede Mato-Grossense de Educação Ambiental
NDH	Núcleo de Direitos Humanos	Renap	Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil	SI	Sem informação
OAC	Organização Agrária Camponesa	SS	Sem Sigla
OLC	Organização da Luta no Campo	SAB	Serviço de Animação Bíblica
OAS	Organização de Articulação do Semi- Árido	SFJP	Serviço Franciscano de Justiça e Paz
OMR*	Organização de Moradores da Resex	SAF	Sindicato da Agricultura Familiar
Omaquesp	Organização de Mulheres Assentadas e Quilombolas do Estado de SP	Sindbancários	Sindicato dos Bancários
OPI	Organização de Produtores de Ipirá	SERJ*	Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia	SER	Sindicato dos Empregados Rurais
OI	Organização Independente	SGSP	Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada
Ong	Organização Não Governamental	SJP*	Sindicato dos Jornalistas Profissionais
OLST	Organização para a Libertação de Sem Terra	SM	Sindicato dos Metalúrgicos
Humanitas	Organização para Direitos Humanos e Cidadania	SINPRA	Sindicato dos Pequenos e Médios Produtores Rurais Assentados
OPA	Organização Popular	SQP	Sindicato dos Químicos e Petroleiros
OTL	Organização Terra e Liberdade	SRBH	Sindicato dos Rodoviários de Belo Horizonte
Paróquias	Paróquias	Sindsepe	Sindicato dos Servidores Federais do Mato Grosso
PCB	Partido Comunista Brasileiro	STTR	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais
PT	Partido dos Trabalhadores		

Sintaema	Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgotos e Meio Ambiente de SP	SMDDH	Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
Sintero	Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado de Rondônia	SPDDH	Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
Sindiupes	Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública	SOS Cachoeirão	SOS Cachoeirão
Sintraf	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar	SOS Capivari	SOS Capivari
Sindipetro-RJ	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Petróleo - RJ	TD*	Terra de Direitos
STL	Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura	Tupã 3E	Tupã 3E
Sindsaúde	Sindicato dos Trabalhadores na Saúde	UNASFP	União das Associações de Fundo de Pasto
SEPE	Sindicato Estadual dos Profissionais de Ensino do Rio de Janeiro	UMP	União das Mulheres Piauienses
Sinait	Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho	UAPE	União dos Agricultores de Pernambuco
Sinpaf	Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Codevasf e da Embrapa	Uniterra	União dos Movimentos Sociais pela Terra
Sind-UTE	Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de MG	USST	União dos Santanenses Sem Terra
Sinergia	Sinergia	USTN	União dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Norte
SDS	Social Democracia Sindical	UEE-RJ	União Estadual dos Estudantes do RJ
Sapê	Sociedade Angrense de Proteção Ambiental	UFT	União Força e Terra
		UNE	União Nacional dos Estudantes
		UST*	União Socialista pela Terra
		Via Campesina	Via campesina

Fontes de Pesquisa

*Declaração e informes dos 21 Regionais da CPT

*Depoimentos pessoais de camponeses e trabalhadores rurais

*Informes de Parlamentares Estaduais e Federais

CPT's

Campanha da CPT de Combate ao Trabalho Escravo

Comissão Pastoral da Terra - CPT AL - <http://cptalagoas.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra - Regional NE 2 - www.cptpe.org.br

Comissão Pastoral da Terra Regional BA - www.cptba.org.br

Comissão Pastoral da Terra Regional CE - <http://cptce.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional MS - <http://cptms.blogspot.com.br/>

Comissão Pastoral da Terra Regional PI - <http://cptpi.blogspot.com>

Comissão Pastoral da Terra Regional RS - <http://cptdors.blogspot.com.br/>

Fala CPT - Boletim Informativo da CPT GO

Notícias da Terra - Boletim Informativo da CPT - RO - www.cptrondonia.blogspot.com

Notícias da Terra e da Água - Boletim Eletrônico - CPT Nacional - GO

Pastoral da Terra - CPT Nacional - Goiânia - GO

Pé na Terra - CPT RS

Pelejando - CPT - MG

Igrejas

ACR do Brasil - Animação dos Cristãos no Meio Rural

Adital - Agência de Informação Frei Tito para América Latina

Alvorada - Prelazia de São Félix do Araguaia - MT

A Poronga - Diocese de Santarém - PA

APR - Animação Pastoral e Social no Meio Rural

Boletim Anunciando e Defendendo - Diocese de Ji-Paraná - RO

Cáritas Brasileira

Casa da Juventude - Goiânia - GO - www.casadajuventude.org.br

CBJP - Comissão Brasileira de Justiça e Paz

Cebi - Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

Cimi - Conselho Indigenista Missionário

CPP - Conselho Pastoral dos Pescadores

Documentos de Dioceses

IEAB - Igreja Episcopal Anglicana do Brasil

IECLB - Igreja Evangélica de Confissão Luterana do Brasil

Jufra - Juventude Franciscana no Brasil

O Muriçoquinha - Paróquia Sta. Luzia - Anapu - PA

O Roceiro - Crateús-CE

Pastoral da Comunicação

PJ - Pastoral da Juventude

PJR - Pastoral da Juventude Rural

PO - Pastoral Operária

Porantim - Brasília - DF

Ressurreição e Vida - Senhor do Bonfim - BA

SPM - Serviço Pastoral do Migrante

ONGs

Justiça Global Brasil - www.global.org.br

Boletim Informativo Alerta Contra o Deserto Verde - ES
 Cedefes - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
 Cerrado Assessoria Jurídica Popular - GO
 CDH-CP - Corte Interamericana de Direitos Humanos
 CDHHT - Centro de Direitos Humanos Henrique Trindade
 CDJBC - Centro Dom José Brandão de Castro
 CDVDH - Centro de Defesa da Vida e dos Direitos Humanos
 Cendhec - Centro D. Helder Câmara de Estudos e Ação Social
 Cepasp - Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical Popular
 CEPDH - Centro de Estudos, Pesquisa e Direitos Humanos
 Circular Recopa - Capina (Cooperação e Apoio a Projetos de Inspiração Alternativa)
 Combate ao Racismo Ambiental
 Confapesca - Conf. Nac. das Federações e Assoc. de Pescadores Artesanais, Aquicultores e Entidades de Pesca
 CSDDH - Centro Santo Dias de Direitos Humanos - SP
 Fase - Federação de Orgãos para Assessoria Social e Educacional
 Fian - Foodfirst Information e Action Network
 GADDH - Grupo de Apoio e Defesa dos Direitos Humanos
 Gajop - Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares
 Gapin - Grupo de Apoio aos Povos Indígenas
 Greenpeace
 GTA - Grupo de Trabalho Amazônico
 Ifas - Instituto de Formação e Assessoria Sindical "Sebastião Rosa da Paz"
 Jornal do Grupo Tortura Nunca Mais - GTNM
 Justiça nos Trilhos - www.justicanostrilhos.org
 NDH - Núcleo de Direitos Humanos
 ISA - Instituto Socioambiental
 Portal Ecodebate
 Rede Social de Justiça e Direitos Humanos
 Repórter Brasil Agência de Notícias
 Sasop - Serviço de Assessoria às Organizações Populares Rurais
 SMDH - Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos
 SPDDH - Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos
 Terra de Direitos

Movimentos Sociais

Ceta - Movimento de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
 CNS - Conselho Nacional dos Seringueiros
 Jornal do MST - São Paulo - SP
 Letra Viva - MST
 Liga dos Camponeses Pobres
 Notícias da Amazônia - Secretaria do MST Pará - Marabá
 Movimento Camponês Popular - MCP
 Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB
 Movimento dos Atingidos pela Base Espacial - MABE
 Movimento de Mulheres Camponesas - MMC
 Movimento de Libertação dos Sem Terra - MLST
 Movimento de Luta pela Terra - MLT
 Movimento dos Pequenos Agricultores - MPA
 Movimento dos Pescadores do Estado da Bahia - Mopeba
 Movimentos dos Trabalhadores Desempregados - MTD
 Movimento dos Trabalhadores do Campo - MTC
 Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Campo
 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Movimento Ecosocialista de Pernambuco
Movimento Juruti em Ação
Movimento Mundial de Mulheres - MMM
Movimento Terra Livre (antigo MTL - DI)
Movimento Terra, Trabalho e Liberdade - MTL
Movimento Xingu Vivo
Revista Sem Terra
Via Campesina

Movimento Sindical

Agência Contag de Notícias - Brasília - DF
Central Única dos Trabalhadores - CUT
Central Sindical e Popular - Conlutas
Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
Federações dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Fetraf
Federações dos Trabalhadores na Agricultura - Fetag
Federações dos Trabalhadores na Ind. Da Const. Pesada - Fenatracop
Sindicatos dos Servidores da Justiça Federal - Sindjus
Sindicatos das Trabalhadoras e dos Trabalhadores Rurais - STTR
Sindicatos dos Trabalhadores na Agricultura Familiar - Sintraf
Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura - STL

Associações

AAPP - Associação de Aquicultores e Pescadores de Pedra de Guaratiba
AATR - Associação de Advogados e Advogadas de Trabalhadores Rurais - BA
Acorjuve - Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho
Apapap - Associação do Projeto de Assentamento Praia Alta Piranhiera
AS-PTA - Agricultura Familiar e Agroecologia
Asseefa - Assoc. Solidária Econômica Eco. de Frutas da Amazônia
Associação Agropecuária Mista dos Produtores Rurais de Pacajá
Associação da Comunidade Remanescente do Quilombo Pedra do Sal
Associação dos Moradores de Igaci e Microrregiões do Estado de Alagoas
Associação dos Pequenos Agricultores Paz e Alegria
Associação Indígena Pusuru - AIP
Associação Nacional de Cooperação Agrícola
Associação Nacional dos Advogados da União - Anauni
Associação Quilombola de Conceição das Crioulas - AQCC
Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB
AQRUC - Associação Quilombola Unidos Rio do Capim

Rede Data Luta

UNESP - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
UFU - Laboratório de Geografia Agrária - LAGEA
UNIOESTE - Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade - GEOLUTAS
UFRGS - Núcleo de Estudos Agrário - NEAG
UFPB - Grupo de Estudos sobre Espaço, Trabalho e Campesinato
Universidade Federal de Sergipe - UFS
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
UFES - Observatório dos Conflitos no Campo no Espírito Santo

Outras fontes

Agência 10envolvimento - BA
Anistia Internacional

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia
 Asfoc - Associação dos Servidores da Fundação Oswaldo Cruz
 Blogs
 CAI - Comissão de Assuntos Indígenas
 CDDPH - Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
 Cefar - Coletivo Amazônia de Formação e Ação Revolucionária
 Centro de Estudos Ambientais
 Comissão de Direitos Humanos da OEA
 Comitê Dorothy - PA
 Comitê Rio Maria
 Comunidade Quilombola Brejo dos Crioulos
 Conselho Estadual de Povos Indígenas
 Conselho Indígena Munduruku do Alto Tapajós - Cimat
 Delegacia de Polícia Civil
 Departamento de Medicina Legal
 Diário da Justiça
 Diretório Nacional do PT - Brasília-DF
 Documentos Gerais
 Fórum Carajás
 Fórum da Amazônia Oriental - FAOR
 Fórum de Direitos Humanos e da Terra de Mato Grosso - FDHT/MT
 Fórum de Entidades Nacionais de Direitos Humanos
 Fórum do Campo Potiguar
 Fórum em defesa da Zona Costeira do Ceará
 Fórum Mineiro de Comitês de Bacias Hidrográficas
 Fórum pela Reforma Agrária e Justiça no Campo
 Fórum pela Vida no Semiárido da Microrregião de Sobral
 Fórum Suape
 Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz
 Ibama - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
 IHU - Instituto Humanitas Unisinos
 Incra
 Informe Agropecuário - Epamig - Belo Horizonte - MG
 Jornal Movimento Regional - Marabá - PA
 Observatório do Pré-Sal e da Indústria Extrativa Mineral
 Observatório Quilombola - www.koinonia.org.br
 Ofícios
 OIT - Organização Internacional do Trabalho - ONU
 ONU - Organização das Nações Unidas
 Ordem dos Advogados do Brasil
 Ouvidoria Agrária
 Pé no Chão - PT - PB
 Plataforma Dhesca Brasil - Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
 REDECCAP
 Rede de Cooperação Alternativa - RCA
 Redmanglar Internacional - Cogmanglar
 Renap - Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares
 Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul - SINPRO/RS
 Superintendência Regional do Trabalho e Emprego - SRTE

UFPA - Universidade Federal do Pará
 Universidade Federal de Goiás - UFG
 Universidade Federal de Pernambuco - UFP
 Universidade Federal Fluminense - UFF
 www.caa.org.br - Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas
 www.contasabertas.uol.com.br
 www.frecsupa.net.br
 www.indiosnonordeste.com.br
 www.irpaa.org
 www.pib.socioambiental.org/pt
 www.portaldomar.org.br
 www.portalkaingang.org
 www.resistenciacamponesa.com
 www.riosvivos.org.br

Imprensa

A Crítica - Manaus - AM
 A Folha - São Carlos - SP
 A Gazeta - Cuiabá - MT
 A Gazeta - Rio Branco - AC
 A Gazeta - Vitória - ES
 A Notícia - Chapecó - SC
 A Notícia - Pará
 A Nova Democracia - Rio de Janeiro - RJ
 A Província do Pará - Belém-PA
 A Região - Itabuna - BA
 A Tarde - Salvador - BA
 A Tribuna - AC
 A Tribuna - Criciúma - SC
 A Tribuna - MT
 A Tribuna - Santos - SP
 A Tribuna do Povo - Umuarama - PR
 A Tribuna - Vitória - ES
 Afropress - Agência de Informação Multiétnica
 Agecon - Agência Contestado de Notícias Populares
 Agence France - Press - Paris - FR
 Agência Alagoas
 Agência Amazonas de Notícias
 Agência Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Agência Estado - São Paulo - SP
 Agência Estadual de Notícias do Paraná
 Agência Folha
 Agência Minas
 Agência da Notícia - MT
 Agência Notícias do Planalto - Brasília - DF
 Agência Pará
 Agência Petroleira de Notícias - APN
 Agora Bahia - Salvador - BA
 Agora Paraná
 Agência Pública
 Agência Reuters
 Agência Senado

Agora São Paulo - São Paulo - SP
 Alagoas 24 Horas
 Alto Madeira - Porto Velho - RO
 Amazonas em Tempo - Manaus - AM
 Amigos da Terra-Amazônia Brasileira - PA
 BBC Brasil - Londres - ING
 Bem Paraná - Portal Paranaense
 Boletim da FAEP - Curitiba - PR
 Boletim Famaliá
 Boletim HS Liberal
 Brasil de Fato - São Paulo - SP
 Brasil Norte - Boa Vista - RR
 Cada Minuto - Maceió
 Campo Grande News - Campos Grande - MS
 Capital News - MS
 Carta Maior - São Paulo - SP
 Cinform - Aracaju - SE
 CMI Brasil - Centro de Mídia Independente
 Coletivo - Brasília - DF
 Comércio do Jahu - Jaú - SP
 Contraponto - Marabá - PA
 Correio - Uberlândia - MG
 Correio Braziliense - Brasília - DF
 Correio da Bahia - Salvador - BA
 Correio da Cidadania - São Paulo - SP
 Correio da Paraíba - João Pessoa - PB
 Correio do Estado - Campo Grande - MS
 Correio do Brasil - Rio de Janeiro
 Correio do Pará - Belém - PA
 Correio do Povo - Porto Alegre - RS
 Correio do Povo do Paraná - Laranjeiras do Sul - PR
 Correio do Tocantins - Marabá - PA
 Correio Lageano - RS
 Correio Paranaense - PR
 Correio Popular - Campinas - SP
 Correio Popular - São Paulo - SP
 Correio Riograndense - Caxias do Sul - RS
 Correioweb - Brasília - DF
 Cosno online - Campinas - SP
 DCI - Diário do Comércio e da Indústria - São Paulo - SP
 Dia a Dia - Campo Grande - MS
 Diário Catarinense - Florianópolis - SC
 Diário da Amazônia - Porto Velho - RO
 Diário da Borborema - PB - www.db.com.br
 Diário da Manhã - Chapecó - SC
 Diário da Manhã - Goiânia - GO
 Diário da Manhã - Ponta Grossa - PR
 Diário da Manhã - RS
 Diário da Região - São José do Rio Preto - SP
 Diário da Serra - Tangará da Serra - MT
 Diário da Tarde - Belo Horizonte - MG
 Diário da Tarde - São Paulo - SP
 Diário de Aço - Caratinga - MG
 Diário de Canoas - RS
 Diário de Cuiabá - Cuiabá - MT
 Diário de Guarapuava - Guarapuava - PR
 Diário de Natal - Natal - RN
 Diário de Pernambuco - Recife - PE
 Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 Diário do Amapá - Macapá - AP
 Diário do Amazonas - Manaus - AM
 Diário do Comércio - Belo Horizonte - MG
 Diário do Grande ABC - Santo André - SP
 Diário do Iguazu - Chapecó - SC
 Diário do Nordeste - Fortaleza - CE
 Diário do Noroeste - Paranavaí - PR
 Diário do Pará - Belém - PA
 Diário do Povo - Dourados - MS
 Diário do Povo - Teresina - PI
 Diário do Rio Doce - Governador Valadares - MG
 Diário do Sudoeste - PR
 Diário do Vale - Rio de Janeiro - RJ
 Diário dos Campos - Ponta Grossa - PR
 Diário Oficial da União - Brasília - DF
 Diário Popular - São Paulo - SP
 Dourados News - Dourados - MS
 Envolverde - Revista Digital de Meio Ambiente e
 Desenvolvimento
 Época - Rio de Janeiro - RJ
 Estado de Minas - Belo Horizonte - MG
 Expresso Santiago - RS
 Extra - Rio de Janeiro - RJ
 Folha da Baixada - Cuiabá - MT
 Folha da Manhã - Campos dos Goytacazes - RJ
 Folha da Manhã - MG
 Folha da Região - Araçatuba - SP
 Folha de Boa Vista - RR
 Folha de Carajás - Redenção - PA
 Folha de Londrina - Londrina - PR
 Folha de Pernambuco - Recife - PE
 Folha de Rondônia - Ji-Paraná - RO
 Folha de São Paulo - São Paulo - SP
 Folha do Amapá - Macapá - AP
 Folha do Estado - Cuiabá - MT
 Folha do Paraná - Cascavel - PR
 Folha do Paraná - Curitiba - PR
 Folha do Povo - Campo Grande - MS
 Folha Popular - Palmas - TO
 Folha Regional - MG
 Folha Regional - Andradina - SP
 Gazeta de Alagoas - Maceió - AL
 Gazeta de Ribeirão - Ribeirão Preto - SP
 Gazeta Digital - Guararapes - SP
 Gazeta Nossa - Recife - PE
 Gazeta do Alto Piranhas - Cajazeiras - PB
 Gazeta do Oeste - Mossoró - RN

Gazeta do Pantanal - MS
 Gazeta do Paraná - Cascavel - PR
 Gazeta do Povo - Curitiba - PR
 Gazeta do Sul - Santa Cruz do Sul - RS
 Gazeta Mercantil - São Paulo - SP
 Gazeta Nacional - Rio de Janeiro - RJ
 Gazeta Online - Vitória - ES
 Globo Minas
 Globo News
 Globo Rural
 GP1 - O 1º Grande Portal do Piauí
 Hoje em Dia - Belo Horizonte - MG
 Informativo Stúdio Rural - Campina Grande - PB
 Informe Agropecuário - Campo Grande-MS
 Isto É - São Paulo - SP
 Isto É Dinheiro - São Paulo - SP
 Jornal A Cidade - Ribeirão Preto - SP
 Jornal Agora - Porto Alegre - RS
 Jornal Aqui - RJ
 Jornal Amazônia Hoje - Belém - PA
 Jornal Arinos - Nova Mutum - MT
 Jornal Bom Dia - Bauru - SP
 Jornal Cidade de Rio Claro - SP
 Jornal Correio Popular de Rondônia - Ji - Paraná - RO
 Jornal Cultura - Guarapuava - PR
 Jornal da Cidade - Baurú - SP
 Jornal da Comunidade - Brasília - DF
 Jornal da Manhã - Aracajú - SE
 Jornal da Manhã - Uberaba - MG
 Jornal da Paraíba - Campina Grande - PB
 Jornal da Tarde - São Paulo - SP
 Jornal de Brasília - Brasília - DF
 Jornal de Cuiabá - MT
 Jornal de Fato - Natal - RN
 Jornal de Santa Catarina - Blumenau - SC
 Jornal de Santarém - PA
 Jornal do Brasil - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Cariri - Juazeiro do Norte - CE
 Jornal do Comércio - RS
 Jornal do Comércio - Recife - PE
 Jornal do Comércio - Rio de Janeiro - RJ
 Jornal do Dia - Macapá - AP
 Jornal do Estado - Curitiba - PR
 Jornal do Tocantins - Palmas - TO
 Jornal Folha do Maranhão
 Jornal Hoje - Cascavel - PR
 Jornal Pequeno - São Luís - MA
 Jornal Planalto Central - Brasília - DF
 Jornal Spalhafatos - Brasília - DF
 Jornal Vale Paraibano - São José dos Campos - SP
 Le Monde - Paris - FR
 Marco Zero - Macapá - AP
 Meio Norte - Teresina - PI
 Monitor Campista - RJ
 Nova Fronteira - Salvador - BA
 Novo Extra - Maceió - AL
 O Barriga Verde - SC
 O Debate - Macaé - RJ
 O Dia - Rio de Janeiro - RJ
 O Dia - Teresina - PI
 O Diário de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estadão - Porto Velho - RO
 O Estado de São Paulo - São Paulo - SP
 O Estado do Maranhão - São Luís - MA
 O Estado do Norte - Porto Velho - RO
 O Estado do Paraná - Curitiba - PR
 O Estado do Tapajós - PA
 O Falcão - Abelardo Luz - PR
 O Globo - Online
 O Imparcial - Presidente Prudente - SP
 O Imparcial - São Luís - MA
 O Jornal - Maceió - AL
 O Jornal dos Municípios - São Paulo - SP
 O Liberal - Belém - PA
 O Mercador On Line - Rio Verde - GO
 O Mossoroense - Mossoró - RN
 O Nacional - Passo Fundo - RS
 O Norte - João Pessoa - PB
 O Paraná - Cascavel - PR
 O Popular - Goiânia - GO
 O Povo - Fortaleza - CE
 O Progresso - Dourados - MS
 O Progresso - Imperatriz - MA
 O Rio Branco - Rio Branco - AC
 O São Paulo - São Paulo - SP
 O Tempo - Belo Horizonte - MG
 Oeste Notícias - Presidente Prudente - SP
 Opinião - Marabá - PA
 Página 20 - Rio Branco - AC
 Paraná Online - Curitiba - PR
 Portal A Notícia - Florianópolis - SC
 Portal de Notícias Conexão Tocantins
 Portal IG
 Portal ORM
 Portal R7
 Portal RPC
 Portal Terra
 Portal Uol
 Radiobrás - Agência Brasil - São Paulo - SP
 Revista Caros Amigos - SP
 Revista Carta Capital
 Revista Missões - SP
 Revista República - São Paulo - SP
 Revista Século Diário - Vitória - ES
 Revista Sina - MT
 Revista Tempo e Presença - Rio de Janeiro - RJ

Revista Terra Brasilis - EUA
 Revista Valor - Portugal
 Tododia - Americana - SP
 Tribuna da Bahia - Salvador - BA
 Tribuna da Imprensa - Rio de Janeiro - RJ
 Tribuna da Produção - Palmeira das Missões - RS
 Tribuna de Alagoas - Maceió - AL
 Tribuna de Petrópolis
 Tribuna do Brasil - Brasília - DF
 Tribuna do Ceará - Fortaleza - CE
 Tribuna do Cricaré - São Mateus - ES
 Tribuna do Interior - Campo Mourão - PR
 Tribuna do Norte - Apucarana - PR
 Tribuna do Norte - Natal - RN
 Tribuna do Planalto - Goiânia - GO
 Umuarama Ilustrado - Umuarama - PR
 Valor Econômico - São Paulo - SP
 Zero Hora - Porto Alegre - RS
www.100preconceitopa.com.br
www.ac24horas.com
www.acessepiaui.com.br
www.achanoticias.com.br
www.acredigital.net
www.agazeta.net
www.agenciafreelancer.com
www.alagoasdiario.com.br
www.alagoasnoticias.com.br
www.alagoastempo.com
www.amazonasnoticias.com.br
www.amazonia.org.br
www.amazoniadagente.org.br
www.aquidauananews.com
www.atalaiaagora.com.br
www.bahianoticias.com.br
www.bastosja.com.br
www.bemparana.com.br
www.berohoka.com.br
www.bonde.com.br
www.brasiloeste.com.br
www.campograndenoticias.com.br
www.carajasojournal.com.br
www.cearaagora.com.br
www.cgn.inf.br
www.cidadeverde.com
www.clicbrasil.com.br
www.clickpb.com.br
www.clicrbs.com.br
www.conesul.com.br
www.conexaoto.com.br
www.conjur.com.br
www.contilnet.com.br
www.correiodatarde.com.br
www.correiodesergipe.com
www.correiodolitoral.com
www.correiodopovo-al.com.br
www.crbio3.gov.br
www.cruzeironet.com.br
www.dams-info.org
www.defato.inf.br
www.diaadianews.com.br
www.diariodaparaiba.com.br
www.diariodemarilia.com.br
www.diarioliberalidade.org
www.diarioms.com.br
www.diarioregionalmt.com
www.ecoeacao.com.br
www.emtempo.com.br
www.estaminas.com.br
www.estrelaguianews.com.br
www.expressomt.com.br
www.extralagoas.com.br
www.extremosulam.com.br
www.farolcomunitario.com.br
www.fatimanews.com.br
www.fazendomedia.com
www.folhadaparaiba.com.br
www.folhadebetim.com.br
www.folhadevilhena.com.br
www.folhadoacre.com
www.folhadobico.com.br
www.folhadoprogreso.com
www.folhadosulonline.com.br
www.folhavitoria.com.br
www.ftiapr.org.br
www.g1.globo.com
www.gazetadelimeira.com.br
www.gazetadigital.com.br
www.gazetamaringa.com.br
www.gazetaweb.globo.com
www.gentedeopiniao.com
www.globoamazonia.com
www.infonet.com.br
www.infosaj.com.br
www.imirante.globo.com
www.interiordabahia.com.br
www.interligaonline.com
www.itabatanews.com.br
www.in360.globo.com
www.jangadeiroonline.com.br
www.jcnet.com.br
www.jfloharegional.com.br
www.jirauonline.com.br
www.jm1.com.br
www.jornalagazeta-ap.com
www.jornalaqui.com.br
www.jornalcidade.uol.com.br

www.jornaldacidade.net
www.jornaldelondrina.com.br
www.jornaldeuberaba.com.br
www.jornaldosol.com.br
www.jornale.com.br
www.jornalimpactoonline.com.br
www.jornalresistenciaonline.com.br
www.jornalstylo.com.br
www.jornalwebminas.com.br
www.jusbrasil.com.br
www.leopoldinense.com.br
www.liberdadedigital.com.br
www.moginews.com.br
www.montesclaros.com.br
www.mtnoticias.net
www.navegadormt.com.br
www.nominuto.com.br
www.nortaonoticias.com.br
www.nossacara.com.br
www.noticiasdahora.com.br
www.noticiavirtual.com.br
www.novanews.com.br
www.novojornal.com.br
www.oacre.com.br
www.oeco.com.br
www.oestadoce.com.br
www.ogirassol.com.br
www.ogoiias.com.br
www.olhardireto.com.br
www.oparlamento.com.br
www.orm.com.br
www.overmundo.com.br
www.parecis.net
www.passapalavra.info
www.pbagora.com.br
www.pindavale.com.br
www.politicapb.com.br
www.portalamazonia.globo.com
www.portalaz.com.br
www.portalcorreio.com.br
www.portaldopurus.com.br

www.portalnahora.com.br
www.primeiraedicao.com.br
www.radar64.com.br
www.radoruraldesantarem.com.br
www.redebomdia.com.br
www.redebrasilatual.com.br
www.redesuldenoticias.com.br
www.rets.org.br
www.revistadobrasil.net
www.revistatempo.com.br
www.ribeiraopretoonline.com.br
www.rondoniadigital.com.br
www.rondoniadinamica.com.br
www.rondoniagora.com.br
www.rondoniaovivo.com.br
www.routenews.com.br
www.sistemaodia.com.br
www.sonoticias.com.br
www.sulnews.com.br
www.supernoticia.com.br
www.tapajoslivre.org.br
www.tarobacascavel.com.br
www.teixeiranews.com.br
www.terramagazine.terra.com.br
www.tribunadeanapolis.com.br
www.tribunadodia.com.br
www.tribunadosol.com.br
www.tudoagora.com.br
www.tudonahora.uol.com.br
www.tudoparana.com.br
www.tudorondonia.com.br
www.tvf.org.br
www.uai.com.br
www.valedoinvinhemagora.com.br
www.valeparaibano.com.br
www.viagora.com.br
www.viasdefato.jor.br
www.wn.frizz.com.br
www.wscom.com.br
www.youtube.com
www.zedudu.com.br

Comissão Pastoral da Terra no Brasil

SECRETARIA NACIONAL

Rua 19 no 35, 1º Andar Ed. D. Abel - Centro
CEP 74030-090

Goiânia - GO

Fone: 62 4008-6466/4008-6400

Fax: 62 4008-6405

E-mail: cpt@cptnacional.org.br

Site: www.cptnacional.org.br

ACRE

Rua São Judas Tadeu, casa 32 - Conjunto
Universitário.

CEP: 69.917-696

Rio Branco - AC

Caixa Postal: 284

Fone/Fax: 68 3229 2012

E-mail: cptac@uol.com.br

AMAPÁ

Av. Pe Manoel da Nóbrega, 1000

B. Jesus de Nazaré

CEP 68.906-970

Macapá - AP

Fone: 96 3223-2539

Fax: 96 3222-1047

E-mail: cptap@uol.com.br

AMAZONAS

Rua Silva Ramos, 555 Centro.

CEP 69025-030

Manaus - AM

Fone/Fax: 92 3232-1160

E-mail: cptamazonas@gmail.com

ARAG. / TOCANTINS

R. Porto Alegre, 446 B. São João

CEP: 77.807-070

Araguaína - TO

Caixa Postal: 51

Fone/Fax: 63 3412-3200/3664

E-mail:

cpt.tocantins@gmail.com

BAHIA

R. Gal Labatut, 78 B. Barris

CEP: 40.070-100

Salvador - BA

Fone: 71 3328- 4672

Fax: 71 3328-4683

E-mail cptba@cptba.org.br

site: www.cptba.org.br

CEARÁ

R. Mons. Otávio de Castro,
150, Bairro Fátima

CEP: 60.050-150

Fortaleza - CE

Fone/Fax: 85 3226-1413

E-mail: cptce@netbandalarga.com.br

www.ce.blogspot.com

ESPÍRITO SANTO

Rua São José, 259 Sernanby,

CEP: 29.930-000

São Mateus - ES

Caixa Postal: 312

Fone/Fax: 27 3763-3505

E-mail: cptesrj@veloxmail.com.br

GOIÁS

R. 19 nº 35 1o Andar, Ed.

D. Abel, Centro

CEP: 74.030-090

Goiânia - GO

Fone: 62 3223 5724/3223 0890

Fax: 62 3225 65 34

Email: cptgo@hotmail.com

www.cptgoias.com

MARANHÃO

Rua do Sol, 457 Centro
 CEP: 65.020-590
 São Luiz - MA
 Fone: 98 3222-4243
 Fax: 98 3232-8763
 E-mail:
 cptma@elo.com.br

MATO GROSSO

R. Amambaí, 160
 Setor Alvorada
 CEP: 78.048-465
 Cuiabá - MT
 Fone: 65 3054 3068
 Fax: 65 3621-3029
 Celular: 65-9600 2175
 E-mail: : cptmt10@yahoo.com.br
 cptmt10@gmail.com.

MATO GROSSO DO SUL

R. Nicolau Frageli, 71
 Bairro Amambaí
 CEP: 79.008-570
 Campo Grande - MS
 Fone/Fax: 67 3029-7729
 E-mail: cptms1@yahoo.com.br

MINAS GERAIS

R. Cassiterita, 59
 Bairro Santa Inês
 CEP 31.080-150
 Belo Horizonte - MG
 Fone: 31 3466-0202 / 3481-5420
 E-mail: cptminas@bol.com.br site:www.
 cptmg.org.br

NORDESTE

R. Esperanto, 490
 Ilha do Leite
 CEP: 50.070-390
 Recife - PE

Fone: 81 3231-4445
 E-mail: cpt@cptpe.org.br
 Site: www.cptne2.org.br

PARÁ

Tr. Barão do Triunfo, 3151
 Bairro Marco
 CEP: 66.093-050
 Belém - PA
 Fone/Fax: 91 3226 -6491
 E-mail: ctpa@cnbbn2.org.br

PARANÁ

R. Paula Gomes, 703, 1o Andar São
 Francisco
 CEP 80.510-070
 Curitiba - PR
 Fone/Fax: 41 3224 -7433
 41-3526 0705
 E-mail: cptparana@gmail .com Site:www.cpt.org.

PIAUI

R. Desemb. Pires de Castro,
 631, Centro Norte
 CEP 64.000-390
 Terezina - PI
 Fone: 86 3222-4555
 Fax: 86 3223-9370
 E-mail: cpt.paiui@gmail.com
 http://cptpi.blogspot.com

RIO GRANDE DO SUL

Rua Manoel Ferrador, 155,
 Bairro Passo das Pedras
 CEP 91.230-370
 Porto Alegre - RS
 Fone/Fax: 51 3344-4415
 E-mail: cptrs@portoweb.com.br

RONDÔNIA

R. Sen. Álvaro Maia, 1034
Bairro Olaria
CEP 76.902-220
Porto Velho - RO
Fone: 69 3224-4800
Fax: 69 3223-1135
E-mail: pastoraldaterra.ro@gmail.com
[Http://cptrondonia.blogspot.com](http://cptrondonia.blogspot.com)

RORAIMA

Rua Floriano Peixoto, 402-B Centro
CEP 69.301-320
Boa Vista - RR
Fone: 95 3224-4636
E-mail: cptroraima@gmail.com

SANTA CATARINA

R. Dep. Antônio Edu Vieira, 1524, Pantanal
CEP 88.040-001
Florianópolis - SC
Fone/Fax: 48- 3234 4766
E-mail: cptsc@cnbbsul4.org.br

SÃO PAULO

Cúria Diocesana de Pres. Prudente
Rua Pe. João Goetz, n. 400, Jd. Esplanada -
CEP 19061-460 - Pres. Prudente - SP
Fone: (18) 3918-5000 - ramal 54 /9781 4148
Email: glauciavania@ig.com.br
[HTTP://www.cptsp.com.br](http://www.cptsp.com.br)



